

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
MESTRADO

DIEGO DE OLIVEIRA SOUZA

**A QUESTÃO DA SAÚDE DOS TRABALHADORES NA PERSPECTIVA  
HISTÓRICO-ONTOLÓGICA**

MACEIÓ/AL  
2012



DIEGO DE OLIVEIRA SOUZA

**A QUESTÃO DA SAÚDE DOS TRABALHADORES NA PERSPECTIVA  
HISTÓRICO-ONTOLÓGICA**

Dissertação de Mestrado em Serviço Social apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, na linha de pesquisa Trabalho, política e sociedade, para obtenção do título de Mestre, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Virgínia Borges Amaral.

MACEIÓ/AL  
2012

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

**Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale**

S729q Souza, Diego de Oliveira.  
A questão da saúde dos trabalhadores na perspectiva histórico-ontológica /  
Diego de Oliveira Souza. – 2012.  
178 f.

Orientadora: Maria Virgínia Borges Amaral.  
Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de  
Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2012.

Bibliografia: f. 172-178.

1. Capitalismo. 2. Ontologia. 3. Trabalho. 4. Saúde do trabalhador.  
I. Título.

CDU: 364:331



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-MESTRADO

---

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de **Diego de Oliveira Souza**, intitulada **“A QUESTÃO DA SAÚDE DOS TRABALHADORES NA PERSPECTIVA HISTÓRICO-ONTOLÓGICA”**, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 14 de dezembro de 2012, às 14h, no miniauditório da Faculdade de Serviço Social (FSSO).

---

Profa. Dra. Maria Virginia Borges Amaral  
Orientadora (PPGSS - FSSO - UFAL)  
CPF: 097.215.504-00

Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Edlene Pimentel dos Santos  
Examinadora interna (PPGSS - FSSO - UFAL)  
CPF: 133.659.674-00

---

Prof. Dr. Osvaldo Batista Acioly Maciel  
Examinador externo (UNEAL e PPGH - UFAL)  
CPF: 803.285.984-53

À minha mãe, Sônia Vera, por, desde sempre, ter me incentivado aos estudos.

## **AGRADECIMENTOS**

Por mais que a elaboração de uma dissertação pareça ser um projeto solitário, devido ao longo período em que os livros são a única companhia, trata-se na verdade, de um processo coletivo. O apoio, o incentivo, o afago, a cobrança, a desconfiança, a discordância, o debate, a opinião, a inspiração, o exemplo, a lição, a correção, enfim, as várias formas de participação, direta ou indireta, são imprescindíveis na concretização do enorme desafio de produzir conhecimento.

Diante disso, quero deixar, nesse momento, meus sinceros agradecimentos para todos os familiares, amigos e colegas que, de algum modo, contribuíram na minha trajetória enquanto mestrando. Em especial, agradeço à minha mãe, Sônia Vera, por ter priorizado, na sua vida, a garantia dos meus estudos; à minha amada companheira Neuzianne de Oliveira, pelas tantas discussões, teóricas ou não, e principalmente por acreditar em mim; ao camarada Sóstenes Ericson, pelo incentivo e pelos vários debates que tivemos; à professora Maria Virgínia Borges Amaral, pela lucidez nas orientações; às minhas irmãs Shenian e Sheyla, pelo apoio e o incentivo; aos professores Osvaldo Maciel e Edlene Pimentel, pelas sugestões dadas na qualificação; e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social que, de alguma maneira, contribuíram para a aprendizagem do conhecimento necessário neste percurso.

“Se a aparência e a essência das coisas coincidissem, a ciência seria desnecessária.”

Karl Marx

## RESUMO

Esta dissertação consiste num estudo sobre a questão da saúde dos trabalhadores, com o objetivo de analisá-la em seus *elementos essenciais*. O interesse por este objeto surgiu devido à formação do autor na área especializada em saúde do trabalhador e, especialmente, por sua preocupação com os problemas enfrentados pela classe trabalhadora sob a égide do caráter destruidor e desumanizador do capital. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada em 2011 e 2012 e fundamentada na perspectiva histórico-ontológica. A dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos: no primeiro, descreve-se a dimensão contemporânea da problemática estudada; no segundo, apresenta-se o *processo ontogenético* da questão; no terceiro, discorre-se sobre sua evolução histórica no capitalismo monopolista; e, no quarto, evidencia-se qual é a sua *essência*, sua origem, suas características e sua função social. Ao final, contesta-se a concepção de que a questão da saúde dos trabalhadores seja um processo de causa-consequência entre trabalho e saúde, tendo seus fundamentos na esfera biológica.

**Palavras-chave:** Capitalismo. Ontologia. Saúde. Saúde do trabalhador. Trabalho.

## ABSTRACT

This dissertation is a study on the issue of workers' health, in order to analyze it into its *essential elements*. The interest in this object arose from the author's training in the specialized field occupational health and especially for his concern with the problems faced by the working class under the aegis of dehumanizing and destructive character of capital. This is a bibliographic research conducted at 2011 and 2012 and based on marxian ontological perspective. The dissertation is divided into four chapters: the first describes the contemporary dimension of the problem studied; the second presents the *ontogenetic process* of the issue; the third discusses over its historical evolution in monopoly capitalism; and the fourth evinces its *essence*, its origin, its characteristics and its social function. In the end, challenges the conception that the issue of workers' health is a process of cause-consequence between work and health, with its foundations in the biological sphere.

**Keywords:** Capitalism. Ontology. Health. Worker's Health. Work.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
<b>1 A QUESTÃO DA SAÚDE DOS TRABALHADORES NA CONTEMPORANEIDADE.....</b>	<b>15</b>
1.1 A dimensão do adoecimento relacionado ao trabalho.....	15
1.2 O sofrimento mental dos trabalhadores na contemporaneidade.....	26
<b>2 PROCESSO ONTOGENÉTICO DA QUESTÃO DA SAÚDE DOS TRABALHADORES.....</b>	<b>35</b>
2.1 O trabalho em seus elementos simples e abstratos.....	35
2.2 <i>Acumulação primitiva: constituição da relação-capital.....</i>	<i>43</i>
2.3 <i>Trabalho abstrato: forma de trabalho determinada pelas necessidades do capital.....</i>	<i>46</i>
2.4 O processo de industrialização no século XIX: a maquinaria como propulsora da degradação da saúde.....	60
2.5 As transformações societárias geradas pela grande indústria: a degradação das condições gerais de vida do proletariado.....	75
<b>3 A QUESTÃO DA SAÚDE DOS TRABALHADORES NO CAPITALISMO MONOPOLISTA: explicando sua face contemporânea.....</b>	<b>90</b>
3.1 A sofisticação da organização/controle do trabalho e o incremento da degradação da saúde dos trabalhadores.....	90

<b>3.2 Reestruturação produtiva: o ápice da degradação da saúde dos trabalhadores.....</b>	<b>108</b>
<b>4 CAMINHO DE VOLTA: reconstituindo o objeto em seu grau de <i>totalidade</i>.....</b>	<b>133</b>
<b>4.1 A questão da saúde dos trabalhadores em seus <i>elementos essenciais</i>.....</b>	<b>133</b>
<b>4.2 A questão da saúde dos trabalhadores como a <i>particularidade</i> decisiva da problemática da saúde.....</b>	<b>150</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>169</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>172</b>

## INTRODUÇÃO

Nesta dissertação tratamos da questão da saúde dos trabalhadores. O uso do termo “questão” indica que questionamos a saúde dos trabalhadores, no sentido de compreender a sua razão de ser, suas condições, sua natureza e sua função social. Por sua vez, o termo “trabalhadores” (ou “classe trabalhadora”) está sendo utilizado no seu sentido amplo, para designar o conjunto dos assalariados.

O interesse por esse objeto surgiu devido à nossa formação na área especializada em saúde do trabalhador e, especialmente, por nossa preocupação com os problemas enfrentados pela classe trabalhadora sob a égide do caráter destruidor e desumanizador do capital.

Observamos que a temática tem sido estudada sob diversas perspectivas, desde as que se centram nos aspectos biológicos, investigando a história natural das doenças relacionadas ao trabalho, até aquelas que se detêm nos aspectos sociais, abordando os movimentos sociais e as políticas públicas, sob diversos aportes teóricos, do positivismo ao marxismo.

No caso dos estudos mais específicos das Ciências da Saúde, podemos citar *Patologia do trabalho*<sup>1</sup>, de René Mendes (1996), no qual o autor resgata o histórico da patologia do trabalho, enfatizando o nexos variado entre trabalho e saúde, além de trazer outros autores para debater as principais patologias e seus aspectos clínicos. Há, também, o trabalho de José Tarcísio Buschinelli (1993), *Epidemiologia das doenças profissionais registradas no Brasil na década de 1980*, do qual consta uma ampla análise estatística dos acidentes e doenças relacionadas ao trabalho no Brasil.

No âmbito das pesquisas mais voltadas à esfera social, também há variedade. Existem aquelas de enfoques mais subjetivistas, como em Christophe Dejours (1992) com *A loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*, em que o autor apresenta a proposta de uma nova disciplina científica, a *Psicodinâmica do Trabalho* (PDT), rompendo com a Psicopatologia do Trabalho tradicional. Ou aquelas mais conservadoras, situadas no diversificado campo do positivismo, como

---

<sup>1</sup> Nesta dissertação, os títulos de livros, dissertações, teses, artigos, capítulos, expressões em língua estrangeira, expressões utilizadas por alguns autores em contextos específicos e categorias teóricas pouco frequentes no campo da saúde do trabalhador aparecem, sempre, destacados em itálico, exceto nas citações diretas, nas quais respeitamos a grafia dos autores.

em *Saúde no Trabalho: temas básicos para o profissional que cuida da saúde dos trabalhadores*, organizado por Mário Ferreira Junior (2000), e *Trabajo sin riesgo y cultura de la seguridad*, relatório da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2004), textos nos quais a esfera social é reduzida à condição de fator de risco .

Na perspectiva marxista, o estudo de Asa Cristina Laurell e Mariano Noriega (1989), *Proceso de Producción e Saúde: Trabalho e desgaste operário*, é referência. Neste, os autores defendem que os problemas de saúde enfrentados pelos trabalhadores possuem uma determinação social. Para tanto, propõem duas categorias teóricas para explicar o adoecimento dos trabalhadores: *carga de trabalho* e *desgaste*. Os autores demonstram que as *cargas de trabalho* são determinadas pela base técnica, divisão, organização e formas de controle do trabalho (e estas são determinadas pelo modo de produção econômica), e a interação dinâmica delas entre si e delas com os trabalhadores resulta no *desgaste*, que se expressa em quadros clínicos variados, alterações nos perfis patológicos, diminuição do tempo de vida produtiva etc.

Na esteira de Laurell e Noriega, podemos destacar algumas contribuições teóricas brasileiras, como em Mendes e Elizabeth Dias (1991) no artigo intitulado *Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador*, Carlos Minayo-Gomez e Sonia Thedim-Costa (1997) em *A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas*, e Minayo-Gomez e Antônio Francisco Lacaz (2005) em *Saúde do trabalhador: novas-velhas questões*. Nestes textos, destaca-se, *grosso modo*, a relação entre o processo de produção capitalista e o processo saúde-doença dos trabalhadores.

Outros exemplos são os estudos que analisam especificamente os movimentos sindicais, como é o caso da tese de Armenes de Jesus Junior (2007). O autor apresenta como ocorreu a construção do campo de saúde do trabalhador no estado do Paraná, Brasil, por meio da militância e lutas sindicais entre 1992 e 2006, num processo que resultou, segundo ele, na constituição de um intelectual orgânico coletivo, no sentido que Antonio Gramsci deu ao termo.

Um artigo recente, sucinto e bastante interessante é o de Ricardo Lara (2011), *Saúde do trabalhador: considerações a partir da crítica da economia política*, no qual o autor realiza um valoroso esforço para compreender o objeto a partir do fundamentos marxianos, demonstrando que existe, neste campo, um espaço para as lutas da classe trabalhadora e que o adoecimento está vinculado ao ritmo

intensificado de produção.

Portanto, trata-se de uma temática amplamente estudada. Contudo, observamos uma escassez de investigações que assumam uma abordagem histórico-ontológica, ou seja, que respeitem a centralidade do objeto no processo de conhecimento. Nesta abordagem, parte-se do ponto de que existe na *coisa* um *ser-precisamente-assim* e que, portanto, quando a tomarmos por objeto de estudo, deveremos subsumir nossa razão a ela, na busca por revelar sua *essência*. Trata-se de uma preocupação de capturar as determinações gerais do objeto (TONET, 2004).

Foi Karl Marx quem primeiro teve sucesso numa investigação pelo caminho histórico-ontológico, apesar de que muitos marxistas, que se dizem estudiosos de sua obra, anularam ou não perceberam a impositação ontológica do seu pensamento, como no caso de Eduard Bernstein, Josef Stalin, Louis Althusser, Gerald Cohen. Daí derivaram vertentes marxistas diversas, umas mais deterministas, outras mais subjetivistas, revisionistas, reformistas etc. Só em György Lukács há uma retomada do marxismo de impositação ontológica, especialmente na sua obra *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*<sup>2</sup>. Tonet (2004) explica que o filósofo húngaro defende que a ciência deve respeitar o movimento próprio da realidade, não podendo partir dos *automovimentos da razão* (organizando os dados empíricos a partir de critérios subjetivistas), mas devendo partir do real, que, no caso da esfera social, requer assumir o trabalho como ponto de partida, como fio condutor que irá permitir explicar sua constituição dinâmica.

Desse modo, apesar de encontrarmos uma vasta contribuição marxista para a questão da saúde dos trabalhadores, que sem dúvida alcança alguns elementos importantes, não achamos estudos numa abordagem ontológica, direcionados especificamente para esta questão<sup>3</sup>, revelando suas determinações mais gerais, seus nexos categoriais, respeitando a interação entre *singular-particular-universal* e entre *essência-fenômeno*<sup>4</sup>.

Diante disso é que propomos uma investigação marxista de corte lukacsiano, tendo como objetivo analisar a questão da saúde dos trabalhadores em sua

2 Daqui por diante, nos referiremos a esta obra apenas como *Ontologia*.

3 Podemos encontrar interessantes estudos de caráter ontológico que tocam no assunto da saúde dos trabalhadores ao abordarem do *mundo do trabalho*, da situação geral dos trabalhadores (ALVES, 2005, 2010; PIMENTEL, 2007; ANTUNES, 2009; PINTO, 2010). Porém, tratam da questão num contexto amplo das contradições gerais do capitalismo, não se debruçando especificamente sobre o objeto que estudamos.

4 Ao longo da dissertação, o leitor poderá identificar a definição e perceber a aplicação destas categorias teóricas, e também de outras categorias lukacsianas.

*essência*, e como objetivos específicos:

- Analisar sua expressão contemporânea;
- Descrever o seu *processo ontogenético*;
- Analisar sua evolução histórica;
- Reconstituí-la concretamente, em seu grau de *ser*, respeitando a prioridade da categoria *totalidade*;
- Analisar sua posição em relação à problemática da saúde em geral.

Considerando o que indicam os estudos marxistas sobre a saúde dos trabalhadores, como em Laurell e Noriega (1982), Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997), Minayo-Gomez e Lacaz (2005) e Lara (2011), a hipótese central que procuramos demonstrar é que a questão da saúde dos trabalhadores possui sua gênese na sociedade capitalista, tendo a sua *esfera essencial* consubstanciada no *antagonismo capital x trabalho*, intensificando-se ao longo da história e persistindo nos dias atuais.

Convém frisar que, na abordagem histórico-ontológica, a *base material* constitui o *momento predominante* do processo social, apesar de outras determinações comparecerem como importantes, como é o caso das respostas sociais em geral, sejam no âmbito político, cultural, científico etc<sup>5</sup>. Portanto, como nosso estudo consiste numa primeira aproximação ontológica ao objeto, priorizamos a investigação sobre a sua *base material*, apesar de que também apresentamos algumas considerações (sumárias) sobre suas respostas sociais. Acreditamos que ao contribuirmos para o esclarecimento dos limites objetivos da questão, abrimos a possibilidade para uma futura investigação (mais aprofundada) sobre estas respostas.

Desvelar as determinações mais gerais da questão abre, também, uma possibilidade de retomar as investigações mais pontuais (por categoria profissional, por região e até por doença), mas agora em outro caráter, visto que estas determinações passam a atuar como referencial.

Nesse sentido, compreender a *essência* dessa problemática consiste numa

---

5 Portanto, não se trata de uma dicotomia entre *objetividade* e *subjetividade*, como comumente faz a ciência moderna (burguesa) e várias vertentes marxistas (economicismo, estruturalismo, marxismo analítico etc.). Para Lukács (1981), *objetividade* e *subjetividade* possuem o mesmo estatuto ontológico, sendo a *objetividade* o *momento predominante*, a esfera que põe os limites para o desenvolvimento da *subjetividade*. O fato de nos debruçarmos primeiro sobre a *base material* da questão corresponde a esta predominância, sendo, deste modo, uma *abstração* temporária que viabiliza o estudo, no qual foram tomados os devidos cuidados para evitar um olhar dicotômico.

prioridade para diversas áreas e disciplinas científicas que lidam diretamente com a relação trabalho-saúde, como Serviço Social, Enfermagem, Medicina, Sociologia, Ciência Política etc., às quais, portanto, o nosso estudo pode contribuir para, ao menos, estimular o debate sobre o objeto em sua *essência*. Ademais, o tema interessa, principalmente, à própria classe trabalhadora, sobretudo pelo fato de adotar a perspectiva teórica que se vincula ao (e sustenta o) projeto histórico de superação do capitalismo.

Buscamos atingir nosso objetivo por meio de uma pesquisa bibliográfica, realizada durante os anos de 2011 e 2012. Nesta pesquisa, revisamos textos, séries históricas e documentos especializados em saúde do trabalhador, que apresentam a questão tal qual é concebida predominantemente na atualidade. Além disso, tentamos contextualizar a constituição da face contemporânea da questão a partir do processo histórico do capitalismo. Para tanto, recorreremos aos autores marxistas a fim de caracterizar cada período, o que nos possibilitou compreender as transformações históricas no *mundo do trabalho* e as suas repercussões para a saúde dos trabalhadores.

Ressaltamos que, para análise e interpretação, lançamos mão das categorias teóricas ontológicas propostas por Lukács, a partir de Georg Hegel<sup>6</sup> e Marx (*totalidade, fenômeno, essência, singular, universal, particular* etc.<sup>7</sup>). Assim, em síntese, a literatura especializada em saúde do trabalhador, articulada com a literatura marxista em geral, constitui o material submetido a uma crítica marxista de corte lukacsiano, na busca por desmistificar as concepções predominantes.

Organizamos a dissertação em quatro capítulos: no primeiro, enfocamos a questão da saúde dos trabalhadores na contemporaneidade, apresentando os principais problemas de saúde enfrentados pela classe trabalhadora, com dados que indicam a dimensão que a questão assumiu. A partir disso, levantamos alguns questionamentos que nos exigiram empreender uma análise do processo ontogenético e histórico da questão, no sentido de entender a razão de *ser* de sua face atual. Esta análise é apresentada no segundo (*processo ontogenético*) e terceiro (evolução histórica no capitalismo monopolista) capítulos. No quarto capítulo, empreendemos um caminho de volta, articulando os elementos que o

---

6 Assim como Marx, Lukács buscou inspiração na dialética hegeliana. Todavia, cabe esclarecer que, também como Marx, Lukács dá outro tratamento às categorias hegelianas, revestindo-as de um caráter materialista histórico-dialético.

7 Ver nota 4.

percurso histórico nos possibilitou apreender, reconstituindo nosso objeto em sua existência *singular*, no seu grau de *ser*, respeitando a prioridade da categoria *totalidade*.

Nossas expectativas com este trabalho não são as de esgotar o assunto ou estabelecer “leis” inquestionáveis, ainda mais por se tratar de uma aproximação inicial. Ao contrário disso, nossas expectativas consistem em estimular o debate sobre os problemas enfrentados pelos trabalhadores, em especial, sobre o caso específico da sua saúde, colaborando para que este se torne cada vez mais denso e “aquecido”. Ademais, esperamos contribuir para que a perspectiva teórica histórico-ontológica se faça mais presente no âmbito dos estudos sobre a saúde, no que acreditamos ser imprescindível para o desvelar da *essência* dos objetos concretamente existentes.

## **1 A QUESTÃO DA SAÚDE DOS TRABALHADORES NA CONTEMPORANEIDADE**

Neste capítulo, procuramos apresentar a questão da saúde dos trabalhadores em sua expressão contemporânea. No item 1.1, explicitamos dados mais gerais sobre o adoecimento relacionado ao trabalho, no intuito de indicar a dimensão da questão. Realizamos um balanço das estatísticas mundiais e pontuamos a realidade de alguns países (inclusive o nosso – Brasil) e/ou regiões, visando constatar, em linhas gerais, algumas diferenças. No item 1.2, enfatizamos os dados referentes ao sofrimento mental.

Convém esclarecer que não foi nosso objetivo uma análise estatística complexa e exaustiva. Nossa pretensão foi sumariar alguns dados mais gerais, provenientes de pesquisas acadêmicas e órgãos oficiais, possibilitando obter uma caracterização da problemática (enquanto *fenômeno*) que nos serviu como motivadora da discussão.

### **1.1 A dimensão do adoecimento relacionado ao trabalho**

O adoecimento relacionado ao trabalho consiste numa problemática de grande dimensão e complexidade. Em termos qualitativos, consiste numa variedade de acidentes, doenças e sequelas de grave intensidade. Quantitativamente, podemos constatar altas taxas de morbidade e mortalidade, de alcance mundial, apesar de os dados não serem fidedignos à realidade por conta da subnotificação.

O primeiro passo para compreender essa problemática é caracterizá-la, identificando os principais e mais frequentes agravos de saúde enfrentados pelos trabalhadores. Constatamos que a sua dimensão contemporânea apresenta uma coexistência de antigos problemas de saúde com alguns mais recentes, que passam a figurar no contexto mundial, incisivamente, a partir da década de 1970 (LACAZ, 2000).

A seguir, expomos alguns dados referentes às últimas quatro décadas. Seguimos a seguinte linha de exposição: iniciamos como os dados de alguns países (inclusive o Brasil), nas décadas de 1970 e 1980, obtidos a partir da boa síntese estatística realizada por Buschinelli (1993) em sua pesquisa. No caso da descrição da situação brasileira mais recente, utilizamos, substancialmente, dados de órgãos

governamentais brasileiros. Em seguida, nos detemos na descrição de caráter mundial, levando em consideração, primeiro, os principais riscos e agravos, depois, as categorias profissionais mais acometidas, finalizando com uma breve exposição sobre a discrepância entre a situação dos países economicamente avançados e a dos atrasados. O fato de fazermos uso de fontes bem diversificadas implica não podermos nos deter em análises comparativas profundas e conclusivas, pois os diversos autores partem de critérios e contextos distintos.

Buschinelli (1993) relata que na Espanha foram registrados 2.582 casos de doenças ocupacionais no ano de 1984, correspondendo a um coeficiente de 2,92 casos para 10.000 trabalhadores. Em Portugal, houve registro de 600 casos em 1980, com coeficiente de 2,06 casos por 10.000 trabalhadores por ano; e no Chile, tivemos 6.943 casos em 1983, 27,69 casos por 10.000. Em Singapura, registraram-se 2.068 ocorrências em 1986, 7,57 casos por 10.000; e nos países do Reino Unido,

(...) há, em 1978 o registro de 14.912 doenças ocupacionais com um coeficiente 6,53 por 10.000 e, em 1986, 5.975 casos com um coeficiente de 2,7 por 10.000. É interessante notar que os casos de dermatoses ocupacionais em 1978 eram de 7.651 e os classificados como de lesões por esforços repetitivos, 3.537 no mesmo ano, perfazendo 11.188 casos destas moléstias, ou cerca de 75 % do total. Já em 1986, houve o registro de apenas 785 dermatoses e 619 lesões por esforços repetitivos, com um total de 1.404, ou cerca de 23 % do total deste ano. Não é dada explicação para tal mudança do perfil de morbidade (BUSCHINELLI, 1993, p. 5)<sup>8</sup>.

Como vemos, os coeficientes são altíssimos (principalmente nos países mais pobres, como Chile e Singapura), e mesmo no caso do Reino Unido, no qual se observa uma tendência decrescente, as taxas se mostram significantes. Destacam-se os acidentes, as dermatoses e as lesões por esforço repetitivo (LER).

No caso italiano, também houve um decréscimo do coeficiente entre 1975 e 1985. Contudo, a taxa permaneceu absurdamente alta, no patamar dos países periféricos. Em 1975, a taxa foi de 39,2 por 10.000 trabalhadores, caindo para 20,7 por 10.000 em 1985 (BUSCHINELLI, 1993).

Em vários outros países, houve ascensão do coeficiente de incidência ao longo dos anos. Na Finlândia,

(...) entre 1967 e 1981, houve um grande aumento do número de doenças profissionais registradas no país, passando-se de pouco mais de uma

---

<sup>8</sup> Nesta dissertação, todas as citações diretas são apresentadas conforme a ortografia usada na edição da obra que utilizamos, o que implica algumas diferenças em relação às regras ortográficas atualmente vigentes.

centena em 1967 para mais de 4.000 casos em 1981, excetuando-se as dermatoses que foram legalmente reconhecidas e registradas somente a partir de 1975. RANTANEN refere que o aumento foi constatado a partir da estruturação do Serviço Nacional de Saúde Ocupacional em 1964. É interessante frisar que o autor destaca como parâmetros do sucesso do sistema implantado a redução dos acidentes do trabalho, a diminuição da taxa de mortes por acidentes de trabalho (de 1,3 mortes por 10.000 trabalhadores em 1970 para 0,7 mortes por 10.000 trabalhadores em 1980) e o aumento das doenças ocupacionais, tendo-se atingido o coeficiente de 23,7 casos de doenças ocupacionais por 10.000 trabalhadores por ano (também em 1980), quando em 1964 este era cerca da ordem de 1 caso por 10.000 (BUSCHINELLI, 1993, p. 8, grifo da obra)

(...)

No ano de 1984, foram registradas na Finlândia 6.139 doenças profissionais, para uma população de 2.208.000 empregados (ANUÁRIO ESTADÍSTICO DEL TRABAJO, p. 90), **sendo que o coeficiente por 10.000 de 27,8** (BUSCHINELLI, 1993, p. 9, grifo nosso).

Nos Estados Unidos observa-se também um aumento na incidência dos casos de doenças ocupacionais, uma vez que foram registrados cerca de 125.600 no ano de 1985 e 190.000 no ano de 1987, com coeficientes de 11,83 e 17,20 para 10.000 trabalhadores respectivamente (OIT, 1986; OIT, 1988 apud BUSCHINELLI, 1993).

Em se tratando de Brasil, Buschinelli afirma que

O resultado indica que na década de 80 foram registrados 43.755 casos de doenças profissionais pelo INPS. As ocorrências possuem uma grande disparidade regional, visto que na Região Norte foram registrados apenas 132 casos ou 0,3% do total dos 10 anos estudados, enquanto o Sudeste apresentou 33.042 casos ou cerca de 75% no mesmo período. A Região Sul vem em seguida com 7.719 registros ou 17,6% do total, enquanto o Nordeste e o Centro-Oeste são equivalentes em termos de número de registros e de percentagem, apresentando respectivamente 1.612 (3,7%) e 1.250 (2,9%) casos (1993, p. 39).

(...)

A distribuição temporal, ao comparar-se o primeiro e o segundo quinquênios [até a década de 1980], mostra que no primeiro foram registrados 16.275 casos e no segundo 27.480, ou cerca de 68% a mais (1993, p. 40).

Em estudo solicitado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), Mendes (2001, p. 13) afirma que, “No contexto do problema dos acidentes de trabalho no Brasil, chama a atenção o problema dos acidentes graves e incapacitantes causados por máquinas e equipamentos obsoletos e inseguros”. Dentre os acidentes com este tipo de maquinaria, destacam-se os ocorridos com as mãos. Segundo Mendes (2001), em 1997, de uma amostra de 72.489 acidentes de trabalho codificados pela Classificação Internacional de Doenças versão 9 (CID-9), 27.371 (37,8%) foram acidentes traumáticos com as mãos (de trabalhadores

segurados). Nos acidentes com os dedos das mãos, foram 5.754 ferimentos, 5.252 fraturas, 3.776 feridas e complicações, e 794 casos de amputação traumática. Registraram-se, ainda, 3.045 casos de amputação traumática da mão; 1.905 fraturas abertas da mão; 1.775 fraturas de punho fechadas; 1.280 fraturas do carpo; 1.118 contusões da mão e punho; 1.079 feridas da mão e tendões; e 905 contusões de dedos e mãos.

Ainda sobre a realidade brasileira, Waldwogel (2011) apresenta uma série histórica mais recente dos acidentes de trabalho no Brasil (de 2000 a 2005). De acordo com os dados que a autora colheu no Sistema de Informação da Previdência Social (Dataprev), ocorreram 363.868 acidentes em 2000; 340.251 em 2001; 393.071 em 2002; 399.077 em 2003; 465.700 em 2004; e 491.711 em 2005, revelando o significativo crescimento. A autora apresenta, também, o elevado número de óbitos relacionados ao trabalho, comparando os registros de três sistemas de informação diferentes: o total de óbitos entre 2000 e 2005, segundo o Dataprev, foi de 17.036; no Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, registraram-se 16.330 e na Relação Anual de Relações Sociais – Rais, 11.136.

No estudo de Lara (2011) são apresentados os dados referentes ao ano de 2008. O autor afirma que, “Segundo dados oferecidos por Freitas (2010), em 2008 foram registrados cerca de **750 mil acidentes** de trabalho no Brasil<sup>9</sup>. Comparado com 2007, o número de acidentes de trabalho aumentou 13,4%” (LARA, 2011, p. 83, grifo nosso). Se compararmos com o número de acidentes registrados no ano de 2000 (**363.868** acidentes), observamos que houve um aumento de cerca de 100%.

Ainda segundo Lara (2011), constatamos que os acidentes com mãos e punhos continuam em destaque. Ele também destaca a importância de outros problemas:

De acordo com o Código Internacional de Doenças (CID), as 50 ocorrências de maior incidência nos acidentes de trabalho foram ferimento do punho e da mão, dorsalgia e fratura ao nível do punho ou da mão. Nas doenças do trabalho, as mais incidentes foram sinovite e tenossinovite, lesões no ombro e dorsalgia. Nos acidentes típicos e nos de trajetos, a faixa etária decenal com maior incidência foi a constituída por pessoas de 20 a 29 anos com, respectivamente, 39,8% e 41,5% do total de acidentes registrados. Nas doenças de trabalho, a faixa de maior incidência foi a de 30 a 39 anos, com

<sup>9</sup> Segundo o Dataprev, foram exatamente 755.980 acidentes, o que representa um aumento em relação ao ano anterior, no qual se registraram 659.523 (BRASIL, 2008). Já em 2009, o número caiu para 723.452 (BRASIL, 2010). É importante ressaltar que o Dataprev considera as doenças ocupacionais como sendo acidentes, visto que, juridicamente, eles se equivalem. Portanto, os números publicizados referem-se à soma dos acidentes mais as doenças.

31,9% do total de acidentes registrados (LARA, 2011, p. 83).

Para o ano de 2010, o Dataprev apresenta um total de 701.496 acidentes, configurando uma leve queda se compararmos aos anos de 2008 e 2009. Alguns setores se destacaram com considerável quantidade de casos: o setor do comércio e reparação de veículos somou 95.456 casos; serviços de saúde e sociais, 58.334; construção, 54.664; transporte, armazenamento e correios, 51.934; indústria de alimentos e bebidas, 48.263; serviços prestados principalmente a empresas, 46.363; agropecuária, 27.547; e indústria de veículos e equipamentos de transporte, 24.906<sup>10</sup> (BRASIL, 2011).

No que concerne a uma descrição mundial, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) nos fornece estatísticas interessantes. Em um relatório publicado em 2004, revela-nos que ocorrem 270 milhões de acidentes de trabalho por ano, sendo 350 mil fatais e 22 mil com crianças. Em relação às doenças relacionadas ao trabalho, constatamos que existe uma incidência de 160 milhões de casos ao ano. Destes casos, mais de 53 milhões geram o afastamento do trabalhador de sua função por pelo menos quatro dias, e 1 milhão e 650 mil são seguidos de morte. Observamos que todo ano morrem, seja por acidente ou por doença relacionada ao trabalho, 2 milhões de trabalhadores (média de 5 mil por dia)<sup>11</sup>. Ademais, para cada trabalhador que morre, outros 5 mil feridos necessitam de primeiros socorros (OIT, 2004).

Dentre todos os casos de doenças relacionados ao trabalho, de 15 a 30% são de doenças respiratórias; estas “são a causa mais importante de morte prematura e de invalidez permanente” (OIT, 2004, p. 21, tradução nossa). Porém, quando se trata de mortalidade em geral, a principal causa são as neoplasias malignas (cerca de 635 mil óbitos registrados no ano de 2000), seguido das doenças transmissíveis (cerca de 626 mil óbitos no ano 2000) e os acidentes e casos de violência no trabalho (aproximadamente 346 mil óbitos no ano 2000) (OIT, 2004).

Sobre as neoplasias malignas (cânceres) relacionadas ao trabalho, constatamos que as estimativas da proporção de mortes na população dos países desenvolvidos estão na faixa de 4% a 20%, sendo o câncer de pulmão, mesotelioma e câncer de bexiga os tipos mais comuns. Comparando-se a proporção de mortes

<sup>10</sup> As categorias profissionais que aí aparecem, bem como os seus agrupamentos, seguem uma classificação própria da Previdência, que procuramos respeitar.

<sup>11</sup> No ano seguinte (2005), o escritório da OIT no Brasil divulgou um informativo no qual apresenta a média de 2 milhões e 200 mil mortes ao ano e de 6 mil mortes ao dia (OIT, 2005).

por câncer na população em geral e na população exposta a agentes cancerígenos no trabalho, constatamos que naqueles, a taxa é de 3% e, nestes, pode chegar a 80% (BARONI-ADESI; RICHARDI; MERLETTI, 2005 apud IVANOV, STRAIF, 2006).

Conchas-Berrientos et al. (2004 apud IVANOV; STRAIF, 2006) afirmam que, num estudo realizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2002, cerca de 20% a 30% dos homens e 20% a 50% da população feminina, em idade economicamente ativa, podem ter sido expostos a substâncias cancerígenas do pulmão durante suas vidas profissionais, incluindo o amianto, arsênico, berílio, cádmio, cromo, níquel e sílica. Em todo o mundo, as exposições no trabalho são responsáveis por cerca de 10,3% dos casos de câncer de pulmão, traqueia e brônquio e cerca de 2,4% dos casos de leucemia. Além disso, o câncer relacionado ao trabalho é responsável por 1,4 milhão de anos de vida perdidos, ajustados por incapacidade, principalmente nos países do Pacífico Ocidental e Europa, seguidos pelo Sudeste da Ásia e pelas Américas. Portanto, diante do exposto, vemos que o câncer, realmente, figura no primeiro plano do panorama atual do adoecimento relacionado ao trabalho.

Podemos constatar, ainda, que há variedade dos riscos à saúde aos quais estão expostos os trabalhadores. Citemos alguns: 1) radiação ionizante: estima-se que cerca de 11 milhões de trabalhadores recebem acompanhamento de saúde específico devido a exposição; 2) substâncias químicas: 439 mil/ano chegam ao óbito devido à exposição a substâncias químicas perigosas, como o amianto, que sozinho mata 100 mil ao ano (especialmente na Alemanha, Reino Unido, Canadá e Estados Unidos). A exposição a substâncias perigosas no trabalho ainda é responsável por cerca de 166 mil casos de câncer de pulmão e mesotelioma e 315 mil casos de câncer em geral ao ano, além de 10% do total dos cânceres de pele do mundo (OIT, 2004); 3) ruído: Dias, Cordeiro e Gonçalves (2006, p. 2.129) trazem um relato de Alberti (1998), mostrando “que a magnitude da exposição ocupacional ao ruído foi estimada em 600 milhões de trabalhadores no mundo em 1998”, sendo estes trabalhadores mais propensos aos acidentes de trabalho em geral do que os não expostos, sem contar as perdas auditivas.

Vários autores têm dado uma substancial importância à situação dos profissionais dos serviços de saúde. O debate se concentra em torno dos acidentes com material biológico e das doenças daí decorrentes. Marziale e Rodrigues destacam que,

Segundo dados do CDC, a estimativa anual de acidentes percutâneos com trabalhadores da saúde nos hospitais é de 384.325 casos, e o risco de contaminação com o vírus HIV (AIDS) é de 0,3%, vírus HBV (Hepatite B) é de 6% a 30%, e o risco de contaminação é de 0,5% a 2% para o HCV (Hepatite C) (MARZIALE; RODRIGUES, 2002, 572-3).

Outro aspecto que vem se destacando diz respeito ao caso *particular* da saúde das mulheres trabalhadoras, no qual observamos que,

Distúrbios articulares (entre eles a tenossinovite) e visuais são correlacionados às tarefas repetitivas e estáticas reservadas às mulheres, com manipulação rápida de instrumentos e excessiva demanda de visualização. O controle emocional das recepcionistas e das telefonistas tem sido identificado como geradores de ansiedade (Wisner, 1987). Várias ocupações femininas requerem o carregamento de pesos e grandes esforços físicos, como, por exemplo, na enfermagem, no setor rural e o próprio trabalho doméstico (Apesar do mito do trabalho leve!). Sabe-se que, entre outros fatores prejudiciais à mulher grávida, o transporte de pesos, os esforços físicos dinâmicos e repetitivos e as vibrações podem causar partos prematuros e abortos. Há correlações entre distúrbios menstruais e a cadência elevada e vibrações. O ruído excessivo pode lesar o ouvido do feto. Além disso, uma série de agentes agressivos pode prejudicar o feto: o benzeno, o chumbo e o mercúrio são teratogênicos. As radiações ionizantes podem, também, causar mal-formações em vários órgãos do corpo do feto e até a morte. Diversas substâncias químicas passam pelo leite materno e são ingeridas pelo neném (BRITO, D'ACRI, 2011, p. 211).

Com o crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho, cresce, no panorama geral, a importância dos agravos à saúde tipicamente relacionados ao trabalho feminino, como neoplasias de mama e de colo do útero, alterações no ciclo menstrual, doenças osteomusculares etc. (BRASIL, 2001).

A OIT também faz menção aos casos de violência em local de trabalho. Estima-se que nos Estados Unidos, em 2002, cerca de 2 milhões de trabalhadores foram vítimas de violência no trabalho. No Reino Unido, o número é de 357 mil (1,7% de todos os trabalhadores adultos) (OIT, 2004).

Mas o principal agravo contemporâneo à saúde dos trabalhadores é o conjunto dos distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho – DORT (geralmente referenciados pela designação mais antiga, LER, ou LER/DORT). Esse grupo de doenças figura como um dos mais frequentes em todas as regiões do mundo, atingindo nível pandêmico. Isto se deve, especialmente, à expansão do setor de serviços e comércio, setores nos quais se executam atividades tipicamente associadas às LER/DORT (BRASIL, 2001). Mas estes agravos estão presentes,

também, na indústria, como demonstrou Salim (2003) ao analisar a situação dos trabalhadores da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), estado de Minas Gerais (MG), Brasil, constatando que do total dos casos de LER/DORT registrados em 1992 (pelo INSS/MG), 6,1% foram com operários da siderurgia e metalurgia, e em 1995, 9,2% dos casos foram entre os trabalhadores da indústria de eletroeletrônicos e 6,4% entre trabalhadores da indústria de material de transporte.

Para termos ideia da dimensão desse grupo de distúrbios, constatamos, no estudo há pouco mencionado, que as LER/DORT são 83,4% do total de doenças ocupacionais registradas em Belo Horizonte no ano de 1996.

Também vêm chamando atenção os recentes casos de *Karoshi* – morte por excesso de trabalho. Os casos de *Karoshi* são associados tipicamente ao Japão – país de capitalismo avançado e considerado o berço das recentes transformações produtivas. “Na atualidade, anualmente o Ministério do Trabalho japonês tem indenizado entre 20 e 60 famílias de trabalhadores que morrem pelo 'Karoshi'. Alguns especialistas consideram que as vítimas do KAROSHI ultrapassam 10.000/ano” (CARREIRO, 2007, p. 131). Considerando que a deflagração do *Karoshi* se dá, geralmente, por acidente vascular encefálico ou infarto cardíaco, o número real de casos pode ser ainda maior, uma vez que “O Ministério da Saúde, Trabalho e Previdência Social japonês publicou estatísticas relevantes em 2007 [mostrando que] 147 trabalhadores morreram (...) por acidentes vasculares cerebrais ou ataques cardíacos” (CARREIRO, 2007, p. 131).

No Brasil, também já se observam casos de *Karoshi*:

entre abril de 2004 e 2005 pelo menos 10 trabalhadores morreram na região canavieira de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, de causas semelhantes. A avaliação foi de que as péssimas condições vividas pelos bóias frias, o corte de cana e o pagamento proporcional - por metro de cana colhido - favoreceram a ocorrência de mutilações e estavam ligados à ocorrência de paradas cardíacas e até acidentes cerebrais hemorrágicos (CARREIRO, 2007, p. 133).

As mortes por excesso de trabalho expressam bem o quanto tem sido degradante o trabalho para quem o executa.

Em relação às atividades produtivas, a OIT (2004) nos informa que a agricultura, a mineração, a pesca comercial e a construção civil são aquelas nas quais mais se morre.

Constatamos que aproximadamente 50% dos acidentes fatais de trabalho

anuais (175 mil) ocorrem com trabalhadores da agricultura, setor que emprega metade da população trabalhadora do mundo. Isto significa um risco de morte no trabalho duas vezes maior do que nos outros setores juntos (OIT, 2004).

Já a mineração absorve 1% da mão de obra mundial, sendo responsável por 5% dos acidentes fatais (15 mil ao ano) (OIT, 2003 apud RODRIGUES, 2008). Entre os mineiros se destacam as mortes em decorrência das pneumoconioses. Dentre elas, “a silicose é provavelmente a mais antiga e a mais corrente no mundo inteiro” (OIT, 2004, p. 22, tradução nossa). Na América Latina, por exemplo, 37% dos mineiros possuem silicose e, entre aqueles que possuem 50 anos ou mais, a taxa se eleva a 50%. Já na Índia, 36,2% dos trabalhadores do corte de pedra e 54,6% dos que fabricam lápis de ardósia têm silicose (OIT, 2004).

Além da silicose, a asbestose é outra pneumoconiose que vem causando grande preocupação. Em países desenvolvidos da Europa Ocidental, da América do Norte, no Japão e na Austrália, estima-se que há aproximadamente 20 mil casos de câncer de pulmão e 10 mil casos de mesotelioma por ano devido ao asbesto. Nos países ditos em desenvolvimento, “teme-se que nos próximos 20 ou 30 anos o asbesto se converta, nestes países, numa 'bomba relógio' para a saúde” (OIT, 2004, p. 22, tradução nossa).

Em relação à pesca, constatamos que em todo o mundo há 43 milhões de trabalhadores que vivem desta atividade (seja artesanal ou industrial): 80% estão na Ásia. Na América Latina há cerca de dois milhões de pescadores artesanais (mais da metade destes estão no Brasil). Todavia, a grande maioria está na informalidade, o que dificulta a elaboração dos inquéritos estatísticos (OIT, 2009). Mesmo assim, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (*Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO*) (2007) estima que cerca de 24 mil pescadores morrem todo ano nos mares. A OIT afirma que

A pesca encontra-se entre as indústrias mais perigosas em inúmeros países. Na Austrália, por exemplo, entre 1982 e 1984, a taxa de mortalidade entre pescadores foi de 143/100.000. Na Dinamarca, entre 1989 e 1996 foi cerca de 25 a 30 vezes maior que para os trabalhadores em terra. Nos Estados Unidos da América, em 1996, a taxa de mortalidade de pescadores foi calculada 16 vezes acima do número de acidentes de profissões como bombeiro ou polícia e 40 vezes a taxa média nacional. Na China verifica-se mais de 400 mortes de pescadores por acidentes por ano (OIT, 2003 apud RODRIGUES, 2008, p. 6).

No caso da construção civil, a OIT “estima que, no mundo, se produzem todo

ano pelo menos 60 mil acidentes de trabalho fatais em obras de construção. Isso significa que cerca de 17% do total de acidentes mortais no trabalho (1 em cada 6) recairiam no setor da construção” ( LÓPEZ-VALCÁRCEL, 2005, p. 38).

Essa considerável fatia dos acidentes fatais totais atribuídos ao setor da construção desperta grande preocupação, principalmente porque se faz presente em países centrais e periféricos. Analisando os números a respeito dos acidentes de trabalho fatais, constatamos que nos Estados Unidos e na França, o setor da construção é responsável por cerca de 20% a 25% destes acidentes ao ano; na Espanha a taxa é de 26,1% e no Japão, 38,7%. Quando analisadas todas as causas de óbito relacionadas ao trabalho (acidentes e doenças), podemos observar que, no Brasil, a cada 100 mil trabalhadores, de 25 a 30 morrem por acidente no setor da construção; nos Estados Unidos, na França e no Japão esse valor fica abaixo de 20; já na Argentina e no Panamá a taxa ultrapassa os 45 por 100 mil trabalhadores (LÓPEZ-VALCÁRCEL, 2005).

Observamos que, no geral, a grande incidência de acidentes e doenças relacionadas a essas atividades produtivas está nos países ditos em desenvolvimento, visto que a indústria primária se encontra, predominantemente, nestes países (OIT, 2004). Ao passo que na Europa, por exemplo, 60% dos assalariados dos 27 países da União Europeia (UE) atuam no setor empresarial, predominando fatores de risco à saúde relacionados ao trabalho em escritório, como os movimentos repetitivos (63,2% de exposição) e as posições dolorosas e cansativas por exigirem esforço estático (45,5% de trabalhadores expostos). Em consequência disso, as doenças relacionadas ao trabalho mais comuns são “as lombares (28,4%), seguidas das perturbações psicológicas (13,7%)” (EUROTRIALS, 2011, p. 2).

Não há como negar a discrepância existente entre as regiões mais desenvolvidas economicamente e as mais atrasadas. A diferença se expressa, não somente, no tipo de atividade predominante (e, conseqüentemente, nos tipos de acidentes e doenças), mas também nas estatísticas gerais. Vejamos:

As taxas de acidentes de trabalho mais elevadas registaram-se em Marrocos e no Nepal (36.492 e 22.845 por 100.000 trabalhadores, respectivamente) e as taxas mais baixas em Malta e no Reino Unido (626 e 632 por 100 000 trabalhadores, respectivamente). As maiores percentagens de acidentes verificaram-se em África e no sudeste da Ásia. Europa, América do Norte e Austrália mostraram menor número de acidentes em

comparação com as outras regiões do Mundo (OIT, 2004 apud EUROTRIALS, 2011, p. 2).

A discrepância persiste quando analisamos os acidentes fatais, figurando os mesmos países e/ou continentes nos dois polos.

A mortalidade por acidentes de trabalho mais elevada pertence, uma vez mais a Marrocos e ao Nepal (47,8 e 29,9 por 100.000 trabalhadores, respectivamente). Malta e o Reino Unido também registraram menor mortalidade neste tipo de ocorrências (ambos com 0,8 por 100.000 trabalhadores). África e o sudeste da Ásia registraram os valores mais elevados de mortalidade (OIT, 2004 apud EUROTRIALS, 2011, p. 2).

Em geral, mesmo a situação dos trabalhadores de muitos países centrais ocasiona preocupação. No conjunto dos 27 países da UE, por exemplo, ocorrem todo ano mais de 164 mil mortes relacionadas ao trabalho, sendo 5.580 por acidentes e 159.000 por doenças (SMITH, 2011).

Diante desses dados, cabe uma observação. Eles não representam a real quantidade de acidentes e doenças relacionados ao trabalho que ocorrem todos os anos. Há uma gigantesca subnotificação, seja por negligência ou imperícia dos responsáveis pelas notificações, pelo confuso sistema burocrático, pela falta de padronização dos sistemas, pelo ocultamento proposital das empresas ou por outro motivo qualquer. De fato, os dados publicizados são apenas “a ponta de um *iceberg*”.

Nos últimos anos houve uma melhora quanto à notificação, o que pode explicar (apenas em parte) o absurdo crescimento do número de acidentes de trabalho no Brasil, das últimas décadas do século XX para a primeira do século XXI. Porém, persiste uma enorme diferença entre o real e o registrado. O Eurotrials (2011, p. 2) afirma que “os acidentes reportados à OIT correspondem a apenas 3,9% dos estimados”. O Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambiente de Trabalho – Diesat (2010) corrobora dando o exemplo da América Latina, onde menos de 4% das doenças ditas ocupacionais são notificadas.

Em época de flexibilização e precarização das relações de trabalho, existe uma grande massa de trabalhadores na informalidade, especialmente em setores como a agricultura, extrativismo e pesca. Este fator contribui significativamente para a inconsistência dos dados. Por exemplo, o grosso das estatísticas no Brasil “restringem-se apenas ao universo dos trabalhadores formais, com contrato regido

pela Consolidação das Leis Trabalhistas CLT” (DIESAT, 2010, p. 3), ficando excluídos, das estatísticas, os trabalhadores informais.

Ademais, não podemos tomar esses dados friamente. Há de considerarmos que, certamente, existem diferenças significativas entre a forma de registro e classificação em cada país. É preciso analisar a realidade peculiar de cada nação para compreender o quadro de saúde dos seus trabalhadores. Mas é inegável a amplitude mundial que o problema atingiu.

Mesmo com os referidos problemas, observamos que os precários dados oficiais revelam uma dimensão que, se não é a real, se mostra grande o bastante para despertar preocupações. Por exemplo, a OIT (2004) chama a atenção para o fato de perda de cerca de 4% do Produto Interno Bruto – PIB mundial devido aos custos relativos aos dias de trabalho subtraídos por lesões, mortes e doenças. Ou seja, mesmo que subestimado, o adoecimento dos trabalhadores assumiu proporções alarmantes. Contudo, convém salientar que, assim como vimos no relato da OIT, o alarme se dá, especialmente, pela ameaça deste *fenômeno* à produtividade.

Não podemos descartar esses dados, pois, de um lado, nos permitem, ao menos, estimar a magnitude da questão e, por outro lado, nos revelam a variedade de agravos presentes na atualidade, indicando a complexidade da problemática.

Para consolidar nossa caracterização, no item 1.2 enfatizamos os problemas de saúde mental enfrentados pelos trabalhadores.

## **1.2 O sofrimento mental dos trabalhadores na contemporaneidade**

Apresentar um panorama dos problemas de saúde mental enfrentados pelos trabalhadores é tarefa ainda mais complicada do que caracterizar o adoecimento relacionado ao trabalho em termos gerais. Primeiro, devido à dificuldade ainda maior que há em estabelecer o nexo direto com o trabalho, uma vez que o sofrimento mental, conforme Dejours (1992), origina-se num processo dinâmico e conflituoso entre o sujeito (detentor de uma história extralaboral) e o trabalho, no qual existem mútuas determinações. De acordo com esta corrente de pensamento, que nos parece sensata (sobre este aspecto), o trabalho é central para esta problemática, mas não há como definir uma fronteira entre o que é sofrimento mental típico do trabalho e o que é da vida social em geral. Logo, a caracterização mais adequada é

sobre o sofrimento mental dos trabalhadores, e não sobre doenças mentais relacionadas ao trabalho. Segundo, em decorrência da primeira condição, os dados estatísticos sobre doenças de cunho psicoemocional com nexos comprovados com o trabalho são menos frequentes do que os sobre a saúde física. Sem contar que sofrem com os mesmos problemas em relação às doenças em geral (subnotificação, falta de padronização etc.).

Por conta das dificuldades, a caracterização que fazemos é bem menos imprecisa em termos qualitativos, revelando a complexidade da problemática e a variedade de agravos de ordem psicoemocional, do que em termos quantitativos.

No final década de 1980, Mendes (1988) já alertava sobre a relevância das doenças psíquicas para a saúde dos trabalhadores. O autor afirma:

tem sido estimado que 5 a 10% da força-de-trabalho ocupada sofre de problemas de saúde mental considerados sérios, e que cerca de 30% sofre de algum tipo de desconforto psíquico, de menor proporção. Como já foi mencionado a propósito das causas de incapacidade temporária e de incapacidade permanente entre segurados da Previdência Social no Brasil, as assim rotuladas "*psiconeuroses*" ocupam o primeiro lugar entre as causas de incapacidade temporária, e o segundo e o terceiro lugar entre as causas de incapacidade permanente e invalidez (MENDES, 1988, p. 320, grifo da obra).

No Brasil, atualmente, a previdência social coloca os transtornos mentais como terceira causa para a concessão de benefícios previdenciários, destacando ramos profissionais como a extração de petróleo, transporte aéreo, atividades imobiliárias etc. (TEIXEIRA, 2007).

Segundo Teixeira,

Uma pesquisa da Universidade de Brasília (UnB) em parceria com a Previdência Social demonstra que o número de trabalhadores com problemas mentais vem aumentando nos últimos anos. Bancários, frentistas, trabalhadores do comércio, metalúrgicos, rodoviários e transportadores aéreos estão entre as categorias de maior risco. No levantamento, 48,8% dos trabalhadores que se afastam por mais de 15 dias do serviço sofrem algum tipo de doença mental (2007, p. 30).

Apesar disso, "99% dos benefícios concedidos pelo órgão previdenciário para trabalhadores com transtornos mentais foram considerados problemas pessoais dos trabalhadores, não relacionados com a profissão" (TEIXEIRA, 2007, p. 32).

Diversos autores contemporâneos descrevem uma série de problemas de saúde mental entre os trabalhadores. Rocha e Glima (2000) afirmam que os

principais problemas de saúde mental dos trabalhadores são estresse, síndrome da fadiga crônica (fadiga patológica, fadiga industrial), síndrome de *burnout* (síndrome do esgotamento profissional), síndrome residual pós-traumática, quadros neuróticos pós-traumáticos, quadros depressivos, síndromes paranoides, transtornos psicossomáticos, síndromes de insensibilidade e o alcoolismo.

Brasil (2001) também apresenta uma lista de *Transtornos Mentais e do Comportamento Relacionados ao Trabalho* (denominação utilizada na obra), como demência, *delirium*, transtorno cognitivo leve, transtorno cognitivo orgânico, estresse pós-traumático, depressão, síndrome de *burnout*, dentre outros.

Uma descrição densa e recente sobre a saúde mental dos trabalhadores pode ser encontrada em *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*, de Seligmann-Silva (2011). A autora realiza uma análise bem ampla e eclética do tema, sendo profundamente devedora do conceito de *desgaste* de Laurell e Noriega (1982) e da *Psicodinâmica do Trabalho* (PDT) de Dejours (1992). Para não desviarmos dos nossos objetivos, não nos deteremos nas limitações da obra sobre a compreensão das condições objetivas postas ao sofrimento mental<sup>12</sup>. Mas, no que diz respeito à discussão sobre o *desgaste mental* relacionado ao trabalho, a autora fornece contribuições valorosas.

Seligmann-Silva (2011) estudou o caso dos trabalhadores industriais de Cubatão, estado de São Paulo, Brasil, entre 1981 e 1983. Nesta investigação, a autora identificou uma série de problemas psicoemocionais associados às situações vivenciadas no trabalho. Ela afirma que “a presença da fadiga foi a constatação que apareceu na maior parte dos estudos de casos individuais realizados com operários de turnos alternados” (SELIGMANN-SILVA, 2011), desdobrando-se em *desânimo* (e tristeza), *insônia* e *irritabilidade*, sintomas de um quadro cronicado.

A autora chama atenção para o distúrbio do sono dos trabalhadores:

Nas fases em que trabalham durante a noite, a preocupação se intensifica, acompanhando-se, geralmente, de manifestações de *nervosismo*. Observamos que uma acentuação dos distúrbios do sono costuma marcar tanto o agravamento da fadiga patológica quanto a transição entre esta e a configuração de quadros psicopatológicos típicos e, inclusive, de crises

<sup>12</sup> Para ficarmos com um exemplo mais geral, a concepção de *centralidade do trabalho* presente na obra é a mesma utilizada por Dejours (1992). Nesta concepção, admite-se que o trabalho é central para o *desgaste mental*, porém não se confere, ao trabalho, o caráter de *complexo* fundante do *ser social*, de *modelo da práxis*. Põe-se, assim, uma série de obstáculos à compreensão da reprodução social engendrada pela *relação capital x trabalho*, espaço que também é substancial para o processo de sofrimento mental.

mentais agudas (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 281, grifo da obra).

Os operários queixavam-se de sono superficial e insatisfatório. “A relação entre cansaço e dificuldades referidas ao sono, não obstante, foi a mais mencionada” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 282).

Outra situação presente é o medo. Este, “foi o sentimento cuja existência mais se evidenciou, muito embora quase sempre reprimido ou negado” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 284). São identificados vários tipos de medo, como, por exemplo, em relação ao risco de acidente, esgotamento, não aguentar trabalhar, de adoecer, sofrer intoxicações. Além disso, foi evidenciada a tensão devido ao esforço para suportar o incômodo e/ou desconforto de alguns equipamentos de proteção individual.

Sobre o alcoolismo, Seligmann-Silva (2011) constatou que vários trabalhadores referiram o uso de álcool em decorrência de necessidades postas pelo trabalho. A autora vai buscar fundamentação teórica em Dejours para classificar as razões que levam ao uso do álcool, citando a busca por *relaxar e amenizar a tensão* vivenciada no trabalho, *busca de satisfação compensatória* das frustrações profissionais, *anestesiá-lo* sofrimento psíquico (numa fuga da percepção da realidade penosa), *dar coragem* para enfrentar a *vida difícil*, como resposta a humilhação e desrespeito sofridos no trabalho e a fim de *dirigir a agressividade para o exterior*.

Os trabalhadores apresentaram quadros de psicossomatizações, com alterações digestivas e hipertensão arterial presentes entre aqueles com maior nível de sofrimento psicoemocional, além de depressões, sintomas caracteristicamente obsessivos, quadros de hipocondria, epilepsia e repercussões para a *identidade em processo* (SELIGMANN-SILVA, 2011).

Seligmann-Silva (2011) expõe, também, a relação entre acidentes de trabalho e *desgaste mental*. A pesquisadora afirma que

O desgaste mental gerado nas situações de trabalho pode ter papel importante na gênese de acidentes de trabalho (AT). (...) o desgaste prejudica, de modo simultâneo, a concentração da atenção, o uso da memória, o raciocínio, além de impedir rapidez necessária para tomadas de decisão em situações de emergência. Os prejuízos estendem-se à qualidade da comunicação e das interações. Diferentes situações geradoras de tensões, mal-estar, sentimentos de insegurança foram constatadas na causalidade dos acidentes (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 305).

Tanto os problemas psicoemocionais participam da *trauma causal* dos acidentes, como a vivência de um acidente pode se desdobrar em sofrimento mental. “Os acidentes (...) podem ter repercussões psíquicas bastante negativas e papel destacado na constituição do desgaste e do sofrimento psíquico, bem como de diferentes transtornos mentais” (SELIGMANN-SILVA, 2011, p. 306). O trabalhador que sofreu um acidente pode desenvolver um estado de vulnerabilidade psicológica, dificuldade em aceitar as alterações corporais e crises de identidade social. Seligmann-Silva (2011, p. 309) alerta para o fato de o trabalhador, “além de perder as próprias defesas psicológicas, ainda perde o pertencimento e apoio de seus companheiros”, o que pode caracterizar-se como *assédio moral*.

A reação do trabalhador ao sofrer um acidente pode se expressar em quadros de *reação aguda ao estresse*, alcoolismo, síndrome de *burnout*, *paranoia situacional*. Em casos nos quais a cabeça foi afetada, podem ocorrer *distúrbios cognitivos leves* e *psicoses orgânicas*. E os traumas psíquicos se apresentam sob a forma de *episódios depressivos* e *transtorno de estresse pós-traumático* (TEPT) (SELIGMANN-SILVA, 2011).

Todas essas situações estão associadas aos pensamentos mórbidos que, por vezes, levam ao suicídio. Este, geralmente, é mais associado aos episódios depressivos decorrentes do (ou da ameaça de) desemprego. Mas Seligmann-Silva ressalta que

As depressões não são os únicos transtornos psíquicos relacionados ao trabalho que podem culminar no suicídio. Como já foi dito, o suicídio precisa ser considerado como um risco no TEPT [Transtorno de Estresse Pós-Traumático]. Casos de esgotamento profissional (*burn-out*) e de alcoolismo crônico evoluem muitas vezes concomitantemente com profundas vivências depressivas e também podem conduzir a tentativas de suicídio (2011, p. 548).

Os suicídios relacionados ao trabalho vêm sendo marca constante no Japão, onde foram denominados de *karojisatsu*, sendo reconhecidamente associados à sobrecarga de trabalho contínua, extensão da jornada de trabalho, ausência de folga etc. No Brasil, estes casos foram identificados entre bancários na cidade de Brasília e entre trabalhadores rurais que lidam com agrotóxicos, cometendo o suicídio com esta substância (SELIGMANN-SILVA, 2011).

Dentre essas doenças, notamos um maior destaque para o estresse, depressão, *burnout* e alcoolismo. Vejamos mais alguns dados e considerações

gerais sobre estes quatro agravos.

Arantes e Vieira (2002) estudaram o estresse, indicando sua associação com atividades executadas dentro de cabines e locais isolados, muito refrigerados ou extremamente quentes, na presença de fumaça, barulho e emanações tóxicas. Afirmam que os trabalhadores que não possuem função bem definida, que passam por grande expectativa por promoções e desenvolvimento da carreira, que não possuem poder nos processos de decisão e que estabelecem relações conflituosas com a equipe de trabalho são mais propensos ao estresse.

O estresse vem sendo bastante vinculado aos profissionais de saúde. Há uma grande quantidade de pesquisas que apontam a sua presença, especialmente entre os profissionais da Enfermagem. Geralmente, este agravo se apresenta mais nítida e intensamente entre os que lidam com pacientes críticos, como aqueles em tratamento oncológico (PAFARO; MARTINO, 2004), terapia intensiva (FERRAREZE; FERREIRA; CARVALHO, 2006) ou em centro cirúrgico (BIANCHI, 1990). Mas o estresse tem sido identificado em diversos outros ramos de atuação da Enfermagem (e dos profissionais de saúde em geral), havendo descrições, por exemplo, sobre o estresse na atividade gerencial do enfermeiro (LAUTERT; CHAVES; MOURA, 1999) e dos profissionais da estratégia de saúde da família (CAMELO; ANGERAMI, 2004).

Sobre a depressão, Teixeira (2007) afirma que se trata do problema de cunho psíquico que mais afeta os trabalhadores; “(...) segundo dados do Ministério da Saúde, a depressão corporativa caracterizada pela tristeza, cansaço e excesso de preocupação atinge 17% dos trabalhadores no auge da vida profissional, na faixa dos 25 a 40 anos” (TEIXEIRA, 2007, p. 32).

A mesma autora traz dados de pesquisa realizada por Anadergh Branco, destacando o caso do sofrimento mental dos profissionais do transporte aéreo (para os quais os transtornos mentais são 21% dos problemas de saúde). Para estes, “Entre os afastamentos por doenças mentais, 46% correspondem a quadros depressivos” (TEIXEIRA, 2007, p. 31), associados ao trabalho em turnos trocados, isolamento da família e vivência de desastres aéreos com colegas de profissão. Teixeira (2007) ainda destaca a depressão como agravo comum no setor automotivo, como comprovou pesquisa realizada em 2005 pelo Núcleo de Estudo sobre Saúde Mental e Trabalho da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A síndrome de *burnout* ou do esgotamento profissional vem sendo bastante associada aos profissionais dos serviços, principalmente educação e saúde.

Campos, Inocente e Alves et al. (2004) realizaram uma revisão de literatura sobre *burnout*, citando algumas pesquisas que identificaram a ocorrência da síndrome em: 50% de uma amostra de médicos (DECKARD; METERKO; FIELD, 2004), 39% em estudantes de Enfermagem (JORGESEN, 1992), 20% a 35% no pessoal de Enfermagem (MASLACH; JACKSON, 1982), 20% em policiais e pessoal da área de saúde (ROSSE; JONSON; CROWN, 1991; PRICE; SPENCE, 1994) e 12% a 40% em bibliotecários (SMITH; BIRCH; MARCHANT, 1984).

Apesar de o *burnout* ser geralmente associado aos profissionais do setor de serviços, a síndrome já figura com extrema relevância no ambiente industrial. Em estudo com trabalhadores da metalurgia, Almeida, Silva e Carvalho (2006 apud LIMA et al., 2011) comprovaram o risco para síndrome de *burnout* entre os metalúrgicos. Em outro estudo, Lima et al. (2011) atestaram a existência de associação entre a atividade de funcionários<sup>13</sup> do setor da indústria alimentícia do estado do Rio Grande do Norte (BR) e três dimensões subjetivas<sup>14</sup> características da síndrome de *burnout*:

No que se refere ao cluster que explica a **dimensão exaustão emocional**, obteve-se que é formado, aproximadamente, por 21% dos funcionários. Já a **dimensão esgotamento**, foi identificada em 41% das pessoas e, finalmente, o **conglomerado do fator vitalidade** é composto por 78% dos sujeitos. Observa-se, portanto, que um número considerável de pessoas apresentam as características prejudiciais à saúde e, conseqüentemente (sic), mais propícias ao *burnout*. Esses dados geram alerta, especialmente, em relação à exaustão emocional e ao esgotamento, fatores que Martinez (1997) e Gil-Monte e Peiró (2000) consideram como determinantes no surgimento do *burnout* (LIMA et al., 2011, p. 147, grifo em itálico da obra; grifo em negrito nosso).

Já o alcoolismo é considerado, pela OMS, a terceira causa de morte no mundo, perdendo apenas para as neoplasias e cardiopatias. No Brasil, a Associação dos Estudos de Álcool e outras Drogas apontou o alcoolismo como o terceiro motivo para o absenteísmo, oitavo para concessão de auxílio-doença e principal causa para aposentadorias precoces e acidentes de trabalho (VAISSMAN, 2004).

Vaissman (2004) faz referência a pesquisa de Mandell et al. (1992), pela Universidade Johns Hopkins, na qual foi estudada a associação do alcoolismo com 101 ocupações. Nesta pesquisa,

---

13 Convém esclarecer que entre estes funcionários, 65% eram da esfera produtiva.

14 Vale ressaltar que, em geral, as três dimensões que se acham mais associadas à síndrome são: exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional. Contudo, estudando os metalúrgicos, Almeida, Silva e Carvalho (2006) identificaram que as dimensões subjetivas mais associadas à síndrome foram: ineficácia profissional, esgotamento e cinismo. Já no estudo de Lima et al. (2011), as dimensões verificadas foram exaustão emocional, esgotamento e vitalidade.

Constatou-se que de dez ocupações de alto risco, quatro estavam relacionadas ao setor de construção, três com o setor de transporte, e as outras eram: faxineiros, serventes e mecânicos de automóveis. Das dez profissões com menor risco, cinco eram associadas aos serviços clínicos tais como: auxiliares de enfermagem, técnicos de diagnóstico, assistentes sociais e técnicos de laboratório; quatro à área de operações financeiras e de coleta de informações, como secretárias, processadores de dados financeiros, escriturários; e a última de operadores de máquinas de costura. As profissões de alto risco de abuso de álcool eram essencialmente associadas ao sexo masculino e as de baixo risco ao sexo feminino (VAISSMAN, 2004, p. 25).

Em geral, a ocorrência de acidentes entre os usuários de álcool tem sido comprovadamente maior do que entre os não usuários, com redução de 60% na produtividade (RASKIN, 1993 apud VAISSMAN, 2004).

Convém ressaltar que esses quatro agravos (estresse, depressão, *burnout* e alcoolismo) se fazem presentes, na maioria das vezes, concomitantemente, compondo estágios evolutivos do sofrimento mental, no qual a síndrome do esgotamento profissional vem sendo apontada como o estágio mais grave. Na verdade, a linha que divide o quadro característico de cada agravo é muito tênue, o que requer tomar por objeto de investigação o processo dinâmico entre trabalho e saúde mental, e não as doenças específicas (DEJOURS, 1992; SELIGMANN-SILVA, 2011).

Pudemos constatar que o sofrimento mental dos trabalhadores se mostra uma problemática complexa e de larga amplitude, corroborando para que a questão da saúde dos trabalhadores assuma a dimensão que explicitamos no item 1.1.

Diante da dimensão apresentada, a questão que estudamos, por motivos diferentes, é de interesse de capitalistas e trabalhadores. Todavia, enquanto para os primeiros interessa deter-se nos aspectos superficiais (como a questão da produtividade), para os últimos interessa ir às raízes da questão.

No intuito de compreender as raízes da questão, observamos que grande parte dos problemas de saúde enfrentados pelos trabalhadores estão intimamente relacionados às transformações ocorridas na esfera produtiva, a partir da década de 1970. O que representam essas transformações? Qual o contexto que as exige? Qual a origem da questão que estudamos? Qual a funcionalidade da (degradação da) saúde dos trabalhadores para este contexto? Como ela se desenvolve até assumir sua face contemporânea? Responder a esses questionamentos é tarefa imprescindível para explicar a razão de ser da dimensão atual da problemática que

vimos apresentando.

Salientamos que os dados de natureza empírica nos deram indicativo, apenas, dos elementos mais aparentes e imediatos, tendo em vista que são limitados no que diz respeito à demonstração das determinações gerais do objeto. Mas a clarividência dos elementos mais aparentes permitiu levantar todos esses questionamentos, possibilitando empreender um movimento dialético de retomada das origens do objeto, reconstituindo seu percurso histórico e apreendendo seus elementos radicais, superando a compreensão imediata e superficial.

Desse modo, no capítulo 2, apresentamos o processo ontogenético da questão da saúde dos trabalhadores.

## 2 O PROCESSO ONTOGENÉTICO DA QUESTÃO DA SAÚDE DOS TRABALHADORES

Apresentamos, a seguir, o processo de constituição do *ser social* por meio do trabalho (item 2.1), passando pela pré-história capitalista (item 2.2), até chegarmos à redução do trabalho ao *trabalho abstrato* (item 2.3), momento no qual se põem os fundamentos históricos para a questão da saúde dos trabalhadores. Finalizamos com a exposição da consolidação do modo de produção capitalista, com a Revolução Industrial, quando a questão que estudamos ganha contornos claros de uma contradição tipicamente capitalista (itens 2.4 e 2.5).

### 2.1 O trabalho em seus elementos simples e abstratos

No capítulo V de *O Capital*, encontramos uma exata exposição do trabalho em seus elementos simples e abstratos<sup>15</sup>. Neste texto, Marx deixa claro que o trabalho consiste numa atividade na qual o homem transforma a natureza para satisfazer suas necessidades e garantir sua sobrevivência, já que

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida (Marx, 1988a, p. 142).

Nesse processo, o homem toma a “matéria natural” como objeto de seu trabalho e, de acordo com Marx,

Todas as coisas que o trabalho só desprende de sua conexão direta com o conjunto da terra, são objetos de trabalho preexistentes por natureza. Assim o peixe que se pesca ao separá-lo de seu elemento de vida, a água, a madeira que se abate na floresta virgem, o minério que é arrancado de seu filão. Se, ao contrário, o próprio objeto de trabalho já é, por assim dizer, filtrado por meio de trabalho anterior, denominamo-lo matéria-prima. Por exemplo, o minério já arrancado que agora vai ser lavado. Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho apenas é matéria-prima depois de já ter

<sup>15</sup> É importante ressaltar que por análise do trabalho em seus elementos abstratos entendemos o trabalho tomado em seus elementos universais inelimináveis, persistentes em qualquer sociabilidade. Portanto, analisar o trabalho em abstrato difere de analisar o *trabalho abstrato* - forma de trabalho peculiar ao capitalismo.

experimentado uma modificação mediada por trabalho (1988a, p. 143).

Desse modo, só podemos considerar objeto de trabalho os elementos tomados imediatamente da natureza, ou ainda, aqueles elementos naturais que já passaram por algum tipo de modificação (matéria-prima), mas que foram reconduzidos ao processo de trabalho.

Além disso, o homem transforma a “matéria natural” de forma mediada por meios de trabalho – exceto naquelas formas mais primitivas de trabalho, como em alguns tipo de coleta. Logo, “meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto” (MARX, 1988a, p. 143). Ele (meio de trabalho) é extraído também da natureza, podendo ser desde uma pedra utilizada para abrir um coco até as máquinas mais sofisticadas da indústria moderna, incluindo, também, “edifícios de trabalho, canais, estradas etc.” (MARX, 1988a, p. 144).

Pondo em movimento os meios de trabalho sobre o objeto de trabalho, comparecem “as forças naturais pertencentes a sua [do trabalhador] corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão” (MARX, 1988a, p. 142), a energia própria do trabalhador, a sua força de trabalho. Assim, pela utilização da força de trabalho, o homem movimenta os meios de trabalho, transformando a “matéria natural” em um novo produto. Ou seja, “o processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma.” (MARX, 1988a, p. 144).

Ainda acrescenta Marx: “considerando-se o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção, e o trabalho mesmo como trabalho produtivo” (1988a, p. 144), uma vez que foi produzido algo útil, que satisfaz uma necessidade humana e que possui, então, *valor de uso*<sup>16</sup>.

À primeira vista, podemos ser levados a crer que este processo de trabalho se faz presente na natureza como parte do curso natural do desenvolvimento biológico das espécies animais, apenas se sofisticando um pouco mais nos seres humanos. Contudo, “não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho” (MARX, 1988a, p. 142), trata-se de um processo bem mais complexo,

---

<sup>16</sup> Mais à frente, a discussão sobre o trabalho produtivo poderá ser aprofundada, levando em conta as peculiaridades do modo de produção capitalista.

exclusivamente humano, uma vez que apenas os seres humanos possuem a capacidade de antecipar em sua mente aquilo que almejam produzir, apenas estes são capazes de um ato *teleológico*. Vejamos como Marx estabelece esta diferenciação entre a atividade humana, neste caso o trabalho, e a atividade meramente instintiva do animal.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim (...) (MARX, 1988a, p. 142-3).

A atuação dos animais na natureza segue um determinismo genético, biológico, atendendo a um limitado elenco de necessidades e de modo quase que invariável ao longo da história. Ao passo que o ser humano extrapola os determinismos biológicos e através da *prévia ideação (teleologia)* consegue orientar sua atividade para o atendimento de novas necessidades postas historicamente, diversificando e sofisticando, até mesmo, o modo como as satisfaz.

Contudo, convém ressaltar que este projeto existente idealmente de nada serve se figurar apenas no plano das ideias. O ato *teleológico* necessita, para que o processo de trabalho se concretize, passar à condição de ato *teleológico* posto, visto que, “por sua essência, a teleologia só pode funcionar na realidade como teleologia posta” (LUKÁCS, 1981). Ou seja, o homem necessita realizar “na matéria natural seu objetivo” (que existe idealmente) e “ao qual tem que subordinar sua vontade”, pois “qualquer trabalho seria impossível se ele não fosse precedido de um tal pôr, que determina o processo em todas as suas fases” (LUKÁCS, 1981), um pôr “que comparece como lei, a espécie e o modo de sua [do homem] atividade” (MARX, 1988a, p. 143). “Deste modo é enunciada a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material, uma posição teleológica que dá origem a uma nova objetividade” (LUKÁCS, 1981).

Portanto, o ato do trabalho não é um ato instintivo, determinado geneticamente (como ocorre nos animais); ele é, pois, uma atividade orientada a um

fim, é uma *posição teleológica*.

Por meio de uma *posição teleológica*, o homem “dá origem a uma nova objetividade” (LUKÁCS, 1981), “realiza (...) na matéria natural o seu objetivo” (MARX, 1988a, p. 143). Por conseguinte, este processo é, também, um momento de *objetivação*, uma vez que “a finalidade que é objetivada se transforma em objeto, se converte em objetividade — é a realização, na 'matéria natural' do 'objetivo' humano” (LESSA, 2007, p. 137).

Todavia, essa *posição teleológica* (que é ao mesmo tempo uma *objetivação*) deve respeitar as *cadeias causais* próprias da natureza. Tais *cadeias causais* são as propriedades inelimináveis da natureza que operam numa legalidade própria e que independem da vontade dos homens; são o que Lukács designou de *causalidade*. Vejamos a definição do próprio Lukács: “um sistema de complexos [presentes na natureza] cuja legalidade continua a operar com total indiferença com respeito a todas as aspirações e ideias do homem” (1981). Então, o fato de o homem realizar “na matéria natural o seu objetivo” não significa que ele pode fazê-lo de um modo qualquer, como queira.

Apesar dessa limitação, o homem deve dominar as *cadeias causais* da natureza para concretizar seu objetivo, “sujeita[r] o jogo de suas forças [da natureza] a seu próprio domínio [do homem]” (MARX, 1988a, p. 142), para que a partir delas possa ser produzido algo inteiramente novo, que seria inexistente sem a ação humana, mesmo não alterando as propriedades e leis próprias da “matéria natural”. Nesse sentido, Lukács afirma que

algo inteiramente novo surge dos objetos, das forças da natureza, sem que haja nenhuma transformação interna; o homem que trabalha pode inserir as propriedades deles, as leis do seu movimento, em combinações completamente novas e atribuir-lhes funções e modos de operar completamente novos. Considerando, porém, que isto só pode acontecer no interior do caráter ontológico insuprimível das leis da natureza, a única mudança das categorias naturais só pode consistir no fato de que estas — em sentido ontológico — tornam-se postas; o seu caráter de ser-postas é a mediação da sua subordinação à determinante *posição teleológica*, mediante a qual, ao mesmo tempo que se realiza um entrelaçamento, posto, de causalidade e teleologia, se tem um objeto, um processo, etc. unitariamente homogêneo (LUKÁCS, 1981).

Desse modo o processo de trabalho consiste numa síntese (“entrelaçamento”) de *teleologia* e *causalidade* postas, *objetivando* algo novo na natureza. Assim, o homem possui a incrível capacidade de dominar e controlar a natureza, extraindo

dela algo antes inexistente, mas, ressaltemos novamente, nunca poderá modificar a natureza em suas propriedades elementares, muito menos eliminá-la, pois isto significaria o fim da própria sociedade. Esta condição deve-se a uma questão de precedência ontológica: a natureza precede ontologicamente à sociedade, logo ela independe da existência desta última para sua própria existência, e mesmo que a sociedade tenha o poder de, de algum modo, alterar sua dinâmica (da natureza), trata-se apenas de alterar, nunca de eliminar ou suprimir.

Ao contrário, a sociedade não pode sequer ser pensada sem a preexistência da natureza. Na *Ontologia*, Lukács (1981), analisando o que disse Marx, explica que, assim como há um salto de qualidade (surge um novo tipo de ser) do inorgânico para o orgânico (logo, o inorgânico precede ontologicamente ao orgânico, e este não existiria sem aquele), há, novamente, um salto ontológico da esfera orgânica para a esfera social. Isto é, a sociedade que é (como demonstraremos mais à frente) fundada pelo intercâmbio orgânico entre homem e natureza, requer a preexistência desta última.

Lessa também esclarece o pensamento de Marx sobre esse aspecto:

Para ele [Marx], não há qualquer possibilidade de reprodução social sem a transformação da natureza nos meios de produção e meios de subsistência imprescindíveis a cada sociedade. Ou, em outras palavras, a sociedade é impossível sem a natureza — esta última é um pressuposto necessário da primeira. A sociedade, quer a tomemos em termos de sua origem, quer a observemos em termos de sua existência ao longo dos tempos, supõe a natureza como algo prévio, algo que lhe é anterior. Qualquer forma de sociedade seria inviável se ela não dispusesse da natureza como fonte de meios de subsistência e meios de produção. Toda sociedade tem sua existência hipotecada à existência da natureza — o que varia historicamente é a modalidade de organização dos homens para transformarem natureza: variam, ao longo da história, os objetos produzidos a partir dos elementos naturais, bem como os meios empregados nessa transformação; mas permanece o fato de que a reprodução da sociedade depende da existência da natureza (LESSA, 2011, p. 132).

Um pouco adiante explicaremos o fato de o *ser social* situar-se numa esfera ontológica distinta e com autonomia relativa do *ser natural*, porém, para o momento, é importante ressaltar que “toda sociedade tem sua existência hipotecada à existência da natureza” (LESSA, 2007, p. 132), uma vez que esta precede ontologicamente àquela.

Vale ressaltar que o homem só pode pôr as forças da natureza a favor de sua finalidade e que qualquer ato *teleológico* só é possível graças à capacidade humana

de *abstração*. Isto é, o homem precisa abstrair certas qualidades da natureza, adquirir certos conhecimentos e formular conceitos sobre as coisas para que, assim, consiga pôr o natural sob seu controle, operando uma *objetivação* na “matéria natural”. Nesse sentido, a capacidade de *abstração* permite ao ser humano identificar, por exemplo, que a madeira X é melhor para queimar na fogueira e que a madeira Y é adequada para confeccionar armamentos, que a pedra A é boa para cortar, mas para triturar a melhor pedra é a B, ou ainda, que determinado tipo de folha serve para fazer uma corda, enquanto outros tipos não, e assim por diante.

O homem vai adquirindo um conhecimento cada vez mais sofisticado para o atendimento de suas necessidades, surgindo, em meio a tal processo, novas possibilidades de satisfação que antes eram impensáveis, ainda mais por que surgem novas necessidades, antes impensáveis (LESSA, 2007). Trata-se de um crescente processo de complexificação de um *ser*, que foi se afastando daquela forma instintiva do animal interagir com a natureza.

Além disso, o homem possui a capacidade de *generalização*. Lukács (1981) afirma que o trabalho tende a se universalizar, e isto porque aquelas qualidades que o homem conseguiu *abstrair* da natureza, aqueles novos conhecimentos, novas possibilidades criadas no trabalho, serão utilizadas por este homem em outras atividades distintas da original, como também serão utilizadas por outros homens. O mesmo ocorre com as novas necessidades, que irão ser introjetadas por outros indivíduos, criando-se, portanto, possibilidades tão variadas para o atendimento destas novas necessidades, que seriam impossíveis se estas não tivessem se *generalizado*.

Diante disso, fica claro que o homem, ao final do processo de trabalho, já não é mais o mesmo; ele transformou a natureza, mas também se transformou: nem sua “corporalidade” nem sua consciência a respeito do mundo são mais as mesmas. Lembremos o que afirma Marx: “[o homem] ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (1988a, p. 142). Fica claro, ainda, que estamos em face de um processo que ultrapassa os limites da esfera natural, já que se trata de um processo de caráter extremamente social e que foi fundado, exclusivamente, pelo trabalho. Assim, é a partir do intercâmbio orgânico com a natureza que o homem se complexifica enquanto *ser*, afastando-se das barreiras naturais (mas não as eliminando), tornando-se um *ser social*.

Em vista disso é que, em outro momento, afirmamos, conforme Lukács, que a esfera social representa um salto de qualidade em relação à esfera natural (inorgânico mais orgânico). O *ser social* ultrapassa a condição de ser meramente natural e, nesse sentido, ocorre uma ruptura com o modo de operar peculiar da natureza. No entanto, ao mesmo tempo, a natureza continua sendo o pressuposto (o fundamento) da sociedade e, portanto, o *ser social* possui, também, continuidade em relação ao *ser natural*. Segundo Lessa,

As diferenças qualitativas entre o inorgânico e a vida, e entre a natureza e a sociedade, são tão grandes que entre a esfera inorgânica, a esfera da vida e o mundo dos homens encontramos rupturas além das continuidades; em outras palavras, o fato de não haver sociedade que não tenha por base a natureza em nada se opõe ao outro fato, tão verdadeiro quanto, de que as leis do desenvolvimento social são ontologicamente distintas das leis da biologia, da física e da química (as leis naturais) (2007, p.133).

Como podemos observar, as esferas inorgânica, orgânica e social são ontologicamente distintas, considerando que operam com leis próprias, qualitativamente diferentes. Há, de uma esfera para outra, um salto ontológico. Nas palavras de Lessa (2007, p. 140-1), o surgimento da vida “configurou um salto ontológico uma vez que a passagem do inorgânico ao orgânico fez aparecer na natureza, que até então era composta apenas por processos químicos e físicos, algo absolutamente novo, a reprodução biológica.” E isto se repete com o surgimento do ser humano, já que

Trata-se, mesmo, de um salto: o surgimento da espécie humana não configura uma necessidade da evolução biológica nem o desdobramento de uma programação genética — é uma autêntica ruptura nos mecanismos e regularidades naturais. O surgimento da vida trouxe à existência uma nova categoria, a reprodução biológica; de modo análogo, a gênese do ser social corresponde ao aparecimento de uma categoria radicalmente nova, que não pode ser derivada da natureza: a reprodução social. Com o ser humano desenvolve-se um novo tipo de ser, uma nova materialidade, até então inexistente, e cujas peculiaridades não se devem à herança biológica nem à programação genética — um tipo de ser radicalmente inédito, o ser social (LESSA, 2007, 141).

Portanto, o novo tipo de *ser* (o *ser social*) surge graças ao trabalho. Ademais, convém ressaltar que as novas possibilidades e necessidades que são fundadas pelo trabalho vão, em um determinado momento, extrapolar o campo da relação homem-natureza, dando-se no campo das relações entre os próprios homens e, sendo assim, passam a exigir o desenvolvimento de outras atividades humanas

(diferenciadas do trabalho) para sua concretização (no caso das possibilidades) e satisfação (no caso das necessidades). Tais atividades, apesar de se distanciarem do trabalho, pressupõem-no como atividade fundadora e, portanto, possuem nele um *modelo primário*.

Lukács explica que

O caráter dialético do trabalho como **modelo da práxis social** aparece aqui exatamente no fato de que esta última, nas suas formas mais evoluídas, apresenta muitos desvios com relação ao próprio trabalho. Já descrevemos anteriormente uma outra forma destas complicações mediatas, porém ligadas em muitos aspectos àquela da qual estamos falando agora. Ambas as análises mostram que o trabalho é a forma fundamental e por isso mais simples e clara daqueles complexos cuja mútua presença forma a peculiaridade da práxis social. Exatamente por isso é preciso sublinhar sempre de novo que as marcas específicas do trabalho não podem ser transferidas sem mais nem menos para formas mais complexas da práxis social. A identidade de identidade e não-identidade, a que já nos reportamos muitas vezes, remonta, nas suas formas estruturais, de acordo com o nosso entendimento, ao fato de que o trabalho realiza materialmente a relação radicalmente nova do intercâmbio orgânico com a natureza, ao passo que as outras formas mais complexas da práxis social, na sua grandíssima maioria, pressupõem este intercâmbio orgânico com a natureza, este fundamento da reprodução do homem na sociedade (1981, grifo nosso).

No capítulo sobre o trabalho da *Ontologia*, Lukács tece comentários iniciais sobre como outros *complexos sociais*, outras *práxis*, são fundados pelo trabalho, porém se diferenciando deste. Ele toma o exemplo dos *complexos* da ética e da moral, do *reino da liberdade* e comenta um pouco, inclusive, sobre o Direito. Apenas no capítulo sobre a reprodução social é que Lukács desenvolve este tema com mais precisão. Mas, já no capítulo que analisamos (*O trabalho*), percebemos que todas estas novas atividades humanas continuam a ser uma síntese de *teleologia* e *causalidade* postas, sendo o trabalho, deste modo, o *modelo da práxis social*.

Enfim, a nosso ver, para Marx, Lukács e Lessa, o trabalho situa-se no campo do intercâmbio orgânico entre homem e natureza. As atividades que se dão no intercâmbio entre os próprios homens são fundadas pelo trabalho, mas se distinguem dele. Para os três teóricos, o trabalho é “a categoria fundante do mundo dos homens” (LESSA, 2007, p. 142). Assim,

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais

(MARX, 1988a, p. 146).

E, acrescenta Marx: “a natureza geral do processo do trabalho não se altera, naturalmente, por executá-lo o trabalhador para o capitalista, em vez de para si mesmo (1988a, p. 147). Logo, o que foi apresentado até aqui consiste no trabalho em seus *elementos universais*, que persistem em qualquer sociedade, mesmo que mistificados em processos *alienatórios*. Os elementos que acrescentaremos daqui em diante são peculiares ao capitalismo, portanto, não correspondem ao *ser-precisamente-assim* do trabalho.

## **2.2 Acumulação primitiva: constituição da relação-capital**

Como vimos, os homens constroem sua história por meio do trabalho. Isto é, o trabalho é o fundamento do ser social e a sociedade é a forma particular de este ser existir (NETTO; BRAZ, 2007). Várias sociedades foram constituídas por meio do trabalho baseado na relação de exploração do homem pelo homem. Nesta condição, eram sociedades desiguais, como no modo de produção asiático, escravista ou feudal. Mas, em nenhuma destas sociedades, o trabalho assumiu uma forma tão contraditória como no capitalismo, tendo em vista a promoção de uma desigualdade social sem precedentes, empurrando a humanidade para a autodestruição (NETTO; BRAZ, 2007).

A exploração sofrida pelo proletariado produz os resultados mais destruidores e desumanizadores que se pode identificar no curso da história, dentre os quais está a degradação da saúde. Para compreender estes resultados, se faz necessário resgatar o processo originário, a pré-história, da sociedade capitalista. Neste processo, estão os fundamentos para a questão que estudamos.

Esse processo originário é muito bem apresentado por Marx no capítulo XXIV de *O Capital*, livro primeiro, Tomo II: *A assim chamada acumulação primitiva*. Neste capítulo, há uma detalhada descrição dos acontecimentos da Inglaterra, por volta dos séculos XV, XVI e XVII, rumo à consolidação do modo de produção capitalista. Para o filósofo alemão, a *acumulação primitiva* representa a decomposição da sociedade feudal, é o processo histórico que dissocia o produtor direto dos meios de produção – ainda não é propriamente capitalismo, é apenas o seu ponto de partida (MARX, 1988b).

Com a crise do feudalismo – momento de grande penúria e escassez – as relações de produção feudais vão se dissolvendo, à medida que outras alternativas vão se mostrando mais adequadas, tendo em vista o crescimento do comércio, dos burgos, das oficinas etc. Marx (1988b) demonstra que ocorre a dissolução das relações de vassalagem e a expropriação do camponês de suas terras (mediante o uso da força), que fica privado de seus meios de produção. Surge uma situação estruturalmente antagônica: de um lado, um pequeno grupo de homens detentores dos meios de produção – as terras usurpadas dos camponeses autônomos, os antigos feudos e, mais tarde, as oficinas, indústrias e matérias-primas necessárias à produção – e, do outro lado, os homens expulsos de sua base fundiária, despossuídos de tudo, a não ser a sua vitalidade.

Um exemplo típico do que mencionamos acima foi a expansão da manufatura de lã. Tal prática exigia força de trabalho empregada diretamente na produção, assim como e principalmente, que as terras, antes utilizadas para agricultura, passassem a servir para a criação de ovelhas. Este foi um dos principais motivos da expulsão do camponês de sua base fundiária e, também, do cercamento das terras comunais por proprietários privados. Assim, a proporção de terras entre pastagem e lavoura passou de 1:2 para 3:1 do século XIV para o século XVI (MARX, 1988b).

A concentração de terras se deu muito rapidamente. Marx (1988b) traz relatos que mostram que vinte e quatro arrendamentos se transformaram em três, o que pertencia a vinte ou trinta arrendatários passou para as mãos de quatro ou cinco criadores de gado. Vale dizer que todo esse processo de expropriação se deu mediante o uso de violência. O próprio Estado legitimava tal prática, através de leis que favoreciam as elites. Segundo Marx,

a forma parlamentar do roubo é a das *Bills for Inclosures of Commons* (leis para o cercamento da terra comunal), em outras palavras, decretos pelos quais os senhores fundiários fazem presente a si mesmos da terra do povo, como propriedade privada, decretos de expropriação do povo (1988b, p. 259).

Temos o exemplo da duquesa de *Sutherland*, que transformou seus domínios em pastagens, expulsando 15.000 aborígenes gaélicos, substituindo-os por 131.000 ovelhas<sup>17</sup>. Estes homens usurpados, eram tratados com extrema violência e

---

17 Marx explica que a duquesa de *Sutherland*, “pessoa economicamente instruída[,] decidiu, logo ao assumir o governo, empreender uma cura econômica radical e transformar todo o condado, cuja população já havia antes, mediante processos semelhantes, sido reduzida a 15 mil, em pastagem de

repressão, sufocando as possibilidades de revoltas. Eles eram açoitados, mutilados e enforcados, no que Marx (1988b) designou de legislação sanguinária.

Nestas condições, as estruturas feudais vão sucumbindo e liberando os elementos para um novo modo de produção. Os homens despossuídos dos meios de produção viram-se obrigados a vender sua força de trabalho em troca de um salário. Estavam postas, assim, as condições básicas para a constituição do capitalismo: a propriedade privada dos meios de produção e a relação de assalariamento do produtor direto. Surge, então, a *relação capital-trabalho* ou, simplesmente, *relação-capital*, num processo no qual os meios de produção e a força de trabalho são utilizados para a produção de valores de troca, de mercadorias, possibilitando acúmulo de capital por parte dos proprietários dos meios de produção.

A expropriação do camponês de seus meios de subsistência arruinou a indústria doméstica, fez nascer a indústria moderna e o capital industrial. No entanto, convém salientar que as manufaturas, a nova indústria e os novos arrendamentos de terra não absorviam os trabalhadores na mesma proporção que o feudalismo liberava seus servos. Além disso, os salários eram baixíssimos; basta lembrar o estatuto da rainha Elizabeth, que prescrevia punições para os patrões que pagassem salários acima dos legais (MARX, 1988b).

Marx afirma que

Na realidade, a usurpação da terra comunal e a revolução da agricultura que a acompanhou tiveram efeitos tão agudos sobre o trabalhador agrícola que (...) entre 1765 e 1780, seu salário começou a cair abaixo do mínimo e a ser complementado pela assistência oficial aos pobres. Seu salário, diz ele, "bastava apenas para as necessidades vitais absolutas" (1988b, p. 260).

Com isso, houve aumento da exploração e elevação do número de excluídos,

---

ovelhas. De 1814 até 1820, esses 15 mil habitantes, cerca de 3 mil famílias, foram sistematicamente expulsos e exterminados. Todas as suas aldeias foram destruídas e arrasadas pelo fogo, todos os seus campos transformados em pastagem. Soldados britânicos foram encarregados da execução e entraram em choque com os nativos. Uma velha senhora foi queimada nas chamas da cabana que ela se recusava a abandonar. Dessa forma, essa madame apropriou-se de 794 mil acres de terras, que desde tempos imemoriais pertenciam ao clã. Aos nativos expulsos ela destinou aproximadamente 6 mil acres de terras, 2 acres por família, na orla marítima. Os 6 mil acres tinham até então estado desertos e não haviam proporcionado nenhuma renda aos proprietários. A duquesa foi tão longe com seus nobres sentimentos a ponto de arrendar por 2 xelins e 6 pence, em média, o acre de terra às pessoas do clã que desde séculos tinham vertido seu sangue pela família. Ela dividiu toda a terra roubada ao clã em 29 grandes arrendamentos para a criação de ovelhas, cada um habitado por uma única família, na maioria servos ingleses de arrendatários" (1988b, p. 262-3).

gerando um enorme *exército industrial de reserva*, fundamental para o crescimento da indústria. Para estes homens, restava apenas a miséria, a falta de alimento, de habitação, de vestuário, do básico para “ser” humano. Nesta população tem-se as condições para o desenvolvimento de um impiedoso processo de adoecimento, com altos índices de mortalidade infantil, desnutrição, doenças contagiosas etc.

Somem-se a esse processo de acumulação as riquezas provindas das colônias, do trabalho forçado nas minas da América ou das caças na África. Marx afirma que

O sistema colonial fez amadurecer como plantas de estufa o comércio e a navegação. As “sociedades *monopolia*” (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em expansão, as colônias asseguravam mercado de escoamento e uma acumulação potenciada por meio do monopólio de mercado. O tesouro apresado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital. A Holanda, que primeiro desenvolveu plenamente o sistema colonial, atingira já em 1648 o apogeu de sua grandeza comercial (1988b, p. 277, grifo da obra).

A apropriação dessas riquezas deu um enorme impulso à acumulação de capital, sendo decisiva para a pré-história do capitalismo.

Nasce o modo de produção capitalista, a indústria moderna e a exploração como nunca antes se viu. Em síntese, esse é o processo que explica o fato de que

os primeiros [burgueses] acumularam riquezas e os últimos [proletários], finalmente, nada tinham para vender senão sua própria pele. E desse pecado original data a pobreza da grande massa que até agora, apesar de todo seu trabalho, nada possui para vender senão a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham parado de trabalhar (MARX, 1988b, p. 251).

Ou seja, são postos os elementos reais, os pressupostos necessários a uma nova forma de organizar a vida social. A história humana iria se deparar com as mazelas sociais mais perversas que os homens são capazes de produzir e, não obstante, estão postos os fundamentos para a questão da saúde dos trabalhadores.

### **2.3 Trabalho abstrato: forma de trabalho determinada pelas necessidades do capital**

É na sociedade capitalista que a força de trabalho assume a forma de

mercadoria<sup>18</sup>, e esta é a condição decisiva para a concretização da exploração que sofrem os “trabalhadores livres”. Marx (1988a) assinala que o capitalista visa a apropriação do sobrevalor produzido pela utilização da mercadoria força de trabalho, uma vez que paga ao trabalhador apenas o equivalente ao (mínimo) necessário a sua reprodução e não o correspondente ao mais-valor criado pela sua utilização. Em linhas gerais, na extração de mais-valia<sup>19</sup> se constitui a exploração do proletariado, embora não apenas nesta.

Além disso, é no capitalismo que a produção está organizada para produzir coisas que possuem, além de um *valor de uso*<sup>20</sup>, um *valor de troca* – mercadorias. Por tal motivo, Marx afirma que “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma **imensa coleção de mercadorias** e a mercadoria individual como sua forma elementar” (1988a, p. 45, grifo nosso).

Convém lembrarmos que “o valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço” (MARX, 1988a, p. 46). Isto significa dizer que o *valor de troca* pressupõe o *valor de uso*, além de consistir na forma peculiar (ao capitalismo) de igualar *valores de uso* diferentes, de viabilizar as trocas mercantis.

Nessas condições, ao se igualar *valores de uso* diferentes, precisa-se determinar o que há em comum entre eles. Ou seja, o que determina a *grandeza de valor* de cada bem produzido e que permite igualá-los. De acordo com Marx é

Por meio do *quantum* nele contido da “substância constituidora do valor”, o trabalho. A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, dia etc. (1988a, p. 47, grifo da obra).

É a quantidade de trabalho (medida em tempo de trabalho) despendida em

---

18 “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção” (MARX, 1988a, p. 45).

19 Mais-valia é a forma peculiar de existência do trabalho excedente no modo de produção capitalista (MARX, 1988a).

20 Lembramos que, nas palavras de Marx, “a utilidade de uma coisa faz dela um **valor de uso**. (...) Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem aquele. O corpo da mercadoria mesmo, como ferro, trigo, diamante etc. é, portanto, um valor de uso ou bem. Esse seu caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho (1988a, p. 45-6, grifo nosso).

uma mercadoria que permite compará-la a outra mercadoria, viabilizando uma troca.

Marx continua:

O trabalho, entretanto, o qual constitui a substância dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho do homem. A força conjunta de trabalho da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única e a mesma força de trabalho do homem, não obstante ela ser composta de inúmeras forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho do homem como a outra, à medida que possui o caráter de uma força média de trabalho social, e opera como tal força de trabalho socialmente média, contanto que na produção de uma mercadoria não consuma mais que o trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário (1988a, p. 47-8).

Quanto mais *trabalho socialmente necessário* exige a produção de uma mercadoria, maior é a *grandeza de valor* desta. “O valor de uma mercadoria está para o valor de cada uma das outras mercadorias assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra” (MARX, 1988a, p. 48).

Contudo, ao se igualar coisas tendo como referência o trabalho em média socialmente gasto para produzi-las, eliminam-se todas as suas outras qualidades, aquelas propriedades que determinaram sua utilidade (seu *valor de uso*), suas diferenças, reduzindo o produto de processos de trabalho diversos às horas ou minutos trabalhados. Isto é,

Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. Entretanto, o produto do trabalho também já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensoriais se apagaram. Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato (MARX, 1988a, p. 47).

Para possibilitar que as mercadorias sejam trocadas no mercado é preciso, pois, que o trabalho seja reduzido ao *trabalho abstrato*. Assim, o trabalho assume a forma de atividade produtora de *valor de troca* (e esta condição não passa de um necessidade do capital), mesmo sem abandonar sua característica universal de

produtor de *valor de uso* (já aqui, temos uma condição de caráter ontológico).

Ademais, destacamos que nessa relação de troca, uma mercadoria assume a condição de *forma relativa de valor*, à outra, de *forma equivalente*. Por exemplo:

Duas mercadorias diferentes, A e B, em nosso exemplo linho e casaco, representam aqui, evidentemente, dois papéis distintos. O linho expressa seu valor no casaco, o casaco serve de material para essa expressão de valor. A primeira mercadoria representa um papel ativo, a segunda um papel passivo. O valor da primeira mercadoria é apresentado como valor relativo ou ela encontra-se sob forma relativa de valor. A segunda mercadoria funciona como equivalente ou encontra-se em forma equivalente (MARX, 1988a, p. 54).

Por conseguinte, a mercadoria que assume a *forma relativa* (no exemplo: a mercadoria A ou o linho) tem seu valor tomado em relação a uma outra mercadoria, ou, dito de outro modo, ela expressa seu valor numa segunda mercadoria. Já esta última, assumindo a *forma equivalente* (no exemplo: mercadoria B ou o casaco), torna-se o ponto referencial para a *forma relativa*, “serve de material para a expressão de valor”. Porém, é importante ressaltar que uma mercadoria que expressou seu valor numa outra mercadoria equivalente, numa relação de troca seguinte poderá representar a *forma equivalente*, e não mais a *relativa*. Logo, a condição de uma mercadoria ser *forma relativa* ou *equivalente* de valor não é fixa:

Se uma mercadoria encontra-se sob a forma relativa de valor ou sob a forma oposta, a forma equivalente, depende exclusivamente da posição que essa mercadoria ocupe na expressão de valor, em cada momento, ou seja, se é a mercadoria cujo valor é expresso ou aquela na qual é expresso o valor (MARX, 1988a, p. 55).

Por vezes, ao longo da história, uma ou outra mercadoria predominou como sendo a de *valor equivalente* na maioria das relações de troca. Dentre estas, o ouro possuiu, historicamente, uma posição de destaque, tendo sido costumeiramente o “material para essa expressão de valor” de outras mercadorias, determinando, inclusive, o progresso desta forma de valor (*equivalente*) ao que conhecemos hoje como *forma de valor dinheiro*. Segundo Marx, “o progresso apenas consiste em que a forma de permutabilidade direta geral ou a forma equivalente geral se fundiu agora definitivamente, por meio do hábito social, com a forma natural específica da mercadoria ouro” (1988a, p. 69). Ou seja, a partir da legitimidade social do ouro como *equivalente geral* surgiu a *forma dinheiro*, e esta passou por diversas

transformações (afastando-se do próprio ouro) até atingir sua expressão contemporânea. Desta maneira, no capitalismo maduro, a *forma dinheiro de valor* funciona, universalmente, como forma *equivalente geral de valor*, o que, sem dúvidas, ampliou e dinamizou absurdamente as possibilidades de trocas entre as mercadorias as mais diversas, produzidas em lugares os mais distintos.

Pelo que vimos até aqui, o valor das mercadorias capitalistas está cunhado ao *valor de troca*, requer a redução do que é produzido à condição de mercadoria, abstraindo as qualidades que determinam a utilidade do produto, eliminando o que há de especial em cada processo de trabalho, igualando-os, tomando o trabalho numa forma indiferenciada – o *trabalho abstrato*. Assim, ocorre uma *subsunção* do *valor de uso* ao *valor de troca*, das necessidades efetivamente humanas às necessidades de produção e reprodução do capital, ou ainda, do trabalho ao *trabalho abstrato* (ao capital).

Apesar de Marx mencionar, no capítulo V de *O Capital*, o caráter produtivo do trabalho, é no capítulo XIV que ele desenvolve e aprofunda este conceito, uma vez que ele vem a considerar as características fundamentais do modo de produção capitalista. Vejamos o que diz Marx:

O produto transforma-se, sobretudo, do produto direto do produtor individual em social, em produto comum de um trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho. Com o caráter cooperativo do próprio processo de trabalho amplia-se (*erweiter sich*), portanto, necessariamente o conceito de trabalho produtivo e de seu portador, do trabalhador produtivo. Para trabalhar produtivamente, já não é necessário, agora, pôr pessoalmente a mão na obra; basta ser órgão do trabalhador coletivo, executando qualquer uma de suas subfunções (1988b, p. 101).

E acrescenta:

Por outro lado, porém, o conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital (MARX, 1988b, p. 101).

Nesse sentido, Marx amplia e estreita o conceito de trabalho produtivo. Amplia no sentido de que, sob a regência do capital e com a divisão social do trabalho, para ser trabalhador produtivo “não é necessário, agora, pôr pessoalmente a mão na

obra; basta ser órgão do trabalhador coletivo<sup>21</sup>” (MARX, 1988b, p. 101). Contudo, ao mesmo tempo, há um estreitamento deste mesmo conceito, visto que, como já explicamos, o trabalho sob regência do capital assume a condição de mero produtor de mercadorias, sendo reduzido a *trabalho abstrato*. Nesta condição, o trabalhador é obrigado a se submeter à relação de assalariamento, na qual lhe é usurpado o mais-valor de seu trabalho, e é disto que se constitui a restrição do conceito: “Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital” (MARX, 1988b, p. 101).

Da afirmação de Marx, Lessa (2007, p. 154) ainda conclui que o “trabalhador coletivo é sempre um trabalhador produtivo”, uma vez que

na sociedade capitalista desenvolvida, é função do trabalhador coletivo atender à “determinação original (...) de trabalho produtivo derivada da própria natureza da produção material”, ou seja, o intercâmbio com a natureza; cabe a ele exercer a função social de converter a natureza nos meios de produção e de subsistência indispensáveis à reprodução social. Contudo, se isto é válido para o “trabalhador coletivo” “considerado como” totalidade, “já” não o é “para cada um de seus membros, tomados isoladamente”. Há, portanto, no interior do trabalhador coletivo, a “manipulação do objeto de trabalho” e outras atividades que auxiliam mas não realizam imediatamente esta manipulação — sem que isso cancele o fato de que a função social do trabalhador coletivo “como um todo” (*als Gesamtheit*) seja a transformação da natureza em meios de produção e subsistência. Portanto, após a Revolução Industrial, a “condição natural eterna da vida humana” (Marx, 1983: 153), o trabalho que converte a natureza nos valores de uso é uma função social que passa a ser exercida predominantemente pelo trabalhador coletivo — considerado em “sua totalidade” (LESSA, 2007, p. 151).

Desse modo, há de se considerar que existem diversas subfunções componentes do trabalhador coletivo que, consideradas isoladamente, podem ou não ser trabalho produtivo. Mas, todas as funções combinadas, no seu conjunto, estão incumbidas da transformação da natureza, da produção da mais-valia, sendo, deste modo, trabalho produtivo.

Cabem, ainda, três ressalvas: nem todo intercâmbio orgânico entre homem e natureza é realizado pelo trabalhador coletivo; há trabalho produtivo fora do

---

21 Lessa (2007, p. 150, nota 83) alerta “que, por 'coletividade' do trabalho, pelo caráter 'coletivo' do trabalho, Marx expressa a alienação do trabalho pelo capital através de uma forma de cooperação entre os trabalhadores individuais que não apenas potencializa a força produtiva de cada um, como ainda subordina ferreamente esta potencialização à produção de mais-valia e não à 'produção em geral', à produção movida pelas necessidades humanas. No caráter coletivo do trabalho abstrato, portanto, é imprescindível eliminar toda ressonância de positividade que os termos 'coletivo' e 'coletividade' possam ter. Trabalhador coletivo é uma forma histórica particular de alienação, aquela que resulta da divisão social do trabalho sob o capital e que, entre outras coisas, opõe 'como inimigos' o 'trabalho manual' e o 'trabalho intelectual'.”

trabalhador coletivo; e o fato de os membros do trabalhador coletivo estarem “mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho” (MARX, 1988b, p. 101) não significa que o trabalho intelectual faça parte deste. Expliquemos cada uma.

A respeito da primeira ressalva, temos de considerar que existem atividades nas quais há o intercâmbio orgânico com a natureza (e, portanto, são trabalho) que não se organizam na forma de cooperação, como um combinado de trabalhadores, não sendo, por conta disto, parte do trabalhador coletivo. De acordo com Lessa,

Vale lembrar que, se é função social do trabalhador coletivo enquanto totalidade o trabalho que converte a natureza nos valores de uso, o inverso não é necessariamente verdadeiro. Pois nem toda a transformação da natureza em valores de uso é organizada sob a forma de cooperação que marca o trabalhador coletivo, como ocorre com freqüência entre os camponeses ou com os artesãos. Ainda que estes setores tendam a perder sua importância com o desenvolvimento das relações sociais capitalistas, ainda assim não há uma absoluta identidade entre trabalhador coletivo e transformação da natureza (2007, p. 151, nota 85).

Dessa maneira, não se pode deduzir que uma atividade faça parte do trabalho coletivo simplesmente porque ela transforma a natureza.

Sobre a segunda ressalva, observamos que aqueles trabalhadores que não produzem capital, apenas o valorizam (pois geram mais-valia), são, também, produtivos, porém não compõem o trabalhador coletivo. Para compreendermos melhor esta assertiva é preciso esclarecer as diferenças entre produzir capital e apenas valorizá-lo. Isto implica diferenciarmos, também, o proletariado dos outros trabalhadores (assalariados) produtivos. Neste quesito, Lessa, baseado no que diz Marx no capítulo XIV, apresenta quatro diferenças decisivas. Observemos quais são a seguir:

1) Todo conteúdo da riqueza material é produzido a partir da transformação da natureza. Por conseguinte, somente aqueles indivíduos que executam o intercâmbio orgânico com a natureza são produtores de riqueza e, conseqüentemente, de capital. A esta classe social podemos chamar de proletariado. Marx afirma que “por ‘**proletário**’ só se deve entender economicamente o assalariado que produz **e** valoriza ‘capital’” (Marx, 1988b, p. 179 nota 70, grifo nosso), não aquele que produz **ou** valoriza. De acordo com Lessa,

O capital social global se amplia ao final do trabalho proletário pelo acréscimo da nova riqueza plasmada em um meio de subsistência ou produção; isto é, em um objeto que é natureza transformada e que, por isso, continua a existir após o término do processo de trabalho. Ao final do

trabalho proletário, a sociedade conta com mais carros, mais prédios, mais comida, mais roupas, mais energia, mais tijolos, mais ferro, alumínio, cobre etc. etc. O montante total da riqueza social se ampliou pela introdução nas relações sociais de uma nova porção da natureza convertida em meio de trabalho ou de subsistência. É isto ao que Marx se refere ao falar do “conteúdo material da riqueza social”: ao produzir valores de uso pela transformação da natureza, o trabalho (seja ele primitivo, escravo, servil ou proletário) produz todo o “conteúdo material da riqueza social”, seja qual for a “forma social desta” (2007, p. 166, grifo da obra).

Em contrapartida, os assalariados não proletários não convertem a natureza em riqueza, não produzindo capital. Mas, por gerarem mais-valia, crescem valor ao capital, sendo trabalhadores produtivos. É o que acontece com o professor contratado para dar aulas numa escola privada, como no exemplo dado por Marx:

Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar (1988b, p. 101-2).

Lessa analisa o exemplo de Marx:

Nesta [“na fábrica de ensinar”], a relação de exploração não inclui a produção de um novo *quantum* do “conteúdo material da riqueza”, mas apenas a produção de mais-valia. O dono da escola vende aos pais dos alunos as aulas que ele comprou dos professores; retirados os salários dos professores e os custos da escola do montante recebido sob a forma de mensalidades, resta sua mais-valia. O dono da escola se enriqueceu, tal como ocorre com o proprietário da “fábrica de salsichas”. Mas a semelhança termina aí. Pois o trabalho do professor não produz qualquer meio de subsistência ou de produção. **Ao terminar a aula, esta já foi consumida, nada restando dela para ser acrescentado ao montante total do “conteúdo material da riqueza” já existente** (LESSA, 2007, p. 167, grifo nosso).

O mesmo ocorre com jornalistas, assistentes sociais, médicos, enfermeiros etc.<sup>22</sup> que exercem suas funções nas empresas. São trabalhadores assalariados e deles é extraído mais-valia, sendo, por isso, trabalhadores produtivos – e nisto se identificam com o proletariado –; no entanto, por não transformarem a natureza em riqueza, suas atividades não podem ser consideradas produtoras de capital – e nisto se distinguem do proletariado.

<sup>22</sup> De acordo com o que apresentamos do capítulo V de *O Capital*, tais atividades não podem ser consideradas trabalho, em seu sentido genérico, numa abordagem ontológica.

Ressaltamos, ainda, que o capitalista, ao usurpar a riqueza produzida pelo trabalho proletário, enriquece, mas continua a necessitar de mercadorias que não produz (meios de subsistência, novos meios de produção etc.), tendo de recorrer ao mercado para comprá-las e fazendo com que a riqueza produzida pelo proletário circule. Ele também paga impostos ao Estado, compra serviços (como os ofertados pelas escolas, hospitais etc.), distribuindo por toda a sociedade a riqueza que foi usurpada. Deste modo, o conteúdo material da riqueza se distribui (desigualmente, é claro) por vários setores, assumindo a forma de imposto em um momento, para se transformar em salário do funcionário público em outro, ou ainda, servindo, hoje, para a compra de um serviço de educação ou de saúde prestado por uma empresa burguesa, para amanhã ser o salário pago ao professor ou ao médico. Enfim, diante de tudo isto, apesar de os assalariados não proletários não produzirem riqueza (apesar de produzirem mais-valia), eles possibilitam que a riqueza do burguês se amplie, uma vez que, ao serem explorados, direcionam parte do que foi produzido pelo proletariado para o bolso do burguês (LESSA, 2007).

Por fim, os assalariados não proletários que valorizam o capital, mesmo sendo trabalhadores produtivos, não estão numa relação de manipulação com o objeto de trabalho, pois suas atividades não são uma das subfunções do trabalho manual que, em conjunto, transformam a natureza. Deste modo, não fazem parte do trabalhador coletivo. Por conseguinte, “o trabalhador coletivo é sempre um trabalhador produtivo, ele sempre produz mais-valia. Todavia, o inverso não é verdadeiro. Nem todo trabalhador produtivo é trabalhador coletivo” (LESSA, 2007, p. 154).

2) A *práxis* dos assalariados não proletários é distinta da *práxis* do proletariado. Enquanto este atua transformando a natureza, aqueles desenvolvem atividades entre os próprios homens. Segundo Lessa,

No caso do proletário, temos o “processo entre homem e natureza”; no caso do professor [e dos outros assalariados não proletários], a relação é exclusivamente entre seres humanos. Isto não significa que a *práxis* do professor não tenha que recorrer a instrumentos que são natureza transformada, como o giz e a sala de aula. Mas a função social do professor não é a produção destes produtos, mas sim atuar na transformação da substância da personalidade de seus alunos pelo ensino de novos conhecimentos, costumes, valores, etc. O que, também, não significa dizer que o intercâmbio orgânico com a natureza não seja social, mas apenas que o proletário e o professor objetivam atos teleológicos orientados a finalidades substancialmente diversas: o primeiro transforma a natureza, o segundo, a substância social da personalidade de seus alunos (2007, p.

173).

No intercâmbio orgânico com a natureza, o homem atua sobre um objeto de trabalho (que será sempre natureza ou matéria-prima) através da mediação de meios de trabalho (sempre obtidos na natureza). Já no intercâmbio entre os homens, os elementos da natureza podem até se fazer presentes como auxiliares, mas não há “realização, na 'matéria natural' do 'objetivo' humano” (LESSA, 2007, p. 137). O assalariado não proletário sempre atua sobre *complexos sociais* (que se distinguem do natural), e sua atividade não é, no sentido ontológico, trabalho, nem possui um objeto de trabalho.

Vejamos a argumentação de Lessa:

A mediação entre o proletário e sua matéria são as ferramentas, as máquinas, o “trabalho morto”, os “meios de produção”, enfim. As mediações entre professor e os alunos são a linguagem, a cultura; os seus instrumentos específicos são questionários, aulas, pesquisas, provas etc. Em um caso, a ideologia comparece apenas em um pólo da relação (proletário/natureza), no outro caso a ideologia está presente como mediação ineliminável nos dois pólos da relação (professor/ aluno) (2007, p. 173-4).

O autor prossegue, confirmando que não podemos falar em objeto de trabalho quando se trata do intercâmbio entre os homens:

Os complexos sociais, portanto, **não fazem parte do “objeto do trabalho”** e nem podemos denominá-los de “matéria-prima”. O mestre-escola não se debruça, ao produzir mais-valia, sobre qualquer matéria-prima. O mesmo pode ser dito do assistente social e da “questão social” (LESSA, 2007, p. 174, grifo nosso).

Desse modo, o proletário e os outros assalariados se distinguem, também, pela sua *práxis*. O proletário sempre produzirá riqueza e sempre produzirá capital, sendo sempre trabalhador produtivo. Os assalariados não proletários não produzem riqueza, apenas podem valorizar o capital, podendo ser, a depender de onde executem sua atividade (esfera privada ou pública), produtivos ou não.

3) Considerando o que afirmamos sobre as duas primeiras diferenças, concluímos, ainda, que apenas o produto final do trabalho proletário pode ser acumulado. Para Lessa,

só a mercadoria produzida pelo proletário no intercâmbio orgânico com a natureza pode servir de meio para a acumulação do capital. O mesmo não

se pode dizer da mercadoria produzida, por exemplo, pelo mestre-escola. (...) Pode-se acumular um montante de capital em toneladas de ferro, prédios, barras de ouro ou estoques de carro. Contudo não se pode acumular capital sob a forma de tantas horas de aulas de um mestre-escola (2007, p. 176).

Apenas o proletário transforma a natureza, produz capital e possibilita o seu acúmulo. O produto do trabalho não proletário é consumido totalmente durante o processo, não é um meio de subsistência nem de produção, ou seja, “não resulta qualquer produto final que possa servir de meio de acumulação” (LESSA, 2007, p. 177).

4) Por fim, proletários e assalariados não proletários pertencem a classes sociais distintas, visto suas diferentes inserções na esfera produtiva e, lembremos, como só o proletariado produz riqueza, todas as outras classes vivem do que foi produzido por esta classe social. Nesse sentido,

não apenas a burguesia, mas todas as outras classes não proletárias vivem da apropriação do excedente do trabalho proletário, seja diretamente sob a forma de mais-valia, como faz a burguesia, seja indiretamente através de salários pagos pelo Estado ou pelos capitalistas ou, ainda, seja através da renda da terra. E o fato de o professor em uma “fábrica de ensinar” ser produtor de mais-valia não altera este fato (LESSA, 2007, p. 179).

Diante de tal condição, os assalariados não proletários se aproximam dos proletários quando se trata de lutar por melhores salários e jornadas de trabalho. Isto é, identificam-se com a classe proletária, pois também são explorados pelos capitalistas. Contudo, a exploração do trabalho proletário é condição de existência para seus salários, ou seja, vivem indiretamente da exploração do proletariado e, neste ponto, se aproximam dos interesses burgueses e da propriedade privada. Todos os que não são proletários nem burgueses são considerados membros das classes de transição, e devemos considerar que

A sua heterogeneidade, qualitativamente maior que a dos proletários e burgueses, bem como a sua extensão no tecido social, faz com que nunca se apresentem como um bloco político e ideologicamente homogêneo. Nos momentos em que o confronto entre a burguesia e o proletariado se acirra, a tendência é estes setores se dividirem entre o apoio à manutenção da propriedade privada burguesa e o apoio ao projeto comunista, proletário. Em não poucos momentos da história, a capacidade da burguesia ou dos revolucionários atraírem para si o apoio político destes setores determinou o resultado dos embates. E, em futuros momentos de intensificação das lutas de classe, de que modo estes setores se repartirão entre a burguesia e o proletariado dependerá fundamentalmente da conjuntura, da luta político-ideológica e da interação dessas lutas com o desenvolvimento da crise

revolucionária (LESSA, 2007, p. 182).

Portanto, a única classe que vive do seu trabalho é o proletariado; apenas este não tem nada a perder com o fim da propriedade privada, sendo, por conta disso, a única classe revolucionária (LESSA, 2007). Todavia, chegando-se a um momento de revolução proletária, será decisivo conquistar o apoio das classes de transição.

A partir das quatro diferenças apresentadas por Lessa, fica claro que os proletários sempre serão parte do trabalhador coletivo, logo, sempre produtivos. Ao passo que os assalariados não proletários podem, em determinadas condições, ser produtivos, mas nunca parte do trabalhador coletivo, pois não estão numa relação de manipulação com o objeto de trabalho e suas atividades não são uma das subfunções do trabalho manual que, em conjunto, transformam a natureza. Por conseguinte, “o trabalhador coletivo é sempre um trabalhador produtivo, ele sempre produz mais-valia. Todavia, o inverso não é verdadeiro. Nem todo trabalhador produtivo é trabalhador coletivo” (LESSA, 2007, p. 154).

Quanto à terceira ressalva, é necessário desfazer a confusão que há na interpretação sobre a afirmação de Marx: “mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho” (1988b, p. 101). Marx não está autorizando, com isso, a dizer que o trabalhador intelectual é um daqueles que está longe da manipulação do objeto de trabalho, sendo parte do trabalhador coletivo. Se analisarmos o trabalho intelectual com calma, veremos que ele não está nem perto nem longe do objeto de trabalho, pois sua inserção na esfera produtiva não está para o objeto de trabalho e, sim, para a opressão e controle do trabalho manual (do qual se constitui o trabalhador coletivo), já que

Na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam. Na apropriação individual de objetos naturais para seus fins de vida, ele controla a si mesmo. Mais tarde ele será controlado. O homem isolado não pode atuar sobre a Natureza sem a atuação de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro. Como no sistema natural cabeça e mão estão interligados, o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual. **Mais tarde separam-se até se oporem como inimigos** (MARX, 1988b, p. 101, grifo nosso).

Marx explica que o trabalhador coletivo é composto por múltiplas subfunções

que estão “mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho” (MARX, 1988 p. 101b), mas que são dotadas de uma continuidade entre si. Segundo Lessa,

Por ser expressão de um elevado nível da divisão social do trabalho, o trabalhador coletivo contém em seu interior diferentes práxis, caracterizadas por Marx pela expressão “mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho”. Podemos, agora, melhorar nossa compreensão desta caracterização marxiana do trabalhador coletivo, acrescentando que tal “multiplicidade” de atividades “dos membros” do trabalhador coletivo “tomados isoladamente” (pela qual cada trabalhador se encontra “mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho”, lembremos) é marcada pelo “cunho da continuidade” que possibilita às “operações individuais forma[rem] partes contínuas de uma operação global”. As diversas atividades são ordenadas em uma “operação global” e, nesta, a totalidade confere à atividade de cada “membro” “tomado isoladamente”, o “cunho da continuidade”. O “cunho da multiplicidade” é, portanto, caracterizado com precisão por Marx: é a “multiplicidade” de “operações semelhantes” que, articulada pelo capital em um processo de trabalho específico, “imprim[e] às operações semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiplicidade (2007, p. 188).

O trabalho intelectual não guarda continuidade com nenhuma das subfunções do trabalhador coletivo, não fazendo parte da manipulação do objeto de trabalho (nem de perto, nem de longe) –, portanto, não faz parte do trabalhador coletivo. Por exemplo: nem professores, nem jornalistas (lembremos que nestes casos o trabalho pode ser produtivo), nem os superintendentes<sup>23</sup> encarregados de vigiar e controlar o proletariado (já neste caso o trabalho é improdutivo<sup>24</sup>) são parte do trabalhador coletivo; eles não estão numa relação de manipulação do objeto de trabalho (que sempre será natureza ou matéria-prima) e desenvolvem o trabalho intelectual – que se opõe como inimigo ao trabalho manual.

23 Expliquemos a origem da superintendência: de início o capitalista foi libertado do trabalho manual; depois transfere, também, a função de supervisão a um grupo de assalariados. Surge, então, da necessidade de controle do trabalho, uma espécie particular de assalariado: os superintendentes. De acordo com Lessa (2007, p. 159, grifo nosso): “Esta 'espécie particular de trabalhadores assalariados' não se encontra 'mais perto ou mais distante da manipulação do objeto de trabalho', sua função é o controle dos trabalhadores no processo produtivo. Não executa nenhuma das 'subfunções' do trabalhador coletivo; pelo contrário, exerce uma 'função exclusiva' (Marx, 1983: 263-4), a de '**superintendência**', que organiza o trabalho de forma a reverter 'gratuitamente' ao capitalista o ganho de produtividade da 'força produtiva social do trabalho' frente ao 'trabalhador individual' (Marx, 1983: 264). Enquanto o trabalhador coletivo é definido pela maior ou menor proximidade à 'manipulação do objeto de trabalho', os 'superintendentes' (para continuar com a expressão de Marx) têm por função o controle imediato e direto das pessoas e, por isso, embora assalariados, são uma 'espécie particular' que cumprem uma 'função exclusiva', o controle do trabalho para que o capital possa se apoderar do aumento da produtividade resultante da cooperação”.

24 Neste caso não há valorização do capital. O superintendente não produz mais-valia, seu salário é fruto da riqueza que o capitalista já acumulou e não da obtenção de uma nova fatia da riqueza produzida pelo proletário – como ocorre quando um pai paga à escola pelas aulas a que seu filho assistirá e o dono da escola, por sua vez, repassa ao professor, dessa nova riqueza obtida, uma quantia inferior ao que ele “trabalhou”. Logo, trata-se de trabalho improdutivo.

Assim, a partir das análises de Marx, constatamos que a transformação da força de trabalho em mercadoria, o antagonismo entre burgueses e proletários e a redução do trabalho a mero produtor de mais-valia constituem aspectos peculiares ao capitalismo. Não podem ser compreendidos como sendo o *ser-precisamente-assim* do trabalho, uma vez que superado o capitalismo, eliminam-se esses aspectos e persiste, somente, a condição de que o homem, através do trabalho, converte a natureza em “coisas” que atendem às suas necessidades, transformando, ao mesmo tempo, a si mesmo.

Portanto, não há identidade entre trabalho e *trabalho abstrato* (muito menos entre proletariado e trabalhadores não proletários). O primeiro será eternamente a “categoria fundante do mundo dos homens”, e o segundo não passa de uma forma de trabalho marcada pelas necessidades do capital. Assim,

por mais que se desenvolva a tendência histórica de o capital absorver na sua reprodução uma quantidade crescente de complexos e atividades sociais, a identidade entre trabalho e trabalho produtivo jamais será absoluta. Por um lado, porque sempre restará alguma atividade de intercâmbio orgânico com a natureza não incorporada ao processo de produção do capital. Por outro lado, e isto é ainda mais importante, porque se a maioria (e esta ressalva, a maioria, é fundamental) do trabalho “condição eterna” está hoje subsumida ao trabalho abstrato, nem todo trabalho produtivo realiza o intercâmbio orgânico com a natureza, portanto nem todo trabalho produtivo é trabalho “condição eterna” da vida social. **Não pode haver, portanto, uma identidade entre o trabalho e o trabalho abstrato;** — que, por fim, como o trabalho produtivo, parte integrante do trabalho abstrato, é uma expressão alienada da vida social, entre o trabalho e o trabalho abstrato há, ao invés de uma identidade, tão somente uma relação de alienação (LESSA, 2007, p. 162-3, grifo nosso).

Por fim, o termo trabalhador(es) (e classe trabalhadora) pode até ser utilizado num sentido restrito para designar o proletariado, desde que bem contextualizado e que se esclareça a distinção entre o intercâmbio homem-natureza e o intercâmbio homem-homem. Contudo, o mais adequado seria a utilização desses termos no seu sentido amplo, referindo-se ao conjunto de assalariados (proletários e não proletários). Para diferenciar aqueles que executam o intercâmbio com a natureza, o mais adequado seriam os termos proletário ou operário (proletariado ou operariado)

25.

---

25 No decorrer desta dissertação, algumas vezes, faremos uso dos termos “trabalhadores” ou “classe trabalhadora” no seu sentido restrito. Nestas ocasiões, trazemos, sempre, um alerta sob as circunstâncias que nos levaram a proceder desta maneira.

## 2.4 O processo de industrialização no século XIX: a maquinaria como propulsora da degradação da saúde

A introdução da maquinaria no processo de trabalho constitui o ponto decisivo para a universalização, consolidação e maturação do modo de produção capitalista. É através da industrialização do processo produtivo que o capital consegue dar um salto de qualidade na *subsunção* do trabalho ao seu ritmo e ditames, assumindo uma forma sólida, consistente e capaz de adentrar em todos os processos produtivos, em toda parte do mundo, num desenfreado processo de acumulação.

Sem dúvidas o surgimento da maquinaria representa uma passagem de estágio na evolução dos meios de produção, o que possibilita uma produtividade antes inimaginável aos capitalistas, visto que a partir daí, obriga-se uma mesma quantidade de força de trabalho a produzir muito mais do que anteriormente, considerando um período de tempo igual. Isto é, a utilização massiva da maquinaria consiste num eficiente mecanismo de extração de mais-valia relativa.

Havemos de considerar que a grande indústria, mesmo significando um salto de qualidade para a esfera produtiva, representa uma continuidade no que diz respeito ao desenvolvimento do *sistema do capital*. O processo de industrialização corresponde a uma síntese e sofisticação dos processos produtivos anteriores (presentes nas oficinas, corporações, manufaturas clássicas), nos quais já se fazia presente boa parte dos efeitos nocivos à saúde dos trabalhadores<sup>26</sup>, mesmo que em proporções menores.

Convém explicitar que nos primeiros momentos do sistema capitalista, antes do surgimento da máquina, surgem dois elementos decisivos para a acumulação capitalista: a cooperação (originariamente em sua forma simples) e a divisão social do trabalho.

A respeito da cooperação simples, constatamos que se trata de uma sagaz estratégia de forçar vários indivíduos a trabalharem de modo combinado, num mesmo espaço físico. A exploração do capital sobre o trabalho se concretiza por meio da combinação dos trabalhadores individuais, funcionando como se fossem um

---

<sup>26</sup> Neste item, os termos “trabalhador(es)” e “classe trabalhadora” aparecem no seu sentido restrito. No século XIX, temos um considerável crescimento dos assalariados não proletários, contudo, o conjunto dos assalariados permanece sendo essencialmente composto por operários. Ademais, a realidade que procuramos apresentar corresponde ao âmbito industrial, berço das transformações objetivas que repercutem na saúde dos trabalhadores em geral. Por tais motivos, as experiências mais significantes são as do proletariado.

só, constituindo um trabalhador coletivo. Consegue-se extrair mais mais-valia de cem trabalhadores combinados do que dos mesmos cem trabalhando isoladamente. Este trabalhador combinado persiste em todo o curso capitalista, apenas se sofisticando (MARX, 1988a).

Atrelada à cooperação, temos a divisão social do trabalho – ambas passam a atuar juntas na produção manufatureira clássica. Lembramos que a manufatura consiste na organização do trabalho predominante na segunda metade do século XVIII, na qual os operários se reúnem de acordo com atividades especializadas. Ou seja, é com a manufatura que se divide o trabalho em tarefas especializadas dentro de cada unidade produtiva que, no século XVIII, estava firmada, ainda, sobre o trabalho artesanal (MARX, 1988a). Podemos constatar que a divisão social do trabalho não supera/elimina a cooperação, como se fossem dois períodos que se sucedem na história e se excluem. Na verdade, a divisão social torna a cooperação mais complexa e sofisticada. Tampouco a grande indústria supera esses dois elementos; há uma passagem de nível, especialmente na substituição do trabalho artesanal pela maquinaria.

Sobre a maquinaria, Marx, no capítulo XIII de *O Capital*, relata que

Toda maquinaria desenvolvida constitui-se de três partes essencialmente distintas: a máquina-motriz, o mecanismo de transmissão, finalmente a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho. A máquina-motriz atua como força motora de todo o mecanismo. Ela produz a sua própria força motriz, como a máquina a vapor, a máquina calórica, a máquina eletromagnética etc., ou recebe o impulso de uma força natural já pronta fora dela, como a roda-d'água, o da queda-d'água, as pás do moinho, o do vento etc. O mecanismo de transmissão, composto de volantes, eixos, rodas dentadas, rodas-piões, barras, cabos, correias, dispositivos intermediários e caixas de mudanças das mais variadas espécies, regula o movimento, modifica, onde necessário, sua forma, por exemplo, de perpendicular em circular, o distribui e transmite para a máquina-ferramenta. Essas duas partes do mecanismo só existem para transmitir o movimento à máquina-ferramenta, por meio do qual ela se apodera do objeto do trabalho e modifica-o de acordo com a finalidade. É dessa parte da maquinaria, a máquina-ferramenta, que se origina a revolução industrial no século XVIII. Ela constitui ainda todo dia o ponto de partida, sempre que artesanato ou manufatura passam à produção mecanizada (MARX, 1988b, p. 6).

Esta estrutura da maquinaria é fundamental para o aumento da produtividade; cada uma destas três partes possui função especial no que concerne à produtividade crescente.

A máquina motriz é a principal responsável pelo deslocamento do limite que o desgaste das energias vitais do trabalhador impunha à produtividade. Assim, ao

substituir a força humana por força de outra natureza (vapor, calor, eletromagnetismo etc.) na movimentação das ferramentas, a maquinaria diminui a força empregada pelo trabalhador para fabricar a mesma quantidade de mercadorias produzidas anteriormente.

Por sua vez, a máquina ferramenta também aumenta a produtividade, ao passo que nesta parte da maquinaria estão acopladas diversas ferramentas equivalentes às da manufatura. Desse modo, um único trabalhador, que opera a máquina, está operando diversas ferramentas ao mesmo tempo – e isso só é possível graças ao mecanismo de transmissão entre máquina motriz e máquina ferramenta. Vejamos o que diz Marx:

A máquina, da qual parte a Revolução Industrial, substitui o trabalhador, que maneja uma única ferramenta, por um mecanismo, que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez, e que é movimentada por uma única força motriz, qualquer que seja sua força. Aí temos a máquina, mas apenas como elemento simples da produção mecanizada (1988b, p. 8).

Na citação acima chama a atenção, principalmente, o fato da substituição do trabalhador. Voltaremos já a isto; antes, porém, vejamos a forma de organização da produção por meio de máquinas.

Marx demonstra que as máquinas são postas numa organização estrategicamente pensada para uma produtividade máxima. Neste tipo de organização, ele identifica duas principais situações: a cooperação de várias máquinas da mesma espécie e um sistema de máquinas, sendo “preciso distinguir agora [as] duas coisas” (MARX, 1988b, p. 10).

No caso da cooperação de muitas máquinas da mesma espécie, temos uma máquina fabricando o produto por inteiro. Ela combina várias ferramentas diferentes, que antes eram utilizadas em atividades distintas, incorporando o processo integral de fabricação do produto. Logo, a fábrica produtora de mercadoria X reúne uma porção destas máquinas, e cada uma produz integralmente a mercadoria X. Sobre isso, Marx afirma que

O processo global, dividido e realizado dentro da manufatura numa série sucessiva, é realizado aqui por uma máquina de trabalho que opera por meio da combinação de diferentes ferramentas. Se, agora, tal máquina de trabalho é apenas a ressurreição mecânica de uma ferramenta manual mais complicada ou a combinação de diferentes instrumentos mais simples particularizados manufatureiramente — na fábrica, isto é, na oficina fundada

na utilização da máquina, reaparece toda vez a cooperação simples e, antes de mais nada (abstraiamos aqui do trabalhador), como conglomeração espacial de máquinas de trabalho da mesma espécie, operando simultaneamente em conjunto (1988b, p. 10).

Podemos observar também aqueles casos nos quais o objeto de trabalho passa por máquinas distintas para se tornar produto final; contudo, estas máquinas funcionam num sistema articulado, no qual a dimensão combinada do trabalho aparece num grau maior de sofisticação, distinta da cooperação simples e da união de máquinas do mesmo tipo, mencionada na citação anterior:

Um autêntico sistema de máquinas só substitui, no entanto, a máquina autônoma individual quando o objeto de trabalho percorre uma seqüência conexa de diferentes processos graduados, que são realizados por uma cadeia de máquinas-ferramentas diversificadas, mas que se complementam mutuamente. **Aí reaparece a cooperação por meio da divisão do trabalho, peculiar à manufatura, mas agora como combinação de máquinas de trabalho parciais.** As ferramentas específicas dos diferentes trabalhadores parciais, na manufatura da lã, por exemplo, a do batedor de lã, do cardador de lã, do tosador de lã, do fiandeiro de lã etc., transformam-se agora nas ferramentas de máquinas de trabalho especificadas, das quais cada uma constitui um órgão específico para uma função específica no sistema do mecanismo combinado de ferramentas (MARX, 1988b, p. 10-11, grifo nosso).

E quando neste sistema de máquinas se insere uma maquinaria de transmissão capaz de movimentar todas as outras pela força gerada na máquina motriz, chega-se à forma mais evoluída de produção mecanizada. Ou seja,

Como sistema articulado de máquinas de trabalho, que recebem seu movimento apenas de um autômato central através de uma maquinaria de transmissão, a produção mecanizada possui sua forma mais desenvolvida. No lugar da máquina individual surge aqui um **monstro mecânico**, cujo corpo enche prédios fabris inteiros e cuja força demoníaca, de início escondida pelo movimento quase festivamente comedido de seus membros gigantescos, irrompe no turbilhão febril de seus inúmeros órgãos de trabalho propriamente ditos (MARX, 1988b, p. 12, grifo nosso).

Esse “monstro mecânico” faz o trabalho que inúmeros operários faziam anteriormente, requerendo, por vezes, apenas um operário que acione todo o autômato e alguns outros poucos auxiliares. Por tal motivo, a grande indústria desloca uma enorme massa de trabalhadores para o desemprego ou subemprego. Engels analisou tal questão, afirmando que:

O *único* ganho que as máquinas trouxeram aos operários foi demonstrar-

lhes a necessidade de uma reforma social que a faça trabalhar não *contra eles*, mas *a seu favor*. Esses burgueses tão sábios apenas devem perguntar às pessoas que, em Manchester e em outros lugares, varrem as ruas (...) ou que nelas vendem sal, fósforo, laranjas ou fitas, ou ainda que nelas são obrigadas a mendigar, devem perguntar-lhes o que faziam antes – e, de muitas, receberão a seguinte resposta: *Trabalhava numa fábrica e as máquinas me jogaram no desemprego* (ENGELS, 2008, p. 177-8, grifo da obra).

Marx acrescenta que “Como maquinaria, o meio de trabalho adquire um modo de existência material que pressupõe a substituição da força humana por forças naturais (...)” (MARX, 1988b, p. 15). A maquinaria, portanto, substitui uma massa de homens que agora constitui um *exército industrial de reserva*. Marx deixa claro que a *lei geral de acumulação capitalista* sustenta-se na tendência crescente do *capital constante* em relação ao *capital variável* (apesar de este último, por vezes, aumentar em termos absolutos), e isto implica crescente incremento dos meios de produção, do qual a maquinaria é fruto. Todavia, a força de trabalho, o trabalho vivo, continua sendo fundamental para a acumulação, uma vez que apenas ela gera o sobrevalor que se converte em capital adicional, ao passo que o *capital constante* só transfere seu valor para o produto final (MARX, 1988b).

Ademais, a maquinaria inova ao baratear as mercadorias, uma vez que, por um lado, diminui a quantidade de tempo socialmente em média necessário para produzir um item e, por outro lado, reduz a velocidade da transferência do valor do trabalho cristalizado no meio de trabalho (recordemos que o meio de trabalho é fruto, também, de trabalho anterior) para o produto. Assim, a ferramenta artesanal, pelo seu desgaste rápido, transferia rapidamente seu valor para as mercadorias; já a maquinaria possui vida útil maior, barateando o produto final. Marx acrescenta que

Em todo caso vimos que todo meio de trabalho ou instrumento de produção propriamente dito entra sempre inteiramente no processo de trabalho e sempre apenas em parte, na proporção de seu desgaste médio diário, no processo de valorização. Essa diferença entre utilização e desgaste é, no entanto, muito maior na maquinaria do que na ferramenta, porque ela, feita de material mais duradouro, tem vida mais longa, porque sua aplicação, regulada por leis rigorosamente científicas, possibilita maior economia no desgaste de suas partes componentes e de seus meios de consumo; finalmente, porque seu campo de produção é incomparavelmente maior do que o da ferramenta. Deduzamos de ambas, da maquinaria e da ferramenta, seus custos médios diários ou a componente de valor que, mediante o desgaste médio diário e o consumo de materiais acessórios, como óleo, carvão etc., agregam ao produto, então verificaremos que atuam de graça, exatamente da mesma forma que forças naturais preexistentes sem acréscimo de trabalho humano. Quanto maior o âmbito de atuação produtiva da maquinaria em relação ao da ferramenta, tanto maior o âmbito

de seu serviço não-pago, em comparação com o da ferramenta. Só na grande indústria o homem aprende a fazer o produto de seu trabalho anterior, já objetivado, atuar gratuitamente em larga escala como uma força da Natureza (1988b, p. 16).

Desse modo, a acumulação capitalista ganha um novo impulso, aproveitando melhor o trabalho anteriormente empregado na fabricação dos meios de trabalho, que entra num novo processo sob a forma de trabalho morto.

Além disso, a acumulação requer produtividade crescente. Isto exige que voltemos à questão do limite que o desgaste das energias vitais do trabalhador impõe à produtividade. Um pouco acima afirmamos que a máquina motriz diminui a força empregada pelo trabalhador para produzir a mesma quantidade de mercadorias produzidas anteriormente. Isto implica o deslocamento desta limitação para a produtividade, tornando-a crescente, mas de modo algum significa reduzir/eliminar o desgaste operário, o que sucederia se a quantidade de mercadorias produzidas permanecesse inalterada; porém, crescer a produtividade é produzir (sempre) mais mercadorias num mesmo período. Desse modo, a maquinaria não ameniza o desgaste do operário, mas apenas possibilita que este desgaste dê origem a uma quantidade maior de mercadorias – o burguês continua obrigando o proletário a chegar ao limite de suas forças diariamente (MARX, 1988b).

A maquinaria em si abre uma possibilidade de diminuição do desgaste da força de trabalho, inclusive com redução da jornada e da intensidade de trabalho. No entanto, o uso capitalista da maquinaria resulta justamente no contrário, como muito bem observou Marx.

Para a análise destes dois efeitos do uso capitalista da maquinaria (prolongamento da jornada e intensificação do trabalho), devemos considerar, de início, o fato de que a parcela de valor que a maquinaria transfere para o produto é tanto menor quanto menor é seu o desgaste. Logo, “a produtividade da maquinaria é inversamente proporcional à grandeza da parcela de valor por ela transferida para o produto” (MARX, 1988b, p. 27). Nestas condições, “o período de vida ativa da maquinaria é claramente determinado pela duração da jornada de trabalho ou pela duração do processo de trabalho diário multiplicado pelo número de dias em que ele se repete” (MARX, 1988b, p. 27).

A partir disto, poderíamos ser conduzidos a concluir que, em alguns momentos, seria vantajoso para o capitalista evitar um uso excessivo da maquinaria, reduzindo a velocidade de seu desgaste. Contudo, tal conclusão não condiz com a

dinâmica da acumulação de capital. Vejamos por quê:

A depreciação das máquinas não corresponde, de modo algum, com exatidão matemática a seu tempo de utilização. E, mesmo que isso seja pressuposto, uma máquina que funciona 16 horas por dia durante 7 1/2 anos cobre um período tão grande de produção e não adiciona ao produto global mais valor do que a mesma máquina que, durante 15 anos, funciona apenas 8 horas por dia. No primeiro caso, no entanto, a reprodução do valor da máquina seria duas vezes mais rápida do que no segundo e o capitalista teria embolsado mediante a mesma, em 7 1/2 anos, tanta mais-valia quanto no segundo caso, em 15 (MARX, 1988b, p. 27).

Portanto, do ponto de vista de quantidade de mais-valia obtida, não interessa que a maquinaria transfira todo seu valor para os produtos em quatro anos, e não dois, por exemplo. Ao contrário, a máquina torna-se mais produtiva quando proporciona mais mais-valia em menos tempo. Além disso, acrescenta Marx,

O desgaste material da máquina é duplo. Um desgaste decorre de seu uso, como moedas se desgastam pela circulação; o outro, de sua não-utilização, como uma espada inativa enferruja na bainha. Esse é seu desgaste pelos elementos. O desgaste da primeira espécie está em relação mais ou menos direta de seu uso; o segundo, até certo ponto, na razão inversa do uso (1988b, p. 27).

Não utilizar a maquinaria resulta, também, em desgaste. Porém, diferentemente do desgaste pelo uso, o desgaste pelo não uso é totalmente improdutivo. Some-se a isto o desgaste “moral” da maquinaria:

(...) além do desgaste material, a máquina sofre um desgaste, por assim dizer, moral. Ela perde valor de troca à medida que se podem reproduzir de modo mais barato máquinas de igual construção ou à medida que surjam máquinas melhores concorrendo com ela. Em ambos os casos, seu valor, por mais nova e vitalmente forte que ainda possa ser, já não é determinado pelo tempo de trabalho de fato objetivado nela mesma, mas pelo tempo de trabalho necessário a sua própria reprodução ou à representação da máquina mais aperfeiçoada. Por isso, ela está mais ou menos desvalorizada. Quanto mais curto o período em que seu valor global é reproduzido, tanto menor o perigo da depreciação moral e, quanto mais longa a jornada de trabalho, tanto mais curto aquele período. Logo que se introduz maquinaria em qualquer ramo da produção, aparecem, passo a passo, novos métodos para reproduzi-la mais barato e aperfeiçoamentos que atingem não só partes ou dispositivos isolados, mas toda sua construção. Por isso, em seu primeiro período de vida, esse motivo especial para o alongamento da jornada de trabalho atua de modo mais agudo (MARX, 1988b, p. 27-8).

Diante de tais aspectos, o mais adequado ao capitalista é usufruir de tudo o que a maquinaria proporciona o mais rápido possível, fazer transferir todo seu valor para as mercadorias produzidas num período mais curto possível – ao fazê-lo,

aumenta a produtividade. O burguês deve correr contra o tempo, pois, como vimos: 1) reduzir a velocidade do desgaste da máquina não interfere na quantidade de mais-valia gerada ao final do seu consumo; 2) o não uso da máquina também leva ao seu desgaste; e 3) logo surgem formas de baratear a reprodução da própria máquina ou produzem-se máquinas melhores, gerando um desgaste “moral” das mais antigas.

A melhor maneira de o capitalista atender a esta exigência é prolongando a jornada de trabalho do operário: “Prolongando-se a jornada de trabalho, amplia-se a escala da produção, enquanto a parte do capital despendida em maquinaria e construções permanece a mesma. Por isso, não só cresce a mais-valia, mas diminuem as despesas necessárias à exploração da mesma” (MARX, 1988b, p. 28).

Ademais, devemos considerar o fato de que a grande massa de operários que foram substituídos pela maquinaria gera um “prolongamento mais violento da jornada de trabalho” para aqueles que permanecem na fábrica. Tal prolongamento advém de uma contradição imanente deste processo: a maquinaria cria uma situação quase insustentável, ao passo que desloca da fábrica o único elemento que pode produzir valor (gerar mais-valia), a força de trabalho. A situação seria insustentável se não fosse uma exploração ainda maior da pequena porção de operários que restou, através, por exemplo, do prolongamento da jornada de trabalho. Na explicação de Marx:

Há, portanto, na aplicação da maquinaria à produção de mais-valia, uma contradição imanente, já que dos dois fatores da mais-valia que um capital de dada grandeza fornece ela só aumenta um, a taxa de mais-valia, porque reduz o outro fator, o número de trabalhadores. Essa contradição imanente se evidencia assim que, com a generalização da maquinaria em um ramo da indústria, o valor da mercadoria produzida mecanicamente se torna o valor social que regula todas as mercadorias da mesma espécie, e é essa contradição que, por sua vez, impele o capital, sem que ele tenha consciência disso, ao prolongamento mais violento da jornada de trabalho, para compensar a redução do número relativo de trabalhadores explorados por meio do aumento do mais-trabalho não só relativo, mas também absoluto (1988b, p. 29).

Dessa maneira, os primeiros anos da utilização da máquina na produção capitalista resultaram em sucessivas extensões da jornada de trabalho. No entanto, este prolongamento desmedido se deparou com um limite: o proletariado começou a se rebelar contra a situação, desenvolvendo fortes movimentos reivindicatórios. Esta revolta operária começou a ameaçar o processo de acumulação, exigindo uma

posição do Estado burguês. Tal posição se efetivou sob a forma das leis da fábrica, estabelecendo limites para a jornada de trabalho. Mas esta limitação não impediu que a produtividade e a acumulação continuassem a crescer. Na verdade, as leis fabris representam, tão somente, uma forma de incorporar as reivindicações operárias, contendo os movimentos e mantendo, ao mesmo tempo, os mecanismos fundamentais para uma acumulação crescente.

Cabe um questionamento: como manter a produtividade crescente diante da limitação da jornada de trabalho? A solução encontrada foi a intensificação do trabalho. Segundo Marx:

Assim que a revolta cada vez maior da classe operária obrigou o Estado a reduzir à força a jornada de trabalho e a ditar, inicialmente às fábricas propriamente ditas, uma jornada normal de trabalho, a partir desse instante, portanto, em que se impossibilitou de uma vez por todas a produção crescente de mais-valia mediante o prolongamento da jornada de trabalho, o capital lançou-se com força total e plena consciência à produção de mais-valia relativa por meio do desenvolvimento acelerado do sistema de máquinas. Ao mesmo tempo, ocorreu uma modificação no caráter da mais-valia relativa. Em geral, o método de produção da mais-valia relativa consiste em capacitar o trabalhador, mediante maior força produtiva do trabalho, a produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo. O mesmo tempo de trabalho continua a adicionar o mesmo valor ao produto global, embora esse valor de troca inalterado se apresente agora em mais valores de uso e, por isso, caia o valor da mercadoria individual. Outra coisa, porém, ocorre assim que a redução forçada da jornada de trabalho, com o prodigioso impulso que ela dá ao desenvolvimento da força produtiva e à economia das condições de produção, impõe maior dispêndio de trabalho, no mesmo tempo, tensão mais elevada da força de trabalho, preenchimento mais denso dos poros da jornada de trabalho, isto é, impõe ao trabalhador uma condensação do trabalho a um grau que só é atingível dentro da jornada de trabalho mais curta (1988b, p. 31).

A redução da jornada de trabalho criou as condições necessárias a uma intensificação do trabalho num nível que seria impossível nas longas jornadas anteriores. E esta intensificação depende diretamente, como mostrou Marx, do desenvolvimento dos meios de produção e do incremento das formas de extração de mais-valia relativa, resultando no aumento da produtividade e da tensão da força de trabalho, e preenchendo os “poros da jornada de trabalho”. A intensidade do trabalho operário atinge níveis sem precedentes e, desta forma, constitui as séries causais responsáveis pela degradação da saúde dos trabalhadores.

Com as jornadas prolongadas e/ou a intensificação do trabalho, a força de trabalho é levada ao seu exaurimento, num processo de extremo desgaste (e agressão) físico e mental. Portanto, a degradação da saúde dos trabalhadores

representa uma manifestação concreta dos efeitos da produção do capital (impulsionado pela introdução da maquinaria); isto é, faz parte do processo do consumo da força de trabalho; ou ainda, a saúde operária corresponde, aos olhos da burguesia, apenas a um componente do *capital variável*. Marx afirma que

Por isso, embora os inspetores de fábrica louvem incansavelmente, e com toda razão, os resultados favoráveis das leis fabris de 1844 e 1850, reconhecem, no entanto, que a redução da jornada de trabalho provocou uma intensificação do trabalho destruidora da saúde dos trabalhadores e, portanto, da própria força de trabalho (1988b, p. 37).

Assim, a degradação da saúde dos trabalhadores comparece como um componente indispensável para a produtividade, porém, ao mesmo tempo, tal degradação se põe como uma ameaça à própria produção, visto que a existência do capital depende da existência do trabalho. O capital, ao colocar em xeque a vida dos trabalhadores, coloca em xeque a sua própria existência. Esta situação expressa bem a natureza contraditória do sistema capitalista.

O século XIX representa o momento no qual estas contradições são sentidas, pela primeira vez, com tanta intensidade e clarividência. No caso da saúde dos trabalhadores, são inúmeros os inquéritos e relatos sobre o adoecimento e acidentes ocorridos. Marx apresenta alguns:

Na maioria das fábricas de algodão, de *worsted* e de seda, um exaustivo estado de tensão, necessário para o trabalho junto à maquinaria, cujo movimento foi acelerado tão extraordinariamente nos últimos anos, parece ser uma das causas da excessiva mortalidade por doenças pulmonares, que o Dr. Greenhow comprovou em seu admirável relatório mais recente (*REPORTS OF INSP. OF FACT.*, 1861, p. 25-26 apud MARX, 1988b, p. 37).

Há, também, uma enorme frequência de problemas osteomusculares, decorrentes dos trabalhos que exigem posturas inadequadas, força excessiva sobre as articulações e músculos, repetição de movimentos, esforço estático etc. Vejamos um relato de Engels sobre isso: “Poucas vezes andei por Manchester sem cruzar com três ou quatro aleijados, acometidos dessa deformação da coluna e das pernas que pude observar inúmeras vezes (...)” (2008, p. 191). Prossegue ele:

O trabalho excessivo provoca também outras deformações, principalmente os pés chatos (...) Quando uma alimentação melhorada, uma constituição física mais robusta e outros fatores preservam os jovens desses defeitos mais bárbaros da exploração a que estão sujeitos, o que se constata, no

mínimo, são dores constantes nas costas, quadris, pernas, tornozelos inchados, ulcerações nas coxas e na panturrilha (ENGELS, 2008, p. 191).

Essa situação se desenvolve, especialmente, pelos seguintes motivos:

(...) os operários são obrigados a permanecer de pé durante todo o tempo. Sentar-se é proibido: aquele que se apoiar num parapeito de janela ou num caixote é logo punido. A contínua posição ereta, esse prolongado estar em pé, exerce uma constante pressão mecânica da parte superior do corpo sobre a coluna, os quadris e as pernas, provocando obrigatoriamente os efeitos supramencionados (ENGELS, 2008, p. 192).

Destacamos, ainda, que a ânsia burguesa de prolongar a jornada de trabalho deu origem a um terrível e insalubre sistema de trabalho noturno. Engels afirma que

Em algumas fábricas, havia dois grupos de operários para operá-las continuamente: um grupo trabalhava doze horas ao dia e outro, doze horas à noite. Não é difícil imaginar as consequências dessa permanente supressão do repouso noturno, que nenhum sono diurno pode substituir, sobre o estado físico das crianças, e mesmo dos jovens e dos adultos – dela resultou, inevitavelmente, uma superexcitação nervosa e um esgotamento do corpo, que se acresceram ao enfraquecimento físico preexistente (2008, p. 189).

São bem diversificadas as formas de agressão a que sofrem os trabalhadores. Marx faz um relato que resume bem este contexto:

Todos os órgãos dos sentidos são igualmente lesados pela temperatura artificialmente elevada, pela atmosfera impregnada de resíduos de matéria-prima, pelo ruído ensurdecedor etc., para não falar do perigo de vida sob a maquinaria densamente amontoadada que, com a regularidade das estações do ano, produz seus boletins da batalha industrial (MARX, 1988b, p. 43-44).

Além das doenças geradas por tal ritmo de trabalho, podemos observar, ainda, uma ascensão na taxa de acidentes:

Rodas, cilindros, fusos e teares são, agora, impulsionados com força maior e em constante aumento; os dedos precisam pegar o fio quebrado com mais rapidez e segurança porque se colocados com hesitação ou descuido são sacrificados. (...) Grande número de acidentes é causado pela ansiedade dos trabalhadores em executar rapidamente seu serviço. É preciso recordar que é da maior importância para os fabricantes que sua maquinaria esteja ininterruptamente em movimento, isto é, produzindo fios e tecidos. Cada minuto de parada não é apenas uma perda de força motriz, mas de produção. Os trabalhadores são urgidos pelos supervisores, que estão interessados na quantidade da produção, para manterem a maquinaria em movimento; e isso não é menos importante para os operários, que são pagos por peso ou por peça. Em consequência, embora seja formalmente proibido, na maioria das fábricas, que a maquinaria seja limpa enquanto em

movimento, essa prática é geral. Só essa causa produziu durante os 6 últimos meses 906 acidentes. (...) Embora a tarefa de limpeza esteja sendo feita dia a dia, sábado é geralmente o dia reservado para a limpeza completa da maquinaria, e a maior parte é feita enquanto ela está em movimento. (...) É uma operação não paga e os operários procuram, portanto, acabá-la o mais rápido possível. Por isso, o número de acidentes que ocorrem às sextas-feiras e especialmente aos sábados é muito maior do que nos demais dias da semana. Às sextas o excedente é cerca de 12% acima do número médio dos 4 primeiros dias da semana, sábado o excedente de acidentes é de 25% acima do número médio dos 5 dias anteriores; caso se leve em conta que o número de horas de trabalho aos sábados é de somente 7 1/2 horas e de 10 1/2 horas nos outros dias da semana, o excedente sobe a mais de 65% (*REPORTS OF INSP. OF FACTORIES*, 1866, p. 9, 15-17 apud MARX, 1988, p. 43-44, nota 190a).

Este inquérito corrobora a fala de Engels:

Muito frequente é o esmagamento de uma falange ou mesmo de um dedo; menos comum, mas ocorrente, é metade da mão, a própria mão ou um braço ficarem presos nas engrenagens e serem esmagados. (...) Em Manchester, pode-se ver, além dos muitos deformados, um grande número de operários mutilados: falta a uns parte do braço ou todo o braço, a alguns o pé, a outros uma porção da perna – é como se estivéssemos em meio a um exército que regressa de uma batalha. Mas a parte mais perigosa nas instalações fabris são as correias que transmitem a força motriz de eixo para as diferentes máquinas (...): quem é apanhado por essas correias é levado com a rapidez de um raio, tem o corpo lançado ao teto, depois cai com tal violência que morre instantaneamente, não raro ficando sem nem um só osso intacto (2008, p. 201).

Diante desses relatos, podemos constatar que a maquinaria proporcionou um impulso na acumulação de capital para o burguês e, ao mesmo tempo, o esgotamento, a degradação e a mutilação do operário. A riqueza sob a forma de capital é a representação do suor e do sangue proletários.

Convém salientar que o operário se vê refém de todo este processo. Se até a manufatura ele dominava o uso da ferramenta e, de algum modo, controlava o processo de trabalho, na grande indústria ele passa a uma condição de subordinação técnica, sendo totalmente passivo perante a produção – um mero apêndice da máquina. Marx afirma que

Da especialidade por toda a vida em manejar uma ferramenta parcial surge, agora, a especialidade por toda a vida em servir a uma máquina parcial. Abusa-se da maquinaria para transformar o próprio trabalhador, desde a infância, em parte de uma máquina parcial (1988b, p. 41)

Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, ele serve a máquina. Lá, é dele que parte o movimento do meio de trabalho; aqui ele precisa acompanhar o movimento. Na manufatura, os trabalhadores constituem membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, há

um mecanismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como um apêndice vivo (1988b, p. 41).

A *subsunção*, agora *real*, do proletariado ao capital enclausura esta massa de homens numa câmara de tortura travestida de indústria. O operário vende sua saúde ao vender sua força de trabalho, e ao fazê-lo, se depara com a ruína de seu corpo e mente.

Assim, a degradação da saúde dos trabalhadores no século XIX consiste num processo cujo eixo reside na exploração do proletariado pela burguesia em sua maturidade, com o objetivo de acumular capital. Isto é, trata-se de um fenômeno peculiar ao capitalismo, que se sofisticou com a utilização da maquinaria – esta é a propulsora do aviltamento operário.

A situação é ainda pior ao considerarmos que a grande indústria produz a fragmentação e repetição do processo de trabalho, reduzindo-o a operações que dispensam força física (apertar botões, acionar alavancas etc.). Tal condição resulta não só no desemprego de muitos homens adultos, como também na incorporação de força de trabalho dotada de maior habilidade e destreza, tais quais a feminina e a infantil.

De acordo com Marx,

A maquinaria também revoluciona radicalmente a mediação formal das relações do capital, o contrato entre trabalhador e capitalista. Com base no intercâmbio de mercadorias, o pressuposto inicial era que capitalista e trabalhador se confrontariam como pessoas livres, como possuidores independentes de mercadorias: um, possuidor de dinheiro e de meios de produção; o outro, possuidor de força de trabalho. Mas, agora, o capital compra menores ou semidependentes. O trabalhador vendia anteriormente sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora vende mulher e filho (1988b, p. 21).

Desse modo, mulheres e crianças passam a sofrer com os mesmos problemas de saúde aos quais fizemos menção sobre o trabalho em geral na fábrica. Por vezes, neste caso específico, a situação pode se agravar devido às condições físicas mais frágeis, especialmente no caso das crianças, uma vez que estas não possuem maturação física nem psíquica.

Sobre as crianças, observamos situações absurdas mesmo entre aqueles que não foram absorvidos pela grande indústria – mas suas mães, sim. Nestes casos, tais crianças são privadas prematuramente dos cuidados maternos, ficando entregues à própria sorte. Marx traz números impressionantes sobre o sofrimento

destas crianças:

Na Inglaterra, há 16 distritos de registro em que, na média anual, para cada 100 mil crianças vivas com menos de 1 ano de idade, só ocorrem 9 085 casos de óbito (em um distrito, apenas 7 047); em 24 distritos, mais de 10 mil, mas abaixo de 11 mil; em 39 distritos, mais de 11 mil, mas abaixo de 12 mil; em 48 distritos, mais de 12 mil, mas menos de 13 mil; em 22 distritos, acima de 20 mil; em 25 distritos, acima de 21 mil; em 17, acima de 22 mil; em 11, acima de 23 mil; em Hoo, Wolverhampton, Ashton-under-Lyne e Preston, acima de 24 mil; em Nottingham, Stockport e Bradford, acima de 25 mil; em Wisbeach 26 001; e em Manchester 26 125.57 Como demonstrou uma investigação médica oficial em 1861, abstraindo circunstâncias locais, as altas taxas de mortalidade se devem principalmente à ocupação extradomiciliar das mães e ao descuido e maus-tratos das crianças daí decorrentes — entre outras coisas, alimentação inadequada, falta de alimentação, administração de opiatos etc. — além da alienação antinatural das mães contra seus filhos, e conseqüentemente esfomeação e envenenamento propositais. Em distritos agrícolas, “onde existe um mínimo de ocupação feminina, a taxa de mortalidade é, por outro lado, menor” (MARX, 1988b, p. 23).

Engels, também, denuncia a precária saúde dos filhos de operários, estabelecendo a conexão entre tal quadro e a grande indústria. Diz ele:

A alta taxa de mortalidade que se verifica entre os filhos dos operários, especialmente dos operários fabris, é uma prova suficiente da insalubridade do ambiente em que transcorrem os primeiros anos de sua vida. Esse ambiente influi sobre as crianças que sobrevivem, evidentemente com menor efeito que o exercido sobre suas vítimas fatais. Nos casos mais benignos, determina uma predisposição às doenças ou um atraso no desenvolvimento, donde um vigor físico inferior ao normal. O filho de um operário de fábrica, que cresce na miséria, entre privações e necessidades, exposto à umidade, ao frio, aos nove anos está muito menos apto ao trabalho que uma criança que se desenvolveu em condições mais sadias. Aos nove anos, vai para a fábrica, trabalhando diariamente seis horas e meia (...) até a idade de treze anos; a partir de então, e até os dezoito anos, trabalhará doze horas por dia. Aos fatores de enfraquecimento físico junta-se, pois, o trabalho. (...) em nenhuma hipótese a permanência na fábrica, com sua atmosfera sufocante, úmida, por vezes muito quente, é favorável à sua saúde (ENGELS, 2008, p. 187-8).

Assim, o capitalista rouba a infância dos filhos operários e busca, desde cedo, espremer a vitalidade do proletariado para daí obter riqueza; e nesta empreitada, a maquinaria se torna um instrumento eficaz.

No caso das mulheres, temos absurdos semelhantes. Segundo Engels,

Os efeitos do trabalho nas fábricas sobre o organismo feminino são particulares. As deformações físicas, consequência de um trabalho muito prolongado, são ainda mais graves nas mulheres: deformações na bacia, seja por uma má posição dos ossos da bacia ou por seu desenvolvimento defeituoso, seja por desvios na parte inferior da coluna vertebral,

manifestam-se geral e frequentemente como resultantes do excessivo trabalho fabril (2008, p. 197).

A situação para as mulheres é tão desumana e indigna que não se respeitava, inclusive, as atenções especiais que requer uma gestação. Ou pior ainda: o parto mesmo, por vezes, ocorria na própria fábrica, uma vez que a mulher era obrigada a trabalhar até o final da gestação sob ameaça do desemprego. Nas palavras de Engels:

O fato de as operárias fabris terem trabalhos de parto muito mais difíceis que as outras mulheres é atestado por inúmeras parteiras e médicos, bem como o fato de abortarem com mais frequência (...) Além de as mulheres sofrerem o debilitamento físico geral comum a todos os operários fabris, quando grávidas elas são obrigadas a trabalhar até quase o momento do parto – evidentemente, se deixam de trabalhar muito antes, correm o risco de se verem substituídas e postas na rua e, além do mais, perderiam o salário. É frequente que mulheres que trabalharam até tarde num dia tenham o parto na manhã seguinte e não é incomum que a criança nasça na própria fábrica, entre máquinas (...) (2008, p. 198).

Não bastasse, pois, destruir o operário homem, o capital destrói toda a sua família. Homens, mulheres, crianças, jovens e adultos se deparam com uma inovação tecnológica capaz de lhes sugar as energias de modo nunca antes visto – a maquinaria. Contudo, lembremos o alerta de Marx: o problema não está na tecnologia (na maquinaria) em si, mas na sua utilização capitalista, voltada para a acumulação de capital.

A grande indústria inaugura uma relação entre capital-trabalho-saúde que vai até as últimas consequências. Ou seja, assim como jamais se tinha visto uma exploração tão grande do capital para com o trabalho, surge também um processo destruidor da saúde, comandado pelo capital, tão intenso como a humanidade nunca experimentara. Portanto, a revolução industrial – levada a cabo no século XIX – representou a vitória do capital sobre os limites postos para uma produtividade crescente, elevando, ao mesmo tempo, a degradação da saúde operária a um patamar superior.

Examinado o processo de degradação da saúde originado no contato direto com a maquinaria, podemos passar à análise dos efeitos gerais da grande indústria para a sociedade, em particular para as condições de reprodução social do proletariado (e o agravamento das suas condições de saúde).

## 2.5 As transformações societárias geradas pela grande indústria: a degradação das condições gerais de vida do proletariado

A partir daqui passamos a analisar outra *particularidade* da problemática da saúde do operariado: a degradação das suas condições gerais de vida. Consideramos que as transformações societárias do século XIX são responsáveis por um modo de vida incompatível com a saúde, comprometendo a reprodução social do operariado. Este tem sua saúde minada no contato direto com a maquinaria, mas também, ao sair do trabalho, se depara com uma vida desgraçada, que intensifica a degradação das condições de saúde. A maquinaria transforma o processo interno fabril, para depois transformar toda a vida externa à fábrica

Ressaltamos que uma das características fundamentais da grande indústria consiste no fato de esta requerer uma série de modificações ao seu redor. Dentre elas, tem especial posição o processo de urbanização – graças à maquinaria há uma intensa reorganização do espaço urbano capitalista. Contudo, esta reorganização se dá da forma mais caótica e prejudicial possível para o proletariado.

Como já mencionamos, com a introdução da maquinaria o capitalismo consegue atingir a sua maturidade, inclusive a de suas contradições imanentes. O processo de urbanização é exemplo destas contradições: ao passo que ele traz formas sofisticadas de organização espacial (para os burgueses), surgem pela mesma via formas desumanas de habitação, espaços completamente imundos e inabitáveis<sup>27</sup>.

É o proletariado que vai habitar esses espaços desumanos e imundos. Contudo, não é só de habitação digna que o proletário é privado, mas também de segurança, alimentação, vestuário, educação, lazer etc. É até ocioso dizermos que tal situação é ainda mais severa para aqueles que foram deslocados ao desemprego. Desse modo, temos uma classe social sem acesso aos bens básicos para sobreviver, desprovida de qualquer forma de riqueza. Trata-se de uma massa de homens em meio ao fenômeno de pauperização. Deste fenômeno, de seus desdobramentos e das lutas empreendidas pelo proletariado se constitui a *questão social*, como uma condição fundamental da estrutura capitalista e marca ineliminável da vida social burguesa.

---

<sup>27</sup> Em *A era do Capital*, de Hobsbawm (1982), podemos comparar a catastrófica situação da classe trabalhadora descrita no capítulo 12 com *O mundo burguês*, alicerçado sobre a superficialidade da manutenção de uma aparência repleta de *glamour* e requinte, descrito no capítulo 13.

Nossa análise, então, é no sentido de demonstrar a posição da problemática da saúde dos trabalhadores decorrente das condições degradantes de reprodução social.

Para tanto, buscamos as interessantes considerações de Engels em *A situação da classe trabalhadora*<sup>28</sup> da Inglaterra – sem dúvidas, este texto é uma das análises mais precisas e lúcidas dos efeitos da consolidação do capitalismo para a vida dos trabalhadores. Exploramos, especialmente, a análise do autor sobre o *proletariado industrial e as grandes cidades*, na qual há uma ênfase nas *particularidades* do processo de urbanização<sup>29</sup>. Ademais, voltamos a Marx para esclarecer a gênese do *fenômeno*.

Constatamos que no século XIX, a Inglaterra viveu um acelerado impulso de acumulação de capital industrial. Do processo de incremento do capital fabril decorreu, também, o surgimento das grandes cidades. Observemos como isto ocorre: uma indústria demanda uma grande quantidade de operários que trabalhem juntos, e logo, ao redor de uma indústria, surge uma vila de operários. Aqueles trabalhadores possuem algumas necessidades que requerem novos serviços, gerando a oportunidade de emprego para alfaiates, padeiros, pedreiros etc. Disto decorre um crescimento populacional e a evolução da vila para uma pequena cidade. Finalmente, quando há a chegada de novas indústrias nessa pequena cidade, para absorver a força de trabalho excedente, há um crescimento ainda maior da população, a estrutura da cidade se torna mais complexa e temos, então, o nascimento de uma grande cidade (ENGELS, 2008).

Engels constata o caráter centralizador da indústria e o rápido crescimento das cidades. Tais constatações nos parecem bem precisas, ao ponto de permitirem ao filósofo alemão fazer previsões de algum modo acertadas sobre o futuro destas cidades:

Se fosse possível que esse frenesi da indústria perdurasse por um século, cada distrito industrial da Inglaterra tornar-se-ia uma única grande cidade industrial e Manchester e Liverpool encontrar-se-iam em Warrington ou em

---

28 Pelos mesmos motivos apresentados na nota 26, a classe de que trata Engels corresponde ao proletariado. Mesmo quando Engels estende sua análise para o ambiente extrafábrica, como ao analisar o proletariado mineiro ou agrícola, ele permanece no campo do intercâmbio orgânico entre homem e natureza. Portanto, não resta dúvida que Engels trata do proletariado e que, portanto, ao utilizarmos o termo “trabalhador(es)” ou “classe trabalhadora”, neste item, estamos nos referindo ao seu sentido restrito.

29 Sobre o assunto, há importantes contribuições de Eric Hobsbawm (1982) em *A era do capital*, as quais também serão consideradas neste item.

Newton – porque também sobre o comércio essa centralização da população exerce os mesmos efeitos e, por isso, alguns poucos grandes portos (Liverpool, Bristol, Hull e Londres) monopolizam quase inteiramente o comércio marítimo do Império Britânico (ENGELS, 2008, p. 65).

A partir daí, a Inglaterra das enormes propriedades feudais e dos pequenos burgos já não existia mais. Tomamos o caso inglês (descrito por Engels) como exemplo, por ser o mais clássico e pioneiro. Mas, este processo, *grosso modo*, ocorreu na maioria dos países desenvolvidos do mundo ocidental no século XIX. Segundo Hobsbawm,

A urbanização cresceu rapidamente depois de 1850. Na primeira metade do século, somente a Inglaterra tinha tido uma taxa anual de urbanização superior a 0,20 pontos (representando a mudança do ponto percentual no nível da população urbana entre o primeiro e último censo do período, dividido pelo número de anos), embora a Bélgica praticamente atingisse aquele nível. Mas entre 1850 e 1890 até a Austro-Hungria, Noruega e Irlanda urbanizavam-se àquela taxa, sendo que a Bélgica e os Estados Unidos entre 0,30 e 0,40, Prússia, Austrália e Argentina entre 0,40 e 0,50, Inglaterra e País de Gales, além da Saxônia, a mais de 0,50 por ano. Dizer que a concentração de pessoas em cidades era “o mais impressionante fenômeno social do atual século” era dizer o óbvio (1982, p. 218).

Voltando ao caso inglês, Engels (2008) argumenta que a classe social mais estável (a pequena burguesia) agora era a mais instável, estando a diminuir drasticamente. O que restava eram alguns homens muito ricos (que centralizam as propriedades urbanas) e uma grande massa de pobres, dos quais se constitui a maioria das cidades.

Podemos constatar que o novo regime de produção não só põe em oposição capitalistas e operários, como também a cidade e o campo, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico. Portanto, por um lado, foi nas grandes cidades inglesas que a indústria “floresceu” e que os capitalistas industriais acumularam seus capitais iniciais. Todavia, por outro lado, a grande cidade teve efeitos degradantes para a classe proletária, e é a isto que Engels dá ênfase.

O autor destaca o alto grau de desenvolvimento da cidade de Londres, de sua importância e singularidade no mundo do século XIX. Porém, ao mesmo tempo, Engels revela a degradação dos milhares de homens que, pela força de seus braços e pernas, foram responsáveis pelo progresso da cidade. “Só então começamos a notar que mil forças neles [nos londrinos] latentes permaneceram inativas e foram asfixiadas para que só algumas pudessem desenvolver-se mais e multiplicar-se

mediante a união com as de outros” (ENGELS, 2008, p. 67).

Havia ainda um repúdio entre os milhares de homens que transitavam nas ruas das grandes cidades todos os dias, mas se cruzavam como se nada tivessem em comum. No dizer de Engels (2008, p. 68): “ninguém pensa em conceder ao outro sequer um olhar”. Para o autor, essa indiferença, esse isolamento e egoísmo mesquinho são constituintes da sociedade moderna, porém “em lugar nenhum ele se manifesta de modo tão impudente e claro como na confusão da grande cidade” (ENGELS, 2008, p. 68).

Trata-se de uma guerra social, “a guerra de todos contra todos (...) indiferença bárbara e grosseiro egoísmo de um lado e, de outro, miséria indescritível” (ENGELS, 2008, p. 68). Não era de se esperar outra coisa senão que o ônus de todo esse caos social das grandes cidades incidisse brutalmente sobre o pobre. Engels assim descreve, de modo brilhante, o peso que recai sobre este:

Ninguém se preocupa com ele: lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar, pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia (ENGELS, 2008, p. 69).

Postas as coisas assim, percebemos que o suposto progresso da grande cidade não chegou para a maioria da sua população, pelo contrário, essa massa de miseráveis tornou-se uma “chaga” que a burguesia se esforçou para esconder. Tal fato é explicitado quando Engels analisa a questão da fome enfrentada pelos miseráveis, como vemos a seguir:

Durante o período em que permaneci na Inglaterra, a causa direta da morte de vinte ou trinta pessoas foi a fome, em circunstâncias as mais revoltantes; mas, quando dos inquéritos, raramente se encontrou um júri que tivesse a coragem de atestá-lo em público. (...) Nesses casos, a burguesia não deve dizer a verdade: pronunciá-la equivaleria a condenar a si mesma. Muito mais numerosas foram as mortes causadas indiretamente pela fome, porque a sistemática falta de alimentação provoca doenças mortais: as vítimas viam-se tão enfraquecidas que enfermidades que, em outras circunstâncias, poderiam evoluir favoravelmente, nesses casos determinaram a gravidade que levou à morte (ENGELS, p. 69, grifo da obra).

Na sequência, Engels inicia uma análise mais detalhada das condições de vida dos operários industriais, e é a partir deste momento, no que concerne ao

nosso objeto de estudo, que o autor nos fornece elementos preciosos. Ele discorre sobre aspectos fundamentais da vida insalubre que levavam estes homens, tomando para análise as condições de suas habitações.

Em geral, as moradias operárias em Londres eram pequenas casas de tijolos (designadas de *cottages*) nos piores bairros da cidade (conhecidos como bairros de “má fama”), em áreas de ventilação precária, dispostas de maneira irregular, com ruas sem calçadas, sujas, repletas de detritos vegetais e animais (ENGELS, 2008). O exemplo do bairro de *St. Giles* representa bem o que eram os bairros operários.

St. Giles (...) é uma massa desordenada de casas de três ou quatro andares, com ruas estreitas, tortuosas e sujas (...) cestos de legumes e frutas, todos naturalmente de péssima qualidade e dificilmente comestíveis, complicam o trânsito dos pedestres e enchem o ar de mau cheiro, o mesmo que emana dos açougues. As casas são habitadas dos porões aos desvãos, sujas por dentro e por fora e têm um aspecto tal que ninguém desejaria morar nelas. Mas isso não é nada, se comparado às moradias dos becos e vielas transversais, aonde se chega através de passagens cobertas e onde a sujeira e o barulho superam a imaginação. (...) Por todas as partes, há montes de detritos e cinzas e as águas servidas, diante das portas, formam charcos nauseabundos (ENGELS, 2008, p. 71).

Sem dúvidas não eram habitações condizentes com a vida humana, se é que podem ser chamadas de habitações. Eram ambientes malsãos, de intensa miséria e sujeira, onde viviam mulheres, homens, crianças e idosos amontoados, muitas vezes, em um ou dois cômodos. E esses infelizes ainda pagavam aluguéis absurdos por estas, chegando a custar 4,5 *shillings* semanais um cômodo. Para aqueles que nem sequer podiam pagar, a opção de moradia eram as praças, porões, esquinas, arcadas ou, quando tinham sorte, um asilo ou albergue, sempre superlotados (ENGELS, 2008).

A situação da maior zona operária de Londres (*Whitechapel* e *Bethnal Green*) não era diferente de *St. Giles*. Engels, ao analisar esta região, recorre, principalmente, aos casos daqueles miseráveis que, por motivo fortuito, tiveram suas casas visitadas por autoridades e que, por isso, estamparam algumas das páginas dos jornais londrinos. Nestes jornais, são descritas a situação de algumas famílias e as suas respectivas habitações precárias, e observamos que a maioria das famílias não possuía móveis nos seus pequenos cômodos, tampouco vestimentas (além daquelas do próprio corpo) ou utensílios de qualquer natureza; suas camas eram o chão e seus cobertores eram trapos, quando os tinham (ENGELS, 2008).

De fato havia alguns poucos operários que viviam em melhores condições

[mas nem tanto] do que as descritas acima, Engels (2008, p. 74-75) reconhece isto, entretanto afirma que “milhares de famílias honestas e laboriosas – muito mais honestas e estimáveis que todos os ricos de Londres – encontram-se em condições indignas de seres humanos e que todo proletário, sem qualquer exceção, sem que a culpa seja sua e apesar de todos os seus esforços, pode ter o mesmo destino”.

Portanto, Londres já era a expressão da natureza contraditória do regime capitalista, e em suas ruas já podia-se ver luxo e miséria lado a lado. Engels extrai uma passagem do famoso jornal inglês *The Times* explicitando tal contradição:

É uma situação verdadeiramente monstruosa. O máximo prazer proporcionado pela saúde física, a atividade intelectual, as mais inocentes alegrias lado a lado com a miséria mais cruel! (...) Na área mais luxuosa da cidade mais rica do mundo, noite a noite, inverno a inverno, vivem mulheres, jovens em idade e envelhecidas pelos pecados e pelo sofrimento, expulsas da sociedade, atoladas de fome, na doença e na sujeira (*THE TIMES*, 1843 apud ENGELS, 2008, p. 76).

Em todo o Império Britânico podia-se observar a pauperização do proletariado. O que se via em Londres não era tão diferente em *Dublin* (Irlanda) ou *Edimburgo* (Escócia), em todas as grandes cidade britânicas grassavam miséria, fome e degeneração física e moral.

As péssimas condições sanitárias daqueles bairros operários eram, constantemente, analisadas nos periódicos ingleses. Vejamos um trecho da citação que Engels faz do *The Artizan* sobre um bairro de *Edimburgo*:

Nessa parte da cidade não há esgotos, banheiros públicos ou latrinas nas casas; por isso, imundícies, detritos e excrementos de pelo menos 50 mil pessoas são jogados todas as noites nas valetas, de sorte que, apesar do trabalho de limpeza das ruas, formam-se massas de esterco seco das quais emanam miasmas que, além de horríveis à vista e ao olfato, representam um enorme perigo para a saúde dos moradores. É de espantar que não se encontre aqui nenhum cuidado com a saúde, com os bons costumes e até com as regras elementares da decência? Pelo contrário, todos os que conhecem bem a situação dos habitantes podem testemunhar o ponto atingido pelas doenças, pela miséria e pela degradação moral (*THE ARTIZAN*, 1843 apud ENGELS, 2008, p. 79).

O filósofo alemão descreve, ainda, as condições das cidades portuárias de Liverpool e Bristol, e das industriais *Nottingham* e *Birmingham*, todas apresentando quadros precários. Já *Glasgow*, muitas vezes, foi considerada em situação ainda mais deplorável, sendo a sua classe operária, para muitos, ainda mais miserável do que as de *St. Giles*, *Whitechapel*, *Dublin* ou *Edimburgo*.

Na grande zona industrial do centro da ilha britânica (*West Yorkshire* e *South Lancashire*), merece destaque a situação de *Leeds* no vale do *Aire*. *Leeds* é atravessada pelo rio *Aire*, e este, quando inunda, torna a situação da classe proletária ainda mais caótica.

Em consequência das cheias do *Aire*, as casas e os porões são inundados com frequência, a ponto de serem necessárias bombas para lançar a água nas ruas; mas ela volta a encher os porões, mesmo aqueles em que há rede de esgoto, resultando em miasmas fortemente impregnados de hidrogênio sulfuroso, que deixa nos canos um sedimento nauseabundo e extremamente prejudicial à saúde. Durante as inundações da primavera de 1839, os efeitos dessa obstrução dos esgotos foram tão deletérios que, de acordo com o relatório oficial do registro civil, naquele trimestre registraram-se nessa área três mortes para cada dois nascimentos, ao passo que, no mesmo período e em outros bairros, a proporção foi exatamente a inversa (*THE ARTIZAN*, 1843 apud ENGELS, 2008, p. 82-83).

Percebemos que, de fato, os impactos do pauperismo (exponenciado pelas cheias do *Aire*) na saúde dos trabalhadores de *Leeds* eram devastadores<sup>30</sup>. As taxas de mortalidade registradas pelo *The Artizan* eram assustadoramente altas, superando as de bairros vizinhos, que já eram preocupantes.

Desse modo, ao passo que vemos o agravamento, cada vez maior, do *antagonismo capital x trabalho*, do abismo entre burguesia e proletariado industrial e da degradação moral deste último, notamos que ocorria a rápida e intensa depleção da saúde destes trabalhadores, que habitavam o inabitável. As condições sanitárias que apresentamos até aqui já seriam suficientes para percebermos a calamidade da saúde pública das grandes cidades inglesas. Contudo, Engels não para por aqui; na sequência, ele prossegue com a sua análise mais detalhada, sobre a cidade de *Manchester* no *Lancashire*.

Engels tece algumas considerações sobre as cidades que rodeiam *Manchester* – *Bolton*, *Stockport*, *Ashton-under-Lyne*<sup>31</sup> etc., mas não apresenta grandes novidades ao que já foi discutido; por isso, passemos à análise do grande centro de *Lancashire*.

A cidade de *Manchester* no século XIX poderia ser considerada o centro industrial do Império, o termômetro comercial e o lugar onde a utilização das máquinas e a divisão do trabalho chegaram a seu extremo, graças, especialmente, à indústria algodoeira. Logo, ao mesmo tempo, o “proletariado industrial revelou suas

<sup>30</sup> Engels descreve situação similar na cidade de *Bradford*.

<sup>31</sup> Devemos destacar que em *Ashton* a situação é menos caótica do que nas outras regiões descritas.

mais clássicas características” (ENGELS, 2008, p. 85). Portanto, há aí elementos relevantes ao contexto que nos propomos analisar, apesar de que não reproduziremos, aqui, os minuciosos detalhes descritos pelo autor.

Devemos salientar a peculiar arquitetura de *Manchester* para a época, construída de tal modo que no centro não se via miséria nem operários, pois todos estes moravam num anel que rodeava a área comercial da cidade. Já a burguesia residia em regiões mais afastadas, para além deste “anel operário”. Desse modo, as ruas do comércio eram preservadas e limpas, livrando os senhores e madames que ali circulavam de qualquer escória e imundície. As ruas que partem do centro, em especial da Bolsa, eram agradáveis, mas à medida que iam se afastando, tornavam-se sujas e malcheirosas, sendo as lojas mais distantes dotadas de uma aparência “que não permite nenhuma dúvida sobre seus fregueses: operários e só operários” (ENGELS, 2008, p. 90).

Na região do rio *Irk*, na parte velha da cidade, entrando pela *Long Millgate*, poderiam encontrar-se os primeiros operários. Tratava-se de um bairro de existência pré-industrial, mas que à época já era habitado totalmente por operários, notadamente imigrante irlandeses. Assim, eram casas velhas com fachadas em péssimo estado e empilhadas umas sobre as outras. Nas palavras do próprio autor:

À esquerda e à direita, uma miríade de passagens cobertas leva da rua principal aos numerosos pátios e, quando neles entramos, uma sujeira repugnante, incomparável a tudo que conheci, nos rodeia – especialmente nos pátios que descem para o *Irk*, onde, na realidade, estão as habitações mais horríveis que vi até hoje. Num desses pátios (...) há um banheiro sem porta e tão sujo que os moradores, para entrarem ou saírem do pátio, têm de atravessar um charco de urina e excrementos (ENGELS, 2008, p. 92).

Por se tratar de uma região nas redondezas de um rio e por ser habitada por indivíduos vivendo em condições subumanas, era de se esperar as enormes implicações ambientais produzidas ali. Aquele quadro de miséria e pauperismo gerou sucessivas agressões ao *Irk*, dando origem a uma situação deplorável:

Embaixo corre, ou melhor, estagna o *Irk*, estreito curso d'água, negro, nauseabundo, cheio de imundície e detritos que lança sobre a margem direita, mais baixa; aí, no período da seca, alinha-se uma série de charcos lamacentos, esverdeados e fétidos, do fundo dos quais sobem bolhas de gás mefítico (...); ademais, o próprio rio tem seu curso detido a cada passo por barragens, junto às quais se depositam e apodrecem lama e detritos. Acima da ponte, veem-se grandes curtumes e, mais acima ainda, tinturarias, moinhos para pulverizar ossos e usinas de gás cujas águas servidas e dejetos vão todos para o *Irk* (que também recebe esgotos) – é fácil imaginar,

pois, a natureza dos resíduos que se acumulam no seu leito (ENGELS, 2008, p. 92-93).

Como sabemos, a degradação ambiental incide sobre a saúde dos indivíduos de forma severa; e era este o caso dos trabalhadores da parte velha de *Manchester* em relação ao *Irk*. Tratava-se de um círculo no qual a degradação gerava mais degradação (de todos e em todos os níveis), tendo como eixo o pauperismo gestado na exploração do capital sobre o trabalho.

No lado oposto da *Long Millgate* encontrava-se um bairro mais novo e menos caótico, mas que também não foi poupado do turbilhão causado pela industrialização. Engels afirma que

É verdade que esse bairro apresenta algumas vantagens em relação à zona do *Irk*: as casas são mais novas e algumas ruas dispõem de rede de esgoto; em compensação, quase todas as casas têm moradias nos porões (o que, na área do *Irk*, é raro, até porque as construções ali são muito mais velhas e grosseiras). De resto a imundície, os montes de entulho e de cinzas e os charcos nas ruas são comuns aos dois bairros (2008, p. 95).

Uma importante diferença deste bairro em relação à região do *Irk* consiste num fator que, especialmente do ponto de vista sanitário, contribui para o aviltamento dos operários: as inúmeras pocilgas no interior dos pátios (ENGELS, 2008). Assim, como se não bastassem as inúmeras doenças que acometiam os operários, devido às habitações inadequadas, à falta de saneamento básico e ao déficit de higiene em geral, ainda estavam fadados a conviver na mais alta imundície da criação de porcos, piorando, e muito, as já precárias condições de higiene, além de trazer risco de novas doenças, como as zoonoses transmitidas por tais animais.

Em suma, este era o quadro da parte velha de *Manchester*, para o qual a burguesia fechava os olhos e justificava o seu caos, justamente, pela sua velha estrutura. Contudo, os problemas ali instalados datavam do início do processo industrial e, como veremos a seguir, não eram, de todo, diferentes dos da parte nova da cidade.

De início, uma breve comparação entre as duas regiões da cidade:

Já vimos que, na cidade velha, frequentemente o arbítrio presidia ao agrupamento das edificações. Cada casa foi construída sem que se tivessem em conta as outras e os poucos palmos de terra irregular entre elas são chamados, à falta de melhor designação, pátios. Nas zonas um pouco mais recentes desse mesmo bairro, e em outros bairros que datam dos primeiros tempos do desenvolvimento industrial, verifica-se um esboço

de plano. O espaço entre duas ruas é dividido em pátios mais regulares, a maioria deles quadrangulares (ENGELS, 2008, p. 97).

Como constatamos, havia um sistema diferente de edificação em relação ao da zona mais antiga da cidade, e este fator dirimia certos problemas nesses bairros mais novos. Porém, em termos de ventilação, os pátios desses bairros eram ainda piores do que na região do *Irk*. Existiam dois sistemas de edificações, um que proporcionava uma melhor ventilação para algumas casas (que ficavam para os trabalhadores com melhores salários), e outra grande parte de casas continuava sem circulação de ar. É importante frisarmos que, qualquer que fosse o sistema de edificações, havia sempre áreas de extrema imundície (ENGELS, 2008).

Em *Great Ancoats Street* existiam casas, à primeira vista, em melhores condições. Todavia, eram construídas com avareza extrema de material e, em geral, sua durabilidade era de cerca de quarenta anos, bem menor do que em outros bairros. Ademais, o pauperismo e a miséria não eram tão assustadores como em outras localidades aqui já citadas, mas havia, neste bairro, um aspecto igualmente preocupante. Tratava-se da única parte de *Manchester* em que a burguesia não habitava, isto devido ao “vento dominante, que, por dez ou onze meses do ano, vem do oeste ou do sudoeste, esparze sobre ela a fumaça de todas as fábricas”, tornando o ar respirado extremamente contaminado pelos resíduos gasosos eliminados pelas indústrias (ENGELS, 2008, p. 101).

Na região do rio *Medlock*, os bairros possuem situação similar ao do *Irk*, “as casas são velhas, sujas e do tipo mais exíguo; as ruas, irregulares e nem todas pavimentadas, não são niveladas nem há rede de esgoto; imundície e lama, em meio a poças neuseabundas, estão por toda parte, daí a atmosfera já enegrecida pela fumaça de uma dúzia de chaminés de fábricas, ser empestada” (ENGELS, 2008, p. 102). No bairro conhecido como *Pequena Irlanda*, para cada 120 pessoas existia apenas uma instalação sanitária e, nesta situação, não eram raros os casos de cólera.

Essas eram as condições dos bairros em *Manchester*. No dizer de Engels:

Resumindo o resultado de nosso percurso através deles, diremos que 350 mil operários de Manchester e arredores vivem quase todos em habitações miseráveis, úmidas e sujas; que a maioria das ruas pelas quais têm de passar se encontra num estado deplorável; extremamente sujas, essas vias foram abertas sem qualquer cuidado com a ventilação, sendo a única preocupação o máximo lucro para o construtor (2008, p. 195).

Por fim, Engels ainda destaca outro aspecto relacionado à saúde do proletariado urbano na Inglaterra, alertando para a negligência das autoridades sanitárias da época. Ele afirma que, no ambiente das grandes cidades inglesas, as epidemias dos mais diversos tipos eram recorrentes, em especial o cólera era devastador. Porém, tais epidemias só mobilizavam as autoridades sanitárias quando se alastravam por toda a cidade, ameaçando a burguesia. Ao se deparar com este perigo, eram feitas inspeções nos bairros operários, mas na impossibilidade de livrar a todos da imundície, priorizavam-se os mais sujos, sem mexer em nada na estrutura social responsável por essas condições deploráveis – poucos meses depois, a população estava jogada, novamente, na velha sujeira (ENGELS, 2008).

Corroborando Engels, Hobsbawm (1982) sintetiza a caótica situação das cidades industrializadas no século XIX, tomando por base as principais potências econômicas da Europa Ocidental, apesar de enfatizar, também, o caso inglês. A síntese do referido autor chama a atenção, ainda, para a questão da superpopulação. Vejamos:

Quem diz cidade de meados do século XIX, diz "superpovoada" e "cortiço" e, quanto mais rápido a cidade crescesse, pior era em superpopulação. Apesar da reforma sanitária e do pequeno planejamento que ali havia, o problema da superpopulação talvez tenha crescido neste período sem que a saúde tenha melhorado, quando não piorou decididamente. As maiores melhorias neste setor só começaram a ocorrer no final de nosso período. As cidades ainda devoravam suas populações, embora as cidades inglesas, na qualidade de mais antigas da era industrial, estivessem próximas de se reproduzirem a si mesmas, isto é, crescer sem a constante e maciça transfusão de sangue representada pela imigração (HOBSBAWM, 1982, p. 220).

Também Marx, no capítulo XXIII (*A Lei Geral de Acumulação Capitalista*) de *O Capital*, ressalta as condições do proletariado na Inglaterra. Ele mostra que, em meados da década 1860, cerca de duas décadas após a descrição feita por Engels, a situação da classe trabalhadora era a mesma, se não pior. Quanto às condições de moradia, Marx apresenta relatos das autoridades sanitárias, revelando como eram caóticas:

“Dois pontos”, diz o Dr. Hunter, “estão claros: primeiro, que há cerca de 20 grandes colônias em Londres, cada uma com cerca de 10 mil pessoas, cuja mísera condição excede tudo que já tenha sido visto em algum outro lugar da Inglaterra e é quase inteiramente resultante de suas más condições de moradia; em segundo lugar, as condições de superlotação e decadência das

casas dessas colônias são muito piores que há 20 anos.” “Não é demais dizer que a vida em certas partes de Londres e Newcastle é infernal.” (*PUBLIC HEALTH. EIGHTH REPORT.*, 1866, p. 62 apud MARX, 1988b, p. 211).

A situação de caos era tamanha, que as autoridades inglesas classificavam a vida em algumas partes de Londres e *Newcastle* como infernal. Convém esclarecer que o “inferno” era reservado ao proletariado. Um outro relato trazido por Marx pode resumir bem a situação:

“Que são inúmeros os casos em que a deficiência alimentar causa ou agrava doenças há de confirmá-lo qualquer um que esteja familiarizado com a prática médica com indigentes ou com pacientes dos hospitais, sejam eles internados ou morem fora. (...) No entanto, do ponto de vista sanitário, se acrescenta outra circunstância decisiva. (...) É preciso lembrar que a privação de alimentos é suportada com muita relutância e que, em regra, dietas muito deficientes só ocorrem quando outras privações as precederam. Muito antes de a insuficiência alimentar ter passado a gravitar no plano da higiene, muito antes de o fisiólogo pensar em contar os grãos de nitrogênio e carbono, entre os quais oscila a vida e a morte por inanição, a economia doméstica já terá sido despojada de todo conforto material. O vestuário e o aquecimento ter-se-ão tornado ainda mais escassos do que a comida. Nenhuma proteção suficiente contra o rigor do inverno; redução do espaço de moradia a um grau que gera enfermidades ou as agrava; ausência quase total de utensílios domésticos ou de móveis; a própria limpeza ter-se-á tornado custosa ou difícil. Se, por dignidade pessoal, ainda se tenta mantê-la, cada uma dessas tentativas representa suplícios adicionais de fome. O lar há de ser onde o teto for mais barato; em áreas onde a polícia sanitária dá menos fruto, é mais lamentável o sistema de esgoto, menor o tráfego, máxima a imundície pública, mais miserável ou pior o suprimento de água e, em cidades, maior a falta de luz e ar. Tais são os perigos sanitários a que a pobreza inevitavelmente está sujeita, quando essa pobreza inclui carência alimentar. Se a soma desses males constitui perigo de terrível magnitude para a vida, a mera carência alimentar já é em si mesma horrível” (*PUBLIC HEALTH. SIXTH REPORT.*, 1864. p. 14-15 apud MARX, 1988b, p. 210).

Nesse contexto, inúmeras doenças se instalavam entre os trabalhadores, epidemias dizimavam famílias por inteiro. A falta de condições de higiene e a falta de condições mínimas para se viver configuravam o cenário perfeito para o desenvolvimento de uma diversidade de doenças infecciosas:

“Não se pode duvidar de que a causa da persistência e propagação do tifo é a excessiva aglomeração de seres humanos e a falta de higiene em suas moradias. As casas em que os trabalhadores freqüentemente vivem situam-se em becos cercados e pátios. Quanto a luz, ar, espaço e limpeza, são verdadeiros modelos de insuficiência e insalubridade, uma desgraça para qualquer nação civilizada. Ali, à noite, homens, mulheres e crianças deitam-se misturadamente. No que tange aos homens, o turno da noite segue ao turno do dia em fluxo ininterrupto, de modo que as camas quase não têm tempo de esfriar. As casas são mal supridas de água e, pior ainda, de

privadas; são sujas, mal ventiladas e pestilentas” (*PUBLIC HEALTH, EIGHTH REPORT.*, 1866, p. 149 apud MARX, 1988b, p. 213).

Assim, o capitalismo que prometera liberdade aos antigos trabalhadores feudais, trouxe, na verdade, o aprisionamento do proletariado moderno, conformando um caos nunca antes visto. As famílias proletárias passam a ser escravas de uma condição extremamente contraditória: para sobreviverem, entregam sua saúde à burguesia; para não morrer, se matam.

Ainda mais desgraçada era a vida daquele excedente de trabalhadores, substituídos pela máquina no processo produtivo. Viviam na pior escória possível, sendo a fome e a miséria elementos do seu cotidiano, num quadro no qual as doenças encontram as condições ideais para assumir as formas mais severas possíveis. Marx nos alerta para o fato de este *exército industrial de reserva* ser resultado da *lei geral de acumulação capitalista* e que, se não bastasse o fato de a maquinaria pôr o operário em oposição ao meio de trabalho, coloca em guerra, também, os proletários entre si, na busca por emprego – numa guerra travada, especialmente, entre o *exército industrial de reserva* e aqueles que estão empregados, na qual todos perdem e só a burguesia ganha. Vejamos o que afirma Marx:

A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, isto é, não mais imediatamente necessária para a autovalorização do capital, sucumbe, por um lado, na luta desigual da velha empresa artesanal e manufatureira contra a mecanizada, inunda, por outro lado, todos os ramos mais acessíveis da indústria, abarrota o mercado de trabalho e reduz, por isso, o preço da força de trabalho abaixo de seu valor. Para os trabalhadores pauperizados, deve ser grande consolo acreditar, por um lado, que seu sofrimento seja apenas “temporário” (*a temporary inconvenience*), por outro, que a maquinaria só se apodera paulatinamente de todo um setor da produção, ficando reduzida a dimensão e a intensidade de seu efeito destruidor. Um consolo bate o outro. Onde a máquina se apodera paulatinamente de um setor da produção, produz miséria crônica nas camadas de trabalhadores que concorrem com ela. Onde a transição é rápida, seus efeitos são maciços e agudos. A história mundial não oferece nenhum espetáculo mais horrendo do que a progressiva extinção dos tecelões manuais de algodão ingleses, arrastando-se por décadas e consumando-se finalmente em 1838. Muitos deles morreram de fome, muitos vegetaram com suas famílias a 2 1/2 pence por dia (1988b, p. 46-7).

Os trabalhadores deslocados pela máquina são condenados à fome, mas aqueles que permanecem na fábrica não podem ser considerados sortudos, pois seus salários não são suficientes para livrar-lhes de toda a desgraça que aqui já apresentamos.

Por fim, cabe ressaltar que esta tragédia não se restringia ao proletariado urbano; no campo tínhamos efeitos ainda piores, as habitações eram ainda mais precárias, sem condições de higiene, e “(...) a dieta de grande parte das famílias de trabalhadores agrícolas está abaixo do mínimo necessário 'para evitar as doenças decorrentes da fome’”. Tal é o caso de todos os distritos puramente agrícolas de Cornwall, Devon Somerset, Wilts, Stafford, Oxford, Berks e Herts” (MARX, 1988b, p. 226)<sup>32</sup>. Para não nos alongarmos por demais, trazemos um relato citado por Marx, que é suficientemente ilustrativo da miséria do proletário agrícola, pois compara a situação deste com a de outras populações marginalizadas:

“Uma cuidadosa comparação entre a dieta de criminosos em prisões da Inglaterra e a dos indigentes em Workhouses e trabalhadores rurais livres do mesmo país (...) revela indubitavelmente que os primeiros estão mais bem alimentados do que qualquer uma das duas outras classes”, enquanto o montante de trabalho exigido de um condenado comum a trabalho forçado público é cerca da metade do executado por um trabalhador agrícola comum (...) (*REPORTS OF THE COMMISSIONERS*, 1863, p. 42 apud MARX, 1988b, p. 226).

As chagas do capitalismo, amplificadas pela grande indústria, não poupam nenhum segmento do proletariado, sejam aqueles próximos à maquinaria, sejam aqueles mais distantes.

Não restam dúvidas que a base deste processo contraditório e sombrio está na acumulação de capital potencializada, agora, pela maquinaria (MARX, 1988b). Uma sociedade regida por tais leis só poderia ser, mesmo, uma sociedade produtora de doenças.

---

<sup>32</sup> Engels, na obra de que tratamos aqui, também analisou, brevemente, a situação do proletariado agrícola, não diferindo do que Marx reporta sobre a década de 1860, vinte anos mais tarde. O autor analisou ainda outro interessante caso do proletariado não industrial: trata-se do mineiros. Neste caso, tínhamos uma assustadora agressão à saúde dentro e fora do ambiente de trabalho. Vejamos um dos relatos de Engels sobre os mineiros de Alston Moor: “(...) homens que começam a trabalhar precocemente nas minas não atingem o desenvolvimento físico das mulheres que trabalham na superfície; muitos morrem ainda jovens, vítimas de tuberculose galopante, e outros na meia idade, em razão da tuberculose lenta (...) muitíssimos operários, passando quase que sem transição do ar quente das galerias, depois de transpirar abundantemente na penosa subida das escadas, ao ar frio da superfície, contraem inflamações agudas nas vias respiratórias, de resto já vulneráveis, que levam habitualmente a consequências fatais. (...) Nas áreas mineiras circunvizinhas, Allendale, Stanhope, Middleton, a duração média de vida era, respectivamente, de 49, 48 e 47 anos e as mortes em consequência de doenças pulmonares representavam, respectivamente, 48%, 54% e 56% do total de óbitos” (ENGELS, 2008, p. 276-7). Some-se a isso as constantes explosões devido aos gases inflamáveis confinados, os desmoronamentos etc. Além disto, o fato de que o salário que recebiam nem sempre dava-lhes para o pão, e suas vestimentas eram trapos, suas casas, imundas (pelas quais pagavam aluguéis absurdos) e homens, mulheres, crianças e idosos dormiam amontoados, todos juntos, sem nenhum constrangimento ou resquício da moralidade burguesa (ENGELS, 2008).

O século XIX configura um período histórico no qual a maquinaria, além de tornar insuportável o trabalho fabril, arruína toda a vida do proletariado, como pudemos constatar no emblemático caso inglês denunciado por Engels e Marx. Entretanto, cabe uma ressalva:

É [sic] difícil, olhando retrospectivamente, formar uma idéia equilibrada das condições de todos estes trabalhadores. Em um aspecto, a lista dos países onde havia cidades e indústrias modernas era agora muito maior, e conseqüentemente o nível de desenvolvimento industrial que representavam. Portanto, generalizações não são fáceis, e seu valor é circunscrito mesmo se nos limitarmos – e precisamos fazê-lo – aos países relativamente desenvolvidos em oposição aos atrasados, as classes trabalhadoras urbanas em distinção aos setores camponeses e agrários. O problema é determinar um meio termo entre, de um lado, a violenta pobreza que ainda dominava a vida da maior parte dos trabalhadores pobres, o meio físico e moral repulsivo que cercava muitos deles e, de outro, a melhoria geral das condições e perspectivas que havia ocorrido desde a década de 1840. Porta-vozes satisfeitos de parte da burguesia tendiam a dar maior ênfase a estas melhorias, embora ninguém pudesse negar o que Sir Robert Giffen (1837- 1900), olhando para o meio século da história inglesa de 1883, chamou de "um resíduo ainda não desenvolvido", ou que as melhorias, "mesmo quando medidas por um ideal baixo, ainda são muito pequenas", ou então que "ninguém pode contemplar as condições das massas populares sem desejar alguma coisa como uma revolução para que elas melhorem" (HOBBSAWM, 1982, p. 234).

Portanto, tomando por base as experiências clássicas do mundo ocidental na *Era do capital*, constatamos que o proletário foi submetido a um processo de trabalho doentio e a um processo de pauperização que comprometem sua reprodução social. É um trabalhador pauperizado, desgraçado, doente, mutilado e humilhado pela maquinaria a serviço do capital.

### **3 A QUESTÃO DA SAÚDE DOS TRABALHADORES NO CAPITALISMO MONOPOLISTA: explicando sua face contemporânea**

No capítulo anterior revelamos os fundamentos da questão que estudamos e o contexto no qual esta ganha clarividência enquanto uma contradição tipicamente capitalista. Agora, faz-se necessário apresentarmos a sua evolução histórica por todo o *capitalismo monopolista*, explicando a razão de ser da sua dimensão contemporânea, explicitada no capítulo 1.

Apresentamos dois itens: no item 3.1, apresentamos as implicações do padrão de acumulação taylorista/fordista para os trabalhadores<sup>33</sup>, em especial no que tange à saúde. No item 3.2, debatemos sobre as respostas do capital a sua *crise estrutural*, instalada a partir da década de 1970, e sobre como isto repercute para a saúde da classe trabalhadora.

#### **3.1 Sofisticação da organização/controle do trabalho e o incremento da degradação da saúde dos trabalhadores**

Ao final do século XIX, o modo de produção capitalista já é hegemônico e universal. O processo produtivo já tinha incorporado, em geral, os elementos capitalistas, sendo orientado no sentido da acumulação, concentração e produtividade crescentes. O curso deste século revelou uma corrida desenfreada dos vários capitais privados em busca de acumulação, num processo anárquico de grande concorrência que caracterizou este período como sendo o do *capitalismo concorrencial*.

A concorrência entre os capitais privados resulta, inevitavelmente, na vitória de alguns capitais sobre os outros. Portanto, foi no final do século XIX (e início do século seguinte) que se deu a concretização de um intenso processo de centralização de capital – ou seja, aquele processo no qual ocorre uma

---

33 No *capitalismo monopolista* ocorre uma acentuada mercadorização das atividades humanas, uma diversificação entre os tipos de assalariados, expressa no crescimento das atividades de controle, do trabalho de escritório, do setor financeiro, de serviços, comércio etc. – isto é, o conjunto de assalariados é bem mais heterogêneo do que antes. Portanto, ao se analisar este período, torna-se extremamente arriscado utilizar o termo trabalhador(es) (e classe trabalhadora) no seu sentido restrito (proletariado), podendo-se diluir as diferenças fundamentais entre as classe sociais. Desse modo, **a partir daqui, utilizamos o termo trabalhador(es) (e classe trabalhadora) no sentido amplo (para designar o conjunto dos assalariados)**. Quando quisermos nos referir às situações específicas daqueles que realizam o intercâmbio orgânico com a natureza, faremos uso, então, dos termos proletário ou operário (proletariado ou operariado).

movimentação do capital já produzido na direção das mãos de uns poucos capitalistas; trata-se do grande capital “engolindo” o pequeno capital. Não nos interessa aqui descrever detalhadamente os mecanismos de acumulação, concentração e centralização, e tampouco explicar como pequenas indústrias e/ou negócios foram sendo derrotadas no mercado, ao passo que foram surgindo grandes impérios burgueses – os monopólios. Queremos, apenas, destacar que a história do século XIX põe os elementos para a concretização de uma passagem de fase do sistema capitalista, aquela consolidada no século XX e que permanece até os dias de hoje: a fase do *capitalismo monopolista*.

O fato de o capitalismo ter atingido a maturidade no século XIX não implica o fim ou a redução da velocidade das suas transformações. Tanto é que a emergência do capital monopolista significou profundas alterações para a organização do trabalho. O burguês se deparou, em sua fábrica, com uma quantidade de meios de produção e, especialmente, de força de trabalho e atividades nunca antes vistos. Este fator foi decisivo para o conjunto dos grandes capitalistas perceber as limitações das formas de controle do trabalho (da gerência empírica) para sua produtividade – um capital de grandes dimensões requer novas estratégias de controle.

Some-se a isso o fato de que o tempo fez com o que o operário aprendesse a lidar com a máquina, amortizando os efeitos da sua (do operário) *subsunção* – aquela descrita por Marx ao analisar a introdução da maquinaria na primeira metade do século XIX. Certamente, já no início da grande indústria, o proletário tem bem menos controle sobre o processo de trabalho do que na manufatura clássica, contudo a experiência lhe concedera macetes e habilidades para burlar o controle burguês (GOUNET, 1999, PINTO, 2010).

O grande desafio para o capitalista, ao início do século XX, é o de renovar as formas de gerência do trabalho, uma vez que quanto mais o operário podia controlar o processo, maior o risco de decair a produtividade. Desta necessidade, a burguesia (seus teóricos) vai buscar a cientificação da gerência, elaborando regras e padrões rígidos que possibilitassem um controle intenso do operário, tornando-o o mais produtivo possível.

Esse ideal de uma gerência baseada nos princípios da ciência moderna teve seu expoente teórico em Frederick Winslow Taylor. Este americano, que largou seus estudos para ser operário aprendiz numa metalúrgica, acumulou observações e conhecimentos sobre o processo produtivo industrial suficientes para postular novos

princípios de gerência<sup>34</sup>. Na verdade, “Taylor representava a culminação de uma tendência preexistente” (BRAVERMAN, 1987, p. 85), visto que outros teóricos também tiveram a mesma preocupação, como Henri Fayol, que já havia formulado “uma série de princípios com vistas a garantir o controle total da empresa por meio de um enfoque sistemático da administração” (BRAVERMAN, 1987, p. 85).

Mas foi Taylor quem conseguiu aplicar de modo mais preciso os princípios científicos modernos à gerência, dando as respostas mais sólidas para o problema do controle do trabalho no início do capitalismo monopolista. Ele é enfático ao afirmar a necessidade de um empenho “no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão” (BRAVERMAN, 1987, p. 82). Vale destacarmos que se trata de uma ciência a serviço do capital, uma vez que

Faltam-lhe as características de uma verdadeira ciência porque suas pressuposições refletem nada mais que a perspectiva do capitalismo com respeito às condições da produção. Ela parte, não obstante um ou outro protesto em contrário, não do ponto de vista humano, mas do ponto de vista do capitalista, do ponto de vista da gerência de uma força de trabalho refratária no quadro de relações sociais antagônicas. Não procura descobrir e confrontar a causa dessa condição, mas a aceita como um dado inexorável, uma condição “natural”. Investiga não o trabalho em geral, mas a adaptação do trabalho às necessidades do capital. Entra na oficina não como representante da ciência, mas como representante de uma caricatura de gerência nas armadilhas da ciência (BRAVERMAN, 1987, p. 82-3).

Taylor combatia a concepção de um trabalhador especializado num ofício. Para ele, o ofício devia ser ainda mais parcelarizado, fragmentado, ao ponto que cada trabalhador desconhecesse o processo global de produção. Sobre isso, Pinto afirma que Taylor,

Refletindo sobre como acabar com a proteção do tempo de trabalho, chegou à conclusão de que se subdividissem ao extremo diferentes atividades em tarefas tão simples quanto esboços de gestos, passando então a medir a duração de cada movimento com um cronômetro, o resultado seria a determinação de tempo “real” gasto para se realizar cada operação. Entrevia-lhe a ideia de que as gerências, na posse desses

---

34 Vale ressaltar que a realidade investigada por Taylor foi a do trabalho fabril nos Estados Unidos e, desse modo, o trabalhador a que ele se refere é o proletário industrial. Contudo, a proposta de Taylor foi incorporada, guardadas as devidas adaptações, por outros setores, inclusive aqueles nos quais predominam assalariados não proletários (serviços, comércio, esfera pública), o que nos permite afirmar que o taylorismo (ao se universalizar) é um padrão de organização do trabalho que se aplica ao conjunto dos assalariados. Por tal razão, ao se comentar os efeitos do taylorismo para os trabalhadores, geralmente se pretende fazer referência ao conjunto dos assalariados, apesar de tais efeitos se originarem e se manifestarem de forma mais pura entre o proletariado industrial.

resultados, estariam possibilitadas a exigir de qualquer trabalhador o cumprimento da “quantidade ideal” de trabalho diário (2010, p. 26).

Braverman (1987) identifica aí o primeiro princípio da administração científica:

1) “*dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores*. O processo do trabalho<sup>35</sup> deve ser independente do ofício, da tradição e do conhecimento dos trabalhadores” (p. 103, grifo da obra). Assim a gerência científica estabelece padrões rígidos para a execução do trabalho, especialmente quanto aos movimentos e ao tempo de execução destes. Isto fica explícito no primeiro título proposto por Taylor (1990, p. 40) ao descrever as novas atribuições da direção da fábrica: “Primeiro – Desenvolver para cada elemento do trabalho individual, uma ciência que substitua os métodos empíricos mediante o estudo dos tempos, com normas rígidas para o movimento de cada homem.” Para garantir a obediência do trabalhador, Taylor articula mais dois títulos:

Segundo – Selecionar cientificamente, depois treinar, ensinar e aperfeiçoar o trabalhador. No passado ele escolhia seu próprio trabalho e treinava a si mesmo como podia (1990, p. 40).

Terceiro – Cooperar cordialmente com os trabalhadores para articular todo o trabalho com os princípios da ciência que foi desenvolvida (1990, p. 41).

Para tanto, Taylor percebeu a necessidade de a gerência incorporar o conhecimento que antes era do trabalhador, passando a ser o gerente quem estabelece a melhor maneira de se trabalhar. Trata-se do segundo princípio taylorista: 2) *Princípio da separação de concepção e execução*: Diz Braverman que

(...) o estudo dos processos do trabalho devem reservar-se à gerência e obstar aos trabalhadores, a quem seus resultados são comunicados apenas sob a forma de funções simplificadas, orientadas por instruções simplificadas o que é seu dever seguir sem pensar e sem compreender os raciocínios técnicos ou dados subjacentes (1987, p. 107).

Configura-se um panorama no qual

À gerência é atribuída, por exemplo, a função de reunir todos os conhecimentos científicos tradicionais que no passado possuíram os trabalhadores e então classificá-los, tabulá-los e reduzi-los a normas, leis ou fórmulas geralmente úteis ao operário para a execução de seu trabalho diário (TAYLOR, 1990, p. 40).

---

<sup>35</sup> Vale lembrar que partimos da concepção marxiana do processo de trabalho, apresentada no capítulo 2, item 2.1.

Tendo em vista tal separação, “A primeira implicação deste princípio é que a 'ciência do trabalho' de Taylor nunca deve ser desenvolvida pelo trabalhador, mas sempre pela gerência” (BRAVERMAN, 1987, p 104). Taylor apresenta esta situação ao designar um quarto título para as atribuições do gerente. Vejamos suas palavras:

Quarto – Manter divisão eqüitativa de trabalho e de responsabilidades entre a direção e o operário. A direção incumbe-se de todas as atribuições, para as quais esteja mais bem aparelhada do que o trabalhador; ao passo que no passado (...) a maior parte das responsabilidades pesavam sobre o operário (TAYLOR, 1990, p. 41) .

Braverman (1987) aponta um último princípio taylorista: 3) *Princípio da utilização do monopólio do conhecimento para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução*. Este princípio está extremamente articulado ao anterior. “Assim, se o (...) princípio [anterior] é a coleta e desenvolvimento dos processos de trabalho como atribuição exclusiva da gerência – justamente com a recíproca, a ausência desse conhecimento entre os trabalhadores (...)” (BRAVERMAN, 1987, p 108), o terceiro princípio é a aplicação deste conhecimento no trabalho, estabelecendo, por fim, o controle de todas as fases por parte da gerência.

Desse modo, o operário passaria a ater-se aos princípios científicos da gerência, ao passo que o capitalista conseguiria proteger o tempo de trabalho contra as artimanhas operárias. Segundo Braverman,

Taylor estabeleceu como seu objetivo o máximo ou “ótimo” que pode ser obtido de um dia de força de trabalho. “Da parte dos homens”, disse ele em seu primeiro livro, “o maior obstáculo para atingir esse padrão é o ritmo lento que eles adotam, ou a vadiação ou 'moleza', o marca-passo, como é chamado” (1987, p. 92).

Não obstante, Taylor dedica, em seu livro *Princípios da Administração Científica*, dois capítulos ao que ele chama de vadiagem do trabalhador, abrindo uma discussão sobre o designado *marca-passo sistemático do trabalho*. Para o autor, o *marca-passo sistemático do trabalho* – aquele ritmo estabelecido no modo pelo qual o trabalhador desenvolve as suas relações no trabalho e que, por estar sob seu controle (deixando seu patrão na ignorância de quão rápido poderia ser o trabalho), fica suscetível à vadiagem (conversas com os colegas, parada para o cafezinho, cigarro etc.) – proporcionava uma queda de produtividade, todavia

poderia ser revertido a favor do capitalista a partir do momento em que todo o trabalho passasse a ser uma prescrição do gerente, ou seja, que o trabalhador tivesse, então, seu ritmo ditado por uma cartilha cientificamente elaborada pela gerência (TAYLOR, 1990).

Costuma-se reduzir o padrão de gerência taylorista à questão do estudo do tempo e movimentos. Este, sem dúvida, foi um dos seus importantes elementos, mas o cerne da administração científica está no fato de se conceder ao gerente a missão da pré-elaboração do trabalho, ao passo que concretiza a condição do operário em ser um mero executor.

Os estudos de Taylor apresentam elementos sem precedentes na história da gerência, uma vez que, em resumo,

Os estágios de controle gerencial sobre o trabalho antes de Taylor incluíram, progressivamente: a reunião de trabalhadores numa oficina e a fixação da jornada de trabalho; a supervisão dos trabalhadores para a garantia de aplicação diligente, intensa e ininterrupta; execução das normas contra distrações (conversas, fumo, abandono do local de trabalho etc.) que se supunha interferir na aplicação; a fixação de mínimos de produção etc. (...) Mas Taylor elevou o conceito de controle a um plano inteiramente novo quando asseverou como *uma necessidade absoluta para a gerência adequada a imposição ao trabalhador da maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado* (BRAVERMAN, 1987, p. 86, grifo da obra).

Portanto, Taylor e seus contemporâneos (Fayol e outros) foram os responsáveis por fornecer os pressupostos teóricos para uma modificação do caráter da gerência, especialmente por possibilitar a incorporação da ciência ao processo produtivo.

Convém destacar que as inovações se dão no âmbito técnico, não havendo, por parte de Taylor, inovações tecnológicas da maquinaria em si, instrumentos, ferramentas etc. Só um pouco mais à frente ocorreu uma revolução científica da máquina, o que possibilitou um salto de qualidade na aplicação dos princípios da gerência científica. Podemos dizer que as contribuições de Taylor e companhia exigiam alterações similares no campo tecnológico, isto é, uma evolução da própria maquinaria. E esta não tardou a vir.

Surge uma série de modificações na maquinaria que abrem espaço para uma efetiva concretização dos princípios do taylorismo. Henry Ford foi, sem dúvida, aquele que mais se destacou em propor alterações no que diz respeito aos meios de

trabalho, no intuito de possibilitar um total controle da atividade do trabalhador<sup>36</sup>. Pinto afirma que

Se a divisão de atividades entre vários trabalhadores, a elas limitados dentro de funções específicas, já estava bastante avançada na indústria com a expansão do sistema taylorista, a novidade introduzida por Ford, com a linha de produção em série, foi a colocação do objeto de trabalho num mecanismo automático que percorresse todas as fases produtivas, sucessivamente, desde a primeira transformação da matéria-prima bruta até o estágio final (2010, p. 35).

Ford traz o conceito de linha de produção em série para a indústria, porém sua contribuição ainda mais decisiva foi estabelecer a necessidade de que a produção ocorresse em massa, com uma padronização das mercadorias, visando um consumo também em massa. Sobre isso, Pinto observa:

Cumprir esclarecer, entretanto, que sua [de Ford] principal genialidade consistiu, sobretudo, em ter imaginado a possibilidade de inculir nos seus contemporâneos a postura de consumidores de massa de produtos padronizados (2010, p. 34).

No mesmo sentido, Gounet (1999), analisando o setor automobilístico (de onde surgiram as ideias de Ford e onde se aprimoraram as de Taylor), lembra que a intenção de Ford ao acrescentar uma padronização de peças à organização taylorista era a de impedir constantes adaptações, adequando ainda mais a produção-circulação aos objetivos de massificação. Consolida-se, desse modo, a integração vertical da produção, isto é, o controle da produção total de autopeças, cuja fonte de compra deveriam ser as fábricas que produziam de acordo com os modelos padronizados.

O conjunto dos pressupostos elaborados por Ford (e outros contemporâneos com ideias similares) conformam o que conhecemos por fordismo. Este, juntamente com o taylorismo, predominou dentro do setor fabril por mais da metade do século XX. A universalização do binômio fordismo/taylorismo atingiu setores externos à fábrica, tais quais os bancos, o comércio e os serviços (GOUNET, 1999). A incorporação da ciência pelo *mundo do trabalho*, a radical separação entre concepção e execução, o estudo do tempo e movimentos, a linha de produção em série, a produção-consumo em massa, dentre outros elementos característicos deste binômio, correspondem à forma *particular* de a *relação-capital* se expressar no

---

36 O trabalhador objeto dos estudos de Ford foi o proletário da indústria estadunidense.

século XX, ao menos até o final da década de 1960 e início da década de 1970.

Essas substanciais modificações na organização do trabalho acentuaram o *antagonismo* entre capital e trabalho. No que tange à saúde dos trabalhadores (enquanto uma expressão deste *antagonismo*), há um agravamento e complexificação do adoecimento.

Merlo e Lápiz (2005, p. 21) afirmam que “No modelo taylorista, a principal fonte de agressão à saúde do trabalhador é a própria organização do trabalho”. A racionalização do trabalho (a radical separação entre execução e concepção) resulta num esvaziamento de conteúdo por parte do trabalhador. Assim,

as “marcas” do trabalho que aparecem sob a forma de modificações de conduta no espaço fora do trabalho, de sofrimento psíquico ou mesmo de doenças físicas e psíquicas têm, como uma de suas fontes, a rigidez do taylorismo, no qual o espaço entre o trabalho prescrito e o trabalho real é quase inexistente, não estando previsto nenhum tipo de iniciativa por parte do trabalhador (MERLO, LÁPIS, 2005, p. 22)

O trabalhador se depara com a eliminação, de uma vez por todas, de qualquer marca de sua potencialidade cognitiva na mercadoria que ele mesmo produziu; deixa de reconhecer-se, minimamente que seja, no processo global de trabalho, para se ver como um homem robotizado, operando tal qual uma máquina programada pelo gerente. Tal condição acaba por gerar inúmeras consequências para a saúde, principalmente aquelas ligadas ao sofrimento mental. Merlo e Lápiz (2005) destacam que a monotonia do trabalho automatizado e o medo em não cumprir as prescrições da gerência levam a uma alteração de comportamento por parte do trabalhador, provocando inúmeros distúrbios psicoemocionais (insatisfação, baixa autoestima, depressão etc.).

Há, também, um agravamento dos problemas já existentes nas fases anteriores. Os acidentes de trabalho continuam a ocorrer, mesmo com a evolução da tecnologia da maquinaria. Outro exemplo é o caso das doenças osteomusculares (lembramos que tanto Marx como Engels já descreviam uma série de situações desta natureza no século XIX), que se diversificam, especialmente pelo aumento da frequência do trabalho repetitivo.

É neste período que se observa o início de uma crescente ocorrência dos chamados Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), especialmente aqueles ocasionados por esforço repetitivo (apesar de que o grande

*boom* se deu após a *reestruturação produtiva*, com a flexibilização do trabalho, quando os DORT atingem caráter pandêmico). De acordo com Rocha e Ferreira Junior,

A organização científica do trabalho (OCT), introduzida por TAYLOR, baseia-se na articulação dos princípios de controle e disciplina do conhecimento operário, com análise de tempos e movimentos, na seleção e treinamento para a busca de habilidades pessoais específicas para a tarefa a ser executada, e na introdução de órgãos de planejamento que viabilizem a separação entre concepção e execução do trabalho. A introdução deste tipo de organização da produção colocou os trabalhadores em postos fixos, executando uma série de movimentos **sem avaliação das repercussões sobre as estruturas osteomusculares** (2000, p. 287, grifo nosso).

Sem dúvida a organização fordista/taylorista modifica o perfil de morbidade dos trabalhadores ao modificar o processo de trabalho. A busca incansável por maior produtividade intensificou a exploração e, também, o aviltamento da classe trabalhadora. Lacaz afirma que

Vários estudos epidemiológicos e qualitativos têm mostrado a importância da ausência de controle e autonomia dos trabalhadores sobre condições e organização do trabalho para explicar diversos problemas de saúde como os cardiovasculares, o sofrimento mental e mesmo os acidentes do trabalho (2000, p. 155).

Em geral, no início do século XX, as doenças conhecidas como ocupacionais se alastraram de modo alarmante. As transformações da organização do trabalho, a diversificação de atividades, funções e suboperações vêm acompanhadas de uma diversidade de agravos à saúde. Não há um só órgão ou sistema do corpo humano que escape das agressões diretas do trabalho.

Cumpramos lembrar que os dados estatísticos sobre a saúde em geral nesse período são bastante precários, devido à falta de sistematização, padronização, tecnologia, métodos adequados e, até mesmo, preocupação com o registro e análise. No que concerne especificamente à saúde dos trabalhadores, a situação é ainda mais complicada, havendo, mesmo, escassez de dados. Lembremos ainda de um agravante deste período: a ocorrência das duas Guerras Mundiais dificultaram qualquer tentativa de registro, classificação e divulgação de estatísticas consistentes. Portanto, há enormes dificuldades em descrever a magnitude do adoecimento dos trabalhadores nas décadas iniciais do século XX.

Apesar das dificuldades, existem alguns números oficiais e pesquisas

acadêmicas do período pós-Guerra, mas que certamente não correspondem à dimensão real do problema. Logo, estas estatísticas não nos servem para conclusões precisas sobre a quantidade, distribuição ou comportamento destes agravos à saúde. Todavia, também não são desprezíveis, pois representam o início de uma preocupação em descrever e analisar as condições de saúde dos trabalhadores (mesmo que de forma subestimada), algo extremamente novo naquele contexto. Em outras palavras, trata-se de uma clara demonstração de que o conjunto da sociedade burguesa começa a reconhecer e se preocupar com a questão da saúde dos trabalhadores, que a esta altura assumia proporções alarmantes, independentemente de estarem quantificadas ou registradas de forma precisa. Tal problemática se põe como uma ameaça à própria ordem burguesa, forçando o conjunto societário a dar respostas concretas<sup>37</sup>. A seguir apresentamos alguns dados que representam o esforço inicial por sistematizar tais informações.

Vejamos o exemplo do Japão, que vivia um dos mais intensos processos de crescimento econômico no pós-Segunda Guerra Mundial. Em 1955, de cada 10 mil japoneses, 9,5 desenvolveram alguma doença profissional<sup>38</sup>; em 1960 o coeficiente de incidência baixou para 9,11 por 10 mil; em 1965 caiu ainda mais, para 6,03 a cada 10 mil, voltando a crescer em 1970, chegando a 9,08 por 10 mil. A princípio, os dados aparentam não ser merecedores de preocupação, contudo, considerando que há subnotificação e que estes números dizem respeito apenas aos casos novos (incidência), e não aos casos totais (prevalência), temos, sim, taxas bastantes significativas (BUSCHINELLI, 1993).

Temos taxas bem maiores na Itália. Em 1955, a taxa de incidência de “doenças profissionais” foi de 11 para cada 10 mil trabalhadores italianos; em 1960, 17,2 por 10 mil; em 1965, 28,4 por 10 mil; chegando a 34,2 por 10 mil em 1970, num crescimento de mais de 300% em 15 anos. Já na Finlândia, temos taxa mais amena, pois no ano de 1964 registrou-se incidência de um caso de “doença profissional” para cada 10 mil trabalhadores finlandeses; todavia, quando analisada a mortalidade, temos a taxa preocupante de 1,3 casos de morte por 10 mil, no ano de

---

37 Tais respostas se dão, *grosso modo*, por meio: 1) da luta dos trabalhadores – e a (des) articulação com os movimentos sociais; 2) da resposta do Estado através das políticas sociais (em especial, as políticas de saúde do trabalhador); 3) do enfrentamento por meio da atuação dos profissionais especializados.

38 Termo utilizado pela OIT. Lembremos, também, que as estatísticas correspondem ao conjunto de assalariados, não distinguindo trabalho e *trabalho abstrato*, numa diluição das diferenças entre proletariado e assalariados não proletários.

1970 (BUSCHINELLI, 1993).

No caso brasileiro, só encontraremos informações minimamente aproveitáveis a partir da década de 1980, quando se iniciam esforços no sentido de melhorar as informações epidemiológicas do adoecimento no trabalho, esforços estes que são fruto da expansão das ações da área de saúde do trabalhador na década anterior, inseridas no contexto do movimento da reforma sanitária, no qual foram estabelecidas novas diretrizes para o sistema de saúde, com novos mecanismos de vigilância à saúde (e saúde do trabalhador). A partir daí, conseguiu-se reunir e sistematizar as informações oriundas de todas as regiões do país, possibilitando a produção de relatórios anuais mais consistentes. Antes disto, temos algumas informações pouco confiáveis provenientes do confuso e imaturo sistema previdenciário.

Laurenti (1975) apresenta alguns dados sobre os trabalhadores brasileiros do final da década de 1960. Segundo as informações que o autor coletou junto ao Instituto Nacional de Previdência Social, a proporção de acidentes de trabalho entre os brasileiros segurados foi de 14,5% em 1969 e de 16,7% em 1970.

O autor ainda afirma que, em geral, ocorrem mais acidentes de trabalho na América Latina do que nos países do centro da economia mundial. Segundo ele,

Em países altamente industrializados, a freqüência de acidentes de trabalho varia em torno de 10 por 1 milhão de homens/ horas trabalhadas; em São Paulo alguns dados fornecidos pelo Serviço Social da Indústria (SESI) indicam que a freqüência atingiu, em 1971, 44 acidentes por 1 milhão de homens/horas trabalhadas, sendo que esse valor variou com o tipo de atividade industrial. Assim, é da ordem de 177 para os trabalhadores em construção civil. 84 para os metalúrgicos. 80 para os do setor gráfico, entre outros e de 12 para os operários da indústria farmacêutica, 15 para o setor de perfumaria, 17 para a indústria química, sendo estes três últimos citados os mais baixos coeficientes de freqüência de acidentes que foram observados (LAURENTI, 1975, p. 245).

As disparidades no tocante à saúde dos trabalhadores dos países ricos e pobres devem-se às conformações que o capitalismo foi assumindo em sua fase monopolista. De fato, os países que atingiram a maturidade capitalista mais cedo, como Inglaterra e França, ou aqueles que aceleraram seu percurso no século XX, como Estados Unidos, Japão ou Alemanha, conseguiram amortizar alguns dos graves efeitos prejudiciais que observávamos no século XIX (ressaltemos que isto não impediu que os trabalhadores destes países sofressem com os novos elementos do taylorismo/fordismo). Tal amortização é obtida na medida em que se

consegue capital adicional, riqueza, às custas da exploração da mão de obra dos países mais atrasados. Isto significa dizer que o alívio ou a amenização de certos mecanismos de exploração e agressão à saúde (apesar da intensificação de outros tantos) dos trabalhadores dos países ricos corresponde, tão somente, a uma exploração mais intensa dos operários latino-americanos, africanos etc., que vem acompanhada de uma degradação da saúde também intensificada.

Podemos afirmar que o processo de trabalho nas sete décadas iniciais do século XX<sup>39</sup> foi marcado pela incorporação da ciência (a serviço do capital) pela gerência e a mecanização do trabalhador, em busca de uma produção em massa. Nestas condições, o burguês atinge níveis elevados de controle sobre o trabalhador, consolidando-se a *subsunção real* do trabalho ao capital. O modo de produção capitalista avança em sua trajetória de acumulação e expansão, e para isso foi preciso intensificar a exploração, em especial, do proletariado. Cada vez mais, o proletariado é obrigado a derramar seu sangue, a extinguir sua vitalidade para a produção do capital.

Convém frisar que o aumento da degradação da saúde dos trabalhadores não se deu sem que estes resistissem às imposições da gerência científica e exigissem da sociedade (em especial, do Estado) melhores condições de vida e trabalho. Ademais, temos de considerar que a luta dos trabalhadores por melhores condições de saúde insere-se na luta por melhorias sociais em geral. Se no ambiente de trabalho o binômio taylorismo/fordismo degradava a saúde dos trabalhadores, na vida social em geral a situação também não era favorável. As crises cíclicas<sup>40</sup>, que se instalavam com extrema violência, exterminando pequenos capitais e inchando o *exército industrial de reserva*, eram recorrentes no período inicial do capitalismo monopolista. Nestes momentos de crises, a *questão social* assume expressões extremamente perversas: as condições de vida do proletariado, já precárias, eram rebaixadas a níveis inimagináveis. Habitavam na imundície, não tinham as mínimas condições de higiene, seus alimentos eram igualmente imundos (quando os tinham), estando vulneráveis às formas mais severas de doenças comuns à época.

Nesse contexto, o Estado burguês se deparava com sua ordem ameaçada. Isto é, as crises cíclicas, apesar de serem fruto da natureza própria do sistema capitalista e de permitirem a continuidade do sistema – por abrirem espaço para a

---

39 Desde meados da década de 1960, já se apresentam elementos da *crise estrutural*, bem como da decadência do taylorismo/fordismo.

40 Lembremos que a pior de todas elas foi a de 1929.

renovação do ciclo produtivo –, colocavam em xeque, ao mesmo tempo, a ordem societária perante o proletariado. A ameaça operária rondava, especialmente, toda a Europa ocidental, reforçada pela vitória dos bolcheviques em 1917 na Rússia. Nestas condições, depois do *crash* de 1929, a burguesia percebia a necessidade de modificar a relação entre Estado e economia para, ao menos, minimizar os efeitos catastróficos das crises.

Diante dessa necessidade, apresentavam-se, principalmente, duas alternativas: em países nos quais havia solidez nos partidos políticos representativos da classe trabalhadora e uma tradição sindical mais consistente, a democracia política aparecia como um horizonte a ser alcançado; já nos países nos quais o movimento dos trabalhadores era disperso e frágil, o fascismo se mostrava como o mais viável, porém esta segunda alternativa entrou em derrocada após a II Guerra Mundial (NETTO; BRAZ, 2009). Uma outra alternativa, a do socialismo, permanecia presente; no entanto, com o fortalecimento dos Estados Unidos como liderança mundial (ao fim da II Guerra) e os graves problemas internos enfrentados pela União Soviética, esta alternativa caiu em desprestígio<sup>41</sup>. Assim, com a derrocada do fascismo e a fragilidade do “socialismo real”, as experiências democráticas já existentes tiveram um caminho aberto para o seu desenvolvimento, no dizer de Netto e Braz:

Nos países onde o fascismo não se apresentou como a solução possível para o monopólio, nos anos trinta ensaiaram-se encaminhamentos que foram desenvolvidos no pós-45 – compreende-se que tais ensaios não fossem aprofundados naquela década, uma vez que a agressão fascista os tenha interrompido (...). Tais ensaios consistiam numa ativa intervenção do Estado seja no nível dos investimentos, estimulando-os diretamente (inclusive com o Estado operando como empresário capitalista em setores-chave da economia), seja no tocante à reprodução da força de trabalho, desonerando o capital de parte de suas despesas (através de programas sociais tocados por agências estatais) (2009, p. 194-5).

Essa modalidade de relação Estado-economia encontrou suporte teórico nas ideias de John Maynard Keynes. O pensamento keynesiano estabelece que “o capitalismo não dispõe espontânea e automaticamente da faculdade de utilizar inteiramente os recursos econômicos; seria preciso (...) que o Estado operasse como um regulador dos investimentos privados através do direcionamento dos seus próprios gastos (NETTO; BRAZ, 2009, p. 195). Este Estado interventor ficou

<sup>41</sup> Sobre a crise do movimento comunista, ver: CLAUDÍN, Fernando. **Crise do movimento Comunista** (dois volumes). São Paulo: Global Editora, 1986.

caracterizado pelas experiências obtidas em alguns países (especialmente na Europa ocidental e nórdica), nos quais ele foi denominado de *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social). Este predominou no período do pós-Guerra (a partir de 1945) até meados dos anos de 1970, período que ficou conhecido como os “anos dourados”, devido, principalmente, aos altos lucros obtidos pelos monopólios.

Cabe ressaltar que existem diversas análises teóricas distintas sobre este período e sobre sua representatividade perante os interesses dos trabalhadores. Mesmo no interior da perspectiva crítica, há grandes divergências, polarizadas, em linhas gerais, em duas concepções, como apresentamos a seguir.

Numa concepção, defende-se que houve alargamento da democracia e cidadania, rumo a uma sociedade menos desigual – seriam trinta anos nos quais imperou o investimento em políticas sociais, possibilitando que a classe trabalhadora tivesse acesso a boa educação, saúde, habitação etc. Ou seja, segundo esta linha de interpretação, alcançava-se uma forma extremamente exitosa de enfrentar a *questão social*. O Estado de Bem-Estar seria, portanto, a prova histórica de que o Estado pode, sim, ser perpetrado pelos interesses da classe trabalhadora, não cabendo a visão monolítica de interpretá-lo como sendo inevitavelmente um instrumento a serviço do capital.

Nessa direção é que aponta a tese de Esping-Andersen (1997) sobre a desmercadorização promovida pelo Estado de Bem-Estar, ou seja, sobre como a proteção social e o acesso aos serviços “ofertados” pelo Estado diminuem a dependência do trabalhador em relação ao mercado – o aprofundamento radical disto representaria o fim da necessidade de o trabalhador vender sua força de trabalho.

Outra tese de elogio ao Estado de Bem-Estar é a de Coll (2008 apud LESSA, 2011), que busca demonstrar que este Estado operava segundo a racionalidade da totalidade do sistema, apresentando limites, mas representando o resultado de uma retomada do desenvolvimento democrático (para o autor, a democracia se iniciou na Grécia antiga, perdendo-se ao longo da história para, então, ser resgatada na modernidade). A revisão deste Estado (nos anos de 1980) possibilitou um período de transição com profunda racionalidade ética (com novos movimentos sociais – ecologismo, feminismo, pacifismo) que ajudou na alteração do processo de legitimação do Estado. Todavia, o maior êxito desta transição foi a de caracterizar uma nova perspectiva de valores *pós-materialistas*. E, para Coll, é a intensificação

deste desenvolvimento democrático (repetamos: retomado no Estado de Bem-Estar Social) que permitirá à humanidade viver numa sociedade mais justa, com novo horizonte ético.

Noutra concepção, o Estado de Bem-Estar é visto como um aparato social que proporcionou a reprodução do capital, o escoamento da produção estagnada (transformando-se num grande cliente dos monopólios), elevou a taxa de lucros e adiou a *crise estrutural*, não podendo, por tais razões, ser condizente com o projeto revolucionário de construção de uma sociedade comunista.

Nesta última concepção encontra-se a recente tese de pós-doutorado de Lessa (2011), na qual ele contesta as supostas melhorias sociais proporcionadas pelo Estado de Bem-Estar, fazendo uma rigorosa análise do processo histórico. O autor revela que não há provas concretas sobre tais melhorias e oferece indícios interessantes que apontam, justamente, para o contrário: aumento da desigualdade social, piora nos âmbitos da educação, saúde, moradia etc.<sup>42</sup>

Sobre as políticas sociais, Lessa (2011) afirma, em linhas gerais, que ao invés de significarem o afrouxamento da exploração dos assalariados, elas constituíram mediações para a expansão dos lucros capitalistas. O autor apresenta vários dados estatísticos e relatos de pesquisas acadêmicas, comprovando que, para a classe trabalhadora, continuaram reservados os serviços de educação, saúde e moradia de

---

42 A título de exemplo, podemos ver a análise de Lessa (2011) sobre um dos principais argumentos dos defensores do Estado do Bem-Estar: a distribuição de renda. Lessa (2011) demonstra que os dados não são confiáveis e seguros, havendo, inclusive, manipulação. O autor cita a questão da definição da linha de pobreza: quem define este limite é o próprio Estado, e uma das formas mais frequentes de mostrar o avanço da democratização na distribuição de renda é reavaliar para baixo a linha da pobreza, com a justificativa de que a industrialização dos bens de consumo barateia seus preços. Com o simples rebaixamento do limite de renda pelo qual se julga alguém (ou alguma família) como pobre, “retiram-se” da miséria parcelas significativas da população sem se alterar a estrutura produtiva. Ademais, Lessa (2011) alerta que estas análises desconsideram as distintas funções sociais das propriedades privadas, uma vez que ser detentor dos meios de produção é qualitativamente distinto de ser possuidor de uma casa onde se mora, de um televisão, fogão etc. Ressalta, também, o fato de que, por um lado, rebaixa-se a renda dos mais ricos, desconsiderando as diversas formas encontradas para burlar taxações e mascarar as rendas reais e, por outro lado, eleva-se a renda dos mais pobres ao considerar os auxílios e subsídios estatais como sendo renda. Outro aspecto interessante levantado por Lessa (2011) é que a definição do que seria viver na pobreza ainda tinha por base uma cesta básica – definida por “critérios científicos” –, que representava o consumo mínimo necessário para um indivíduo. Porém, a formulação desta cesta não condizia com possibilidades reais, pois definia um consumo no qual o indivíduo deveria se alimentar exatamente dos mesmos alimentos na mesma quantidade e utilizar os mesmos produtos sempre. Lessa (2011, p. 18, grifo da obra) afirma que “não incluía *para os homens* nem o necessário para se barbearem e *para as mulheres* – sem qualquer vergonha do evidente patriarcalismo – nem o indispensável para a lavagem da roupa, o banho das crianças ou a limpeza da casa. Se esta cesta estivesse baseada em possibilidades reais de consumo, certamente os dados apontariam a existência de um número muito maior de pobres.

qualidade contestável<sup>43</sup>.

Lessa conclui (2011) que as políticas e os direitos sociais considerados como conquistas dos trabalhadores não passaram de concessões que, de um lado, frearam a ameaça proletária e, do outro, resolveram o problema da abundância de produção material (responsável pelas crises econômicas), transformando o Estado em um grande comprador (para suprir os serviços de educação, habitação, saúde etc.) e cliente dos monopólios. Quando não, atuavam como complementos da renda do trabalhador, com a finalidade, em última instância, de possibilitar a vazão da produção em massa fordista. Deste modo, os resultados das políticas sociais não poderiam ser outro senão o fracasso perante as condições de reprodução dos trabalhadores. Quem mais se beneficiou com as políticas e os serviços sociais teria sido a classe capitalista, especialmente por conter a ameaça da queda da taxa de lucros e, assim, adiar a *crise estrutural*.

A temática ainda necessita ser bastante debatida, visto que as duas concepções não foram suficientemente defendidas. Contudo, em nossa análise, numa aproximação inicial ao tema, constatamos que há coerência entre a concepção defendida por Lessa (2011) e o processo histórico concreto. Resgatando o processo ontogenético do Estado (como fizeram Marx e Engels, e também Mézszáros), percebemos que este é um instrumento para a opressão e controle exercidos pelos exploradores contra os explorados. Segundo Marx e Engels,

Cada uma dessas etapas de desenvolvimento da burguesia foi acompanhada por um progresso político correspondente. Classe oprimida sob o domínio dos senhores feudais, associações armadas e autônomas na comuna; aqui república urbana independente, ali terceiro estado tributário da monarquia, depois, no período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia corporativa ou absoluta e, em geral, principal fundamento das grandes monarquias, a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou finalmente o domínio político

43 Vejamos o exemplo da educação. Segundo Lessa (2011), a sensação de universalização oculta o fato de que as melhores escolas e universidades são frequentadas pelas classes mais altas. Na Inglaterra, “a proporção de jovens que entram na educação superior *full-time* é de 45% para aqueles cujos pais estão no grupo profissional 'mais elevado', comparado com apenas 4% para aqueles cujos pais estão nas ocupações manuais especializadas” (MILIBAND, 1969, p. 41 apud LESSA, 2011, p. 73). Mesmo no geral, são os mais ricos que continuam tendo acesso a educação, vejamos que na Suécia, 56% dos estudantes são das classes alta e média, e nos Estados Mediterrâneos, mais de 80%. Acrescenta Lessa (2011): “Apesar do aumento da quantidade do número de crianças e adolescentes nas escolas, mantinha-se no fundamental e em muito particular o processo de seleção pelo critério da classe social. E um dos principais mecanismos nesta seleção é um exame, já aos 11 anos de idade, cujo desempenho determina se a criança seria educada para atividades profissionais e cursos profissionalizantes ou se seria preparada para a universidade. Esta seleção (...) leva muito mais em conta a posição de classe que qualquer outro elemento da vida da criança” (p. 76).

exclusivo no Estado representativo moderno. **O poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa** (2010, p. 47, grifo nosso).

Mészáros procede uma investigação rigorosa sobre o tema, confirmando a validade da teoria marxista do Estado na atualidade, concluindo que:

(...) tanto mais revelador que o Estado moderno tenha emergido com a mesma inexorabilidade que caracteriza a triunfante difusão das estruturas econômicas do capital, complementando-as na forma da *estrutura totalizadora de comando político do capital*. Este implacável desdobramento das estruturas entrelaçadas do capital em todas as esferas é essencial para o estabelecimento da viabilidade limitada desse modo de controle sociometabólico tão singular ao longo de toda a sua vida histórica (2009, p. 106, grifo da obra).

Desse modo, o Estado (enquanto “complemento do capital”), diante da revolta dos trabalhadores, busca incorporar as reivindicações propondo soluções que, antes de mais nada, não ameacem os interesses da burguesia, conservando a propriedade privada dos meios de produção, o trabalho assalariado e a sua própria legitimidade social. É claro que seria muito mais cômodo para a burguesia se os trabalhadores não reivindicassem por causa alguma, porém, dada esta impossibilidade, é vantajoso (para o capital) que a direção da luta dos trabalhadores continue a ser por objetivos que possam ser capturados e convertidos para o atendimento dos interesses do capital. Isto é, considerando que o capital não pode eliminar o potencial de luta dos trabalhadores (pode, no máximo, sufocar ou manipular)<sup>44</sup>, mantê-los lutando por melhorias nas condições do trabalho assalariado, e apenas por isto, vem se mostrando uma estratégia eficaz para impedir a luta que, verdadeiramente, represente conquistas. Referimo-nos a luta pela superação do capitalismo – com o fim da propriedade privada, do trabalho assalariado e do próprio Estado. E isso não implica descartarmos e ignorarmos a atuação do movimento dos trabalhadores e dos sindicatos neste período; tais experiências devem nos servir para uma avaliação rigorosa do processo histórico, mas não como modelo para a conquista da emancipação humana.

---

44 Portanto, não conferimos caráter passivo aos trabalhadores, muito menos ao proletariado. A sua capacidade de enfrentar o capital é ineliminável. Daí afirmarmos no item 2.3 sobre o proletariado ser o sujeito revolucionário por excelência. Ou seja, conferimos, sim, caráter extremamente ativo ao proletariado e, em determinado momento do processo histórico, os demais assalariados poderão se pôr ao lado dos proletários nesta luta. Mas temos de considerar as limitações da luta dos trabalhadores no século XX (e também no atual) no que concerne ao projeto revolucionário. Temos convicção que não estamos restringindo o espaço de luta dos trabalhadores, mas, ao contrário, queremos ampliá-la, no sentido de ela ser, verdadeiramente, revolucionária.

Assim, apesar de estarmos em meio a um debate que se encontra longe de ser resolvido, acreditamos que as tentativas de construção do socialismo por meio de reformas sociais (ou da luta dos trabalhadores por dentro do Estado para convertê-lo num “Estado ampliado”, de Bem-Estar, perpetrado pelos seus interesses, enfim, num instrumento que lhes permita controlar o capital, para eliminá-lo gradativamente) possuem limitações insuperáveis. Isto é, acreditamos que tal horizonte seja inatingível, uma vez que o proletariado pode destruir o capital (pode empreender a revolução social), mas jamais será capaz de controlá-lo (ninguém é capaz). Como argumenta Mészáros:

Antes de mais nada, é necessário insistir que o capital não é simplesmente uma “entidade material” – também não é (...) um “mecanismo” racionalmente controlável, como querem fazer crer os apologistas do supostamente neutro “mecanismo de mercado” (a ser alegremente abraçado pelo “socialismo de mercado”) – mas é, *em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico* (2009, p. 96, grifo da obra).

Portanto, até onde conseguimos acompanhar o debate, parece-nos bastante sensata a concepção de que o capital não é passível de controle, porém pode ser superado. Tal superação requer a destruição de todas as formas de controle sociometabólico do *sistema do capital*, como, por exemplo, o próprio Estado.

Portanto, com certeza, havia um potencial revolucionário contido nas respostas da classe trabalhadora neste período histórico<sup>45</sup>. Contudo, a nosso ver, tal potencial acabou sendo sufocado pelo capital, e a própria direção das reivindicações dos trabalhadores tomou um sentido favorável ao capitalismo. O Estado de Bem-Estar Social é o exemplo máximo disto, como demonstrou Lessa (2011).

Após tudo o que foi exposto, constatamos que a questão da saúde dos trabalhadores se expressa com *particularidades* próprias nos setenta primeiros anos do século XX<sup>46</sup>, que nos permitem distinguir continuidades, mas também elementos inéditos para a história, notadamente a rigidez do controle da gerência científica (acarretando o esvaziamento de conteúdo cognitivo do trabalhador no processo de trabalho) e suas implicações para a saúde (medo, insegurança, monotonia,

---

45 Lembramos ao leitor que, como delimitamos na introdução desta dissertação, nossa ênfase se dá na base material da questão da saúde dos trabalhadores (ver 2º parágrafo da página 12, bem como as notas 5 e 37, e 6º parágrafo das considerações finais). Por conta disso, falta uma análise mais rigorosa sobre as lutas dos trabalhadores (com também sobre as respostas do Estado), que, sem dúvida, merecem e necessitam de uma investigação futura.

46 Logicamente falamos de um modo genérico, pois sabemos da existência das importantes diferenças regionais.

distúrbios de comportamento, LER/DORT etc.). Houve um aguçamento da questão da saúde dos trabalhadores no sentido de intensificar o seu sofrimento, uma vez que, por um lado, estabelece-se um novo panorama de adoecimento e, por outro, a reprodução social dos trabalhadores continua comprometida pelo agravamento da *questão social*.

Portanto, apesar das lutas dos trabalhadores, as bases sociais capitalistas se conservaram, o que implicou a manutenção dos *elementos essenciais* da problemática que estudamos, até mesmo em sua intensificação. Durante as sete primeiras décadas do século XX, tanto quanto no século XIX, o trabalhador tem sua saúde minada diretamente pelo trabalho, além de se deparar com condições gerais de vida incompatíveis com qualquer bem-estar físico, mental ou moral. Veremos, no próximo item, que após este período, ou seja, nos últimos quarenta anos (da década de 1970 ao dias atuais), novos elementos adentram no *mundo do trabalho*, e essa situação se torna ainda mais trágica, especialmente pelas vitórias capitalistas no campo da subjetividade.

### **3.2 Reestruturação produtiva: o ápice da degradação da saúde dos trabalhadores**

A entrada da década de 1970 apresenta claros sinais de esgotamento do modelo taylorista/fordista de produção. Antunes (1999) analisa este fenômeno com base nas contribuições de István Mészáros, chegando à conclusão de que a *crise do taylorismo e do fordismo constitui uma expressão fenomênica da crise estrutural*. Segundo o autor,

De fato, a denominada crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo. Ela exprimia em seu significado mais profundo, uma *crise estrutural do capital*, em que se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro (...) Com o desencadeamento de sua crise estrutural, começava também a desmoronar o mecanismo de “regulação” que vigorou, durante o pós-guerra, em vários países capitalistas avançados, especialmente da Europa (ANTUNES, 2009, p. 33, grifo da obra).

As estratégias que se mostravam exitosas (do ponto de vista do capital) durante os trinta anos imediatos ao pós-Guerra esbarram nos seus próprios limites estruturais, especialmente visíveis na tendência decrescente da taxa de lucro.

Devido a isso, Mészáros diferencia a *crise* que se apresenta a partir da década de 1970 das crises anteriores (que eram de natureza cíclica), definindo-a como uma *crise estrutural*. O autor destaca a diferença de alcance entre uma crise cíclica e a *estrutural*:

(...) uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não-estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global (MÉSZÁROS, 2009, p. 797).

Mészáros apresenta quatro características especiais que nos permitem reconhecer uma *crise estrutural*:

(1) seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);  
 (2) seu *alcance é verdadeiramente global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado);  
 (3) sua *escala de tempo é extensa, contínua*, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;  
 (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo de se desdobrar* poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (MÉSZÁROS, 2009, p. 796, grifo da obra).

Portanto, trata-se de uma *crise* que afeta a *totalidade do complexo social*, representa o mais alto nível de evolução do *antagonismo capital-trabalho*, pondo em xeque a sobrevivência do sistema – seu “caráter é universal”, possui “alcance global”, “escala de tempo permanente” e se desdobra de “modo rastejante”.

Juntamente com a queda da taxa de lucro e a obsolescência do taylorismo/fordismo, o panorama da década de 1970 apresenta outros sinais de *crise*. Antunes resume tal panorama:

1) queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivaram o *controle social da produção*. A conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência

- decrecente da taxa de lucro;
- 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao *desemprego estrutural* que então se iniciava;
- 3) hipertrofia a *esfera financeira*, que ganhava *relativa autonomia* frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização;
- 4) a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas;
- 5) a crise do Welfare State ou do “Estado do bem-estar social” e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado;
- 6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos *contingentes* que exprimiam esse novo quadro crítico (2009, p. 31-2, grifo da obra).

Apesar de todas as estratégias do capital monopolista para o adiamento da *crise estrutural* – especialmente para evitar a queda da taxa de lucro devido à superprodução –, esta transbordou implacavelmente na década de 1970, para prolongar-se (“rastejar-se”) até os dias presentes. Mézáros (2009) assinala que, nesta espécie de *crise*, já não se consegue o deslocamento das contradições internas de cada dimensão fundamental do capital (a saber: produção, consumo, circulação/distribuição/realização)<sup>47</sup>, transparecendo as limitações imediatas de cada uma como algo estruturalmente intransponível – sem a superação da estrutura global capitalista.

Pelo seu “caráter universal”, a *crise* atinge todas as instâncias de reprodução do capital, repercutindo em toda a sociedade civil e em suas instituições políticas. Exemplo disso é o desmantelamento do suposto Estado de Bem-Estar Social<sup>48</sup>, além das novas expressões da *questão social* que se fazem presentes no cenário

47 Mézáros afirma que no contexto anterior ao da *crise estrutural*: “No curso do desenvolvimento histórico real, as três dimensões fundamentais do capital – produção, consumo, circulação/distribuição/realização – tendem a se fortalecer e a se ampliar por um longo tempo, provendo também a motivação interna necessária para a sua reprodução dinâmica recíproca em escala cada vez mais ampliada. Desse modo, em primeiro lugar, são superadas com sucesso as limitações *imediatas* de cada uma, graças à interação entre elas. (Por exemplo, a barreira imediata para a produção é positivamente superada pela expansão do consumo e vice-versa.) Assim, os limites parecem verdadeiramente ser meras barreiras a serem transcendidas, e as contradições imediatas não são apenas deslocadas, mas diretamente utilizadas como alavancas para o aumento exponencial no poder aparentemente ilimitado de autopropulsão do capital” (2009, p. 798, grifo da obra). Este mecanismo fica comprometido numa *crise estrutural*.

48 Lembramos o leitor que nossa concepção sobre o Estado de bem-estar foi apresentada no item 3.1.

globalizado. “Realmente, a crise estrutural do capital se revela como uma verdadeira *crise de dominação em geral*” (MÉSZÁROS, 2009, p. 800, grifo da obra).

Diante do desafio assumido pelo capital ao enfrentar a sua *crise*, Mézáros (2009) aponta para quatro conjuntos de contradições que revelam quais as possibilidades desse enfrentamento: as contradições socioeconômicas internas do capital “avançado”; as contradições socioeconômicas e políticas das sociedades pós-capitalistas (em seu processo de desintegração); a disputa entre as próprias potências capitalistas; e a crise para administrar o sistema colonial de dominação. Tendo em vista estas quatro situações, o autor afirma que:

Como podemos ver, em todas as quatro categorias – cada uma das quais corresponde a uma multiplicidade de contradições – a tendência é para a intensificação, e não para a diminuição, dos antagonismos existentes. Além disso, a severidade da crise é acentuada pelo efetivo confinamento da intervenção à esfera dos *efeitos*, tornando proibitivo atacar as suas *causas* (...) (MÉSZÁROS, 2009, p. 808, grifo da obra).

Dessa forma, o horizonte da *crise* se mostra, mesmo, de intensificação. As propostas de resolução, ainda aquelas pontuais, revelam-se não exitosas e

O mais provável é, ao contrário, continuarmos afundando cada vez mais na crise estrutural, mesmo que ocorram alguns sucessos conjunturais, como aqueles resultantes de uma relativa “reversão positiva”, no devido tempo, de determinantes meramente *cíclicos* da crise atual do capital (MÉSZÁROS, 2009, p. 810, grifo da obra).

Mesmo com a clarividência dos limites estruturais postos diante das propostas de resolução, o capital não se omite em continuar dando suas respostas, numa tentativa desesperada de restabelecer a taxa de lucros anterior. O capital lança mão de um conjunto de medidas que visam abafar os efeitos da *crise* e garantir a reprodução do sistema. No âmbito econômico, estas medidas ficaram conhecidas como *reestruturação produtiva*; no âmbito político, ficaram a cargo da ideologia neoliberal. Sobre isso, Antunes afirma que,

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso *processo de reestruturação da produção e do trabalho*, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de

expansão anteriores (2009, p. 33, grifo da obra).

Deixaremos a discussão de âmbito político para um pouco adiante e nos concentraremos, primeiro, na *reestruturação produtiva*. Nesta, as transformações ocorridas no tocante ao processo de trabalho são significativas, especialmente devido à obsolescência do taylorismo/fordismo. Assim, o capital busca introduzir novos elementos organizacionais na esfera da produção “visando recuperar do seu ciclo produtivo e, ao mesmo tempo, repor seu projeto de dominação societal” (ANTUNES, 2009, p. 49).

Nessa conjuntura, várias alternativas ao taylorismo/fordismo surgiram em todo o mundo, como na Suécia, Itália e Alemanha. Mas foi a experiência japonesa que conseguiu obter resultados mais expressivos no que diz respeito à produtividade e, por isso mesmo, guardadas as devidas adaptações, espalhou-se universalmente. Antunes relata que

O capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de acumulação flexível, do *downsizing*, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, em que se destaca especialmente o “toyotismo” ou o modelo japonês (2009, p. 49, grifo da obra).

Os novos elementos inaugurados por Taiichi Ohno na fábrica Toyota, já na década de 1950, começaram a se mostrar uma alternativa bastante interessante diante da *crise estrutural*. Eles rompem com certas características do taylorismo/fordismo, como a produção em massa, o parcelamento das atividades (com trabalhadores especializados) e a rigidez de acumulação, com a proposta da flexibilidade, do trabalhador polivalente, do emprego vitalício, bem como o *team*, *kanban*, *just-in-time* etc. A fábrica japonesa, de fato, implementa um novo padrão de organização do trabalho, o toyotismo<sup>49</sup>.

Pouco a pouco a experiência de Ohno alastrou-se, embora sendo assimilada de modo bem particular em cada país, em especial no Ocidente – a exemplo, o emprego vitalício nunca vingou no Ocidente. Apesar dessa ressalva, o espelho

<sup>49</sup> A gênese deste modelo ocorre no âmbito fabril. Diante disso, veremos que diversos dos comentadores que utilizamos como referência (Alves, Pinto etc.) partem de uma análise acerca da realidade fabril, observando os efeitos que recaem sobre proletariado industrial. Não obstante, diversas categorias teóricas peculiares ao toyotismo fazem uma alusão ao operariado (como, por exemplo: *polivalência operária* e *captura da subjetividade operária*). No entanto, *grasso modo*, as características e os efeitos toyotistas se aplicam ao conjunto dos assalariados, uma vez que a lógica desta nova organização do trabalho assalariado se estende a todos os setores.

tomado pelas outras indústrias foi, mesmo, a Toyota, e o regime inovador de acumulação flexível tem o seu berço no Japão. Contudo, acreditamos ser um erro reduzir o toyotismo à sua origem, como ao propor uma denominação equivalente na expressão “modelo japonês” (como fez Antunes na citação anterior). Encontramos uma análise mais lúcida, ao menos no tocante a este aspecto, em Alves:

Não reduzimos o conceito de toyotismo à “japonização” (Wood), ao “modelo” japonês (Hirata), ao “sistema Toyota” (Monden), apesar de ele – o toyotismo – ter a sua gênese sócio-histórica no Japão ou vincular-se, em suas origens, ao pioneirismo da Toyota. Ao desenvolver-se e assumir uma dimensão universal, as novas práticas gerenciais e empregatícias, tais como *just-in-time/ kanban*, controle de qualidade total e engajamento estimulado, levado a efeito pelas corporações japonesas, assumiram nova significação para o capital, não mais se vinculando às suas particularidades concretas originárias. Elas surgem como nova via original de racionalização do trabalho, centrada na *lean production*<sup>50</sup>, adequadas a uma nova etapa do capitalismo mundial, na qual, a rigor, a distinção entre “orientes” e “ocidentais” perde a sua significação central para a lógica da valorização (2010, p. 31-2).

O processo do qual tratamos corresponde a uma fase do capitalismo monopolista, sendo, deste modo, de caráter global, e não restrito, como pode indicar a expressão “modelo japonês”.

Um outro equívoco nas análises sobre o toyotismo é o de conferir-lhe um caráter de total ruptura com o fordismo. Sem dúvidas há a introdução de elementos inéditos, mas, de um ponto de vista amplo, do desenvolvimento do capital, há mais continuidades do que rupturas. O toyotismo não abandona os objetivos essenciais do fordismo: acumulação e produtividade crescentes, racionalização e controle do trabalho. Segundo Alves (2010, p. 31), baseado em Aglietta<sup>51</sup> (1978), “É um estágio superior de racionalização do trabalho, que não rompe, a rigor, com a lógica do taylorismo-fordismo, é por isso que alguns autores o denominam de 'neofordismo’”. Contudo, a denominação de “neofordismo” também não nos parece adequada, diante de tantas inovações que vêm à tona.

Entre as inovações, destacamos, inicialmente, a questão da polivalência/desespecialização do trabalhador. Ohno se contrapõe à ideia da superespecialização em uma suboperação, argumentando que não se pode desperdiçar a oportunidade de explorar a capacidade que alguns dos trabalhadores

50 Produção enxuta.

51 Apesar de, a partir de Alves, trazermos contribuições de Aglietta, discordamos do conjunto do pensamento deste autor, ao apontar que a solução para os problemas da *reestruturação* seja a *regulação econômica*. Concordamos, tão somente, nos aspectos citados aqui. O mesmo se aplica a Coriat, citado na página 115..

possuem em realizar mais de uma função. Com a ideia da polivalência (que para os ideólogos do toyotismo significa um trabalhador mais qualificado, por conhecer várias funções), por vezes, pode-se colocar um único trabalhador para fazer o trabalho de outros dois, três ou mais. Além disso, um trabalhador que possui competência para ocupar mais de um posto de trabalho, pode ser remanejado de acordo com as mudanças de ritmo produtivo exigidas pelo mercado (ANTUNES, 2009; ALVES, 2010; PINTO, 2010). Concordamos com Aglietta (1978, p. 106 apud ALVES, 2010, p. 35) ao dizer que a desespecialização significa, na verdade, “o extremo da desqualificação, ou seja, seus trabalhos foram despojados de qualquer conteúdo concreto”.

A perspicácia do toyotismo está em conseguir fazer a produtividade crescer enxugando o contingente de trabalhadores, através, justamente, da polivalência. Inevitavelmente, estes trabalhadores multifuncionais acabam tendo jornadas prolongadas e intensificadas. Gounet (1999) compara a jornada de trabalho dos funcionários da Toyota com as de outras montadoras automobilísticas: segundo o autor, na Bélgica, os trabalhadores da Toyota trabalham cerca de 2.300 horas por ano; já os da Volvo, Volkswagen, Ford, Renault e GM trabalham, em média, 1.650 horas anuais. Sobre isso, Kamata tece um interessante comentário:

Não é tanto para economizar trabalho mas, mais diretamente, para eliminar trabalhadores. Por exemplo, se 33% dos 'movimentos desperdiçados' são eliminados em três trabalhadores, um deles torna-se desnecessário. A história da racionalização da Toyota é a história da redução de trabalhadores, e esse é o segredo de como a Toyota mostra que sem aumentar trabalhadores alcança surpreendentemente aumento na sua produção. Todo o tempo livre durante as horas de trabalho tem sido retirado dos trabalhadores da linha de montagem, sendo considerado como desperdício. Todo seu tempo, até o último segundo, é dedicado à produção (1982, p. 199 apud ANTUNES, 2009, p. 58).

Outros princípios se articulam às estratégias básicas já mencionadas para garantir as metas de produtividade, mesmo com redução do contingente. Dentre estas, Alves (2010) destaca a *autonomação*, que, segundo ele, consiste em

(...) introduzir um mecanismo de parada automática em caso de funcionamento defeituoso, em que o trabalho interage ativamente com processos produtivos automatizados. O toyotismo desenvolveu o conceito de “autonomação”, aplicando-o a situações de trabalho e operações que não mobilizam necessariamente máquinas automáticas (ALVES, 2010, p. 43).

E complementa, afirmando que “Autonomação’ é uma junção das palavras autonomia e automação. É um princípio ‘importado’ por Ohno da indústria têxtil, na qual um só operário executava o trabalho em quarenta máquinas ao mesmo tempo” (ALVES, 2010, p. 43, nota 12). Tal princípio garante a viabilidade da polivalência, como também atende à lógica de evitar desperdício, considerando que,

Na verdade, a ideia do toyotismo é desenvolver dispositivos organizacionais no interior do complexo de produção de mercadorias capazes de evitar rebotalhos e defeitos. Para isso, é importante uma nova concepção de linha de produção e um novo perfil de operário. Surge, desse modo, o princípio de linearização da produção e uma concepção da organização do trabalho em torno de postos polivalentes. Ocorre a “desespecialização operária”, com a substituição dos operários parcelares” por “operários polivalentes”, os profissionais plurioperadores (CORIAT, 1994, p. 53 apud ALVES, 2010, p. 44).

Muda-se, inclusive, a própria disposição física das máquinas na indústria. Se no taylorismo/fordismo havia departamentos fechados, a organização se dá agora em *células produtivas*, nas quais os *teams* executam uma diversidade de funções, obedecendo à linearidade da produção. Segundo Coriat,

O princípio da linearização da produção consiste em instalar as máquinas de tal maneira que elas se tornem o suporte de operações sucessivas, levadas a cabo pelos operários polivalentes. Para isso, elas seriam dispostas em “círculos abertos”, achando-se umas diante das outras. Os operários podem assim ver designados a realizar trabalhos em várias máquinas sucessivas, e os padrões de trabalho que lhes são impostos seriam diariamente reconfiguráveis em função da qualidade e da quantidade de encomendas (1993, p. 81 apud ALVES, 2010, p. 44).

A introdução do sistema de comunicação *kanban* também veio a facilitar a nova forma de organização, isto porque “A chave do *kanban* consiste em estabelecer, paralelamente ao desenrolar dos fluxos reais da produção, um fluxo de informações invertidas que emite uma instrução especificando a quantidade exata de peças necessárias” (ALVES, 2010, p. 46, grifo da obra). Assim, os trabalhadores polivalentes tornam-se “diariamente reconfiguráveis em função da qualidade e da quantidade de encomendas”. Isto implica o aumento ou a diminuição da produção de acordo com a demanda, com as encomendas. Temos aí uma significativa distinção em relação ao fordismo, no qual a produção ocorria em massa e as mercadorias eram padronizadas. No toyotismo, temos um padrão produtivo bem mais flexível, em que se trabalha com a lógica do estoque mínimo, produzindo mercadorias

diferenciadas, atendendo às exigências do mercado – não à toa, a partir deste período ganham importância as pesquisas de mercado (GOUNET, 1999; ALVES, 2010; PINTO, 2010). Alves acrescenta: “Desse modo, é realizado o princípio do 'estoque mínimo' (o *just-in-time*). Pode-se considerar o toyotismo um conjunto de técnicas de gestão pelos estoques (e não gestão dos estoques)” (2010, p. 46).

Contudo, esses estoques precisam ganhar dinamicidade. Necessitava-se criar uma condição para que o mercado sempre absorvesse os novos produtos, gerando uma demanda contínua. A estratégia mais resolutiva para este problema se expressa na *taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias*, mesmo que travestida sob a *qualidade total*. Isto implica produtos com vida útil cada vez menor, obrigando o consumidor a adquirir um novo exemplar daquela mercadoria de modo mais rápido. É o que Mészáros (2009) vem chamando de produção destrutiva, na qual se fabricam mercadorias praticamente “descartáveis”, já programadas para se destruírem com pouco uso, realimentando a produção de novos “descartáveis”. Segundo este autor, a *qualidade total* comparece apenas como “o aprimoramento do supérfluo”, consubstanciada na aparência do produto, adequando-se à *taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias*. Sobre isso, Antunes afirma que

A “qualidade total”, torna-se, ela também, a negação da durabilidade das mercadorias. Quanto mais “qualidade” as mercadorias aparentam (e aqui a *aparência* faz a diferença), menor tempo de duração elas devem efetivamente ter. Desperdício e destrutividade acabam sendo os seus traços determinantes (2009, p. 53).

Mészáros (2009) aponta a produção destrutiva como sendo central para o problema ambiental que a sociedade contemporânea vem enfrentando, com extrema exploração dos recursos naturais, dos quais muitos já se encontram em estado de (ou ameaçados de) escassez, além de todos os reflexos climáticos e geográficos em geral originados das agressões do capital à natureza.

O traço mais marcante que percebemos, até aqui, do modelo toyotista – e que lhe confere peculiaridade histórica – diz respeito a sua flexibilidade. Ao contrário da rigidez taylorista, constatamos que, no toyotismo, os trabalhadores podem ter sua atividade reconfigurada a todo instante, mudando de postos de trabalho, funções executadas e intensidade de produção – para tanto, a revolução informática e microeletrônica foi decisiva ao incremento da *base material* que viabiliza a

acumulação flexível. Por tal motivo, é que se considera o toyotismo o *momento predominante* de um regime de acumulação flexível.

Alves, baseado em Coriat, afirma que

Os nexos contingentes do toyotismo instauram uma “flexibilidade interna”, constituída no coletivo de trabalho, no espaço (e na cadeia) de produção, capazes de contribuir para os ganhos de produtividade buscados pela nova gestão da produção. (...) É por isso que o toyotismo surge como a expressão maior da acumulação flexível no complexo de reestruturação produtiva. A categoria de flexibilidade assume, para ele, uma fundamentação inédita, ainda pouco desenvolvida, mas presente, em alguns aspectos, no taylorismo e no fordismo (2010, p. 41-2).

Apesar de termos pontuado vários aspectos inovadores do toyotismo, sem dúvida essenciais, o pilar decisivo para a viabilidade da acumulação flexível está na estratégia de *captura da subjetividade operária*, tendo em vista que,

(...) no campo da gestão da força de trabalho, o toyotismo realiza um salto qualitativo na captura da subjetividade operária pela lógica do capital, o que distingue, pelo menos no plano da consciência de classe, do taylorismo-fordismo (ALVES, 2010, p. 31).

(...)

O que interessa, nesse caso, são as objetivações concretas dos princípios (e técnicas) organizacionais do toyotismo, capazes de garantir, em maior ou menor proporção, seu objetivo primordial: a constituição de uma nova subjetividade operária, capaz de promover uma nova via de racionalização do trabalho (ALVES, 2010, p. 32).

O capitalista coloca em segundo plano o regime rígido de prescrições tayloristas, empreendendo estratégias que visam tornar o operário “espontaneamente” cooperativo com a empresa. Os gerentes estimulam a participação do trabalhador na elaboração dos planos de trabalho (com os Círculos de Controle de Qualidade – CCQs), introjetando nexos de colaboração e criando um falso ambiente de que a empresa é a casa do trabalhador, sendo, portanto, o bem da empresa o seu próprio bem.

Dentre essas estratégias, destaca-se a emulação individual, uma vez que,

Na verdade, a principal estratégia de captura do consentimento operário do toyotismo é a emulação individual pelas estruturas “estimulantes” dos mercados internos, do emprego vitalício, e, hoje, particularmente, pelos novos sistemas de pagamento (salário por antiguidade, dos bônus de produtividade ou participação nos lucros e resultados) (ALVES, 2010, p. 51).

Mas as estratégias coletivas também são imprescindíveis, como,

especialmente, a pressão por (e medição da) eficácia das *células produtivas* – na qual a estratégia de estímulo ao trabalho em equipe (dos *teams*) comparece de modo decisivo a favor do capitalista. Vejamos o que diz Alves:

É importante estimular o comprometimento operário, por intermédio da pressão coletivamente exercida pela equipe de trabalho sobre todo elemento do *team* (o que Coriat caracterizou como uma técnica de controle social denominada “ostracismo”). Sob o toyotismo, a eficácia do conjunto do sistema não é mais garantida pela rapidez da operação do operário individual em seu posto de trabalho, tal como no fordismo, mas pela integração ou pelo “engajamento estimulado” da equipe de trabalho com o processo de produção. O que pressupõe incrementar a manipulação por meio da supervisão e o controle operário, exercido pelos próprios operários (2010, p. 53).

Ademais, a atuação dos capitalistas no interior dos sindicatos contribui decisivamente para a *captura da subjetividade*. O sindicalismo de empresa tem sido uma de suas marcas, esvaziando os sindicatos do conteúdo de luta de classes, para preenchê-lo com a luta pelo desenvolvimento da empresa<sup>52</sup>. Os debates entre os operários deixam de ser sobre a superação da exploração, ou, ao menos, em torno da melhoria das condições de trabalho, e se centram em como resolver os problemas de produtividade: “É possível considerar, como condição institucional do comprometimento operário, a instauração de um sindicalismo de envolvimento, pró-ativo, que colabora com o capital na busca de soluções para os problemas da produção de mercadorias” (ALVES, 2010, p. 61).

Nesse padrão de acumulação – flexível – atinge-se o nível mais sofisticado de *estranhamento* da classe trabalhadora e a *subsunção real* do trabalho ao capital chega ao seu nível máximo, considerando que, finalmente, se supera a *incompletude visceral* da *captura da subjetividade operária* dos padrões anteriores, como assinalado por Alves:

O nexos essencial da lógica da produção toyotista é a captura da subjetividade do trabalho vivo. Como salientamos, busca-se constituir um novo tipo de subsunção do trabalho vivo à lógica do capital, que implica um tipo de envolvimento da força de trabalho (e do trabalho vivo)

52 Não desconsideramos que existam núcleos de resistência a esta proposta dentro dos sindicatos. Ademais, voltamos a afirmar que não estamos restringindo o espaço de luta dos trabalhadores, mas apenas apontando as limitações da atuação dos sindicatos hoje. O fato de esta instituição (o sindicato) conservar um potencial revolucionário é inegável. Contudo, isto precisa ser recuperado pela subjetividade operária (e, conseqüentemente, pelos sindicatos). Para tanto, a passagem da consciência do proletariado da condição de *classe-em-si* para *classe-para-si* é imprescindível, ou seja, o proletariado deve assumir, conscientemente, a responsabilidade por executar a tarefa de superação do *sistema do capital*.

qualitativamente novo em relação à implicação subjetiva pretérita – a do taylorismo-fordismo. Não é que não houvesse a busca pela captura da subjetividade nas formas de produção capitalista sob a lógica taylorista-fordista clássica; ela ocorria, mas assumia uma dimensão de **incompletude visceral** (2005, p. 418-9, grifo nosso).

Como podemos perceber, os princípios se ajustam bem uns aos outros, convergindo para o objetivo da maior produtividade e menor desperdício, articulados com a redução do contingente. Neste quadro, portanto, a acumulação se dá com extrema flexibilidade: da locação dos trabalhadores nos postos e funções de trabalho, do ritmo e intensidade da produção, dos produtos, do mercado, do consumo, mas também das relações trabalhistas. Quanto a este último aspecto, vemos que

A flexibilização da produção exige que se flexibilizem as leis que regulamentam o uso e a alocação da força de trabalho pelas empresas. Isso implica em alterações na legislação trabalhista, levando, principalmente nas economias periféricas, onde já são escassas as estruturas de processo social por parte do Estado, à redução dos direitos dos trabalhadores e à crise do movimento sindical, através da elevação do número de contratações precárias (como as temporárias, por tempo parcial etc.), mudanças nas normas salariais (como vinculação dos salários ao faturamento das firmas), com heterogeneização entre os segmentos do mercado de trabalho (PINTO, 2010, p. 79).

Em meio à precarização das relações trabalhistas, a estrutura horizontalizada da produção possibilita a exploração da força de trabalho de empresas terceirizadas, nas quais a empresa central, que solicita tais serviços, se exime de qualquer garantia trabalhista. Algo similar ocorre nas indústrias instaladas nos países atrasados: praticamente toda a produção das grandes empresas monopolistas ocorre nestes países, nos quais as leis trabalhistas são mais flexíveis, possibilitando uma exploração acentuada da força de trabalho. Ou seja, há uma extrema descentralização e horizontalização da produção, juntamente à precarização das relações de trabalho.

A acumulação flexível produz resultados terríveis, impulsionando a humanidade para sua autodestruição. E isto fica mais imediatamente visível no tocante à classe trabalhadora:

Portanto, em meio a tanta destruição de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há também, em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que tem enormes contingentes *precarizados* ou mesmo à margem do processo produtivo, elevando a intensidade dos níveis

de desemprego estrutural. Apesar do significativo avanço tecnológico encontrado (que poderia possibilitar, em escala mundial, uma real redução da jornada ou tempo de trabalho), pode-se presenciar em vários países, como a Inglaterra e o Japão, para citar países do centro do sistema, uma política de *prolongamento da jornada de trabalho* (ANTUNES, 2009, p. 35, grifo da obra).

Os resultados da *reestruturação produtiva* promovem a amplificação da exploração da classe trabalhadora, expressa na precarização das condições de trabalho e, como não poderia deixar de ser, na degradação da saúde. A complexidade, gravidade e dimensão da problemática expostas no capítulo 1 são expressões disto.

O capitalismo, em sua faceta contemporânea, expande seu caráter de máquina produtora de doenças, destruidora de saúde, especialmente pelos avanços na subversão da *subjetividade* dos trabalhadores. Para Alves (2005), a constituição de uma nova *subjetividade* implica uma nova relação entre corpo-mente, apresentando repercussões mútuas:

Na medida em que o toyotismo altera a implicação subjetiva do fordismo, tal alteração tem repercussões na instância do corpo (como parte constitutiva da subjetividade). Desse modo, podemos dizer que o toyotismo tende a constituir uma nova forma de organizar o tráfico corpo-mente. Como salientamos, o taylorismo-fordismo criou uma rigidez na disposição corporeamente que o toyotismo tende a 'flexibilizar'. Aliás, é obrigado a flexibilizar para poder constituir a nova forma de subsunção do trabalho vivo ao capital, que é intrínseca ao novo modo de organização da produção de mercadorias (ALVES, 2005, p. 421).

Baseado neste princípio, Alves (2005) levanta a tese de que há uma *compressão psicocorporal* do sujeito<sup>53</sup> – neste caso, o trabalhador. Isto devido ao fato de haver uma ruptura com a rigorosa atitude disciplinar que o corpo deveria assumir na organização taylorista. Com o resgate do envolvimento subjetivo, introjeta-se uma nova concepção na consciência do trabalhador, incentivando-o a adotar uma nova atitude com o seu corpo, que deve se conservar útil e produtivo (porém, sem deixar de ser submisso) – trata-se, então, de uma nova postura de mente e corpo.

O esforço é no sentido de fazer o trabalhador perceber a importância que o bem-estar de seu corpo representa para a produtividade, construindo uma predisposição para assumir posturas mais flexíveis, inserir seu potencial

---

<sup>53</sup> Como o próprio autor assinala, esta tese é profundamente devedora da tese da "compressão espaço-tempo" de HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

cognitivo/criativo no processo de trabalho e incorporar a tendência de “culto à saúde” e preservação do corpo. Não à toa, amplia-se o investimento das empresas privadas em ações de “saúde ocupacional”, como a utilização dos conceitos da ergonomia e as práticas de ginástica laboral. Alves (2005) realiza uma interessante análise sobre estas práticas, revelando seu nexos com a *compressão psicocorporal*:

A compressão psicocorporal pode ser constatada, por exemplo, nas experiências de ‘ginástica laboral’, onde a postura corporal (e, portanto, subjetiva) do trabalhador tende a tornar-se indispensável para a obtenção da produtividade sob as condições da nova técnica flexível e da intensificação e exploração do trabalho, como é próprio do toyotismo. O novo regime de acumulação flexível impõe o novo tráfico corpo-mente apenas como ‘meio’ de combate do estresse que atinge o trabalhador assalariado da superexploração toyotizada e não como ‘fim’ de emancipação do corpo-sujeito da disciplina do capital (ALVES, 2005, p. 422).

Constatamos que a introdução de “práticas saudáveis” no trabalho funciona como uma aliada da produtividade, pois, por um lado, reduz a ocorrência de certas doenças ocupacionais (mas apenas para a aristocracia operária), possibilitando um trabalhador viril, capaz de encarar a exponenciação da exploração, diminuindo, inclusive, o absenteísmo por motivo de doença; e, por outro lado (e este é o fator decisivo), corrobora para uma sensação de que o trabalhador está sendo valorizado, contribuindo para o envolvimento deste no processo produtivo. O trabalhador, preocupado com a sua saúde, participa de todas as “práticas saudáveis”, ao mesmo tempo que se reveste do compromisso de dar um retorno ao patrão, produzindo mais. No entanto, as promessas do modelo toyotista não saem do campo hipotético; como afirma Alves, são *promessas frustradas*. A suposta (re) integração entre mente e corpo, através da execução de gestos mais flexíveis, espontâneos – rompendo com a obediência às prescrições rígidas da gerência taylorizada –, encontra um limite na própria natureza do processo de acumulação, visto que a submissão do trabalho ao capital persiste e se intensifica, e a atividade proletária, em momento algum, passa a ser fruto de uma *subjetividade* livre; continua sendo, pois, fruto da *subsunção* do trabalho ao capital – no caso da acumulação flexível, trata-se, portanto, do capital se apossando da criatividade da classe trabalhadora a favor da acumulação.

A *compressão psicocorporal* implica uma reconfiguração da relação corpo-mente (tendo em vista a *completude visceral* da *captura da subjetividade*), que

resulta na construção de uma consciência operária alheia à luta de classes, orientada à cooperação com as necessidades produtivas. Mas a suposta integração corpo-mente se dá nos limites dos interesses capitalistas e em nada se aproxima de uma possibilidade para a liberdade subjetiva no trabalho, apesar de os propagandistas do toyotismo afirmarem que essa possibilidade foi aberta ao se “romper” com a rigidez do modelo anterior.

Tão frustrada quanto a promessa da integração entre mente e corpo é a promessa de preservação da saúde dos trabalhadores. Como a pouco mencionamos, as práticas de saúde do trabalhador se fazem presentes como aliadas da produtividade, especialmente porque o capitalista percebe que as doenças ocupacionais repercutem negativamente na produção. Tendo em vista esta condição, tal promessa encontra seu limite na própria lógica de acumulação, constituindo-se numa contradição objetiva do *sistema do capital*, uma vez que a degradação da saúde dos trabalhadores representa uma problemática insolúvel dentro da lógica capitalista – e, por tal motivo, figura no campo hipotético como uma *promessa frustrada*.

A reconfiguração da relação corpo-mente repercute na saúde psíquica (e também física) tanto quanto (ou mais do que) o taylorismo/fordismo. Deve-se considerar que a emulação individual do trabalhador gera uma intensa corrida por maior produtividade entre os indivíduos, e é ocioso dizer que, nesta corrida, o número de vitoriosos deve ser mínimo. Assim, boa parte destes não “conquistam” os prêmios, gratificações e promoções oferecidas, o que implica num sentimento de derrota por parte do trabalhador, que, somado às tantas outras *promessas frustradas*, resulta na formação de uma massa de homens insatisfeitos e abalados emocionalmente.

A lógica de combate ao desperdício, articulada à nova forma de controle (baseada na autovigilância e autodecisão da célula produtiva sobre sua produção), gera

(...) um sistema de “gerência pelo estresse”. Cada célula é responsabilizada pelo cumprimento de metas estabelecidas pela gerência, decidindo com isso como distribuir as atividades de trabalho internamente entre os membros. Contrariamente ao sistema taylorista/fordista, a ideia é fazer que cada trabalhador conheça e compreenda, tanto quanto possível, o funcionamento dos postos e de toda a célula e, se necessário, também de outras células (PINTO, 2010, p. 75).

De modo similar, a polivalência e a constante reconfiguração dos postos e funções do trabalho agredem a esfera psíquica. Pinto afirma que “O problema (...) é que a alocação frequente dos trabalhadores polivalentes entre variadas atividades provoca-lhes sucessivas crises de adaptação – pois se exigem inúmeras habilidades, sempre em mutação” (2010, p. 75).

Portanto, se o esvaziamento cognitivo do trabalhador no taylorismo/fordismo causava inúmeros problemas de saúde mental, os elementos da acumulação flexível não ficam para trás. No contexto da flexibilidade produtiva, os casos de depressão e estresse são muito comuns entre os trabalhadores, “O aumento do nível de exigência da eficiência e da maior produtividade, devido principalmente ao surgimento de máquinas e equipamentos mais sofisticados e concorrência acirrada, resulta algumas vezes em doenças, insatisfação, desmotivação, fadiga, alcoolismo, estresse e em casos mais graves em *burnout*” (SILVA, 2000 apud LIMA et al., 2011, p.2), problemas estes de ampla ocorrência na atualidade, conforme apresentamos no item 1.2.

As repercussões da flexibilidade produtiva se fazem presentes, também, no que diz respeito à saúde física dos trabalhadores. Os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT)/Lesões por Esforço Repetitivo (LER) vêm sendo considerados como o caso peculiar da contemporaneidade. A intensificação do ritmo de trabalho, a pressão por produtividade e competitividade, a acentuação da *subsunção* do trabalho ao capital e a revolução informática dos instrumentos de trabalho contribuíram para a configuração de um contexto propício a esses distúrbios, associados, agora, não só aos movimentos repetitivos (como à época do taylorismo), mas, principalmente, à flexibilização da organização do processo de trabalho.

Salim (2003) conclui que:

(..) as variações dos casos de LER/Dort em relação aos ramos de atividade econômica – expressivas, sem dúvida – não seriam senão reflexo das mudanças ocorridas no mercado de trabalho e, sobretudo, na organização dos processos de trabalho, tal como constatamos na RMBH, mormente em segmentos fabris e do setor Serviços que sofreram impactos mais diretos na informatização e automação. No geral, esses segmentos aprofundaram a subordinação do trabalho vivo ao trabalho morto, possibilitando um maior controle do trabalho em si, através de máquinas, atividades repetitivas, tarefas pouco diversificadas, etc. Sendo assim, o advento dos novos processos se relacionaria não apenas à maior sobrecarga de trabalho originária da redução de postos e número de pessoal empregado como também ao aviltamento das tarefas, à intensificação do ritmo do trabalho e

assim por diante. Nesse sentido, a própria alternância das ocupações geradoras de LER/Dort nos anos 90, assim como as variações na exposição aos riscos em ambientes de trabalho, associadas ao desgaste decorrente do tempo no exercício da função pelo trabalhador/trabalhadora, dá conta da complexidade de suas determinações sociais (SALIM, 2003, p. 22).

O caso das LER/DORT nos serve, também, para representar o lugar de importância que as morbidades mais relacionadas à força de trabalho feminina assumem no *mundo do trabalho*. Desde as descrições de Marx e Engels no século XIX (ver item 2.4), percebemos a enorme frequência de problemas osteomusculares entre as mulheres trabalhadoras. Com a *reestruturação produtiva*, e o crescimento do setor de serviços, comércio e trabalho de escritório em geral (lugares onde prevalecem a força de trabalho feminina), esta condição se acentua. Desta maneira, da década de 1970 à contemporaneidade, as LER/DORT figuram entre as principais morbidades. Lembremos que, no item 1.1, apontamos a condição feminina como um aspecto de destaque na dimensão atual da questão da saúde dos trabalhadores – vemos, agora, que esta configuração se deve, em grande parte, às alterações toyotista.

Caso similar é o grande número de acidentes com material biológico entre os profissionais de saúde (também apresentado no item 1.1), tendo em vista constituir o mesmo contexto de expansão do setor de serviços (no caso, serviços de saúde), no qual predomina a força de trabalho feminina. Assim como no caso das LER/DORT, há um aumento da participação destes agravos para o panorama de adoecimento relacionado ao trabalho em geral, no qual a mola propulsora encontra-se no modelo toyotista.

Quando analisamos a situação do ainda mais precarizado mundo da terceirização, como um elemento típico da implantação do modelo toyotista, deparamos com uma situação ainda mais deplorável. Sobre esta temática, encontraremos relevantes publicações de Maria Graça Druck (1997, 1999, 2001, 2006). Esta autora enfatiza o tratamento diferenciado que recebem os trabalhadores efetivos das indústrias petroquímicas do complexo de Camaçari, Bahia (BA/BR) (os de *primeira categoria*) em relação àqueles terceirizados (subcontratados, ou de *segunda categoria*) (DRUCK, 1999).

As diferenças se expressam na menor remuneração, instabilidade no emprego, falta de garantias trabalhistas, menor qualificação e políticas de gestão discriminatórias. Em relação às condições de higiene, vê-se que apenas 14% dos

terceirizados pode utilizar as mesmas instalações sanitárias que os efetivos e 54% compartilham o refeitório (BAHIA, 1995). Quanto à saúde, Druck e Franco relatam que:

Dentre as diversas mudanças e suas conseqüências, podem-se destacar: i) a crescente externalização dos serviços médicos das empresas; ii) os avanços nas proposições formais de programas de prevenção e melhoria dos aspectos de saúde, segurança e meio ambiente, bem como nas certificações correlatas. No caso das empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari, deve-se mencionar a reestruturação do PAME – Plano de Assistência Médica em Emergência; e iii) maiores dificuldades para a obtenção dos dados referentes aos acidentes de trabalho e adoecimentos de trabalhadores permanentes e/ou terceirizados, dentre outros. Conforme previmos em pesquisas anteriores, a terceirização lança um manto de invisibilidade sobre o mundo real do trabalho, bem como sobre os problemas de saúde relacionados ao trabalho, principalmente no que concerne aos trabalhadores terceirizados (2008, p. 110).

Chama a atenção, especialmente, a invisibilidade que assumem as condições de saúde dos terceirizados, uma vez que a empresa contratante se desresponsabiliza pela assistência (como no caso da “externalização”) e vigilância à saúde destes trabalhadores, apesar de as atividades se desenvolverem em seu *locus*. Desse modo, a resolução dos problemas de saúde destes trabalhadores é ainda mais hipotética do que no caso dos efetivos.

No âmbito da reprodução social dos trabalhadores, a *reestruturação produtiva* trouxe sérias repercussões, especialmente pela complexificação da *questão social*. Constatamos que as transformações da vida social necessárias à viabilidade da acumulação flexível impõem uma reconfiguração dos modos pelos quais ela se manifesta. Contudo, chamamos a atenção para o fato de que, ao persistir o processo de acumulação de riqueza baseado na exploração do trabalho, a *base material da questão social* se conserva. Deste modo, assim como afirmam Netto (2001) e Pimentel (2007), não existe uma *nova questão social*, ela apenas se expressa sob novas formas.

Sobre as novas formas de expressão da *questão social*, identificamos o caso peculiar da questão ambiental. Nesta, vemos o quão é destrutivo o modo atual de produzir riqueza<sup>54</sup>, que na verdade se constitui no modo de produzir a nossa própria

---

<sup>54</sup> Cabe lembrar que a partir da reestruturação produtiva há uma tendência de diminuição na vida útil das mercadorias – *taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias* –, o que implica um aceleração na reposição dos produtos no mercado, acentuando a exploração/destruição dos recursos naturais. Dessa forma, a tentativa de remediar a *crise estrutural* gera uma profunda crise ambiental.

destruição, mesmo que, a nível ideológico, surja uma nova tendência (estratégica) para fazer crer que existe conciliação entre desenvolvimento econômico e conservação da natureza<sup>55</sup>, ocultando o caráter expansivo (e incessante) do sistema capitalista em busca da acumulação do lucro, que, por conta disso, necessita ser destrutivo.

Mészáros chama atenção para novas repercussões sociais da *crise estrutural*, como nos casos da destruição das famílias e da escassa oportunidade de empregos para os muito jovens ou para aqueles considerados já em idade avançada. Para o autor,

Considerando que o capital só pode funcionar por meio de contradições, ele tanto cria como destrói a família; produz a geração jovem economicamente independente com sua “cultura jovem” e a arruína; gera as condições de uma velhice potencialmente confortável, com reservas sociais adequadas, para sacrificá-las aos interesses de sua infernal maquinaria de guerra. Seres humanos são, ao mesmo tempo, absolutamente necessários e totalmente supérfluos para o capital (MÉSZÁROS, 2009, p. 802).

Pimentel e Costa (2011, p. 188) afirmam que “enfim, [desenrola-se uma] exacerbação da desigualdade e conseqüentemente um processo de desumanização e pauperização cada vez mais crescentes das massas”. Nesse sentido, Mészáros (2009) comenta, também, sobre as repercussões desta desumanização crescente para as mulheres:

É possível que tal desumanização não seja tão óbvia quanto a que se reflete na luta cada vez mais intensa pela liberação das mulheres. Foram irreparavelmente destruídos os fundamentos econômicos da antiga justificação histórica de opressão das mulheres, e o próprio avanço produtivo do capital desempenhou aí um papel central. Mas, novamente, podemos perceber as contradições inerentes. Em um sentido – para seus próprios propósitos – o capital ajuda a liberar as mulheres para melhor poder explorá-las como membros de uma força de trabalho muito mais variada e convenientemente “flexível” (MÉSZÁROS, 2009, p. 802).

Os exemplos dados revelam a dimensão universal da *crise* atual, atingindo todas as instâncias sociais, engendrando novas expressões da *questão social* (questão ambiental, precarização do trabalho, desemprego crônico etc.), que nos alertam para o caráter desumanizador do *sistema do capital* (PIMENTEL, 2007).

Nessa medida e sentido, “o pauperismo, como uma das principais expressões do caráter desumanizador do capital, assume também proporções mundiais com a

---

55 Referimo-nos às propagandas pelo desenvolvimento sustentável.

polarização social e a concentração da riqueza” (PIMENTEL, COSTA, 2011, p. 183); a pobreza é notada mesmo nos países desenvolvidos, num fenômeno que Chossudovsky (1999, p. 27 apud PIMENTEL, COSTA, 2011, p. 183) denominou de *globalização da pobreza*. No entanto, “se nos marcos dos países centrais já se consolidaram os mecanismos de controle do pauperismo e a pobreza assume caráter relativo, o problema encontra-se agora deslocado para a periferia do capitalismo, na qual pode ser encontrada até mesmo a pobreza absoluta” (PIMENTEL; COSTA, 2011, p. 183).

Antunes comenta sobre a acentuação (posta no contexto da *crise estrutural*) das diferenças entre os países de capitalismo avançado e aqueles ditos atrasados:

E quanto mais se avança na competição intercapitalista, quanto mais se desenvolve a tecnologia concorrencial em uma dada região ou conjunto de países, quanto mais se expandem os capitais financeiros dos países imperialistas, maior é a desmontagem e a desestruturação daqueles que estão subordinados ou mesmo excluídos desse processo, ou ainda que não conseguem acompanhá-lo, quer pela ausência de base interna sólida, como a maioria dos pequenos países asiáticos, quer porque não conseguem acompanhar a intensidade do ritmo tecnológico hoje vivenciado, que também é controlado pelos países da tríade (ANTUNES, 2009, p. 35).

A eliminação das fronteiras para a circulação do capital (do qual a globalização é expressão) se mostrou indispensável para as respostas do capital à sua *crise*. Não obstante, esse movimento trouxe sérias repercussões para a vida social em geral (especialmente nos países pobres) e, conseqüentemente, para a saúde (especialmente para a classe trabalhadora).

Sobre isso, há um interessante artigo de Buss (2007), no qual o autor apresenta uma relação entre *globalização, pobreza e saúde*. Buss (2007) afirma que a globalização é um processo que ultrapassa a esfera econômica, sendo também social e cultural, o qual vem apresentando para o mundo, desde as últimas três décadas do século XX, elementos inéditos, como a consolidação de um mercado efetivamente mundial (regulado pela Organização Mundial do Comércio – OMC); a transnacionalização das empresas; a eliminação das fronteiras para a circulação do capital; a privatização da economia e o Estado mínimo; a queda de barreiras protecionistas no mercado; a facilidade de trânsito de pessoas e mercadorias entre os países; e o surgimento da sociedade das informações, ampliando-se as possibilidades de comunicação, principalmente pelo advento da internet.

O autor faz uma crítica ao fenômeno em questão, ressaltando que a

aproximação entre economias e culturas desiguais proporcionou a redução das políticas de Estado territoriais a dificuldades para as atividades transnacionais, tendo a Comissão Mundial sobre Dimensões Sociais da Globalização afirmado que

***o processo de globalização atual está produzindo resultados desiguais entre os países e no interior dos mesmos. Está criando riquezas, mas são demasiados os países e as pessoas que não participam dos benefícios (...). Mesmo nos países com bons resultados econômicos muitos trabalhadores e comunidades têm sido prejudicados pelo processo de globalização*** (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2004 apud BUSS, 2007, p. 1576, grifo da obra).

Diante dessa análise, conclui-se o que parece óbvio: que são os países ricos os beneficiados com a globalização e que o livre comércio não resolve o problema da pobreza no mundo. Ao contrário:

As dívidas externa e interna, o protecionismo à indústria e à agricultura por parte dos países mais ricos e as barreiras comerciais aos produtos primários e manufaturados da cesta de exportação dos países em desenvolvimento estão na raiz de uma imensa crise fiscal que os países pobres enfrentam. (...) Em consequência, os programas de combate à pobreza e outros programas sociais de muitos dos países em desenvolvimento acabam desfinanciados e ineficazes (BUSS, 2007, p. 1.577).

De fato, a globalização gera ainda mais pobreza, e isso é reconhecido pelos autores de diversas perspectivas teóricas. A diferença de riqueza material entre os indivíduos, grupos e classes sociais se reflete nos indicadores de saúde, como, por exemplo: em 2001 a mortalidade de crianças menores de cinco anos era 2,2 vezes mais alta no quintil mais pobre do que no quintil mais rico da população mundial; a desnutrição em mulheres era 1,9 vez mais elevada nos pobres; e a proporção de crianças com atraso no crescimento era 3,2 vezes mais alta (BUSS, 2007).

Na França, um professor universitário de trinta e cinco anos de idade tem nove anos a mais de expectativa de vida do que um operário da mesma idade; na Hungria os habitantes dos bairros pobres de Budapeste têm quatro anos a menos na expectativa de vida do que a média nacional e 5,5 anos a menos do que os que moram nos bairros desenvolvidos; e na Espanha, a taxa de mortalidade infantil entre os recém-natos das famílias de trabalhadores rurais é 2 vezes maior do que a das famílias de profissionais especializados (WHITEHEAD, 2000).

Em se tratando de Brasil, “a mortalidade infantil está relacionada com a

renda das famílias, o nível de educação da mãe, as condições do domicílio, o local em que vive e a situação social da família da criança”; a mortalidade infantil é de 35 por mil nascidos vivos entre os pobres contra 16 entre os ricos, e de 40 entre as mães com menos de três anos de estudo, e 17 naquelas com mais de oito anos (BUSS 2007, p. 1.579).

Mas existem outros desdobramentos desse fenômeno. Buss (2007) e Whitehead (2000) fazem menção a turismo sexual, doenças sexualmente transmissíveis, doenças mentais, guerras e conflitos civis, violência, uso de drogas e problemas ambientais.

Apesar de Buss (2007) trazer contribuições para uma análise crítica da globalização, a problemática foi apresentada de forma desconectada das condições objetivas postas historicamente, atrelando suas raízes à (des)organização política e aos empecilhos ao desenvolvimento econômico para os países periféricos, como observado na citação a seguir.

Há um grave déficit democrático nos próprios fundamentos do sistema. A maioria dos países em desenvolvimento segue tendo pouca influência nas negociações globais sobre as regras e na determinação das políticas das instituições financeiras e econômicas chaves, como demonstrou recentemente, por exemplo, o fracasso da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (BUSS, 2007, p. 1.576).

Além disso, ainda segundo Buss, “a baixa qualidade da política e da **governance** de muitos governos de países em desenvolvimento é causa de desperdício de recursos e de ineficácia e ineficiência das iniciativas de proteção ao ambiente e de promoção, prevenção e assistência à saúde, quando elas existem” (2007, p 1.578, grifo da obra).

Na análise apresentada acima, toma-se a globalização como um período isolado e a-histórico, sem nenhuma menção ao que este fenômeno exprime. Todavia, sabemos que a globalização representa o resultado proporcionado por uma ideologia política – o neoliberalismo – convocada, exatamente, para dar a resposta política equivalente à *reestruturação* no âmbito da produção, consistindo numa reorganização da relação Estado-economia.

O capital recorre ao aporte teórico de um conjunto de ideias que foram designadas de neoliberalismo. A ideologia neoliberal surgiu como uma reação teórica e política contra o suposto Estado intervencionista e de bem-estar. Foi

teorizada pelo economista austríaco Frederick Hayek, que considerava a intervenção do Estado como uma ameaça letal à liberdade econômica e política, impedindo a realização da prosperidade de todos (TEIXEIRA, 1998).

Essa ideologia trata de romper com as restrições sociopolíticas que limitam a liberdade do capital: o primeiro passo diz respeito à intervenção do Estado, que foi demonizado pelos neoliberais, já que o próprio mercado seria capaz de regular a economia, não necessitando de intervenções estatais. Seguiu-se com a redução e privatização do sistema de seguridade social e com uma reforma econômica, retirando do controle estatal empresas e complexos industriais inteiros, destinando à iniciativa privada a exploração dos setores que antes eram públicos. Na verdade, essa ideologia mostra-se profundamente contraditória, visto que o capital sempre demanda uma intervenção do Estado, e isso é perceptível nos privilégios dados aos monopólios (incentivos fiscais, acesso a setores públicos estratégicos etc.). O Estado é minimizado apenas no tocante à classe trabalhadora, na satisfação de seus direitos sociais (TEIXEIRA, 1998). Cumpre lembrar que esta ideologia se revigorou com a queda do *socialismo real*, em fins da década de 1980, e de lá para cá legitimou-se sociopoliticamente (ANDERSON, 1995).

Desse modo, os grandes monopólios empresariais não possuem limites geográficos para a sua expansão, invadem os países economicamente periféricos (onde encontram condições favoráveis para a exploração das riquezas naturais e dos trabalhadores), tornando-se indústrias mundiais – em outras palavras, ocorre um processo de mundialização/globalização do capital e de sua ideologia *particularizada* nos pressupostos neoliberais. Portanto, não se trata de um momento isolado (desvinculado do processo de *reestruturação produtiva*, como parece ignorar Buss), trata-se de uma planejada e pensada resposta política à *crise estrutural*, voltada **para a manutenção da base material da sociedade** – ou seja, de garantir as melhores condições para a acumulação e expansão de capital, sempre crescentes.

Diante de tais condições, a situação dos países periféricos (inclusive, no tocante à saúde) não pode ser reduzida à falta de *governance* e suporte para o desenvolvimento econômico (como coloca Buss), já que temos sinais claros de que esta se faz presente como uma necessidade do capital na luta contra seus próprios limites estruturais.

Diante do que expusemos, afirmamos que, a partir da década de 1970, há uma intensificação da degradação da saúde dos trabalhadores – o atual contexto da

*crise* do capital desnuda as fragilidades estruturais da sociedade contemporânea, ativando seus limites absolutos (como diria Mészáros) e, nesta medida, a problemática da saúde dos trabalhadores chega ao seu ápice. A subversão da *subjetividade operária*, a precarização das condições de trabalho, o ritmo alucinante de produção e competição, a instabilidade dos terceirizados etc. modificam o perfil patológico dos trabalhadores. E mais: para a base operária na periferia do capital, persistem, mesmo, doenças ocupacionais típicas de fases anteriores do capitalismo ao lado das mais recentes, tornando o quadro ainda mais complexo. Abramides e Cabral afirmam que:

É importante ressaltar que no cenário produtivo brasileiro convivem as novas tecnologias do processo de acumulação flexível e sua forma estruturante de trabalho com processos de trabalho fordista/taylorista clássicos, em que ainda predominam os acidentes de trabalho típicos – amputação, morte e doenças profissionais características de ramos de produção como: silicose, asbestoses, hidragerinos, bezenismo, entre outras (ABRAMIDES, CABRAL; 2003, p. 9).

Desse modo, os dados possibilitam constatar que há uma intensificação no adoecimento provocado no trabalho. Mas lembramos que, mais do que a dimensão quantitativa, o que nos possibilita afirmar que a *reestruturação produtiva* eleva esta problemática ao seu ápice é a dimensão qualitativa. Isto significa dizer que, mesmo que as estatísticas (e sabemos que estas são muito sensíveis à manipulação) apontassem para uma redução do problema, os novos elementos decorrentes da *reestruturação produtiva* conferem-lhe uma qualidade inédita, de caráter ainda mais severo, especialmente expressa na subversão da subjetividade da classe trabalhadora, convertida em sofrimento mental.

Assim, o diferencial é a sofisticação que a degradação da saúde dos trabalhadores assume com a implementação dos princípios toyotistas e, em especial, a epidemia de “transtornos” psicoemocionais desencadeados. Nesse contexto, cabe lembrarmos todos os problemas que mencionamos no capítulo 1: os casos de *Karoshi*, LER/DORT, as neoplasias malignas, os casos de violência no trabalho, a situação mais grave que se apresenta entre os trabalhadores do campo, da construção civil, mineiros, pescadores (principalmente nos países periféricos), e, no caso da saúde mental, os complexos casos que perpassam quadros clínicos como os de depressão, estresse, *burnout*, alcoolismo etc.

Portanto, a amplificação do aviltamento dos trabalhadores se mostra um

importante componente do conjunto de estratégias empreendidas pelo capital na busca desesperada pelo restabelecimento da taxa de lucro. Mas como o capital depende do trabalho para existir, a intensificação da destruição deste, para a revigoração daquele, põe-se como uma contradição que contribui, na verdade, para o acentuamento da *crise*, evidenciando, cada vez mais, a impossibilidade da transposição/anulação dos limites e defeitos estruturais desta sociedade sem a supressão de toda sua estrutura. Por este caminho, construiu-se a magnitude atual da questão.

Acreditamos que, em linhas gerais, percorremos o que há de mais relevante da história capitalista, sempre em paralelo com a *particularização* da questão que estudamos, possibilitando entender a constituição da dimensão contemporânea desta. A tomada deste caminho permite-nos, agora, realizar concreções teóricas sobre nosso objeto, articulando suas dimensões *fenomênica, essencial, singular, particular e universal*. É o que apresentamos no capítulo seguinte.

#### **4 CAMINHO DE VOLTA: reconstituindo o objeto em seu grau de *totalidade***

Para apreendermos os elementos mais gerais que compõem o nosso objeto, necessitamos decompô-lo analítica e abstrativamente, visto que “só podemos conhecer algo se formos capazes de reproduzir, na consciência, suas múltiplas determinações” (LESSA, 2000, p. 23). O caminho que percorremos nos possibilitou realizar esta decomposição. Feito isso, neste capítulo tomamos um caminho de volta, reconstituindo o objeto, articulando suas esferas *fenomênica*, *essencial*, *singular*, *particular* e *universal*, respeitando a prioridade da categoria *totalidade*.

Para finalizar, analisamos, ainda, a posição *particular* da questão da saúde dos trabalhadores em relação a uma outra questão, mais ampla.

##### **4.1 A questão da saúde dos trabalhadores em seus *elementos essenciais***

À primeira vista, numa análise superficial, pode-se concluir que a questão da saúde dos trabalhadores é um processo biológico, isto é, uma série de respostas fisiopatológicas do trabalhador ao processo de trabalho. Nesta concepção, a problemática que estudamos assume uma condição estática, explicada pela relação causa-efeito entre trabalho e saúde-doença. Contudo, esta condição não passa de sua *expressão fenomênica*.

A dimensão biológica não pode ser ignorada, uma vez que é através dela que a questão da saúde dos trabalhadores se manifesta mais imediatamente. Caracterizar esta expressão mais imediata (como fizemos no capítulo 1) é um passo importante, porém insuficiente para explicitar o *ser-precisamente-assim* do objeto.

Ao se restringir aos elementos imediatos, perde-se de vista o pano de fundo da problemática, aquela esfera de *elementos essenciais* que põem o campo de possibilidades de desenvolvimento das *formas fenomênicas*. A principal consequência em reduzirmos os objetos à *esfera fenomênica* consiste no fato de que “Já na vida cotidiana os fenômenos freqüentemente ocultam a essência do seu próprio ser, ao invés de iluminá-la” (LUKÁCS, 1979, p. 25). É preciso estabelecer a relação entre esta dimensão imediata e a sua gênese, ou seja, a relação *essência-fenômeno*. Lukács afirma que

parte importante dessa relação é que, em todo processo (relativamente)

acabado, o resultado faz desaparecer, a nível imediato, o processo de sua própria gênese. Em inúmeros casos, a colocação científica nasce quando o pensamento abandona a idéia do acabamento imediato, aparentemente definido, do produto, e o torna visível apenas em sua processualidade, não perceptível a nível imediato, a nível fenomênico. (...) No âmbito do ser social, porém, o processo genético é um processo teleológico. Disso resulta que seu produto assume a forma fenomênica de produto acabado e definido, fazendo desaparecer a própria gênese a nível imediato, tão somente quando o resultado corresponde à finalidade; em outras palavras, é precisamente o seu inacabamento que impõe uma referência direta ao processo genético (1979, p. 26).

Lukács, a partir da análise marxiana do *mundo fenomênico* econômico, exemplifica o equívoco de tomar a aparência como sendo a *essência*. Ele vê no *fetichismo da mercadoria* um mecanismo *alienatório* evoluído que nos conduz a aceitarmos as relações sociais coisificadas tipicamente capitalistas como se fossem naturalmente humanas e insuperáveis, ocultando o *processo genético* delas. No dizer de Lukács:

Vem assim precisado com exatidão no plano ontológico um importante traço comum dos modos fenomênicos no processo econômico: no ser social e antes de tudo no campo da economia, onde cada objeto é, por sua essência, um complexo processual; este, porém, no mundo fenomênico, apresenta-se muitas vezes como um objeto estático, firmemente definido; o fenômeno, aqui, torna-se fenômeno precisamente fazendo desaparecer, de imediato, o processo ao qual deve sua existência de fenômeno (LUKÁCS, 1981, p. 359).

Portanto, a forma como o objeto se expressa imediatamente não representa o que ele é em si, enquanto *totalidade*. Neste exato sentido, Lukács resgata uma afirmação de Marx: "toda ciência seria supérflua se a essência das coisas e sua forma fenomênica coincidissem diretamente" (1979, p. 26). Todavia, cabe uma ressalva: o *fenomênico* não pode ser considerado como algo não real, como sendo menos *ser* do que a *essência*. Ao contrário, o *fenômeno* é parte constituinte do objeto, ele é concretamente existente, uma vez que vai orientar os atos *teleológicos singulares* dos seres humanos, além de direcionar o desenvolvimento coletivo – o fato de o *fenômeno* conduzir a uma *práxis alienada* consiste noutra problema.

Em suma, nas palavras do próprio Lukács:

(...) o mundo fenomênico do ser social constitui o fator pelo qual é posta em movimento a maior parte das posições teleológicas que determinam imediatamente sua constituição e desenvolvimento, assumindo também uma parte importante na dialética objetiva do fenômeno e essência (1981, p. 359).

Para Lukács, o *fenomênico* não é uma mera derivação linear da *essência*, como se esta última consistisse na única representante do *ser-precisamente-assim* do objeto. O *fenômeno* é tão *ser* quanto a *essência*, e se a *essência* coloca determinações decisivas para o *fenômeno*, este, por sua vez, tem a capacidade de interferir na processualidade histórica da *essência*. Sobre isso, Lessa comenta que

Apenas por ser realidade é que esta esfera fenomênica – mesmo que alienada – pode se consubstanciar, na palavras de Lukács, em “base real imediata das posições teleológicas /.../ [, ou seja,] a constituição assim dada deste mundo fenomênico é o fundamento real imediato de todas aquelas posições pelas quais a reprodução real de todo o sistema econômico é capaz de se conservar e crescer posteriormente”.(vol. II, 359-60) [...] invertida ou não, essa dimensão fenomênica é tão real quanto as relações essenciais que estão na sua gênese (1999, p. 24)

Lessa acrescenta:

Estas palavras assinalam cristalinamente um primeiro momento da superação, por Lukács, da antinomia a que nos referimos acima. Como é sabido, de Platão a Hegel, a *essência* foi concebida como portadora de um *quantum* maior de *ser* que o mundo fenomênico. A esfera fenomênica seria apenas expressão da *essência*, não cabendo à primeira qualquer papel na conformação da última. Sendo a *essência* o *ser* em sua pureza, em seu estado absoluto; o *fenômeno* é necessariamente o momento de queda do *ser*, uma sua aparição fugidia, efêmera – e portanto, parcial, incompleta, restrita, etc. Entre essas duas esferas teríamos, sempre segundo as concepções tradicionais, uma distinção de estatuto ontológico: o *quantum* de *ser* que caberia ao *fenômeno* seria menor que aquele pertencente às determinações essenciais. Por isso, a *essência* seria eterna e o *fenômeno* fugaz, histórico. Exatamente o oposto é postulado por Lukács: segundo ele, *essência* e *fenômeno* têm o mesmo estatuto ontológico (1999, p. 24).

Fica demonstrado que o *fenômeno* também possui determinação sobre a *essência*, uma vez que ambos são históricos, possuindo o mesmo estatuto ontológico. Ou seja, “não apenas há uma esfera de determinações da *essência* sobre os fenômenos, como também há uma outra, dos fenômenos sobre o desenvolvimento das determinações essenciais” (LESSA, 1999, p. 24). O *fenomênico* consiste na consubstanciação das possibilidades postas pela *esfera essencial*; isto significa dizer que enquanto o *fenômeno* representa a *particularização* do objeto, a *essência* se põe como um conjunto de *séries causais* para esta *particularização*, sendo o *momento predominante* para o processo total. Contudo, tais *séries causais* são mutáveis, uma vez que tanto o *fenômeno* quanto a

*essência* são radicalmente históricos.

Segundo Lessa (1999), com base em Lukács (1981), a *essência* só pode se tornar o *momento predominante* (o campo de possibilidades para o *fenômeno*) por ser radicalmente histórica. Ela (*essência*) só pode ser concretamente real por estar numa relação dialética com o *fenômeno*. Isto é:

A relação que se desdobra entre *essência* e *fenômeno*, por outro lado, tem sua razão de ser no fato de que as determinações essenciais, por serem históricas, apenas podem se objetivar ao longo do tempo através de processos de particularização. E a particularidade de uma determinação genérica é o solo ontológico da gênese dos momentos fenomênicos. Por isso, sem os fenômenos a essencialidade jamais poderia alcançar a uma plena explicitação categorial – a rigor, não poderia sequer existir (LESSA, 1999, p. 26).

Compreender a historicidade da relação *essência-fenômeno* supera a dicotomia entre as duas, mas, à primeira vista, põe um outro problema: se a *essência* não é a-histórica, não cabendo ao *fenômeno* a função exclusiva de representar as metamorfoses fugazes do objeto, ou seja, se ambas são históricas, o que distingue as duas? Lessa sintetiza muito bem a resposta dada por Lukács a este problema:

Para sermos breves e diretos, o que distingue a *essência* do *fenômeno* é o fato de as determinações essenciais serem os traços de continuidade que consubstanciam a unitariedade última do processo enquanto tal, enquanto seus traços fenomênicos são os responsáveis pela esfera de diferenciação que faz de cada momento no interior do processo um instante único, singular. Sem dúvida, reconhece Lukács, há na *essência* “um predomínio da generalidade, enquanto no *fenômeno* se verifica um movimento para a singularidade e a particularidade”. Contudo, continua Lukács, seria superficial tirar a conclusão que em tal “relação estaria claramente expressa a verdadeira relação da *essência* com o seu *fenômeno*”. “Acima de tudo” porque também a generalidade e singularidade são determinações reflexivas, o que quer dizer que elas comparecem em toda constelação concreta de modo simultâneo e bipolar: todo objeto é sempre concomitantemente um objeto geral e singular (LESSA, 1999, p. 27).

Assim, a *essência* representa aqueles elementos de maior continuidade no processo, sendo o campo no qual predomina a *generalidade*, ao passo que o *fenômeno* representa os elementos mais imediatamente mutáveis, sendo o campo no qual predomina a categoria da *diferença* e permitindo o desenvolvimento das *singularidades*, bem como a *particularização* do processo total – apesar de as esferas *genérica* e *singular* estarem presentes em todo o processo. Resume Lessa:

Sendo a essência o momento predominante na relação com o fenômeno – e sendo ambos portadores do mesmo *quantum* de ser – o que os distingue é o fato de a essência se consubstanciar nos traços de continuidade desdobrados pelo e no processo, enquanto o fenomênico se consubstancia nas mediações particularizadoras que distinguem os momentos do processo entre si (1999, p. 27).

Deter-se no *mundo fenomênico* abre um enorme espaço para as explicações lógicas, gnosiológicas, que não se sustentam diante da processualidade própria do objeto real. Concordamos com Lukács ao dizer que:

Vimos anteriormente que, no empirismo, está por vezes contido um ontologismo ingênuo, isto é, uma valorização instintiva da realidade imediatamente dada, das coisas singulares e das relações de fácil percepção. Ora, dado que essa atitude diante da realidade, embora justa, é apenas periférica, é fácil que o empirista — quando se aventura a sair só um pouco do que lhe é familiar — termine por cair na armadilha das mais fantasiosas aventuras intelectuais (1979, p. 28, grifo da obra).

Um caminho científico que parte do e se reduz ao *mundo fenomênico* só poderia perder de vista a *totalidade*. Primeiro se fragmenta o objeto, para depois se eleger o fragmento representante deste, anulando todos seus outros elementos constituintes (em especial, sua *essência*). No que concerne ao nosso objeto, não é raro a ciência, o Estado e toda a sociedade fragmentarem a saúde (a vida) do trabalhador, desconectando e isolando o adoecimento decorrente (diretamente) do trabalho das condições gerais de vida (de reprodução social) e, especialmente, do seu processo fundante – anulando-se suas raízes.

Se as respostas fisiopatológicas do trabalhador ao processo de trabalho correspondem, apenas, à *expressão fenomênica* do objeto que estudamos, qual seria, então, a sua *essência*?

Responder a esse questionamento requer considerar a prioridade ontometodológica da categoria *totalidade* (LUKÁCS, 1981; CHASIN, 1998; LESSA, 2000). Para tanto, é preciso compreender a *totalidade* enquanto uma síntese de *singular, particular e universal*, consubstanciada numa articulação dialética entre as *esferas essencial e fenomênica*. Como já abordamos a relação *essência-fenômeno*, julgamos ser, agora, imprescindível apresentar alguns esclarecimentos sobre as outras três categorias (*singular, particular e universal*), dentro da proposta marxista de corte lukacsiano.

Lukács (1981) trata do *singular-particular-universal* tanto na *Estética* como na *Ontologia*, mas é nesta última que há uma análise mais desenvolvida, ao utilizar essas categorias na análise do *ser social* (e, também, de seus *complexos parciais*). O autor faz uma densa análise dos *complexos* da Linguagem e do Direito, no capítulo da *Reprodução*, para exemplificar que esses *complexos parciais* são uma síntese entre *singular-particular-universal* e, portanto, só podem ser compreendidos tomando-se a sua *singularidade* como uma determinação da *universalidade* – do *complexo social total* (a sociedade capitalista) –, mas que não abandonam sua *singularidade* – no caso da Linguagem, o fato de surgir espontaneamente no processo de o homem se autoconstruir através do trabalho, sendo, por isso, um *complexo* permanente do *ser social*; no caso do Direito, a questão de ser um *complexo* superior que possui sua gênese na divisão social do trabalho, sob a égide do *antagonismo* entre capital e trabalho. Vejamos, nas palavras do autor:

Nos exemplos escolhidos já vemos dois extremos: por um lado [a Linguagem] uma estrutura dinâmica, surgida espontaneamente, cuja reprodução é efetuada por todos os homens na sua práxis cotidiana, na maior parte sem o desejar ou saber, e que está presente como médium inevitável da comunicação em todas as atividades interiores e exteriores dos homens; por outro lado [o Direito], um setor especial da atividade humana que pode existir, funcionar, se reproduzir somente se a divisão social do trabalho autoriza um grupo humano especializado a executar o trabalho aqui necessário, a pensar e agir, no interior de tal especialização, com certa consciência (LUKÁCS, 1981).

Ambos os *complexos* só podem se concretizar na *totalidade* social por conta do “campo infinito” chamado *particularidade*. “O singular é uma unidade, é um ponto. O universal também é um ponto. O particular é diferente. O particular é um campo infinito. A particularidade é o instrumento da concreção. É um instrumento que vai limitando, determinando a universalidade” (CHASIN, 1998, p. 19). Ou seja, os *complexos parciais* só podem estar em relação ao *universal* por conta dos diversos outros *complexos sociais parciais* existentes e das diversas outras *particularidades* que comparecem como mediações para a existência da *singularidade* (para sua própria existência). Deste modo,

(...) a importância da particularidade (na relação singular-particular-universal) na análise de um determinado fenômeno está no fato de que ela se constitui em mediações que explicam os mecanismos que interferem decisivamente no modo de ser da singularidade, na medida em que é através delas que a universalidade se concretiza na singularidade. A

cuidadosa identificação e caracterização da particularidade é condição *sine qua non* para compreender-se como se dá essa concretização da universalidade no vir-a-ser da singularidade. Somente dessa forma é possível a aproximação do pensamento ao ser concreto da realidade em movimento, ao movimento processual da tensão entre a universalidade e a singularidade, mediada pela particularidade. Quanto mais o pensamento se aproxima dos meandros desses nexos causais da realidade que determinam o movimento de complementaridade entre os contrários, tanto mais poderá captar o processo no qual a universalidade se concretiza na singularidade, através dos tracos irrepetíveis desta, através da sua unicidade (OLIVEIRA, 2001, p. 17, grifo da obra).

A partir da análise do *complexo de complexos*, tomando o caso *singular* da Linguagem e do Direito, Lukács expressa muito bem este processo. Mais à frente, ele conclui:

Esta prioridade do todo sobre as partes, do complexo total sobre os complexos singulares que o formam, deve ser absolutamente considerada estabelecida, porque de outro modo – quer se queira quer não – chegar-se-á a extrapolar e tornar autônomas aquelas forças que, na realidade, simplesmente determinam a particularidade de um complexo parcial no interior da totalidade; se elas se tornam forças autônomas, não contidas por nada, permanecem incompreensíveis as contradições e desigualdades do desenvolvimento que emergem das inter-relações dinâmicas entre os complexos singulares e, sobretudo, do lugar destes últimos no interior da totalidade. Justamente em tais questões se vê o quanto pode ser perigoso, para a compreensão adequada da realidade, assinalar uma prioridade metodológica ao coerente edifício gnoseológico ou lógico de um complexo parcial. Segue-se que cada um deles, como vimos muitas vezes, possui uma especificidade própria, sem a qual não é possível compreender a sua essência. Porém tal especificidade, no plano ontológico, é determinada não somente por leis próprias ao complexo parcial, mas também, e, sobretudo, pelo lugar e pela função deste na totalidade social (LUKÁCS, 1981).

Devemos conferir prioridade ontológica à *totalidade* (“prioridade do todo sobre as partes”), para compreender os objetos *singulares* (“em sua especificidade própria”), que possuem “leis próprias”, mas que são determinados pela *universalidade*, tendo em vista que só são o que são “pelo lugar e pela função” que possuem na *totalidade*. O *singular* só pode existir na *universalidade*, e o *universal* só pode se concretizar nas *singularidades* (por meio das *particularidades*). Ao não se desconsiderar esta relação dialética, corre-se o risco de resumir os objetos a uma espécie de fragmento (como uma “força autônoma”) que se autoexplica, que se autodetermina e que tem início e fim através de uma legalidade sua, indiferente aos outros objetos. Isto implica não conseguir capturar o que o objeto é (“em-si”), restando, ao sujeito, inventá-lo logicamente.

Por isso, Lukács (1981) coloca essas três categorias como as mais

importantes para o processo de conhecimento e mostra como Marx, no conjunto de sua obra, respeitava a relação dialética entre elas. De fato, Marx procedeu dessa forma, sendo profundamente devedor da influência hegeliana. Foi Hegel que primeiro tratou da relação *singular-universal* de forma dinâmica (compreendendo a importância da *particularidade*). Segundo Oliveira,

Hegel explicita, pela primeira vez, a complexidade e multilateralidade da dialética do singular, particular e universal, mostrando como ela se dá tanto na realidade como no pensamento. Seu objetivo com esses esclarecimentos estava diretamente ligado ao propósito de analisar e resolver filosoficamente os problemas sociais e históricos. Pretendia superar, embora de forma idealista, o isolamento que vinha sendo feito entre as leis e formas do pensamento e as leis da realidade concreta, pois considerava que as leis do pensamento são as mesmas leis do ser, já que as leis do pensamento refletem o conteúdo objetivo das leis do ser. O esforço de Hegel foi um grande avanço em relação ao modo dicotômico em que tais elementos vinham sendo considerados, mas é um esforço feito ainda dentro dos princípios do idealismo. Ele considera o pensamento como a base de todo o processo de desenvolvimento da realidade. Ou dizendo de outra forma, o pensamento constitui, para ele, a própria realidade, o próprio ser. Marx no seu escrito *Miséria da filosofia* (1976, p. 87), criticando a metafísica da economia política, refere-se a essa posição de Hegel, em sua "Primeira Observação", dizendo que: "Para Hegel, tudo o que se passou e ainda se passa é precisamente o que se passa em seu próprio raciocínio" (2001, p. 10-11).

Apesar de Hegel compreender a dialética do *singular, particular e universal*, ele procurava justificar sua razão de ser por existirem no pensamento, já que "o pensamento constitui, para ele, a própria realidade". Daí o grande mérito de Marx ao se apropriar dessas categorias, reformulando-as, justificando sua existência pela realidade em si, e não pelo mundo ideal, já que as categorias são determinações do real, e o pensamento só pode reproduzi-las porque existem objetivamente. Assim,

essas três categorias: singularidade, particularidade e universalidade, não são apenas conceitos, mas são existência. São categorias da consciência e da realidade. Exemplo: cada uma das pessoas aqui presentes é um singular da universalidade humanidade. E exemplo de particularidade: os homens de um lado, as mulheres de outro (CHASIN, 1998, p. 18).

Com esses esclarecimentos, constatamos que, sob o ponto de vista ontológico, **a questão da saúde dos trabalhadores<sup>56</sup> assume a posição de uma**

<sup>56</sup> Referir-nos à problemática enfrentada por todos os assalariados, e isto não implica ignoramos que o antagonismo social se localiza apenas entre proletários e capitalistas; tão só aponta para o fato de que este antagonismo fundamental se expressa em diversas outras questões também contraditórias em sua estrutura, tal qual a questão que estudamos. Logo, a nossa conclusão apresentada em destaque, baseada no que dizem Marx (1988) e Lukács (1981), não autoriza, sob hipótese alguma, afirmar que o antagonismo do qual tratamos se dá entre trabalhadores assalariados e capitalistas.

**singularidade pela qual o antagonismo capital x trabalho (no papel do universal) se concretiza.** O adoecimento do trabalhador é produzido socialmente, apesar da sua importante dimensão biológica. Ele não é uma mera consequência do processo de trabalho degradante, mas, sim, uma contradição objetiva que carrega as marcas *universais* da *relação-capital*. É este o pano de fundo (de caráter essencialmente social) que põe o campo de possibilidades para o desenvolvimento dos aspectos biológicos.

A *abordagem genética* que empreendemos, resgatando o processo histórico, nos dá o suporte necessário para assegurarmos que a origem da questão da saúde dos trabalhadores está na sociedade capitalista, sendo, portanto, um *fenômeno* social exclusivo e típico da organização societária burguesa. Sua razão de ser está profundamente enraizada na necessidade, vital para o sistema, de acumulação de capital. Isto nos permite afirmar que a degradação da saúde dos trabalhadores entra no processo de acumulação como um componente indispensável, sem o qual o capital não é produzido. Isto é, o caráter destruidor e desumanizador do capital requer o consumo crescente da força de trabalho; para tanto, o suor e o sangue do proletariado são imprescindíveis (são componentes do *capital variável*).

Tendo em vista essa condição, a *acumulação primitiva* pôs os fundamentos para a questão que estudamos, a introdução da maquinaria (no século XIX) lhe conferiu os contornos de uma clara e intensa contradição capitalista, e a incorporação dos princípios tayloristas/fordistas (nas sete primeiras décadas do século XX) e as respostas à *crise estrutural* (a partir da década de 1970) consubstanciaram as *particularidades* para que ela assumisse formas ainda mais severas e intensas, enquanto *universal* concretizado.

Portanto, **a questão da saúde dos trabalhadores é, em sua essência, uma expressão da *relação-capital*.** Vale lembrar que

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 1988b, p. 252).

Da separação dos produtores diretos dos meios de produção põe-se uma

situação antagônica entre proprietários e proletários. Os burgueses necessitam da força de trabalho para produzirem e acumularem capital, uma vez que só ela produz valor. O proletariado se vê diante de uma situação na qual quanto mais riqueza produz, mais pobre fica; quanto mais impulsiona o desenvolvimento burguês, mais piora as condições de sua própria existência. Contudo, o capital depende da força de trabalho para ser produzido/reproduzido, mas ao levá-la à destruição, cria as condições de sua própria extinção. Os interesses do proletariado são, pois, antagônicos aos do capital; para aquele interessa se aproveitar deste *antagonismo* para revolucionar o modo de produção, pôr fim a sua exploração. Marx define bem este *antagonismo* no prefácio da *Contribuição à crítica da economia política*:

As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo de produção social, antagônica não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo (MARX, 2008, p. 48).

O burguês se vê num beco sem saída. No caso da saúde dos trabalhadores (enquanto expressão da *relação-capital*), ele (burguês) precisa degradá-la para acumular capital e, ao mesmo tempo, precisa manter a força de trabalho saudável, pois sem ela não há capital. Sem proletariado não há burguesia; “(...) a produção capitalista produz, com a inexorabilidade de um processo natural, sua própria negação” (MARX, 1988b, p. 284). Há uma situação insustentável: a burguesia precisa garantir a existência da classe social que possui a tarefa, por excelência, de suplantar o capitalismo.

Sobre isso, há um comentário clássico de Marx e Engels no *Manifesto do partido comunista*:

Toda sociedade até aqui existente repousou, como vimos, no antagonismo entre classes de opressores e classes de oprimidos. Mas, para que uma classe possa ser oprimida, é preciso que lhe sejam asseguradas condições nas quais possa ao menos dar continuidade à sua existência servil. O servo, durante a servidão, conseguiu tornar-se membro da comuna, assim como o burguês embrionário, sob o do absolutismo feudal, conseguiu tornar-se burguês. O operário moderno, ao contrário, ao invés de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez mais, caindo inclusive abaixo das condições de existência de sua própria classe. O operário torna-se um pobre e o pauperismo cresce ainda mais rapidamente do que a população e a riqueza. Fica assim evidente que a burguesia é incapaz de continuar por muito mais tempo sendo a classe dominante da sociedade e de impor à sociedade, como lei reguladora, as condições de existência de sua própria

classe. É incapaz de dominar porque é incapaz de assegurar a existência de seu escravo em sua servidão, porque é obrigada a deixá-lo cair numa situação em que deve alimentá-la ao invés de ser por ele alimentada. A sociedade não pode mais existir sob sua dominação, quer dizer, a existência da burguesia não é mais compatível com a sociedade (MARX; ENGELS, 2000, p. 56-7).

Abstraindo o fato de que, da época em que foi escrito o *Manifesto* para cá, a burguesia conseguiu lançar mão de estratégias que adiaram a sua extinção, o que, de certo modo, não era previsto por Marx e Engels, o comentário dos dois filósofos é preciso ao indicar a incapacidade da burguesia em conciliar a “existência de seu escravo” com a exploração destruidora deste; esclarece a incompatibilidade entre a existência do capital e da humanidade.

Ao adiar sua extinção, a burguesia acentua o *antagonismo* societário fundamental (capital x trabalho), levando-o ao seu limite, o que constatamos com a atual *crise estrutural*, como afirma Mészáros (2009). Este *antagonismo* está expresso nas diversas contradições contemporâneas, como o pauperismo crescente, a destruição das forças naturais e, também, a questão da saúde dos trabalhadores.

Nessas condições, o trabalho, apesar de corresponder ao processo pelo qual o homem se constrói, afasta as barreiras naturais e atende às necessidades para sua reprodução, ao assumir a sua forma *abstrata* (indiferenciada, *alienada* e *subsumida* ao capital), passa a representar a desgraça do trabalhador. Nesse sentido, Minayo-Gomez e Thedim-Costa comentam:

Na interseção das relações sociais e técnicas que o configuram [o trabalho], expressa-se o conflito de interesses entre o trabalho e o capital, que, além de ter sua origem na propriedade dos meios de produção e na apropriação do valor-produto realizado, consoma-se historicamente através de formas diversas de controle sobre o próprio processo de produção. Esse controle exercido no interior das unidades produtivas, por meio de velhos ou novos padrões de gestão da força de trabalho, respectivamente, taylorismo, fordismo e neotaylorismo, pós-fordismo, toyotismo, redundam na constituição de coletivos diferenciados de trabalhadores e de uma multiplicidade de agravos potenciais à saúde (1997, p. 27).

Lara corrobora:

O trabalho, no modo de produção capitalista, é determinado pelo processo de produção, no qual acidentes e adoecer são resultantes de relações sociais em que o trabalhador torna-se apêndice da máquina. O trabalho que deveria gerar prazer, felicidade, na ordem do capital, causa fadiga, doenças, acidentes, sofrimentos físicos e mentais. Muitos acidentes de trabalho,

quando não matam, podem deixar mutilações e dependências (2011, p. 79).

Não negligenciamos o fato de que existe uma problemática da saúde para as classes exploradas nas sociedades pré-capitalistas. Podemos tomar o exemplo do modo de produção escravista: “Nas minas dos gregos, escravos e convictos labutavam por longas horas em galerias estreitas, pobremente ventiladas” (ROSEN, 1994, p. 40), sendo comuns as doenças pulmonares e as intoxicações. Sobre a Roma antiga,

Plínio diz que algumas doenças são mais comuns entre os escravos, vários poetas fazem referências aos perigos de certas ocupações – Marcial menciona as doenças dos que trabalham com enxofre, Juvenal fala das varizes dos áugures e das doenças dos ferreiros, Lucrecio se refere à dura sorte dos mineradores de ouro (ROSEN, 1994, p. 45).

Na Idade Média persistem os problemas de saúde entre os explorados, com o agravante das epidemias que, sem dúvidas, eram mais severas e comuns entre servos, camponeses e artesãos do que entre os nobres. Rosen (1994) descreve as péssimas condições sanitárias das cidades como agravantes para a saúde e destaca a lepra e a peste bubônica como os grandes males medievais. Neste contexto, não eram poucos os problemas de saúde entre os explorados.

Apesar de as classes exploradas do escravismo e do feudalismo (escravos e servos, respectivamente) sofrerem com graves problemas de saúde, a *essência* da problemática enfrentada por eles era outra. Portanto, a questão da qual tratamos consiste num fenômeno inédito para a humanidade, ao se considerar as sociedades anteriores. Primeiro, porque a dinâmica da produção nas sociedade pré-capitalistas não era voltada para produção e acumulação de capital (MARX, 1988b; HUBERMAN, 2006; ANDERY et al., 2006), o que resulta numa dinâmica de destruição da saúde completamente distinta. Deste modo, a razão de ser da degradação da saúde não constituía um requisito para a existência da riqueza do senhor de escravo ou do senhor feudal, considerando que, segundo Marx (1988b), esta (a riqueza) não se expressava na forma de capital, nem existiam as mediações necessárias para transformar a intensificação da exploração do trabalhador (e todas as doenças e sofrimento daí decorrentes) em propriedade privada de mais meios de produção e mais força de trabalho. Segundo, porque não existiam os meios para que se atendessem às necessidades materiais de todos, pois a produção de riqueza

era limitada pelo subdesenvolvimento dos meios de produção (MARX, 1988b; NETTO; BRAZ, 2007), determinando um quadro de escassez responsável por boa parte das doenças.

Já com o advento do capitalismo, temos todas as condições necessárias para a produção dos bens materiais suficientes para o atendimento das necessidades de todos, uma vez que há o impulso do desenvolvimento dos meios de produção. Contudo, devido à exploração e à apropriação da mais-valia, a riqueza material se concentra em uma única classe social, resultando numa desigualdade qualitativamente diferente da escassez enfrentada nas sociedades anteriores, que se expressa, também, sobre a forma de intensificação da degradação da saúde dos trabalhadores.

Convém deixar claro que, em meio à degradação da saúde da classe trabalhadora em geral, é apenas para o caso específico do proletariado que vale a afirmação de que o capital se apossa da saúde como uma condição indispensável à produção de riqueza<sup>57</sup>. Para que o capitalista acumule riqueza, ele precisa intensificar a exploração (e a conseqüente degradação da saúde) da classe que produz e valoriza capital: o proletariado (MARX, 1988b; LESSA, 2007). Tanto é que as transformações na esfera produtiva, em resposta à necessidade de produtividade e acumulação crescentes, têm o seu berço no âmbito da atividade proletária, em especial, do proletariado industrial, como demonstramos ao discutir a introdução da maquinaria no processo de trabalho e o nascimento das experiências tayloristas, fordistas e toyotistas. Tais mudanças alcançaram outros setores (serviços, comércio etc.) apenas posteriormente, seguindo a tendência de mercadorização das relações sociais.

Uma vez que o processo histórico revela que, ontologicamente, o nascimento da classe capitalista está para o nascimento do proletariado, o *antagonismo* social não pode se dar entre a burguesia e o conjunto dos assalariados, e sim entre capitalistas e proletariado – e é neste *antagonismo* que se consubstancia a origem da questão da saúde dos trabalhadores. **Por tal razão, a situação específica do proletariado constitui o núcleo da questão da saúde dos trabalhadores.** Isto justifica o cuidado que tivemos ao longo do texto em esclarecer qual situação valia apenas para o operário e qual valia para todos os assalariados.

---

<sup>57</sup> A compreensão do que afirmamos sobre a situação específica da saúde dos proletários requer o claro entendimento do que apresentamos no item 2.3 sobre a distinção entre proletários e assalariados não proletários.

Se diluíssemos as diferenças existentes entre proletários e não proletários, cairíamos no erro de aceitar uma condição historicamente determinada pelas necessidades do capital como sendo ontológica – isto é, aceitar o *trabalho abstrato* como sendo o trabalho em seu *ser-precisamente-assim*.

Essa diluição apresenta diversas repercussões subjetivas e objetivas. A primeira delas é o fato de contribuir para que a suposta identidade entre proletários e assalariados não proletários se cristalice no ideário social. Sendo assim, o assalariamento assume, ideologicamente, a condição de referencial pelo qual os indivíduos se identificam como sendo da mesma classe social (a classe trabalhadora ou proletariado, sem nenhuma distinção). Isto ocorre ao ponto de o próprio proletariado não se ver em distinção com relação aos demais assalariados.

A nosso ver, a falta de consciência do proletariado sobre sua posição na sociedade é fruto de um processo mistificador regido pelo capital (que tem sua origem na transformação da força de trabalho em mercadoria) e que se constitui a partir da naturalização dos *fenômenos* históricos (transitórios), atribuindo-lhes caráter de componentes inelimináveis do *ser social*.

Convém ressaltar que esse processo mistificador cria verdades que, se não correspondem à *essência* da realidade social, são socialmente necessárias. Necessárias, neste caso, exclusivamente para o capital. Lukács (1981) demonstra que, frequentemente, especialmente na sociedade onde o conflito de classes está mais avançado, a falsa consciência pode se tornar ideologia. Apesar de que, como alerta Costa (2006), baseada em Lukács, nem toda falsa consciência se torna ideologia.

Segundo Costa (2006), “logo que o conflito social se apresenta como problemática vital na realidade dos homens, as sociedades produzem instrumentos para sua resolução na forma de ideologia”. Assim, ideologia (em seu sentido amplo) deve ser compreendida como fruto das posições *teleológicas* secundárias (fundadas pelo trabalho), na tentativa de os homens intervirem no comportamento, sentimentos, convicções, aptidões etc. de outros homens, atuando como uma mediação em face dos conflitos entre indivíduos e sociedades, indivíduos e grupos, ou entre grupos. Podemos afirmar, então, que a ideologia desemboca nos procedimentos, regras e pensamentos predominantes na sociedade. Nas sociedades de classes, ela se converte em instrumento de fazer prevalecer as ideias da classe dominante, no que podemos chamar de ideologia em sentido restrito,

considerando que

Os conflitos somente tomam proporções realmente significativas como conflitos de classe e com isso as ideologias particulares ou restritas se geram e têm seu campo de operações. Quando o conflito social apresenta-se como problema vital para a sociedade, no qual as classes travam lutas sociais sob os mais diversos aspectos, penetrando até o íntimo das individualidades, a ideologia, então, se expressa como instrumento ideal de luta que serve aos embates entre grupos humanos com interesses antagônicos (COSTA, 2006, p. 10).

A ideologia é o veículo pelo qual as ideias da classe dominante se tornam as ideias dominantes (*ideologia particular*), determinantes do comportamento social.

É nesse sentido que algo que não corresponde à realidade assume a condição de verdade socialmente aceita, como, por exemplo, a centralidade do assalariamento para a sociedade (ao invés da centralidade do trabalho em seus elementos simples e abstratos) e/ou a identidade entre proletários e outros assalariados. São, pois, *falseamentos socialmente necessários* (ao capital).

O resultado disso só poderia ser, mesmo, um proletariado que luta por melhores salários, e não, pela emancipação da humanidade. Lessa afirma que

os proletários em sua maioria não se identificam com a emancipação da humanidade e estão fortemente polarizados pelas políticas reformistas, quando não pelos governos neoliberais (Boito, 2002). Para sermos breves, lutam pelo direito a serem explorados (o “direito ao emprego”) e de receberem um salário (ou seja, para que se retire de seu trabalho a mais-valia), e não pela abolição do trabalho assalariado e do próprio capital. Por sua vez, sem uma alternativa socialista, os setores assalariados não-proletários são cooptados pela ideologia e pelos projetos burgueses, sejam eles mais ou menos reformistas, mais ou menos conservadores. O resultado, todos conhecemos: as classes sociais não se comportam no plano ideológico e político de forma nitidamente diferenciada; pelo contrário, suas identidades políticas se confundem (2007, p. 183).

Ao perder a condição de *classe-para-si*, o proletariado perde de vista o horizonte revolucionário. Este caracol de indistinções e cancelamentos contribui, então, para o velamento do *sujeito revolucionário* (e para inviabilização da revolução). Lessa tece dois comentários neste sentido, ao realizar uma análise sobre Poulantzas, Nagel e Lojkin, mostrando as repercussões que emergem da indistinção que estes teóricos fazem entre operários e assalariados não operários (entre trabalho e *trabalho abstrato*). Destacamos que estes comentários se aplicam, na verdade e de uma forma geral, a todos que, por diferentes motivos, cometem este equívoco. Vejamos:

Em primeiro lugar, nos três investigadores a confusão entre o trabalho e o trabalho abstrato leva ao cancelamento da função fundante do trabalho para o mundo dos homens. A importância da perda do trabalho enquanto categoria fundante é incomensurável: põe abaixo toda a estrutura categorial de Marx. É com base na descoberta do trabalho como o momento fundante do mundo dos homens que Marx pôde superar todas as ontologias anteriores ao demonstrar como, por quais mediações, por meio de quais categorias, os homens são os únicos demiurgos de sua própria história e, portanto, pôde demonstrar como os homens são os únicos limites ao seu próprio desenvolvimento histórico. O que significa dizer que a revolução proletária não é inviabilizada por qualquer natureza humana a-histórica que fixe em um dado patamar (por exemplo, na propriedade privada) a evolução da humanidade. **Perder o trabalho enquanto categoria fundante leva, na maior parte das vezes, a perder também o horizonte da revolução para além do capital** (LESSA, 2007, p. 242, grifo nosso).

Em segundo lugar, nos três pensadores **temos a perda da classe proletária enquanto sujeito revolucionário**. Nem poderia ser de outra forma. Cancelado o caráter fundante do trabalho, cancela-se também o fundamento ontológico das classes sociais na estrutura produtiva e, correlativamente, perde-se as conseqüências da existência material de cada classe para sua consciência de classe. A revolução deixa de ter na esfera da produção, portanto do trabalho, o seu nóculo decisivo e está aberto o vasto campo teórico para as ilações as mais mirabolantes (LESSA, 2007, p. 243, grifo nosso).

A partir do exposto, concluímos que os equívocos que se dão no campo teórico e as “verdades” instauradas ideologicamente são, ao mesmo tempo, objetivamente presentes na vida social, na atividade humana. Deste modo, por se concretizarem como parte da *práxis* humana contemporânea, fomentam o grande período contrarrevolucionário pelo qual estamos passando, obstaculizando o projeto comunista, garantindo a produção/reprodução do capital e, conseqüentemente, a exploração crescente dos trabalhadores, em especial dos proletários.

Portanto, a repercussão última ao identificar o *trabalho alienado* ao trabalho (eternamente fundante do *ser social*) e o proletariado aos assalariados não proletários é o impedimento do projeto revolucionário comunista, deixando o operariado em condições objetivas de trabalho e de vida cada vez piores, num processo de aviltamento que se expande, inclusive, para outros segmentos sociais. O futuro do proletariado, e de toda a humanidade, depende da virada deste período contrarrevolucionário, ou seja, da tomada de consciência da classe proletária na direção de, dadas as condições objetivas adequadas, uma transformação radical da sociedade.

Por sua vez, a indistinção que se dá no campo da saúde dos trabalhadores contribui para todas essas conseqüências mais gerais, além de que, no caso da

saúde em particular, contribui para ocultar: 1) as raízes da questão, por mistificar a *relação-capital*; 2) o fato de os proletários serem os únicos que adoecem e morrem produzindo capital e garantindo o funcionamento de todo o sistema (e não o conjunto de assalariados)<sup>58</sup>; 3) e, o fato mais importante: que a resolução da questão da saúde dos trabalhadores exige o fim da sociedade capitalista.

O compromisso com a saúde dos trabalhadores e, sobretudo, com a revolução proletária, hoje, deve estar focado em desfazer a indistinção mencionada, combater os *falseamentos socialmente necessários* (ao capital) e reconduzir o proletário a sua tarefa: suplantar o *sistema do capital*. Negar a distinção ontológica entre trabalho e *trabalho abstrato* (entre proletários e outros assalariados) é negar o projeto comunista.

Diante disso, a situação geral de ter a saúde minada pela exploração dos capitalistas vale para o conjunto dos assalariados, mas a situação específica de ter a saúde degradada na produção de riqueza (capital) cabe, apenas, ao proletariado. No caso da situação mais geral, ainda podemos distinguir: 1) o caso dos assalariados não proletários, mas que são produtivos (de mais-valia), possibilitando que a riqueza do burguês se amplie, uma vez que, ao serem explorados, direcionam parte do que foi produzido pelo proletariado para o bolso do burguês e, nesse processo, ocorre a degradação de sua saúde; 2) o caso dos trabalhadores improdutivos, no qual a ruína da sua saúde se constitui do fato de conservarem e auxiliarem na manutenção da riqueza capitalista (uma vez que nem produzem capital nem o valorizam); seus salários não se originam do redirecionamento da riqueza circulante na sociedade para o bolso do burguês individual, mas do repasse (sempre que possível menor – em termos relativos) da riqueza que o capitalista já possui – isto vale para o trabalhadores de escritório, dos serviços, do comércio etc. (ver item 2.3).

Por tudo que foi exposto, entender a situação específica do proletariado como sendo nuclear é imprescindível para desvelar a *essência* da questão que estudamos e vislumbrar o horizonte de sua resolução, articulada ao projeto histórico comunista.

Cabe, ainda, mais uma ressalva. Conforme afirmam Minayo-Gomez e Thedim-Costa (1997), a relação entre trabalho e saúde expande-se para as esferas sociais exteriores ao *mundo do trabalho*, abarcando os espaços sociopolíticos e

---

<sup>58</sup> Reforçamos a necessidade da perfeita compreensão do que foi exposto no item 2.3, sobretudo o fato de o proletariado ser a única classe entre os assalariados que produz capital.

culturais. Nestes espaços, segundo Minayo-Gomez e Lacaz (2005), são engendradas as estratégias atuais de combate à problemática, correspondentes às suas respostas sociopolíticas, expressas nos movimentos e órgãos representativos da classe trabalhadora, nas políticas públicas trabalhistas e na produção científica do campo de saúde do trabalhador.

Essas respostas sociopolíticas constituem um campo no qual se fazem presentes outras *particularidades* históricas, que, certamente, influenciam o modo de *ser* da questão da saúde dos trabalhadores, estando presentes, de algum modo, desde a sua origem. Compreender o enfrentamento da questão como uma expressão da luta de classes representa um importante passo no sentido de explicitar, cada vez mais com maior precisão, a sua *essência*. Como não foi nosso objetivo estudar o enfrentamento da questão (e nem poderíamos sem antes termos estabelecido os seus elementos mais gerais), resta-nos, ainda e portanto, a investigação rigorosa sobre como se dão estas respostas (dos trabalhadores organizados em movimentos sociais; do Estado por meio das políticas públicas; e a atuação dos pesquisadores e especialistas em saúde do trabalhador). A referida investigação corresponde a um próximo estágio de aproximação com o objeto de estudo.

#### **4.2 A questão da saúde dos trabalhadores como a *particularidade* decisiva da problemática da saúde**

No item anterior tratamos do nosso objeto de estudo em sua existência *singular*, respeitando a prioridade da categoria *totalidade* e evidenciando as determinações gerais do seu *ser-precisamente-assim*. Isto nos possibilita estabelecer, agora, a sua relação com outras *singularidades* presentes na *totalidade*, considerando que, restringindo ou ampliando o foco da análise, ela pode constituir uma *universalidade* ou *particularidade*, já que:

O universal pode ser considerado como singular ou particular ou vice-versa. No capítulo "Complexos de complexos" de sua obra *Ontologia do ser social* Lukács (1981, p. 177-227) explicita pormenorizadamente essa relativização dialética do singular, do particular e do universal. A singularidade não pode ser considerada como sendo a realidade do sujeito em si e por ela mesma. Por outro lado, a universalidade não pode ser considerada como um "coroamento" definitivo de singularidades. É necessário, portanto, assegurar um raciocínio que capte o movimento contínuo da relação singular,

particular e universal nessa relativização para compreender-se a problemática em análise dentro do contexto em que se efetua (OLIVEIRA, 2001, p. 16).

Neste item, demonstramos que a questão da saúde dos trabalhadores corresponde à *particularidade* mais decisiva para o modo de ser da problemática da saúde em geral (os problemas de saúde enfrentados por todos os indivíduos da sociedade, sejam trabalhadores ou não), ampliando o foco da nossa análise. O fundamento filosófico desta afirmação encontra-se no fato de que “A classe é, do ponto de vista histórico, a mais importante das particularidades” (CHASIN, 1998, p. 18), pois consiste na mediação que se põe entre indivíduo e humanidade (nas sociedades de classe):

(...) todo indivíduo é portador, tal como todos os indivíduos com os quais compartilha sua existência, de determinações comuns: é um homem da sociedade primitiva, ou da sociedade feudal, etc. Sua singularidade enquanto indivíduo apenas pode ser construída dentro destas determinações particulares de sua época, porém não universais à toda história da humanidade. Assim, um senhor feudal apenas poderia existir na Idade Média, porque apenas ali ocorreram as mediações entre indivíduo e humanidade que tornaram possível, no passado, a existência de senhores feudais (LESSA, 2000, p. 21).

A classe social é a *particularidade* que permite explicarmos, por exemplo, as situações enfrentadas pelos operários na sociedade capitalista. Ou seja, ela nos possibilita compreender o *antagonismo capital x trabalho*, responsável por empurrar a humanidade para a destruição.

No caso da problemática da saúde em geral, a *particularidade* mais importante para a sua compreensão está vinculada às classes sociais. Como a classe explorada é a trabalhadora, a problemática em torno de sua saúde constitui a *particularidade* mais decisiva. E mais, já que a situação específica do proletariado tem posição nuclear para a questão da saúde dos trabalhadores, ela é possuidora de um grau ainda maior de decisão para a problemática em geral – sendo, também, o seu núcleo<sup>59</sup>.

A seguir, apresentamos algumas considerações sobre a problemática da saúde em geral, para depois demonstrarmos que é a partir da análise da questão da

---

<sup>59</sup> Como já descrevemos, tal condição nuclear representa a posição do proletariado diante de toda a problemática. Ou seja, é sobre o proletariado que primeiro incide a problemática, em sua forma original, clara e elementar; isso se deve a sua condição de antagonismo em face da classe capitalista. Em suma, é no núcleo da problemática que encontramos os seus elementos básicos e essenciais. Insistimos para que o leitor atente para a diferença entre proletários e assalariados não proletários, apresentada no item 2.3.

saúde dos trabalhadores que se evidencia a *determinação essencial* (o momento predominante da esfera essencial) desta problemática.

Inicialmente, precisamos compreender como é (foi) concebida a saúde historicamente, na sua relação com o adoecimento, constituindo o que os estudiosos da área da saúde vêm denominando de processo saúde-doença (REZENDE, 1989). Constatamos diferentes acepções ao longo da história. Nas sociedades pré-capitalistas existiam as explicações míticas e religiosas, atribuindo às doenças o caráter de castigos das divindades<sup>60</sup>. Num período mais recente, na transição do feudalismo para o capitalismo, estendendo-se até meados do século XIX, predominava a teoria miasmática, baseada na interação do homem com o ambiente (com o ar, água, lugares etc.), mas que não conseguia associar as doenças aos seus agentes etiológicos, tampouco descrevia a história natural da doença ou os mecanismos de transmissão. No entanto, nas últimas décadas do século XIX, o trabalho de bacteriologistas como Koch e Pasteur firmou um novo caminho para a explicação do processo saúde-doença, especialmente pela descoberta de alguns dos agentes etiológicos das doenças transmissíveis à época (REZENDE, 1989; BUSS, PELLEGRINI FILHO, 2007).

Essas descobertas constituíram um paradigma para a explicação do processo saúde-doença, privilegiando apenas sua faceta biológica, reduzindo-a ao micro-organismo causador. A partir deste novo paradigma, predominou a concepção de que a saúde e a doença deveriam ser pesquisadas em laboratório, além do desenvolvimento de práticas de saúde centradas em doenças específicas, concepção marcada historicamente pela escolha da Universidade Johns Hopkins para a criação da primeira escola de saúde pública dos Estados Unidos (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007). Sendo assim, prevaleceu o conceito de saúde biologicista, estreitando o foco da saúde pública, esvaziando-a de seu conteúdo sociopolítico. É preciso frisar que “a influência desse processo e do modelo por ele gerado não se limita à escola de saúde pública de Hopkins, estendendo-se por todo o país e internacionalmente (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007, p. 79).

O enfoque biológico avançou ao século XX, porém já era possível notar um certo conflito entre esta concepção e o enfoque social. Diante da tensão entre ideias,

---

<sup>60</sup> Ressaltamos que Hipócrates, já na Antiguidade, fez observações clínicas de várias doenças, contestando as explicações míticas e religiosas. Contudo, com o advento do feudalismo e a soberania do cristianismo, as contribuições hipocráticas foram ignoradas, prevalecendo a concepção religiosa.

a criação da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1948, representou um marco para uma nova concepção de saúde, para além de um enfoque centrado na doença, ao definir que “Saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de afecção ou doença” (OMS, 1948 apud REZENDE, 1989, p. 86).

Mesmo com a concepção veiculada pela OMS, a grande onda de campanhas de vacinação contra certas epidemias sustentava o sucesso do enfoque bacteriológico no início da segunda metade de século XX. É apenas com a Conferência de Alma-Ata, em 1978, que a discussão sobre a determinação social da saúde ganha notoriedade, mas voltando a recuar na década de 80 – devido à persistência da assistência médica individual, tendo a saúde como um bem privado – e retornando na década de 1990, como discussão imprescindível para o alcance da saúde de todos (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

Com a recente ascensão da concepção da saúde como fenômeno social, vários teóricos se dedicaram a analisá-la em sua relação dialética com a doença, tecendo críticas, inclusive, ao conceito da OMS. Para Rezende (1989), baseada em Ferrara et al. (1976), “A saúde deve ser vista como uma condição relativa e dinâmica” (p. 86), contestando a definição da OMS, que, para a autora, confere caráter *tautológico*, de *estado absoluto* e *estático*, à saúde, anulando sua processualidade dinâmica.

Assim, equiparar saúde ao bem-estar é pura *tautologia*, uma redundância que nada diz. O adjetivo “completo” expressa uma condição de *estado absoluto*, na qual ou se tem saúde ou não se tem, não existindo um processo, busca ou conflito. Nesta concepção, o suposto bem-estar se configura como um equilíbrio entre o físico, mental e social, e a doença seria o desequilíbrio, persistindo uma dicotomia entre saúde e doença (tanto quanto a concepção anterior, que a OMS tentou combater). A definição da OMS não leva em consideração que os homens, ao se depararem com situações que ameaçam a sua saúde, podem instituir um conflito, um embate, na busca por transformar o que lhes é hostil. Neste enfrentamento, eles não estão nem “sãos” (em equilíbrio) nem “doentes” (em desequilíbrio); estão lutando. Ao desconsiderar este conflito, cancela-se a dinamicidade do processo saúde-doença, conferindo-lhe caráter *estático*.

Diante disso, Rezende (1989, p. 87) afirma: “saúde é uma postura humana ativa e dialética frente às permanentes situações conflituosas geradas pelos

antagonismos entre o homem e o meio”. A crítica da autora à concepção da OMS é bastante lúcida, porém falta-lhe explicar o cerne das “situações conflituosas”, isto é, compreender que o *antagonismo* concretamente existente, que gera tais situações, é entre capital e trabalho.

A nosso ver, Asa Cristina Laurell é quem dá a contribuição decisiva para a compreensão do processo saúde-doença como produto de um processo histórico-social movido pela luta de classes. Segundo a autora, “Deve-se buscar a explicação não na biologia ou na técnica médica, mas nas características das formações sociais em cada um dos momentos históricos” (LAURELL, 1982, p. 5).

No artigo intitulado *La salud-enfermedad como proceso social*, Laurell (1982) defende que é preciso considerar as condições objetivas postas historicamente para o desenvolvimento dos perfis patológicos. Para demonstrar a validade de sua tese, parte de uma análise materialista histórico-dialética da realidade retratada em alguns dados empíricos, recorrendo aos fundamentos gerais da sociedade para explicar as transformações históricas reveladas nestes dados.

Ao comparar as transformações no perfil patológico entre a primeira e a segunda metade do século XX, a autora percebe que, no geral, cresce a importância das doenças crônico-degenerativas, caindo a frequência das doenças infectocontagiosas. Além disso, a sua comparação centra-se sobre a realidade de três países: um representante do capitalismo avançado (Estados Unidos), um representante do capitalismo periférico (México) e um país do *socialismo real* (Cuba). Esta análise permite concluir que, no caso mexicano, em que há atraso nas relações de produção capitalista (e os graves problemas do capitalismo assumem sua face mais severa), prevalecem, ainda, taxas significantes de doenças infectocontagiosas. Já nos Estados Unidos e em Cuba, predominam os tumores malignos, doenças cardiovasculares, crônico-degenerativas em geral. Mas, no caso dos Estados Unidos, as taxas destas doenças são consideravelmente maiores do que em Cuba.

A partir desse comparativo, Laurell (1982) conclui que as recentes transformações no perfil patológico se devem às características inerentes ao modo de produção capitalista. Nos países do capitalismo avançado (como os Estados Unidos), o desenvolvimento econômico, técnico-científico e biomédico permitiu um certo sucesso no combate às doenças infectocontagiosas. No caso dos países atrasados (como o México), estas doenças permaneceram como um grave

problema. Já as “novas” doenças (crônico-degenerativas em geral) assumiram dimensões absurdas, sobretudo nos países ricos, indicando haver associação com o modo de vida capitalista, no seu mais alto grau de maturação<sup>61</sup>. Isto permite que a autora conteste a concepção da “doença residual” – para os que defendem esta concepção, o crescimento da importância epidemiológica das doenças crônico-degenerativas se deve [apenas] ao sucesso no combate às doenças infectocontagiosas, o que prolongou a expectativa de vida. Assim, “como o homem tem que morrer de alguma coisa ao chegar ao fim do seu ciclo vital natural e as doenças infecciosas já não matam, alguma doença degenerativa, como as doenças cardiovasculares ou o câncer, por exemplo, porá fim à sua existência” (LAURELL, 1982, p. 7). De acordo com Laurell,

Esta explicação baseia-se numa concepção linear e “desenvolvimentista” da doença na sociedade, já que no fundo, vê a história da doença como simples resultado das forças produtivas, do grau de domínio do homem sobre a natureza. Assim, a história da doença, diz tal proposição, é sua eliminação progressiva e uma aproximação da saúde cada vez maior. Esta concepção, apesar de reconhecer que há uma história da doença, paradoxalmente não confere caráter histórico e social ao processo saúde-doença como tal, uma vez que não admite que cada sociedade crie seu próprio perfil patológico, ou seja, acredita que a transformação é apenas a eliminação de uma parte da patologia, que faz aparecer a outra. Desta forma, o processo saúde-doença da sociedade não se explicaria por sua determinações múltiplas, biológicas e sociais específicas, mas somente pela capacidade técnica da sociedade de eliminar certas doenças e, por exemplo, nutrir a população (1982, p. 7).

Ao defender a determinação social da doença, Laurell (1982) percebe que os estratos ou grupos sociais (em última estância: as classes sociais) constituem espaços, cada um com as suas *particularidades* próprias, para o desenvolvimento do processo saúde-doença, implicando substanciais diferenças de saúde entre estes grupos. Desse modo,

Para demonstrar o caráter social da doença é necessário, também, estudar o tipo, a frequência e a distribuição da moléstia nos diversos grupos sociais que constituem a sociedade. Existindo uma articulação entre o processo social e o processo de saúde e doença, este deve assumir características distintas conforme o modo diferencial com que cada um dos grupos se

---

61 O caso peculiar de Cuba merece uma investigação à parte, mas presumimos que (baseados na argumentação da autora) as estratégias adotadas pelo regime do “socialismo real” foram exitosas no combate às doenças infectocontagiosas. Desse modo, o perfil patológico do país acompanhou a tendência global de crescimento das doenças crônico-degenerativas. Contudo, o modo de vida em Cuba não possui (possuía) os elementos agravantes do capitalismo avançado (acirrada competitividade, estímulo ao consumismo, alto grau de destruição da natureza etc.), o que implica uma menor incidência destas doenças do que nos países avançados.

insere na produção e se relaciona com os grupos sociais restantes (LAURELL, 1982, p. 7-8).

Partindo dessa necessidade real, Laurell (1982) apresenta o resultado de alguns estudos sobre as diferenças de saúde de acordo com a classe social a que pertence o grupo ou indivíduo. Ela cita o estudo de Behm (1979) na Costa Rica:

Esta investigação demonstrou que o risco de morrer nos primeiros anos está diretamente relacionado com a ocupação do pai, ou seja, como o modo como este se insere na produção. Assim, a possibilidade de uma criança proletária urbana morrer antes dos dois anos de idade é quatro vezes do que a de uma criança de alta ou média burguesia; o risco da criança camponesa é cinco vezes maior (LAURELL, 1982, p. 8).

Situação parecida foi descrita por Celis e Nava no México (1970 apud LAURELL, 1982, p. 8):

Eles compararam as causas da morte e sua freqüência, entre um grupo de pessoas que possuíam seguro de vida privado e um grupo constituído pelos que morreram no Hospital Geral da Cidade do México: grupos que representavam a burguesia e as camadas médias, altas e o subproletariado urbano, respectivamente. Os resultados mostraram que os pacientes do Hospital Geral morrem 30 vezes mais de amebíase, 8 de tuberculose, 6 de hepatite, 4 de infecções respiratórias agudas, e 3,5 de cirrose hepática e pelo seguro privado, por seu lado, morrem 3 vezes mais de doenças cardiovasculares e 2,5 de doenças do sistema nervoso central.

Convém ressaltar que as diferenças de saúde de acordo com as classes sociais se apresentam, também, no capitalismo avançado, é o que demonstra o estudo de Saracci (1978), citado por Laurell:

(...) no período estudado ,que corresponde (especialmente de 1949 em diante) à construção do Estado de Bem-Estar na Inglaterra, não houve diminuição dos diferenciais de mortalidade aos grupos sociais; até aumentaram, já que a diferença entre os grupos I e V foi de 43 em 1921–1923 e de 60 em 1970–1972. Cabem dois comentários a respeito deste quadro: em primeiro lugar, ele indica que os diferenciais de mortalidade entre os grupos sociais não são o resultado de acesso diferente aos serviços médicos. O Serviço Nacional de Saúde foi desenvolvido na Inglaterra a partir de 1946, fato que garante o acesso de toda a população inglesa aos serviços médicos. A segunda questão que o Quadro 5 revela é relativa ao problema das relações entre as condições de vida e a saúde. Inegavelmente, o nível de vida geral dos ingleses melhorou, no período entre 1921 e 1972, mas essa mudança ocorreu essencialmente no campo do consumo. Isto quer dizer que as relações sociais de produção são as mesmas, e a sociedade de classes continua existindo, da mesma forma que os diferenciais de mortalidade (LAURELL, 1982, p. 8-9).

Analisando a realidade retratada nestes dados, Laurell (1982) conclui que

(...) se verifica empiricamente o caráter social do processo saúde-doença, enquanto fenômeno material objetivo e tal como se expressa no perfil patológico dos grupos humanos. É assim porque, como mostramos, o perfil muda para uma mesma população de acordo com o momento histórico. Ainda assim, as diferentes formações sociais apresentam perfis patológicos que, a nível geral, distinguem-se conforme o modo particular de combinar-se o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. Finalmente, é possível comprovar que o processo patológico dos grupos sociais de uma mesma sociedade se apresenta diverso quanto ao tipo de doença e sua freqüência (p. 9).

O artigo de Laurell (1982) corrobora o processo que vimos demonstrando no decorrer desta dissertação. Ou seja, que a questão da saúde (no caso estudado por nós, a questão específica dos trabalhadores) é determinada socialmente. Segundo a autora,

Em termos muito gerais, o processo saúde-doença é determinado pelo modo como o homem se apropria da natureza em um dado momento, apropriação que se realiza por meio de processo de trabalho baseado em determinado desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção (LAURELL, 1982, p. 16).

Ressaltamos que não foi apenas a análise pura e fria dos dados empíricos que permitiram à autora chegar a esta conclusão. Laurell (1982) reconhece a limitação de dados desta natureza, uma vez que eles se restringem à aparência da realidade. Mas tornam-se válidos se analisados sobre uma plataforma interpretativa que permita apreender os fundamentos e a dinâmica da sociedade capitalista. Neste sentido, Laurell esclarece:

A evidência empírica, tal como expusemos, permite-nos demonstrar que existe uma relação entre o processo social e o processo saúde-doença. Sem dúvida, esta observação, por si mesma, não resolve qual é o caráter desta relação. Isto porque temos, por um lado, o processo social e, por outro, o processo biológico, sem que seja imediatamente visível como um se transforma no outro. Na verdade, enfrentamos uma “caixa negra”, na qual o social entra de um lado e o biológico sai de outro, sem que se saiba o que ocorre dentro dela. Esse é, talvez, o problema mais candente para a explicação causal social do processo saúde-doença. Este problema não está resolvido. A reflexão sobre o caráter do processo da saúde-doença, porém, abre alguns caminhos para serem explorados (1982, p. 15).

O que nos permite compreender o que ocorre dentro dessa “caixa negra” é o suporte dado por uma teoria social que demonstre ontologicamente quais são os

fundamentos, a dinâmica e as tendências gerais do modo de produção capitalista. Apenas desta forma pode-se compreender a *singularidade* da problemática da saúde enquanto um espaço para a concretização da *universalidade* do *antagonismo capital x trabalho*.

Vimos, ainda, na teoria de Laurell (1982), que entender a determinação social da saúde requer a compreensão das distintas *particularidades* de cada classe social, e, desse modo, são os trabalhadores aqueles que se encontram no polo desfavorecido do processo desigual de desenvolvimento da saúde-doença. Portanto, as contribuições desta autora corroboram a nossa tese de que a questão da saúde dos trabalhadores é a *particularidade* mais decisiva (mas não a única) para a compreensão da problemática mais geral. Por sua vez, a condição nuclear da situação específica do proletariado constitui o campo no qual a problemática assume sua face mais degradante, basta lembramos que as quatro categorias profissionais que mais adoecem e morrem devido ao trabalho são os trabalhadores da agricultura, da construção civil, pescadores e mineiros (todos representantes do proletariado), como apresentamos no item 1.1.

A análise mais ampla de Laurell e a nossa análise do caso específico dos trabalhadores confluem no sentido de revelar que a determinação da saúde, enquanto um processo social, encontra-se na acumulação capitalista. Esta concepção tem, de algum modo, exercido influência sobre alguns estudiosos da área de saúde coletiva. No entanto, na maioria da vezes, estes teóricos se aproximam desta matriz teórica para logo depois se afastarem de modo extremo. Isto significa dizer que a aproximação se dá apenas inicialmente, na medida em que se reconhece que o processo saúde-doença tem uma dimensão social, mas, feito isso, anula-se a plataforma teórica que permite compreender o que ocorre dentro da “caixa negra” na qual o social se transforma em biológico. Desse modo, faz-se referência ao social, mas não se diz qual é o social, ou seja, de qual sociedade se trata – ocultam-se as raízes da problemática, limitando-se a um debate sobre os elementos mais superficiais que tangenciam o *antagonismo capital x trabalho*.

Na situação acima descrita, enquadra-se o caso da relativamente recente teoria dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS). A seguir, apresentamos em que consiste esta teoria, para depois tecermos algumas notas críticas sobre elas, demonstrando que se afasta da concepção de Laurell (1982) e da que vimos defendendo nesta dissertação.

Os DSS vêm sendo definidos como as condições sociais de vida e trabalho que influenciam no processo saúde-doença dos indivíduos e grupos sociais (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007). Esta teoria reconhece que problemas como a pobreza, a fome, a falta de condições habitacionais seguras, a violência, a destruição ambiental etc. determinam o caminho pelo qual as patologias se desenvolvem.

Nessa teoria ainda destaca-se o fato de que os fatores coletivos prevalecem sobre as diferenças individuais. Buss e Pellegrini Filho (2007) afirmam que alguns fatores que são importantes para explicar as diferenças no estado de saúde dos indivíduos não se aplicam aos diferentes grupos/comunidades de uma sociedade, uma vez que as “diferenças de mortalidade constatadas entre classes sociais ou grupos ocupacionais não podem ser explicadas pelos mesmos fatores aos quais se atribuem as diferenças entre indivíduos, pois se controlamos esses fatores (...) as diferenças entre estes estratos sociais permanecem quase inalteradas” (p. 81).

Por conseguinte, os autores asseguram que as diferenças de saúde entre os grupos humanos não podem ser justificadas por fatores biológicos, pelo contrário, as diferenças de saúde parecem resultar de hábitos e comportamentos construídos socialmente e, principalmente, de fatores que estão fora do controle direto do indivíduo ou do grupo. Corroborando esta ideia, outra autora, Whitehead (2000), relata que a investigação dos fatores individuais é importante para a identificação dos indivíduos mais vulneráveis dentro de um grupo, porém são as desigualdades sociais entre classes que possuem maior determinação no processo saúde-doença, principalmente na produção das iniquidades de saúde.

As iniquidades em saúde consistem no principal aspecto estudado quando se trata de DSS. Podemos identificar três gerações de estudos sobre as iniquidades em saúde: a primeira buscava descrever as relações entre pobreza e saúde; a segunda dedicava-se ao estudo dos gradientes de saúde de acordo com vários critérios de estratificação socioeconômica; e a terceira e atual dedica-se a responder como a estratificação social, no dizer de Adler, “entra” no corpo humano, ou seja, os mecanismos de produção das iniquidades em saúde (ADLER, 2006 apud BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

Existem diversas abordagens que tentam explicar os mecanismos que produzem as iniquidades, com destaque para: 1) o enfoque nos aspectos físicos e materiais, considerando que as diferenças de renda influenciam a saúde devido à escassez de recursos dos indivíduos e à falta de infraestrutura comunitária; 2) o

enfoque nos aspectos psicossociais, que leva em conta que os indivíduos percebem as desigualdades sociais por mecanismos psicobiológicos diferentes, a partir de suas diferentes experiências; 3) o enfoque nos multiníveis, buscando integrar os aspectos pessoais e grupais, sociais e biológicos, numa interação dinâmica e ecológica; 4) o enfoque que busca analisar as relações entre a saúde das populações, as desigualdades nas condições de vida e o processo de associação de indivíduos e grupos, trabalhando em torno da coesão social, solidariedade e confiança entre as pessoas, o que alguns autores chamam de *capital social* (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

Antes de prosseguirmos com a discussão, a menção à expressão *capital social* no parágrafo acima exige que façamos uma breve análise. Tal expressão é utilizada, no contexto dos estudos das iniquidades em saúde, para representar a busca por uma sociedade solidária, atribuindo ao capital (em torno do qual se constitui o modo de produção capitalista) uma característica que, verdadeiramente, ele não possui. Logo, a partir desta abordagem teórica, podemos ser levados a crer que há a possibilidade de existir coesão social diante do capital. Isso é extremamente contraditório: primeiro, definitivamente o capital não é solidário e não promove coesão. Pelo contrário, ele é destrutivo, provedor de desigualdades e fragmentação social – para seu sistema operar se faz necessário o conflito entre classes, no qual uma enriquece por meio da exploração do trabalho da outra. Ademais, o significado adotado para a expressão não representa o mesmo que Marx adota em suas análises. Portanto:

Os numerosos capitais individuais aplicados em determinado ramo da produção têm entre si composição mais ou menos diferenciada. A média de suas composições individuais dá-nos a composição do capital global desse ramo da produção. Por fim, a média global das composições médias de todos os ramos da produção dá-nos a composição do **capital social** de um país (MARX, 1988b, p. 178, grifo nosso).

(...)

O crescimento do **capital social** realiza-se no crescimento de muitos capitais individuais (MARX, 1988b, p. 187, grifo nosso).

Diante disso, emergem duas prováveis conclusões sobre os autores que conduzem estes estudos: existe um completo desconhecimento sobre a natureza do capital e sobre o modo como opera seu sistema; ou há um ocultamento proposital e necessário sobre a *essência* do capital, fortalecendo o domínio ideológico burguês,

numa tentativa de conduzir a uma compreensão distorcida da realidade.

Retornando ao estudo sobre iniquidades, constatamos que na tentativa de esquematizar as relações entre os diversos fatores analisados nos diferentes enfoques sobre o tema, alguns modelos foram elaborados levando em consideração, principalmente, os DSS. Dentre esses, o *modelo de Diderichsen e Hallqvist* – elaborado em 1998 e adaptado em 2001 por Diderichsen, Evan e Whitehead – descreve, em linhas gerais, que a posição social do indivíduo é determinada por um dado contexto social, que, por sua vez, provoca diferenciais de saúde, como exposição diferente a riscos diferentes e, considerando que cada indivíduo, uma vez tendo sido exposto, possui uma vulnerabilidade e uma reação específica a estes riscos, as consequências sociais e físicas serão diferentes ao se contrair uma doença (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

Outro modelo que demonstra a interação entre sociedade e saúde é o *modelo de Dahlgren e Whitehead*, no qual os DSS são dispostos em camadas: na camada central estão os fatores individuais (sexo, idade, genética etc.); na camada imediatamente externa encontram-se os hábitos e comportamentos (que de certo modo são considerados DSS: por serem diretamente influenciados pelas condições sociais); nas duas camadas seguintes estão os DSS, onde a mais interna representa a influência das redes comunitárias e da solidariedade social (*capital social*) e a mais externa representa as condições de vida e trabalho. Na última camada são apresentados os macrodeterminantes relacionados às condições econômicas, culturais e ambientais, que possuem forte influência sobre as demais camadas. Contudo, o modelo não explica com detalhes as relações e mediações entre os diversos níveis e a gênese das iniquidades (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

Em outro estudo, Whitehead (2000) estabelece sete princípios para o desenvolvimento das diferenças em saúde: 1) variação biológica; 2) a adoção de hábitos, costumes e práticas saudáveis; 3) o fato de certos grupos perceberem e adotarem primeiro alguns hábitos considerados saudáveis, porém, posteriormente, estes hábitos serão adotados pelos demais grupos, sem impedimentos; 4) a adoção de hábitos e comportamentos prejudiciais à saúde devido à restrição de alternativas; 5) exposição a riscos no ambiente de trabalho; 6) acesso inadequado aos serviços essenciais de saúde e a outros serviços públicos; 7) a tendência dos problemas de saúde causarem efeitos mais severos nos indivíduos de classes sociais desfavorecidas.

Ainda segundo a mesma autora, a interação e a sobreposição dos diversos fatores mencionados pode produzir diferenças de saúde ainda maiores, entretanto são os macrodeterminantes sociais e econômicos os mais significativos para as iniquidades, visto que, definitivamente, os fatores biológicos são os menos decisivos para a situação de saúde dos indivíduos de classes sociais desfavorecidas.

A teoria dos DSS possui seu mérito ao afirmar que os problemas sociais que afetam as coletividades são mais decisivos do que os fatores biológicos individuais. Isto poderia nos levar a crer que esta teoria aponta para o mesmo sentido das considerações feitas por Laurell (1982). Contudo, as similitudes se restringem ao aspecto citado, uma vez que logo as duas concepções se afastam, de tal modo que se tornam antagônicas. Primeiro, porque o debate sobre DSS, ao tratar das diferenças de saúde de acordo com as classes sociais, não incorpora a definição marxiana de classe social, observando a função social do indivíduo na esfera produtiva. Segundo, devido ao fato de que se limita a apontar quais são os problemas sociais existentes, porém não descreve, nem sequer menciona, o processo no qual se gestam tais problemas. Estes estudiosos falam em determinação social, mas parecem ignorar que a sociedade é antagonizada por burgueses e proletários.

Dessa maneira, anula-se a raiz das mazelas sociais, tratando cada problema como se fosse um fragmento autônomo e autodeterminado, que no máximo pode se relacionar com outros fragmentos, mas nunca compartilhar das mesmas origens. Dito de outra forma: não se considera o fio condutor que permite compreender a construção sócio-histórica das mazelas sociais. Já na análise de Laurell (1982), e também na nossa, deixa-se claro que a determinação social consubstancia o *antagonismo entre capital x trabalho*, cujo cerne está no processo de acumulação.

Para explicar a condição de pobreza e desigualdade social (que incide sobre a saúde), os teóricos dos DSS sustentam suas conclusões – ora explicitamente, ora de forma subjacente aos argumentos levantados – na falta de investimento em infraestrutura, modernização das forças produtivas e pelas inabilidades dos Estados em prover as condições para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social – principalmente nos países periféricos. A nosso ver, tais conclusões devem ser refutadas, basicamente por três razões principais.

Primeiro, trata-se de constatações fundamentadas nos princípios ideológicos dominantes, compatíveis com a estrutura econômica atual, ou seja, são conclusões

revestidas (e determinadas) pela imposição das ideias sustentadoras da manutenção/reprodução do trabalho baseado na exploração do homem pelo homem. Assim, a discussão se desenvolve ignorando (ou aceitando) o principal aspecto da estrutura societária em que vivemos: a usurpação do que foi produzido pelo trabalhador como sendo o fator imprescindível para a “sobrevivência” do *sistema do capital*, isto é, a produção da mais-valia como a mola mestra do capitalismo – e o trabalho nestas condições possibilita uma desigualdade sempre crescente. Nesse sentido, impulsionar o desenvolvimento econômico (inclua-se aí o desenvolvimento tecnológico e científico a serviço do econômico) significa impulsionar a expansão e a acumulação capitalista; significa promover o enriquecimento de uma classe e a pauperização de outra e, por assim dizer, permitir a desigualdade social.

Logo, o que é proposto por tais estudiosos como solução para, ao menos, reduzir as iniquidades em saúde representa justamente os requisitos para a reprodução da estrutura societária na qual se gesta cada vez mais desigualdade – contudo, o poder da ideologia dominante é responsável por aceitarmos o contrário como verdade, já que estamos diante de classes sociais e da dominação de uma classe por outra. Em face da exploração do trabalho, a classe exploradora só poderá manter seus privilégios se dominar a classe explorada e, portanto, se dispuser de instrumentos para essa dominação. Entre esses instrumentos, a ideologia possui papel preponderante. E esta (no seu sentido estrito) consiste no processo pelo qual as ideias da classe dominante se tornam as ideias de todos, tornam-se ideias dominantes (LUKÁCS, 1981).

A segunda razão é responsável por sustentar e fomentar a dominação ideológica: trata-se dos caminhos teórico-metodológicos adotados na produção do conhecimento científico e que, hoje, fundamentam as interpretações sobre a sociedade atual. A ciência burguesa se baseia no seguinte argumento: o mundo transformou-se consideravelmente no último século, “surgiram inúmeros novos grupos sociais que deslocaram as classes de seu papel central” (TONET, 2004, p. 2), não há luta de classes e a categoria trabalho perdeu a condição de centralidade. Além disso, o conhecimento da sociedade a partir de um ponto central não pode mais dar conta do fluxo dinâmico e complexo da vida social (BRUNI, 1988 apud TONET, 2004).

Porém, esses argumentos tomam como verdade a realidade como ela se

apresenta e não como ela é. Vejamos:

A afirmação sobre a diferença radical entre o mundo do século XIX e o mundo do século XX toma como ponto de partida e critério de verdade o movimento fenomênico da realidade. Esta forma de pensar é coerente dentro de uma tradição empirista, porém esta não constitui a forma universal da racionalidade, mas *uma* forma particular. Acontece que o empirismo rejeita entre outras, uma categoria que, numa outra perspectiva, é absolutamente decisiva tanto do ponto de vista ontológico como gnosiológico. Trata-se da categoria da substância. Para ele – empirismo – substância não passa de especulação metafísica: o que existe são apenas dados empíricos e o trabalho científico consiste em sistematizá-los para daí extrair as suas regularidades, que configuram as leis. Ontem, como hoje, esta forma de fazer ciência tem como objetivo dizer como as coisas funcionam e não o que as coisas são (TONET, 2004, p. 4, grifo da obra).

O referido autor prossegue, afirmando que existe outra perspectiva que recorre à *essência* dos objetos, a saber, a perspectiva marxiana:

Contudo, numa perspectiva ontológica, a categoria substância, que não é concebida como algo fixo e imutável, mas histórico, é decisiva. A análise do processo de entificação do ser social, a partir do ato fundante do trabalho, mostra que a substância, a essência, a condição de possibilidade de todos os fenômenos que constituem o ser social é a práxis humana que, em última análise, resulta sempre da relação entre subjetividade e objetividade (TONET, 2004, p. 4).

Desse modo, a cientificidade burguesa – muito bem representada no positivismo e nos seus derivantes – nunca teve a categoria *totalidade* como central, ao invés, “sua tônica consistia exatamente em tratar cada parte da realidade social como algo autônomo” (TONET, 2004, p. 5). Ou seja, o esforço do trabalho científico burguês é para “compreender o mundo escondendo o essencial e revelando apenas sua aparência (...) convém, porém, enfatizar que, para uma perspectiva ontológica, as aparências não são mais que meros epifenômenos, coisas sem importância, trivialidades” (TONET, 2004, p. 5).

Portanto, qualquer conclusão obtida por métodos que desconsideram a busca pela *essência* está, quase que na totalidade das vezes, fadada a contribuir exclusivamente para a produção e reprodução do capital, ou seja, está a serviço da burguesia.

A terceira e última razão consiste no fato de que a real gênese das mazelas sociais é omitida nas discussões. A análise realizada nos estudos sobre a temática detém-se num conjunto de fatores como se estes fossem a-históricos, fenômenos isolados, e desconsidera que foram gestados ou, pelo menos, impulsionados no

modo de produção capitalista. Já em nossa análise, apesar de se tratar de uma primeira aproximação, suspeitamos que o que se designa de determinantes sociais da saúde corresponde às expressões da *questão social* – ou, quando não, são, ao menos, desdobramentos destas – e, por tal motivo, a ênfase do estudo filosófico e científico em busca da saúde para além dos aspectos biológicos deveria debruçar-se sobre sua *base (raiz) material* como a provocadora dos problemas sociais enfrentados pelo proletariado, em suas diversas implicações para a saúde.

Nesse contexto, visando comprovar nossas suspeitas, é bastante oportuno trazermos as contribuições de Pimentel (2007) sobre *as raízes materiais e humano-sociais da questão social*. A autora resgata a *lei geral de acumulação capitalista* tratada por Marx no capítulo XXIII de *O Capital*, demonstrando que nela se encontra a *base material* para o processo de pauperização do proletariado. Inicialmente, Pimentel (2007) destaca que, mantida a *composição constante do capital*, no processo de acumulação há uma crescente demanda por força de trabalho, já que “uma parcela da mais-valia transformada em capital adicional precisa ser sempre retransformada em capital variável ou fundo adicional de trabalho” (MARX, 1988b, p.178).

Ou seja, no momento em que está ocorrendo a consolidação do capitalismo industrial, uma condição essencial é o crescimento do *capital variável* – aquela parte do capital que adquire valor no processo de produção por meio da capitalização da mais-valia e que servirá para a compra da força de trabalho através do pagamento dos salários. Como resultante do aumento da demanda por força de trabalho temos, neste momento inicial, uma elevação dos salários, porém seu aumento expressa tão somente a diminuição da quantidade de trabalho não pago que o trabalhador tem de realizar, e essa diminuição jamais poderá se tornar uma ameaça ao próprio sistema; quando isso ocorre, a acumulação diminui devido ao preço crescente do trabalho, de forma a sempre garantir lucro.

A situação acima descrita acontece apenas num momento inicial, isso por que o processo de acumulação ultrapassa essa fase – na qual temos *composição técnica do capital constante*. O capital exige uma produtividade crescente, isto é, uma quantidade maior de meios de produção que um trabalhador individual é capaz de transformar em produto, no mesmo período de tempo. Portanto, a massa de meios de produção cresce com a produtividade do trabalho, enquanto a força de trabalho é incorporada numa menor proporção – é importante ressaltar que a força

de trabalho continua a crescer em termos absolutos –; trata-se da lei do crescente aumento da parte constante do capital em relação à parte variável. Essa situação reflete-se em valor na *composição do capital*, já que, “com a crescente produtividade do trabalho, não apenas se eleva o volume dos meios de produção (...) mas cai o valor deles em comparação com seu volume. Seu valor se eleva, pois, de modo absoluto, mas não proporcionalmente a seu volume” (MARX, 1988b, p.186).

Diante de tais condições, a elevação dos salários se dá em função de uma ampliação na velocidade de acumulação de capital, que, por sua vez, é fruto da ampliação da quantidade de trabalho gratuito fornecida pelo proletariado, isto é, “significa, de fato, apenas que o tamanho e o peso da cadeia de ouro, que o próprio trabalhador forjou para si, permitem reduzir seu aperto” (MARX, 1988b, p.182). Salários baixos fazem crescer a acumulação de capital, que cria a necessidade de que mais força de trabalho seja contratada; assim a oferta torna-se inferior à demanda e, portanto, os salários se elevam. Entretanto, a ampliação do trabalho não pago é a lei de tendência capitalista. Desse modo, o preço do trabalho fica limitado ao ponto em que ficam assegurados os fundamentos do sistema (acumulação e produtividade crescente) e sua reprodução (PIMENTEL, 2007).

Devemos considerar, ainda, que a causa fundamental que provoca a queda dos salários consiste na formação de um *exército industrial de reserva*. A acumulação capitalista produz uma população excedente de proletários, ou seja, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital. O operariado produz as condições que torna boa parte de seus integrantes supérfluos ao sistema capitalista, porquanto permite a ampliação da riqueza social, obedecendo à já citada lei do crescente aumento da parte constante do capital em relação à parte variável. Quanto maior *exército industrial de reserva*, maior o impulso de acumulação e maior a produtividade, o que aumenta o *exército* e o pauperismo (MARX, 1988b; PIMENTEL, 2007). Portanto,

o pauperismo se constitui na camada social que perdeu a capacidade de vender sua força de trabalho e tem que mendigar a caridade pública. Ele se expressa na forma como o capital se apropria da força de trabalho da classe trabalhadora, com a finalidade de assegurar a sua reprodução e a acumulação da riqueza por parte dos capitalistas e, contraditoriamente, produz a acumulação da miséria da classe que produziu seu produto como capital (PIMENTEL, 2007, p. 52).

Do pauperismo se constitui a *questão social*, mas não só dele. Ele

representa a manifestação originária da *questão*, porém se desdobra em diversos outros problemas sociais que se encontram enraizados no processo de acumulação tanto quanto ele (o desemprego crônico, a violência, a destruição ambiental etc.).

Portanto, no processo de acumulação capitalista encontra-se o *sistema de causalidades* do pauperismo, ou seja, a *raiz material da questão social*. Contudo, vale destacarmos que a *questão social* ganha prioridade a partir do momento em que a manutenção da ordem da sociedade burguesa é ameaçada (NETTO, 2001). A classe operária em protesto e reivindicação pela sua condição de miséria põe a *questão social* em evidência. Assim, ela “adquire caráter essencialmente político quando se torna uma ameaça à paz necessária à reprodução social nos moldes dos interesses das classes dominantes” (PIMENTEL; COSTA, 2002, p. 4).

Em síntese, existem três dimensões centrais que envolvem a *questão social*: sua *base material na lei geral de acumulação capitalista*; seu caráter político, reconhecido na medida em que o proletariado reage às condições de exploração; e suas respostas sociais, mediadas ou por determinadas organizações sociais ou através da intervenção do Estado. Os dois últimos aspectos consistem nas *raízes humano-sociais da questão social* (PIMENTEL, 2007).

Diante dessas considerações, constatamos que os diversos determinantes sociais, que ora foram apontados, se consubstanciam no bojo da acumulação capitalista, o que nos leva a assegurar que o mais correto é tratá-los como expressões da *questão social*, contrapondo o olhar fragmentário da ciência burguesa e respeitando a *unitariedade última* do processo.

Assim, falta, aos teóricos dos DSS, compreender os fundamentos e as tendências do capital. É uma concepção teórica marcadamente construída dentro dos limites da ciência moderna (burguesa), atravessada pela ideologia dominante e, por isso, não à toa, anula a real natureza capitalista. O resultado só poderia ser a fragmentação de um processo que é único, conferindo caráter de autodeterminação a cada uma das mazelas sociais – tanto é, que a expressão costumeiramente utilizada é “questões sociais”, numa pluralização que remete ao sentido de união de vários fragmentos.

Há uma discrepância entre a teoria dos DSS e o que afirma Laurell (1982). Já as demonstrações que empreendemos sobre a questão da saúde dos trabalhadores compartilha da matriz teórica utilizada pela autora, apesar de que esclarecemos alguns aspectos que ela não aprofunda, como a respeito do processo de

acumulação (a autora cita, mas não vai a Marx para explicá-lo) e da situação específica do proletariado (a exposição da autora não nos deixa claro se ela distingue proletários de assalariados não proletários). Contudo, o artigo da intelectual mexicana é de contribuição decisiva para a compreensão da dialética da problemática da saúde.

A exposição do *sistema de causalidades da questão social*, contrapondo à teoria dos DSS, fornece uma consistente argumentação no sentido de demonstrar que a *determinação essencial* da problemática da saúde é o processo de acumulação capitalista (*a lei geral da acumulação capitalista*). E ainda, tal problemática encontra, na questão específica da saúde dos trabalhadores, uma mediação decisiva para o seu modo de ser, uma vez que é a partir desta que se torna evidente o processo pelo qual o *antagonismo capital x trabalho* se concretiza.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao início desta dissertação levantamos a hipótese de que a questão da saúde dos trabalhadores é, em sua *essência*, expressão do *antagonismo capital x trabalho*, sendo, portanto, um fenômeno gestado na sociedade capitalista e que persiste até os dias atuais.

A análise que empreendemos permitiu confirmar essa hipótese. Vale retomarmos o nosso argumento de que, de fato, trata-se de uma problemática sem precedentes, não estando arraigada à carência produtiva das sociedades pré-capitalistas. Tem seus fundamentos na separação entre o produtor direto e os meios de produção, da qual se estabelece o *antagonismo capital-trabalho*. A partir daí, mesmo a sociedade dispondo dos meios necessários para resolver os problemas decorrentes da falta de riqueza, estes continuam a existir, só que agora não mais devido ao atraso dos meios de produção, mas devido aos “mecanismos” sociais estabelecidos na apropriação do que é produzido.

No caso específico da saúde dos trabalhadores, percebemos que mesmo com o avançar da tecnologia biomédica e com a clareza das causas mais imediatas das doenças, a problemática tem se agravado. Surge, a cada mudança de fase da história capitalista, novos problemas de saúde-doença que passam a coexistir com os antigos (mesmo que sob novas formas) e que particularizam a questão que estudamos ao longo do processo histórico, apontando sempre, ao que pudemos perceber, para sua complexificação e intensificação.

Assim, pudemos constatar que a questão da saúde dos trabalhadores carrega em sua complexidade interna, enquanto *totalidade*, a contraditoriedade própria do capitalismo, uma vez que o capital depende do trabalho para existir e, ao degradar a saúde dos proletários, ameaça a sua própria existência. Trata-se de um fenômeno determinado socialmente, sem desconsiderar a importância da sua dimensão biológica enquanto *esfera fenomênica* que também interfere na processualidade histórica da *essência* do objeto.

Ademais, compreender a *totalidade* da questão implica considerar a relação entre a agressão à saúde originada no interior do processo de trabalho e as condições de reprodução social dos trabalhadores como sendo dois momentos de um mesmo processo. Como vimos, por vezes, os pesquisadores da saúde dos

trabalhadores enfatizam exageradamente as doenças diretamente relacionadas ao trabalho, colocando num segundo plano o fato de que as péssimas condições de vida põem em cena novos problemas de saúde e agravam os adquiridos no trabalho.

Convém ainda ressaltar que desvelar as raízes da problemática, para o que acreditamos ter contribuído, é ponto imprescindível para vislumbrar as possibilidades concretas do seu enfrentamento. Acreditamos que este debate em específico (sobre o enfrentamento) deve se dar com mais rigor e cautela. É preciso considerar que, se é verdade que a problemática tem sua origem na sociedade capitalista, sua resolução requer a superação desta sociedade. Este pressuposto precisa ser levado em conta ao reavaliarmos as respostas sociais dadas à questão (especialmente no âmbito da luta dos trabalhadores, do Estado e da atuação dos profissionais especializados<sup>62</sup>). Quais as mediações necessárias à resolução da problemática (tendo em vista a superação da ordem vigente), quais os desafios mais imediatos etc. são problemas a ser recuperados em investigações futuras.

Tendo em vista o horizonte de enfrentamento da questão, concebemos como sendo fundamental diferenciarmos a situação específica do proletariado da situação dos outros assalariados em geral. Reafirmamos que é apenas o proletariado que tem sua saúde degradada ao produzir capital. Os demais assalariados têm a saúde agredida em outras instâncias da exploração capitalista, como a valorização de capital (mas não produção) ou a diminuição relativa do salário daqueles que se situam no trabalho improdutivo. É originalmente no proletariado que a problemática se consubstancia e, por isso, a situação desta classe social é nuclear para a questão em sua *totalidade*. Isso não significa que a situação dos outros assalariados não seja de extrema importância, até mesmo porque influi na processualidade da situação específica do proletariado – entre as duas situações há mútuas determinações, contudo, é a situação do proletariado que coloca as determinações predominantes. Por tais razões, nem poderíamos excluir a situação dos assalariados não proletários da questão que estudamos, nem poderíamos ter diluído as diferenças entre as classes sociais.

Portanto, compreender que o proletariado é a única classe que perde sua saúde produzindo capital é imprescindível para colocá-lo na posição de principal ator no enfrentamento da problemática. É o proletariado o sujeito revolucionário e,

---

62 Ver 6º parágrafo da página 12, bem como as notas 5, 37 e 45.

enquanto tal, deve ser o primeiro a levantar-se no embate das contradições capitalistas, tal qual no caso específico da saúde. Não obstante, é da maior importância que o debate teórico se dê com mais cautela a respeito das diferenças de classe; é preciso, ao menos, questionar se realmente há identidade entre proletários e assalariados não proletários. Desta forma, recuperar este debate pode contribuir para que, também no plano ideológico em geral, tenhamos clareza de quem é, de fato, o sujeito revolucionário.

Reconhecemos que há diversos outros aspectos (mais pontuais) que ainda merecem ser aprofundados, como as situações específicas do trabalho feminino, do setor de serviços, de categorias profissionais componentes do proletariado e de algumas regiões específicas, especialmente nos países da periferia, como é o caso do Brasil. Acreditamos que as concreções que fizemos sobre o objeto de estudo contribuem para a abertura de um caminho pelo qual pode dar-se a investigação destes aspectos (e certamente existem outros) em suas *singularidades*. Propomos que os referenciais ontológicos da questão da saúde dos trabalhadores, que nos empenhamos em desvelar, sirvam para nortear discussões mais específicas, em recortes que respeitem a categoria *totalidade*.

Ademais, fornecemos uma contribuição que é de interesse para diversas áreas e disciplinas do conhecimento que se preocupam em desenvolver estratégias concretas para a resolução dos problemas enfrentados pela classe trabalhadora. Dentre estas, podemos citar o exemplo do Serviço Social, que assume explicitamente, em seu projeto ético-político, o compromisso com as necessidades dos trabalhadores, para o qual, portanto, estudos do caráter do nosso são relevantes.

Por fim, enfatizamos que o estudo sobre a questão que investigamos deve prosseguir por meio de uma abordagem histórico-ontológica, colaborando para desmistificar suas expressões imediatas, no sentido de atender aos reais interesses do proletariado, ou seja, contribuindo para a luta pela emancipação humana.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2003.

ALVES, Giovanni. Trabalho, corpo e subjetividade: toyotismo e formas de precariedade no capitalismo global. **Trabalho, Educação e Saúde**.v. 3, n. 2, 2005.

\_\_\_\_\_. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. 1ª ed. 2ª reimpressão. Boitempo Editorial: São Paulo, 2010.

ANDERY, Maria Amália et. al. **Para compreender a ciência** - uma perspectiva histórica. 6 ed. São Paulo, Rio de Janeiro: EDUC, 1996.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. 10ª reimpr. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha; VIEIRA, Maria José Femenias. **Estresse**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

BAHIA (BRASIL). DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NA BAHIA (DRT/BA). **Relatório sobre terceirização e segurança e saúde dos trabalhadores nas empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari**. Salvador : MT/PNUD/DRT-BA/CRH-UFBA, 1995.

BIANCHI, Estela Regina Ferraz. **Estresse em enfermagem**: análise da atuação do enfermeiro de centro cirúrgico. Tese (doutorado), Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (USP), 1990.

BRASIL. Ministério da Previdência Social (MPS). Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV). **Anuário Estatístico da Previdência Social**: Suplemento Histórico (1980-2008). Brasília: MPS/DATAPREV, 2008.

BRASIL. Ministério da Previdência Social (MPS). Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV). **Anuário Estatístico da Previdência Social 2010**. Brasília: MPS/DATAPREV, 2011. Disponível em <http://www.mps.gov.br/conteudoDinamico.php?id=1144>

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. Representação no Brasil da OPAS/OMS. **Doenças relacionadas ao trabalho**: Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**. A Degradação do Trabalho no Século XX. Trad. Nathanael C. Caixeiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1987.

BRITO, Jussara Cruz de; D'ACRI, Vanda. Referencial de análise para a estudo da relação trabalho, mulher e saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 1991.

BUSCHINELLI, José Tarcisio Penteado. **Epidemiologia das doenças profissionais registradas no Brasil na década de 80**. Dissertação de mestrado em Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1993.

BUSS, Paulo Marchiori. Globalização, pobreza e saúde. **Caderno de saúde Coletiva**. v. 12, n. 6, 2007.

\_\_\_\_\_; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 2007.

CAMELO, Sílvia H. Henriques; ANGERAMI, Emília Luígia Saporiti. Sintomas de estresse nos trabalhadores atuantes em cinco núcleos de saúde da família. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, fev. 2004. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010411692004000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010411692004000100003&lng=pt&nrm=iso). ISSN01041169. <http://dx.doi.org/10.1590/S01041169200400010003>. Acessado em 08/06/2012

CAMPOS, Claudia Regina de; INOCENTE, Nanci Julieta; ALVES, Osmarina Dias; GUIMARÃES, Lílíana Andolpho Magalhães; AREIAS, Maria Elenice Quelho. Síndrome de *Burnout* em profissionais da saúde. In: GUIMARÃES, Lílíana Andolpho Magalhães; GRUBITS, Sonia (org.). **Saúde mental e trabalho**. v. III. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

CARREIRO, Líbia Martins. Morte por excesso de trabalho (Karoshi). **Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg.**, Belo Horizonte, v.46, n.76, jul./dez, 2007.

CHASIN, José. **O método dialético**. Aulas ministradas durante o curso de pós-graduação em Filosofia Política, promovido pelo Departamento de Filosofia e História da Universidade Federal de Alagoas, 1998. Mimeografado.

COSTA, Gilmaísa. Lukács e a ideologia como categoria ontológica da vida social. **Revista Urutágua**. n. 9. Maringá, 2006.

DEJOURS, Christopher. **A loucura do Trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS E PESQUISAS DE SAÚDE E DOS AMBIENTES DE TRABALHO (DIESAT). Dia mundial em memória das vítimas de acidentes do trabalho. **Informativo**. n. 05. São Paulo: DIESAT, 2010.

DIAS, Adriano; CORDEIRO, Ricardo; GONÇALVES, Cláudia Gilgio de Oliveira. Exposição ocupacional ao ruído e acidentes do trabalho. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, out., 2006.

DRUCK, Maria Graça. **Terceirização**: (dês)fordizando a fábrica. Salvador: EDUFBA,

1999.

\_\_\_\_\_; FRANCO, Tania. A precarização do trabalho no Brasil: um estudo da evolução da terceirização no Brasil e na indústria da Bahia na última década. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, v. 13, n. 19, 2008.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. B. A. Schumann; ed. José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2008.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **The three worlds of Welfare Capitalism**. Polity, Press: Oxford, Grã-Bretanha, 1997.

EUROTRIALS [consultores científicos]. Saúde Ocupacional. **Saúde em Mapas e Números**. n. 33. Lisboa, 2011. Boletim informativo disponível em [www.eurotrials.com](http://www.eurotrials.com)

FERRAREZE, Maria Verônica Guilherme; FERREIRA, Viviane; CARVALHO, Ana Maria Pimenta. Percepção do estresse entre enfermeiros que atuam em terapia intensiva. **Acta Paul. Enferm.**, São Paulo, v. 19, n. 3, 2006.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. Editorial Boitempo: São Paulo, 1999.

HOBBSAWN, Eric John Ernest. **A era do capital: 1848-1875**. Trad. Luciano Costa Neto. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

HUBERMAN, Leo. **A História da Riqueza do Homem**. Do feudalismo ao Século XXI. Trad. Waltensir Dutra. 22ª ed. Rio de Janeiro: LCT editora, 2010.

IVANOV, Ivan D.; STRAIF, Kurt. Occupational Cancer. **The Global Occupational Health Network. GOHNET Newsletter – Prevention of Occupation Cancer**. n. 11. World Health Organization (WHO), 2006.

LACAZ, Francisco Antônio de Castro. **Saúde do trabalhador**: um estudo sobre as formações discursivas da academia, dos serviços e do movimento sindical. Tese (Doutorado), Faculdade de Ciência Médicas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1996.

\_\_\_\_\_. Qualidade de vida no trabalho e saúde-doença. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 5, n. 1, 2000.

LARA, Ricardo. Saúde do trabalhador: considerações a partir da crítica da economia política. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 14, n. 1, jan./jun. 2011

LAURELL, Asa Cristina. La salud-enfermedad como proceso social. **Revista Latinoamericana de Salud**, México, v. 2, 1982. Trad. E. D. Nunes.

\_\_\_\_\_; NORIEGA, Mariano. **Processo de Produção e Saúde: Trabalho e desgaste operário**. São Paulo: Hucitec, 1989.

LAURENTI, Ruy. O problema das doenças crônicas e degenerativas e dos acidentes

nas áreas urbanizadas da América Latina. **Rev. Saúde Pública**, v. 9, n.2, 1975.

LAUTERT, Liana; CHAVES, Enaura; MOURA, Gisela. O estresse na atividade gerencial do enfermeiro. **Rev. Panam. Salud Pública**, v. 6, n. 6, 1999.

LESSA, Sergio. Notas sobre a historicidade da essência em Lukács. **Novos Rumos**, V. 30, p.22-30, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_, Sérgio. Lukács: o método e seu fundamento ontológico. In: BORGIANNI, B.; CASTAÑO, C. **Metodologia y Servicio Social**. Cortez: São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

\_\_\_\_\_, Sergio. **O que é, mesmo, o Estado de Bem-Estar?** Mimeografado, 2011.

LIMA, Naíla Kelly do Nascimento; OLIVEIRA, José Arimatés de; LIMA, Carla Fernanda de; SILVA, Élido Santiago da. Burnout: analisando a síndrome no ramo das indústrias alimentícias do rio grande do norte. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 12, n. 2, jul./dez., 2011.

LÓPEZ-VALCÁRCEL, Alberto. Panorama Internacional da Segurança e Saúde no Trabalho de Construção. In: LIMA JÚNIOR, Jófilo Moreira; LÓPEZ-VALCÁRCEL, Alberto; DIAS, Luis Alves. **Segurança e saúde no trabalho da construção: experiência brasileira e panorama internacional**. Brasília: OIT - Secretaria Internacional do Trabalho, 2005.

LUKÁCS, György. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. **Per una Ontologia dell'Essere Sociale**. Volume II. Roma, Ed. Riunuti, 1981.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro primeiro, Tomo I. Trad. Regis Barbosa; Flávio R. Kothe. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988a.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. Livro primeiro, Tomo II. Trad. Regis Barbosa; Flávio R. Kothe. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988b.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_; Engels, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Trad. Pietro Nassetti. 2ª ed. 5ª reimp. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda., 2000.

MARZIALE, Maria Helena Palucci; RODRIGUES, Christiane Mariani. A produção científica sobre os acidentes de trabalho com material perfurocortante entre trabalhadores de enfermagem. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 4, jul. 2002 .

MENDES, René. **Medicina do Trabalho – Doenças Profissionais**. São Paulo: Sarvier, 1980.

\_\_\_\_\_. O impacto dos efeitos da ocupação sobre a saúde de trabalhadores. **Rev. Saúde Públ.**, São Paulo, v. 22, n. 4, 1988.

\_\_\_\_\_. **Patologia do trabalho**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1996.

\_\_\_\_\_. **Máquinas e acidentes de trabalho**. Brasília: MTE/SIT; MPAS, 2001.

\_\_\_\_\_; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Rev Saúde públ.**, São Paulo, v. 25, 1991.

MERLO, Álvaro Roberto Crespo; LÁPIS, Naira Lima. A saúde e os processos de trabalho no capitalismo: algumas considerações. **Boletim da saúde**. Porto Alegre, v. 19, n. 1, jan./jun, 2005.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo César Castanheira; Sergio Lessa. 1ª ed. 3ª reimp. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

MINAYO-GOMEZ, Carlos; THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 13, Supl. 2, 1997.

\_\_\_\_\_; LACAZ, Francisco Antônio de Castro. Saúde do trabalhador: novas-velhas questões. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 10, n. 4, 2005.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**. Revista da ABEPSS, n.3, 2001.

\_\_\_\_\_; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. Bibliografia Básica de Serviço Social, V. 3. São Paulo, Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Betty. A dialética do singular-particular-universal: subsídios filosóficos para a atuação do psicólogo como terapeuta e como pesquisador. **V Encontro de Psicologia Social Comunitário O método materialista histórico-dialético**. Abrapso-Núcleo Bauru/ Neppem/Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências/Unesp-Bauru, 2001.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Trabajo sin riesgo y cultura de la seguridad**. Informe de la OIT presentado con ocasión del Día Mundial sobre la Seguridad y la Salud en el Trabajo. Ginebra: OIT, 2004.

\_\_\_\_\_. **Indicadores mundiais**. Brasília: OIT – Escritório Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. **Nova Convenção da OIT busca melhorar as condições de trabalho de mais de quatro milhões de pescadores na Américas**. Matéria publicada no *web site* da OIT - Escritório Brasil, 2009. Disponível em <http://www.ilo.org.br/content/nova->

[conven%C3%A7%C3%A3o-da-oit-busca-melhorar-condi%C3%A7%C3%B5es-de-trabalho-de-mais-de-quatro-milh%C3%B5es-de-pesc](#)

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). Medidas Globais. **Pesca e Aquicultura**. Roma: FAO, 2007.

PAFARO, Roberta Cova; MARTINO, Milva Maria Figueiredo de. Estudo do estresse do enfermeiro com dupla jornada de trabalho em um hospital de oncologia pediátrica de Campinas. **Rev. Esc. Enferm. USP**, São Paulo, v. 38, n. 2, 2004.

PIMENTEL, Edlene; COSTA, Gilmaisa Macedo da. Sobre as origens da questão social. **VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS /ABEPSS**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJR, 2002.

\_\_\_\_\_; COSTA, Gilmaisa Macedo da. Questão Social e Desigualdade: novas formas, velhas raízes. In: COSTA, Gilmaisa Macedo da. **Serviço Social em Debate: Ser Social, Trabalho, Ideologia**. Maceió: EDUFAL, 2011.

\_\_\_\_\_. Uma “Nova Questão Social”? **Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje**. Maceió: EDUFAL, 2007.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RAMOS JUNIOR, Armenes de Jesus. **A formação de um intelectual coletivo: um estudo sobre o percurso dos militantes na construção da saúde do trabalhador no Paraná**. Tese (Doutorado), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

REZENDE, Ana Lúcia Magela de. **Saúde: dialética do pensar e do fazer**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.

ROCHA; Lys Esther; FERREIRA JUNIOR, Mario. Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). In: FERREIRA JUNIOR, Mario. **Saúde no Trabalho: temas básicos para o profissional que cuida da saúde dos trabalhadores**. São Paulo: Roca, 2000.

\_\_\_\_\_; GLINA, Débora Miriam Raab. Distúrbios Psíquicos Relacionados ao trabalho. In: FERREIRA JUNIOR, Mario. **Saúde no Trabalho: temas básicos para o profissional que cuida da saúde dos trabalhadores**. São Paulo: Roca, 2000.

RODRIGUES, Liliana. **Profissões de Risco**. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2008.

ROSEN, Georg. **Uma história da saúde pública**. Trad. Marcos Fernandes da Silva Moreira. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si**

mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

SALIM, Celso Amorim. Doenças do trabalho: exclusão, segregação e relações de gênero. **São paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2003.

SMITH, Andrew. Bem-vindo. Dia Mundial de Saúde e Segurança no Trabalho – 28 de abril de 2011. **Boletim Informativo Saúde-UE**. n. 68. União Europeia, 2011. Disponível em <http://health.europa.eu/newsletter>

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica**. Trad. Arlindo Viera Ramos. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 1990.

TEIXEIRA, José Soares Francisco. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, José Soares Francisco; ALVES, Giovanni; NETO, José Meneleu; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: As novas determinações do mundo do trabalho**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

TEIXEIRA, Sueli. A depressão no meio ambiente do trabalho e sua caracterização como doença do trabalho. **Rev. Trib. Reg. Trab. 3ª Reg.**, Belo Horizonte, v.46, n.76, jul./dez., 2007.

TONET, Ivo. O pluralismo metodológico: um falso caminho. In: TONET, Ivo. **Democracia ou liberdade?** Maceió: Edufal, 2004.

WALDVOGEL, Bernadette Cunha. Quantos Acidentes de Trabalho Ocorrem no Brasil? Proposta de integração de registros administrativos. In: MINAYO-GOMEZ, Carlos; MACHADO, Jorge Mesquita Huet; PENA, Paulo Gilvane Lopes (org.). **Saúde do Trabalhador na Sociedade Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

WHITEHEAD, Margaret. **The concepts and principles of equity and health**. World Health Organization. Regional Office for Europe. Copenhagen, 2000.

VAISSMAN, Magda. **Alcoolismo no trabalho**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

VAISMAN, Ester. A obra tardia de Lukács e os reveses do seu itinerário intelectual. **Trans/Form/Ação**. v. 30, n. 2, 2007.